UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

ALEXANDRE DELLAMURA SARMENTO

Etapas do Desenvolvimento Econômico no Brasil – Um Exercício Rostowiano

São Paulo
2008

ALEXANDRE DELLAMURA SARMENTO

Etapas do Desenvolvimento Econômico no Brasil – Um Exercício Rostowiano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientadora: Prof.a Dr.a Raquel Glezer

São Paulo

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

A minha mulher Rosiane, que junto de meu filho Vinicius conseguiram, com carinho e paciência, suportar meu mau-humor, cansaço e falta de tempo durante esses três longos anos.

“Pai, quantas páginas faltam?”

Vinicius de Castro Dellamura

AGRADECIMENTOS

Temo que o tributo pago pelos meus familiares durante a confecção desta dissertação tenha sido significativo. Como durante esse período não fui estudante profissional, isto é, tive que conciliar o curso com a atividade profissional que executo em tempo integral, o tempo de lazer teve que ser sacrificado. Por isso, ao mesmo tempo em que agradeço a minha esposa Rosiane e ao meu filho Vinicius, também peço imensas desculpas.

Minha orientadora Raquel Glezer foi bastante compreensiva. Com calma, sabedoria e uma imensa experiência, soube me tranqüilizar nos instantes derradeiros. Se há alguém no mundo que tenha nascido para orientar, essa pessoa é a Raquel.

O professor Wilson, que me tinha como um "psicopata obcecado por Rostow", abriu meus olhos para questões importantes. Também teve grande valia no exame de qualificação.

Num campo mais técnico, agradeço ao professor Albert Fishlow e a sua secretária Teresa Araguaio. Fishlow, apesar de demonstrar reserva no que tange a obra de Rostow, mostrou grande paciência em responder meus e-mails, além de digitalizar e enviar a mim um exemplar completo raríssimo de suas "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil".

O professor Werner Baer também enviou material valioso, que infelizmente não pôde ser usado. Revelou boa vontade, além de profundo conhecimento da economia brasileira.

Vladimir Cipriano, meu professor de Desenvolvimento Econômico dos tempos de faculdade também não hesitou quando precisei de ajuda. Sou muito grato às suas abordagens quanto às séries históricas.

Minha avó Rosália Dellamura cedeu importantes detalhes sobre a crise que assolou a economia cafeeira após 1929. Por colher café de pé em pé na fazenda de nossa família, seu depoimento com certeza foi muito mais importante que qualquer livro de Furtado, Fishlow, Dean ou Baer. Só quem viveu na pele aqueles dias sabe que o Brasil nunca mais foi mesmo após 1929, mesmo que muitos ainda hoje não concordem.

SUMÁRIO

Introdução 1
Capítulo 1: Aspectos da Industrialização no Brasil 5
1.1. Surtos de Industrialização: Introdução ao caso brasileiro 5
1.2. Primórdios da Industrialização no Brasil: 1850-1888 8
1.3. Trabalho Livre, Proclamação da Repúlica e Encilhamento 16
1.4. A Significação da Primeira Guerra Mundial 22
1.5. Investimentos Industriais na década de 1920 e a Concentração Paulista 27
1.6. Da Grande Depressão às Vésperas da Segunda Guerra Mundial 32
1.7. Segunda Guerra Mundial, Nacionalismo, Grandes Projetos e Substituição de Importações 39
Capítulo 2: A Industrialização como Vetor do Desenvolvimento Econômico no Brasil 50
2.1. Os Desenvolvimentistas 55
2.1.1. O Barão de Mauá 55
2.1.2. Roberto Simonsen 61
2.1.3. Roberto Campos 72
2.1.4. Celso Furtado 80
2.2. Os Liberais 92
2.2.1. Joaquim Murtinho 93
2.2.2. Octávio Bulhões 97
2.2.3. Eugênio Gudin 106
Capítulo 3: O Modelo Rostowiano - O Arranco e as Etapas do Desenvolvimento Econômico 118
3.1. A Sociedade Tradicional 120
3.2. As Precondições para o Arranco 121
3.3. O Arranco ou Decolagem 125
3.4. A Marcha para Maturidade 134
3.5. A Era do Consumo em Massa 136

Capítulo 4: As Críticas ao Modelo Rostowiano e o Contraponto em Relação às Escolas de Desenvolvimento Econômico Brasileiras....141
4.1. Ciro Flamarion e Hector Perez Brignolli....141
4.2. Octávio de Gouvêa Bulhões....143
4.3. Roberto Campos....145
4.4. Albert Fishlow....147
4.5 Celso Furtado....149
4.6. Paul Bairoch....150
4.7. Notas Sobre as Críticas e Conceitos Vitais da Teoria....152
4.8. Principais Observações acerca da Decolagem como Contraponto as teorias de desenvolvimento econômico brasileira....159
Capítulo 5: Aplicação das Etapas do Desenvolvimento Econômico para o caso Brasileiro....4
5.1. Notas sobre a Sociedade Tradicional e o seu Fim....165
5.2. As Precondições....170
5.3. O Arranco Brasileiro....183
Considerações Finais....191
Índice Onomástico....192
Referências Bibliográficas....199

Gráfico 1: Investimentos na Indústria de Transformação no Brasil – 1845-95....18

Tabela 1: Estimativa da Distribuição Geográfica das Fábricas de Tecidos de Algodão Brasilerias: 1866, 1875, 1885....11
Tabela 2: Malha Ferroviária no Brasil: 1854-1890....14
Tabela 3: Importação e Produção Industrial Brasileira de Alguns Produtos em 1907....20
Tabela 4: Brasil: Valor das Exportações, das Importações de Equipamento Industrial e Índice da Produção Industrial, 1912-1920 (1912=100)....25
Tabela 5: Resultados Gerais do Censo Industrial, segundo os Grupos Industriais - 1920....26

Tabela 6: Brasil: Importações segundo os Tipos de Bens, 1901 – 1929 – em % do Total 27
Tabela 7: Concentração da Produção Industrial no Brasil – 1907 - 1939 30
Tabela 8: Brasil – Preço de Importação de Café nos Estados Unidos, 1925-1940 (Valor em centavos de US$ por Libra-Peso 33
Tabela 9: Brasil: Índices Anuais de Produção Industrial, segundo os Setores das Indústrias de Transformação – 1929 – 1939 (1939=100%) 36
Tabela 10: Brasil: Produção de Energia Elétrica, Carvão, Ferro, Aço, e Formação da Formação de Capital Fixo em Proporção do Produto Interno Bruto- 1929-1939 37
Tabela 11: Brasil: Taxas Anuais de Crescimento da Produção Industrial, 1939 - 1945 42
Tabela 12: Brasil: Produto Industrial, Formação Bruta de Capital Fixo e Saldo da Balança Comercial, 1946 - 1954 46
Tabela 13: Datas aproximadas de Arrancos para Alguns Países.....126
Tabela 14: Estimativas da População Brasileira: 1550 - 1850 165
Tabela 15: Brasil: Escravos Africanos – Importação por Pessoa – 1801 a 1855 170
Tabela 16: Brasil: População de Imigrantes – 1850 a 1955 172
Tabela 17: Brasil: Despesa Primária do Governo (% do PIB) 1900 - 1929.....174
Tabela 18: Brasil: FBKF como % do PIB – 1901 - 1929.....175
Tabela 19: Brasil: PIB per capita - 1901 - 1929 176
Tabela 20: Brasil: Principais Culturas (Toneladas Mil) 1900 - 1954.....177
Tabela 21: Estimativas da População Brasileira – 1850 - 1955 178
Tabela 22: Brasil: Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego – 1850 - 1955**Erro! Indicador não definido.**180
Tabela 23: Brasil: Energia Elétrica – Capacidade Instalada – 1885 - 1955 181
Tabela 24: Brasil: Indústria Pesada, Cimento e Calcário – 1929 - 1954.....186
Tabela 25: Brasil: Estrutura Industrial, 1919, 1939, 1949, 1959 (% da Produção).....186
Tabela 26: Brasil: FBKF como % do PIB – 1929 - 1954.....187
Tabela 27: Brasil: Renda Per Capita Real – 1900 - 1960.....189
Tabela 28: Brasil: Distribuição Regional da Renda Nacional %.....190

RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é a aplicação do modelo de etapas do desenvolvimento econômico de Walt Whitman Rostow ao Brasil, identificando o arranco brasileiro como fim dos surtos industrias e início da industrialização regular entre 1929 e 1954. Além disso a teoria de Rostow serviu de contraponto às duas principais teorias de desenvolvimento econômico brasileiras existentes até meados da década de 1950, os liberais e os desenvolvimentistas. As discussões e os pontos divergentes entre essas teorias contribuíram para o entendimento do processo de industrialização brasileiro, sua produtividade, concentração e contribuição ao desenvolvimento econômico. A identificação das etapas se realizou de modo a comprovar, principalmente, as teses de Rostow em relação ao arranco brasileiro e os mecanismos para sua propagação, que *deveriam* desembocar nas fases subseqüentes da teoria e, em conseqüência, ao desenvolvimento econômico mais igualitário e ao Estado de Bem-Estar.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, arranco, desenvolvimentismo, liberalismo.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is the application of the model of stages of the economical growth of Walt Whitman Rostow to Brazil, identifying the Brazilian take-off as end of the industrials outbreaks and beginning of the regular industrialization between 1929 and 1954. Besides the Rostow theory served from counterpoint to the two main theories of economical growth existent Brazilians to middles of the decade of 1950, the liberal school and the development school. The discussions and the divergent points among those theories contributed to the understanding of the Brazilian industrialization process, his productivity, concentration and contribution to the economical growth. The identification of the stages took place from way to prove, mainly, the theories of Rostow in relation to the Brazilian take-off and the mechanisms for his propagation, that *they should* end in the subsequent phases of the theory and, in consequence, to the more equalitarian economical growth and the Welfare State.

Keywords: economical growth, take-off, desenvolvimentism, liberalism.

RESUMEN

El objetivo principal de esta disertación es la aplicación del modelo de fases del crecimiento económico del Walt Whitman Rostow a Brasil, mientras identificando el despegue brasileño como el fin de las erupciones industriales y empezando de la industrialización regular entre 1929 y 1954. Además de la teoría de Rostow serviría del contrapunto a las teorías principales de desarrollo económico brasileñas existentes a los medios de la década de 1950, la escuela liberal y la escuela de desarrollo. Las discusiones y los puntos divergentes entre esas teorías auxiliaran a la comprensión del proceso de industrialización brasileño, su productividad, concentración y contribución al desarrollo económico. La identificación de las fases tuvo lugar de la manera de demostrar, principalmente, las teorías de Rostow respecto al despegue brasileño y los mecanismos para su propagación, que ellos *deberían* acabar en las fases subsecuentes de la teoría y, en consecuencia, al desarrollo económico más igualitario y el Estado de Bienestar.

Palabras-claves: desarrollo económico, despegue, desenvolvimentismo, liberalismo.

INTRODUÇÃO

Quando a classificação dos sistemas econômicos de Walt Whitman Rostow, baseada em concepção de etapas de desenvolvimento foi apresentada ao público, na virada da década de 1950 para a de 1960, a sociedade mundial passava por um período de bastante apreensão concentrada nas tensões entre os dois grandes blocos surgidos após a Segunda Guerra Mundial, o capitalista e socialista.

Cuba se transformara em um país de regime socialista em plena América Latina, o que suscitava o receio dos Estados Unidos e de seus aliados. Com a expansão dos partidos comunistas por todo o mundo, esses temores se tornavam crescentes.

Rostow, professor de renome nas universidades americanas de maior tradição, nessa mesma época assumira um cargo importante na equipe que assessorava o presidente americano John Kennedy. Ele já vinha elaborando sua resposta teórica às teses marxistas, que pessoalmente considerava uma doença da transição, ainda forte na União Soviética, embora finita no que se referia às escolhas das alocações de recursos e disposição da produção industrial.

Alguns de seus artigos e conferências foram transformados no livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*[1] no qual defende a idéia de que as sociedades atravessam cinco fases de evolução econômica. A última dessas etapas, a de consumo em massa, era uma síntese da economia americana da década de 1950, na qual o nível de consumo em bens duráveis e a alta renda *per capita* permitiam à coletividade maior propensão ao lazer e ao Estado os primeiros planejamentos em direção ao Estado de Bem-estar[2].

O cenário acima traduz o clima e as circunstâncias em que a obra de Rostow foi lançada. Suas observações foram muito contestadas. As críticas foram direcionadas tanto a credibilidade das divisões em etapas, aos seus dados e à sua análise agregada, como ao seu alinhamento político com os Estados Unidos da América. Alguns críticos deram à sua obra

---

[1] Rostow, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, 5ª edição ampliada. Contém um capítulo extra no qual o autor responde às críticas recebidas desde o lançamento do artigo "The Stages of Economic Growth". *Economic History Review*, agosto de 1959.
[2] Maiores detalhes sobre o Estado de Bem-estar estão apresentados no capítulo 3.

o rótulo de receituário simplista, destinado à doutrinação das economias capitalistas pobres, para a inevitabilidade do triunfo capitalista sobre o adversário comunista.

Ao se estudar a obra *Etapas* e os demais artigos escritos por Rostow sobre o tema do desenvolvimento econômico (e são muitos, traduzidos em várias línguas), principalmente na *Economic History Review*, o que se observa é que sua proposta é uma teoria de desenvolvimento econômico baseada em ciclos, na qual os setores dinâmicos da economia explicam o seu constante crescimento e os saltos entre esses ciclos.

Apesar das possíveis limitações, os seus esforços teóricos discutem basicamente os mesmos desafios a serem transpostos na economia, em diversas perspectivas, que podem ser observadas nas obras de Arthur Lewis, Simon Kuznets, Ragnar Nurkse, Rosenstein-Rodan, Furtado ou Gudin, por exemplo. As questões fundamentais giram em torno das explicações sobre a problemática do subdesenvolvimento, da economia estagnada ou primitiva.

Rostow realizou sua obra tentando dar respostas a tais questões, fundamentando-se no que ocorrera com os países economicamente mais adiantados, para que seus contemporâneos ainda empobrecidos pudessem aproveitar os precedentes. Não há em sua obra conspiração contra os países economicamente mais frágeis ou de regime político diverso, tanto que aponta para uma União Soviética que na década de 1950 já adentrava na era da maturidade, se aproximando da fase de alto consumo em massa.

O trabalho visa uma análise pormenorizada das etapas de desenvolvimento rostowianas aplicadas ao Brasil, dando ênfase principal ao aspecto do arranco. Durante a desestruturação de idéias, procurei o afastamento de quaisquer censuras, de ordem acadêmica, política, econômica ou social, ao modelo de desenvolvimento econômico do autor. Uma outra meta foi buscar a comprovação de suas teses principais e traçar um raciocínio comparativo em relação às duas principais vertentes de desenvolvimento econômico então existentes no Brasil: os desenvolvimentistas (focados na industrialização como forma de eliminar o atraso sócio-econômico e apoiados na intervenção do Estado) e os liberais (favoráveis ao livre jogo do mercado e ao aumento da produtividade agrícola).

Para a abordagem sobre as escolas de pensamento econômico que se aprofundaram na discussão a respeito da industrialização e sua utilidade para a propagação do desenvolvimento econômico, é mister a explanação de alguns conceitos chaves que serão usados com freqüência no trabalho. São eles:

a) Desenvolvimento Econômico:

Os conceitos de desenvolvimento econômico possuem muitos pormenores, embora a maioria deságüe na questão da melhoria da qualidade de vida da população pelo aumento de sua renda *per capita*. Para esse fim, o aumento da produtividade pode ser mesmo a *essência do desenvolvimento econômico*[3]. É corriqueira a confusão entre crescimento e desenvolvimento econômico, que é corrigida por Maurice Byé:

> "Qualquer sistema econômico, por exemplo uma economia nacional, é suscetível de crescimento, quer permaneça inalterada sua estrutura quer ela se modifique. O desenvolvimento de uma economia é o seu crescimento, nas condições de uma estrutura mutável. É a transição de uma estrutura com uma produtividade *per capita* relativamente mais alta. Uma economia é completamente desenvolvida quando a sua estrutura se caracteriza por uma produtividade *per cap*ita tão elevada quanto o possa ser, dados os recursos nacionais e mundiais e o conhecimento técnico coexistente. Em caso contrário, definimos uma economia como subdesenvolvida."[4]

Assim, o desenvolvimento econômico "*consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho*"[5], sejam essas combinações novas entre os fatores que já existem ou através da introdução de novas técnicas, agindo de modo a aumentar a renda nacional, que consiste nos bens e serviços à disposição da coletividade.

---

[3] Campos, R. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos – introdução. *Digesto Econômico*, São Paulo, abril de 1952, pág. 21.
[4] Byé, M. O papel do capital no desenvolvimento econômico, in Ellis, H. *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, pág. 132.
[5] Furtado, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, pág. 91.

Ao longo do tempo muitas opiniões foram emitidas a respeito dos meios necessários para obter uma produtividade aceitável aos padrões de uma economia desenvolvida. Jacob Viner[6], economista canadense e crítico da análise de Keynes, declarou que não há necessidade de um país se tornar industrializado para ser desenvolvido, e que muitos países industrializados não são desenvolvidos. Uma agricultura mecanizada com larga produtividade e excedentes exportáveis poderia gerar a renda necessária para que uma coletividade gozasse de altos padrões de vida, como no caso da Nova Zelândia e Dinamarca. Na mesma linha estão Gudin e Bulhões, no Brasil. Nurkse, Roberto Campos e Furtado expressam opiniões contrárias e advogavam a favor de uma industrialização extensiva para impulsionar o padrão de desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos.

b) Economias Externas:

As economias externas são definidas por Rosenstein-Rodan como benefícios que algumas indústrias ou cadeia de indústrias atingem pela sua localização ou até por alguns serviços de estrutura cedidos pelo governo[7]. Mas a primeira definição das economias externas se deu a partir de Alfred Marshall[8] em 1920. São economias externas as economias de aglomeração de vários negócios em uma região, de forma que as capacitações dos trabalhadores, os segredos da produção e serviços especializados são compartilhados pelos produtores locais que podem se especializar e adaptar seu equipamento a uma faixa estreita de operações.

> "Qualquer barateamento nos meios de comunicação, qualquer facilidade que surja para a troca de idéias entre regiões distantes, altera a ação das forças que tendem a localizar as indústrias. Falando em termos gerais, podemos dizer que uma redução de tarifas alfandegárias ou fretes do transporte de mercadorias tende a fazer com que uma região adquira de

[6] Viner era a favor do tradicional sistema de divisão de trabalho internacional. Uma análise pormenorizada de seu ponto de vista pode ser feita no livro, *Comercio internacional y desarrollo econômico*. Madri: Tecnos, 1966, que contém as seis conferências realizadas por ele no Rio de Janeiro em 1950.

[7] Nesse contexto podemos citar os exemplos das ferrovias, da energia elétrica, ou, por exemplo, de uma indústria complementar. Rosenstein-Rodan, P.N. Notas sobre a Teoria do Grande Impulso, in Ellis, *Desenvolvimento Econômico para América Latina*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, páginas 76 e 77.

[8] Marshall, A. *Princípios de economia*. Rio de Janeiro: Epasa, 1946. Vide capítulo X e XI.

> lugares distantes maior quantidade daquilo que precisa, tendendo assim a localizar determinadas indústrias em determinadas localidades."[9]

Marshall reitera que uma região que possui apenas uma indústria ou poucas indústrias "*fica exposta a uma grave crise*[10]" caso ocorra uma diminuição da procura de seus bens ou que haja corte de matéria-prima. Daí o fator de localização da indústria ser benéfica para o aparelhamento econômico. A economia externa que causa reduções de custos para as empresas localizadas que operam em grande escala de produção é conhecida com o nome de pecuniária. Viner, anos mais tarde, utiliza o termo economia externa tecnológica para as economias externas em que o produto de uma empresa depende dos fatores de produção e também do produto de outra empresa ou grupo de empresas[11].

c) Indivisibilidades:

O conceito de indivisibilidades está estreitamente ligado a mercados internos pequenos pela insuficiência da demanda. É pertinente o exemplo dado por Nurkse para a compreensão do conceito:

> "No Chile, por exemplo, foi montada uma laminação moderna, com equipamento padrão em qualquer país industrial, que pode produzir em três horas certo tipo perfil de aço em quantidade bastante para atender às necessidades da procura efetiva em um ano. Nessas circunstâncias, não há estímulo para a instalação de tal equipamento. Em alguns casos, tiveram que ser desmontadas fábricas que companhias estrangeiras haviam fundado em certos países da América Latina porque se verificou ser o mercado muito pequeno para que nele pudessem funcionar lucrativamente."[12]

A indivisibilidade é a relação entre os limites técnicos de um determinado investimento de acordo com a sua demanda, o que geralmente se traduz em capacidade

---

[9] Ibidem, pág. 322.
[10] Idem.
[11] Viner, J. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950, pág. 46.
[12] Nurkse, R. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, pág. 10 e 11.

ociosa do equipamento ou indústria. Existe a indivisibilidade quando a produção mínima de certo produto ultrapassa a demanda existente do mesmo. Geralmente ocorre em países subdesenvolvidos ou com os que estão em processo de industrialização nascente[13].

d) Razão Capital-Produto:

A razão capital-produto consiste no número de unidades de capital necessárias à elaboração de uma unidade de produto. Seu coeficiente é obtido pela divisão do estoque de capital pelo produto real, no caso de uma razão-capital produto global para toda uma economia. A medição dessa razão para indústrias e setores em particular também é utilizada. Muitos economistas utilizam a razão capital-produto para calcular o grau de produtividade de um país. É o caso de um país cuja razão capital-produto é de 2,5 e a de outro, cujo coeficiente é 4,0, por exemplo. Isso implica em dizer que o primeiro país utilizou menos capital, ou menos maquinário para produzir uma unidade de produto, enquanto o outro usou maior quantidade.

A controvérsia gira em torno da confiabilidade dessa razão como indicador da maior eficiência do capital. Uma relação capital-produto maior ou menor pode traduzir uma preferência de investimento, e não um demérito. Um exemplo é um país que decidiu investir como prioridade na indústria pesada e outro país que definiu a construção civil e os bens de capital em primeiro lugar. É certo que a indústria pesada possui uma relação capital-produto menor que a da construção civil, que, por conseguinte é menor que a de bens de capital. Certamente a razão capital-produto global será menor para o primeiro país em relação ao outro. Mas isso se deve a questões de prioridade, e não de eficiência.

Partindo dos preceitos rostowianos, também foi objeto de exame do trabalho a distinção entre os surtos industriais que ocorreram no Brasil desde a metade do século XIX e o processo de industrialização concreto que aconteceu após a Grande Depressão de 1929. A análise ocorre no *capítulo I*, no qual está inserida a história da indústria e industrialização

[13] Rosenstein-Rodan é partidário do ponto de vista de que a maneira de se acabar com as indivisibilidades em países subdesenvolvidos deve fazer parte de um grande projeto de desenvolvimento no qual ocorre a inversão simultânea em vários setores da economia ao mesmo tempo. Esses setores arcariam com a demanda entre si, tornando os investimentos rentáveis e divisíveis. Tal teoria ganhou o nome de *Big Push*, ou *Grande Impulso*. Rosenstein-Rodan, 1964, op. cit., *Notas sobre a teoria...*

do Brasil desde 1850. Esse foi um procedimento fundamental para a periodização do arranco rostowiano, posto que a sua essência é a de uma Revolução Industrial propriamente dita.

O *capítulo II* separa as escolas desenvolvimentistas e liberais, tratando de cada principal autor particularmente, observando as críticas e sugestões sobre a industrialização e sua eficácia ou não no processo de desenvolvimento econômico dos países pobres, com destaque para o Brasil. Esses autores são diversos, mas marcantes como pensadores ou agentes atuantes nas esferas governamentais e na iniciativa privada. Roberto Campos, Celso Furtado, Roberto Simonsen, o Barão de Mauá, Joaquim Murtinho, Eugênio Gudin e Octávio de Gouvêa Bulhões foram os autores utilizados para que se pudesse encontrar as diferenças – e elas ficaram bastante claras – entre as duas vertentes principais de pensamento econômico brasileiro. Os termos especializados usados nesse intuito foram vários: planejamento econômico, capital estrangeiro, proteção à indústria por meio de barreiras alfandegárias, além da intervenção estatal na economia.

O *capítulo III* está centrado na descrição do modelo de desenvolvimento econômico de Rostow, baseado nas etapas que propôs. Foram descritas as fases desde a sociedade tradicional, passando pelas precondições do arranco, o arranco, a maturidade e a era do consumo em massa. Procuro observar os pontos marcantes de cada etapa e os países nos quais o autor em pauta notou as transmutações econômicas e sociais relevantes.

O *quarto capítulo* se ocupa das críticas ao modelo rostowiano, com a utilização de alguns autores nacionais e estrangeiros que contundentemente observaram pontos de divergências considerados vitais à teoria. Baseado nessas críticas, faço também minhas observações pessoais. Aí realizo o contraponto entre as teorias brasileiras descritas no segundo capítulo e a teoria rostowiana das etapas de desenvolvimento econômico.

No *quinto* e último *capítulo* aplico as etapas de desenvolvimento econômico preconizadas por Rostow ao caso brasileiro. A partir dos dados disponíveis para a economia e sociedade brasileira, traço a sua divisão em etapas, desde a sociedade tradicional, considerada encerrada em 1850 pelo corte do fornecimento de mão-de-obra para o trabalho escravo, passando pelas precondições do arranco, compreendida dessa data até à véspera da Grande Depressão. As evidências encontradas justificam que o início da arrancada, a última

etapa descrita para o caso do Brasil, se deu entre o imediato pós-depressão até 1954[14]. É essa etapa que merece maior cuidado e detalhamento, posto que para Rostow ela é tida como o início do desenvolvimento regular. Ela pode ser considerada como o cerne deste trabalho.

A *conclusão* se ocupou da síntese da comprovação das teses propostas por Rostow para obtenção e continuidade do arranco para o Brasil e alguns dos obstáculos para a trajetória das etapas seguintes.

O trabalho que apresento segue a ortografia brasileira vigente até dezembro de 2008 e os padrões definidos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. As citações de documentos estão em linguagem modernizada.

O projeto de pesquisa foi desenvolvido entre 2006, 2007 e 2008, quando as discussões sobre desenvolvimento econômico mundial e nacional não eram consideradas de relevância vital em face do processo de globalização econômica em curso. De certa forma é irônico apresentar os resultados da pesquisa no momento em que os fundamentos da economia mundial estão novamente abalados por uma crise de grandes proporções e quando temas e propostas de atuação econômica, que haviam sido considerados ultrapassados outrora, são retomados. Ler e reler os clássicos da historiografia econômica e brasileira foi uma oportunidade de refletir sobre a necessidade de manter atitudes críticas diante da atuação dos agentes econômicos.

[14] Para Rostow são necessários 25 anos para que uma arrancada seja identificada e diferenciada de um surto industrial. Rostow, 1974, pág. 222, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: 1850 - 1954

1.1 – Surtos de industrialização: introdução ao caso brasileiro

É difícil estimar com exatidão quando surgiu a primeira indústria no Brasil, ou teve início o primeiro surto industrial. Mais ainda, quando teria ocorrido o primeiro processo de industrialização firme e com conseqüências no desenvolvimento econômico no país? Nesse aspecto, há muitas opiniões divergentes.

A palavra surto significa algo cujo aparecimento é repentino, uma irrupção. No campo da saúde, por exemplo, o surto pode ser definido como alguma enfermidade que em um dado momento atinge níveis exagerados, raramente vistos, mas que com o passar do tempo tende a uma reversão para as condições normais iniciais. Por analogia, um surto industrial pode ser entendido *a priori* com o mesmo ponto de vista, como no exemplo do Brasil, no qual muitos surtos industriais ocorreram[15] antes que a industrialização seguisse um caminho firme, irreversível, que pudesse somar o aspecto qualitativo ao quantitativo, de maneira a contribuir para com o desenvolvimento econômico do país[16].

A historiografia econômica brasileira, quase que consensualmente, indica que provavelmente o instante decisivo tenha ocorrido a partir de 1933, com a recuperação iniciada após a Grande Depressão de 1929. Foi a partir desse momento que a industrialização do Brasil cresceu a longos passos com suas limitações e gargalos, embora sem retrocesso quantitativo.

O desenvolvimento da industrialização brasileira revela pontos interessantes ao ser comparada com a de outros países. Os industriais brasileiros, antes da Segunda Guerra

---

[15] Para Gerschenkron, "*quanto mais atrasada estivesse a economia de um país, mais probabilidade tinha sua industrialização de começar de forma descontínua e adotar o aspecto de um grande surto que tivesse lugar a um ritmo de crescimento do produto industrial relativamente alto*". Gerschenkron, A. *Economic backwardness in historical perspective: book of essays*. Cambridge: Harvard Univ Press, 1962, pág. 367 e 368. Tradução e grifos meus.

[16] *"...os principais surtos de investimento na indústria de transformação ocorreram nos seguintes períodos: 1) entre fins da década de 1860 e início da de 1870; 2) na década de 1880 e princípios da de 1890; 3) nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial; 4) na década de 1920; 5) de 1933 em diante*." Suzigan, W. A *indústria brasileira: origens e desenvolvimento.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pág. 78.

Mundial, na maioria das vezes desenvolviam outras atividades relacionadas tanto com a lavoura de café como com a importação de bens de consumo e de capital, além dos imigrantes, que eventualmente haviam trazido, além da experiência prévia, algum capital. Essa industrialização passou mais de oitenta anos sobrevivendo às custas dos eventuais dissabores internacionais e das oscilações da política cafeeira. É exagero afirmar que tenha existido política governamental para desenvolvimento econômico relacionado à indústria antes da década de 1930.

Alguns autores, como Villela e Suzigan[17] creditam o início desse tipo de política apenas para depois da Segunda Guerra Mundial:

> "Não houve no Brasil, até 1945, uma política com um conjunto coordenado de medidas capazes de incentivar o desenvolvimento industrial. A industrialização, na verdade, nunca foi objetivo básico da política econômica governamental. Ao contrário, a defesa dos interesses do café e a implementação de políticas de contenção freqüentemente contribuíram para inibir o desenvolvimento industrial a longo prazo. Entretanto, nem sempre essas políticas eram levadas a termo e a produção interna era beneficiada, como por exemplo, pela proteção decorrente das desvalorizações cambiais."

Tem sido atribuída a Vargas a percepção de que a dependência brasileira do setor externo tornava-se cada vez mais aguda. Enxergara ele que ano após ano o valor das exportações brasileiras diminuía em relação ao da importação de máquinas e equipamentos de maior valor agregado. Ou seja, os termos de intercâmbio mostravam desvantagem para um país agrícola. Uma saída para aliviar a situação seria o Brasil passar a produzir internamente uma gama de produtos que até aquele momento importava e restringia a sua balança de pagamentos. Como citado, foi em seu governo que a industrialização cresceu a passos maiores e consistentes, em que se realizou o Relatório Niemeyer, de 1931, além da Missão Cooke, em 1941, projetos que, se não podem ser considerados planejamentos

[17] Villela, A, Suzigan, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973, pág. 78.

industriais na plena acepção da palavra, serviram para situar a condição da industrialização brasileira e suas necessidades.

Pressionado pelas elites agrárias e pelos adversários do planejamento e programação econômica, em 1934, disse o presidente[18]:

> "Não nos podemos conformar com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semi-coloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais."

1.2 – Primórdios da industrialização no Brasil: 1850 - 1888

A afirmação acima foi realizada mais de oitenta anos após o fim do tráfico negreiro. Antes de 1850 existia no país o que Braudel[19] chama de atividade pré-industrial. E a data de 1850 é usada no sentido de indicar a ruptura social e econômica imposta pela condenação ao tráfico negreiro no Brasil, pois "*a escravidão constituía ainda a mola mestra*[20] *da vida no país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível*". Braudel usa o termo pré-industrial a fim de elucidar a falta de conceitos antes do século XIX, onde se associava indústria com arte, fábrica ou manufatura, além do envolvimento direto da atividade industrial com a agricultura. A indústria seria vista então como o fim de um processo que culminaria em "*fábricas equipadas com máquinas com o uso de água e vapor como força motriz"*[21].

---

[18] Getúlio Vargas, Discurso pronunciado no dia 6 de agosto de 1934, na instalação do Conselho Federal de Comércio Exterior. *Apud* Ianni, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pág. 27.
[19] Braudel, F. *Civilisation matérielle et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle.* Paris: A. Colin, 1967.
[20] Prado Júnior, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1953, pág. 143.
[21] Danieli, M.N. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a fábrica de ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765 – 1895*. Campinas. Doutorado Economia, Unicamp, 2006.

Roberto Simonsen[22], em seu estudo sobre a evolução industrial no Brasil, cita os seguintes números sobre a atividade industrial no país em 1850:

> "Em torno de 1850, contava o país com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluindo algumas dezenas de salineiras. Há referências a 2 fábricas de tecidos, 10 de indústrias de alimentação, 2 de caixas e caixões, 5 de pequena metalurgia, 7 de produtos químicos, nas quais estavam empregados capitais no valor de mais de 7 mil contos, que, ao câmbio de então, representavam cerca de 780.000 libras esterlinas".

Os números são bastante modestos, mas as estimativas de Caio Prado dão conta de que nos dez anos posteriores ao fim do tráfico de escravos, no país haviam sido fundadas cerca de 62 industrias[23]. Para ele, o progresso após o primeiro decênio de 1850 era claro, a contar com a fundação de "*14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro*"[24].

Muitos desses empreendimentos foram obras de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá[25]. De seus feitos destacam-se também as inúmeras estradas de ferro, a indústria Ponta da Areia (com mais de 1000 operários e que produzia encanamentos, caldeiras, guindastes, pontes e até navios) e mais tarde o telégrafo elétrico submarino[26].

---

[22] Simonsen, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, pág. 14.

[23] Suzigan afirma que "*a indústria de transformação* (em 1850) *limitava-se à produção de panos grossos de algodão, chapéus, calçados e artigos de ferro fundido*". Suzigan, 1986, pág. 77, op. cit., *A indústria brasileira...* O uso do termo "indústria de transformação" se refere aqui à produção em que as matérias-primas são transformadas em bens, sendo excluídas desse modo a indústria extrativa vegetal ou mineral.

[24] Prado Junior, 1953, pág. 192, op. cit., *História econômica do Brasil...*

[25] "*Le Baron de Mauá, que l´on retrouve dans nombre de ces entreprises, symbolise le jeune capitalisme brésilien à l´époque de ses premières victoires, mais ce lles-ci s´inscrivent dans um contexte fondamentalement différent de celui que connaissent à la même époque les pays européens. Nous allons essayer de le montrer en étudiant quelques expériences antérieures quin ne parviennent pas à déboucher sur l´industrie, puis, dans um deuxième temps, nous chercherons à expliquer l´apparition dês industries de biens de consommation et leur croissance à partir de 1850 em analysant le role complexe de l´agriculture d´exportation*". Martin, J. M. *Processus d'industrialisation et developpment energetique du Brésil*. Paris: Inst. des Hautes Études de L'Amerique Latine, 1966, pág. 77.

[26] Segundo Caio Prado, o "*Imperador D. Pedro II, homem medíocre intelectualmente, tinha contudo pretensões literárias, e se lisonjeava muito com a amizade e consideração dos intelectuais e personalidades de renome mundial*". Ibidem, pág. 177. "*Graças a esse desprendimento de Mauá, em 22 de junho de 1874, o Imperador Pedro II expedia, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mensagens congratulatórias ao Papa*

O nascimento dos processos de industrialização após a Revolução Industrial na Inglaterra, em muitos países esteve profundamente entrelaçado à utilização do expediente tarifário e a um relativo destaque da indústria têxtil[27], como também ocorreu na experiência brasileira. Um fator que veio a auxiliar a fundação industrial no século XIX foi a tarifa Alves Branco, de 1844. Medida inédita, o aumento das tarifas para a proteção da indústria dependia da importância do produto para o mercado interno e do fato do produto ser ou não produzido no Brasil. Esse mecanismo instituiu uma tarifa em geral de 30%, podendo chegar até a 60% em quase 3 mil produtos importados pelo Império, mas que o próprio Ministro reconheceu ser insuficiente[28]. A tarifa perdurou até 1857, quando foi substituída em uma reforma de cunho liberal, que reduziu a percentagem sobre as matérias-primas estrangeiras para uma média de 5%, "*revogando-se os privilégios concedidos às fábricas nacionais*"[29].

A polêmica existente entre os protecionistas e liberais, defensores do *laissez-faire - laissez-passer,* que se iniciou nessa época, chegou ao último quartel do século e influenciou as acaloradas discussões entre homens como Joaquim Murtinho, Américo Weneck, Amaro Cavalcanti e Alcindo Guanabara[30], debate que décadas depois se reproduziu entre Roberto Simonsen, Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões.

Pio IX, à rainha Vitória, ao Imperador Guilherme I, ao Marechal MacMahon, ao General Grant, a Vitor Emanuel, ao Vice-Rei do Egito e outros chefes de Estado, recebendo de imediato a resposta". Lima, H.F. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen. São Paulo*: Alfa-Omega, 1976, pág. 22. Pelo visto tal benefício não alterou a relação do Imperador para com Irineu Evangelista, que mais tarde, com dívidas devido à "conjuntura econômica" e aos ataques do capital internacional, entrou em falência, pagando seus credores às vezes com os próprios objetos pessoais. Lima, ibidem, pág. 27.

[27] Sobre o desenvolvimento industrial em uma série de países após a Inglaterra, ver Rostow, W.W. The Take-Off Into Self-Sustained Growth. *The Economic Journal*, vol 66, nº 261. (março, 1956), pp. 25-48; Rosenstein-Rodan. P. Problems of industrialization in eastern Europe. *Economic Journal*, nº 53. (junho, 1943) pp. 202-211. A respeito da indústria têxtil no Brasil ver o estudo detalhado de Stein, S.J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

[28] *"... foram taxadas de 40 a 60 por cento as mercadorias estrangeiras que já são produzidas entre nós, como certas qualidades de vidros, e o chá.; aquelas que podem ser facilmente substituídas, como canhamaço, e gumes da Índia etc.; aquelas de que temos equivalentes de perfeição satisfatórias como são o mogno, e outras madeiras finas etc.; aquelas que pelo seu extenso consumo, e preço moderado podem sem vexame do Povo pagar uma alta imposição, como os vinhos etc. Foram taxadas abaixo daquela quota, isto é, de 25 até 2 por cento, aquelas mercadorias que são empregadas dentro do país em muitos miseres, e artefatos como as folhas de flandres, de cobre, ferro, etc*". Alves Branco, M. Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na primeira Sessão da Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1845, pág. 34 *apud* Luz, N.V. *A luta pela industrialização no Brasil, 1808 a 1930*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, pág. 24.

[29] Ibidem, pág. 30

[30] Idem.

A indústria têxtil foi um dos mais eficazes indicadores sobre o início de um processo de industrialização, e a partir da segunda metade da década de 1860, o seguimento começou a obter crescimento significativo:

> "Em 1866[31] a indústria têxtil atingia maior desenvolvimento, com a existência de 9 fábricas com 14.875 fusos, 385 teares mecânicos, em que trabalhavam 768 operários produzindo 125.000 quilos de fio e 3.944.600 metros de pano, valendo tudo ... 2.116:200$000, ou cerca de 235.000 libras esterlinas, ou mais de 1 milhão de dólares. Nessa indústria eram aplicados motores a vapor gerando 36 HP e rodas hidráulicas produzindo 288 HP. *Nessa mesma época, nos Estados Unidos, existiam mais de 1.000 estabelecimentos desse gênero, com produção superior a 115 milhões de dólares!* Estava ali em pleno apogeu a "American Industrial Revolution", e nós apenas ensaiávamos os primeiros passos para o uso das máquinas industriais"[32].

[31] Simonsen, 1973, pág. 15, op. cit., *Evolução industrial no Brasil...* Simonsen viu a gigantesca arrancada industrial americana e tinha certeza que o Brasil tinha igual capacidade. Suas obras contem esse tipo de afirmação, também no que se refere à ultrapassagem americana sobre a Inglaterra. Sobre a Revolução Industrial Americana, sua formação industrial e seus problemas de mão-de-obra, ver Habakkuk, H.J. *Tecnologia americana y britanica en el siglo 19: em busca de inventos ahorradores de trabajo*. Madrid: Tecnos, 1977.

[32] As estimativas de Stein são de 13.977 fusos, coincidindo na quantidade de tecidos fabricados com Simonsen. Stein, 1979, pág. 35, op. cit., *Origens e evolução da indústria têxtil...*

Tabela 1 - Estimativa da Distribuição Geográfica das Fábricas de Tecidos de Algodão Brasileiras: 1866, 1875, 1885

Província	1866	1875	1885
Maranhão		1	1
Pernambuco		1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio	2	5	11
São Paulo		6	9
Minas Gerais	1	5	13
Total	9	30	48

Fonte: Stein, 1979, pág. 36, op. cit., *Origens e evolução da indústria têxtil...*

Esse desempenho pode ser explicado pelo boom algodoeiro causado pela Guerra da Secessão americana, que teria causado "*um renascimento da indústria têxtil do algodão*"[33] através do corte das exportações dos Estados Unidos. Em seqüência ocorreu a Guerra do Paraguai, que aqueceu a indústria têxtil e vários outros setores. Durante a guerra a industrialização foi favorecida pela inflação e pela proteção tarifária, posto que o governo, ávido por aumentar as receitas públicas debilitadas pelo conflito, voltou a taxar as importações de maneira significativa em 1867. A conseqüência desse ato foi que ele protegeu de forma mais marcante as indústrias, mas não que os resultados da decisão tivessem sido previamente discutidos ou previstos nos gabinetes do Império[34]. O principal e único objetivo era o aumento da receita pública[35]. Descontando o aquecimento industrial, o sistema econômico brasileiro saiu da guerra extremamente fragilizado[36].

[33] Luz, 1961, pág. 40, op. cit., *A luta pela Industrialização...*

[34] Para Dean todo o ufanismo das associações, jornais e opinião pública como resposta ao "*desafio*" causado por uma guerra tendem a ampliar o papel da indústria. "*Em outras palavras, durante a crise da guerra a indústria é mais visível do que em tempo de paz*". Dean, W. *A industrialização de São Paulo (1880–1945*). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971, pág. 108.

[35] "*A quase totalidade de nossas tarifas, durante o século XIX, teve caráter acentuadamente fiscal. Nunca tivemos um governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os governos norte-americanos, a seguir uma política nitidamente protecionista*." Simonsen, 1973, pág. 24, op. cit., *Evolução Industrial no Brasil...*

[36] "*No terreno econômico os resultados da vitória serão nulos; nada se podia lucrar da derrota de um vizinho que embora militarmente forte e bem aparelhado, era economicamente débil e ficou reduzido à ultima extremidade. O Paraguai não poderá nem pagar uma parcela sequer da dívida de guerra, que ficará em*

Após a Guerra do Paraguai o governo imperial instituiu uma política monetária de cunho contracionista para deflacionar a economia. Os preços baixaram, juntamente com os estoques de moeda, o que em médio prazo veio a resultar em uma recessão que durou até 1879. Assim, "*somente na indústria de tecidos de algodão foram feitos novos investimentos, embora ainda predominantemente em pequenas fábricas*."[37]

As dificuldades para estabelecer uma indústria no século XIX eram grandes. A agricultura de exportação e o jogo das bolsas eram mais vantajosos. A conspirar contra esse investimento estava a ausência de combustíveis (principalmente do carvão) e o sistema de transportes.

> "O processo de industrialização revelava-se, contudo, penoso. Atribuíram-se as dificuldades à falta de capitais, os existentes aplicando-se preferencialmente a outros tipos de atividade econômica; à ausência de mão-de-obra capacitada, de máquinas; e ao esmorecimento que de imediato sucedia aos entusiasmos iniciais. Outros fatores assinalados pelos contemporâneos eram a falta de segurança pública, a instabilidade política e a competição exercida por atividades mais produtivas."[38]

A primeira usina hidroelétrica foi instalada em Minas Gerais em 1883, que, segundo Simonsen[39], produzia 52 kW. As principais grandes construções desse tipo só ocorreram nas primeiras décadas do século XX, o que implica em dizer que antes dessas usinas o uso do carvão-de-pedra e do vapor era o mais disseminado. O carvão-de-pedra brasileiro está localizado nos estados do Sul, em principal no Rio Grande do Sul[40] e em Santa Catarina.

---

suspenso até época recente em que é graciosamente cancelada". Prado Junior, 1953, pág. 193, op. cit., *História econômica do Brasil...*

[37] Suzigan, 1986, pág. 81, op. cit., *A indústria brasileira...*

[38] Luz, 1961, pág. 36, op. cit., *A luta pela industrialização...*

[39] Simonsen, 1973, pág. 35, op. cit., *Evolução industrial no Brasil...*

[40] "*Bien individualisés, les bassins charbonniers du Rio Grande do Sul se succèdent de façon discontinue sur plus de 500 km depuis Gravatai, dans la banlieue de Porto Alegre jusqu´à Candiota, à proximité de la frontière uruguayenne. A l´exception de ce dernier bassin qui pourrait atteindre 700 millions de tonnes, ils ne dépassent généralement pas la capacité unitaire de 50 `100 millions de tonnes. La houille s´y présente en plusieurs couches de 0,1 à 2 mètres étagées sur une profondeur totale de 100 à 300 mètres au maximum. Si dans quelques cas l`exploitation à ciel ouvert a pu être entreprise (Irui) ou envisagée (Candiotà), elle s´effectue dans l´ensemble par le traditionnel système des galeries. Bien que leurs caractéristiques précises*

Apesar das estimativas otimistas[41] (5 bilhões de toneladas) o carvão brasileiro era considerado de qualidade inferior se comparado ao existente na América do Norte, Inglaterra e Alemanha, além das dificuldades de extração[42].

> "Entre les charbons britannique, allemand ou américain et celui des trois Etats du Sud, la lutte n´est pas égale. Outre son infériorité physique, ce dernier supporte en effet des coûts élevés imputables: 1º à ses méthodes de production rudimentaires; 2º au caractère archaqïque du système de transport entre les sièges et les ports d´embarquement ; 3º à insuffisance des moyens de transport et de stockage entre le Sud et les ports de Santos ou de Rio de Janeiro"[43].

Na década de 1880 houve o início de outro surto industrial, impulsionado pelo aumento dos investimentos, pelas boas safras de café para exportação, pelo aumento da imigração e crescimento das estradas de ferro. As estradas de ferro, principalmente, ocasionaram economias externas, que para um processo de industrialização seriam primordiais[44]. A evolução da malha ferroviária brasileira foi a seguinte :

---

varient d´un bassin à l´autre, les charbons extraits sont tous de forte teneur en eau et en cendre et bas pouvoir calorifique". Martin, 1966, pág. 44-45, op. cit., *Processus d'industrialisation et developpment....* Grifos meus.

[41] Ibidem, pág. 36.

[42] Completa Caio Prado: "*Além das condições gerais que embaraçavam o progresso industrial do Brasil, ocorrem circunstâncias específicas que dificultaram sobre maneira o estabelecimento da indústria moderna no país. Em primeiro lugar, a deficiência das fontes de energia. O Brasil é pobre em carvão de pedra; as jazidas existentes, de qualidade inferior, são ainda hoje de exploração difícil e precária. No século passado podem-se considerar inexistentes. E energia abundante é condição primordial da moderna indústria maquinofatureira; não podiam fornecê-la entre nós, em quantidade apreciável, nem a lenha nem a força motriz da água ou do vento que eram as únicas fontes (além da humana e da animal) que então possuíamos. Além da deficiência de energia, faltou ao Brasil outro elemento fundamental da indústria moderna: a siderurgia. Neste caso a matéria-prima é abundante; o território brasileiro encerra uma das principais reservas de ferro do universo, tanto em qualidade quanto em quantidade*." Prado Junior, 1953, pág. 257-258, op. cit., *História econômica do Brasil...* Grifos meus. Sobre siderurgia, o Brasil contava com alguns fornos de produção insignificantes e quase artesanais. Só a partir do Estado Novo é que o governo priorizou essa indústria, considerada um sério gargalo. Para se ter uma idéia do papel da indústria pesada em um processo de industrialização, em 1717 a siderurgia representava cerca de 30% da produção total inglesa. Bairoch, P. *Revolução industrial e subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, pág. 67.

[43] Martin, 1966, pág. 49, op. cit., *Processus d'industrialisation et developpment....*

[44] "*O papel das estradas de ferro no desenvolvimento é duplo. Primeiro e nesse particular, sua importância foi justamente apreciada, trata-se de profunda modificação do conjunto do sistema econômico, ocasionada pela baixa do custo dos transportes, aliás acompanhada de redução igualmente sensível de sua duração, o*

Tabela 2 - Malha ferroviária no Brasil : 1854-1890

ANOS		KM
1854-1860	.....	128
1860-1865	.....	312
1965-1870	.....	294
1870-1875	.....	1.264
1875-1880	.....	1.288
1880-1885	.....	3.788
1885-1890	.....	7.062

Fonte : Luz, 1961, pág. 47, op. cit., *A luta pela industrialização...*

Esse surto[45] perdurou até o ano de 1895, compreendendo, portanto, o fim do trabalho escravo, a Proclamação da República e o fenômeno especulativo do *Encilhamento*. São esses fatos que dão nitidez às mudanças econômicas e sociais do país, e "*transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão*[46]". Para efeito de comparação, o total do capital das indústrias constituídas entre 1888 e 1889 foi quase o mesmo montante realizado entre 1822 e 1887[47]. Nesse período foi intensificada a proteção tarifária e a desvalorização cambial, o que baixava o preço do café brasileiro em detrimento da redução dos artigos de importação. Para algumas indústrias em particular foi uma época de significativos investimentos, como para as fábricas de tecidos de lã, calçados, cerveja e a indústria metal-mecânica.

1.3 – Trabalho livre, Proclamação da República e *Encilhamento*

A grande safra cafeeira dos últimos meses do Império e a maciça entrada de capitais estrangeiros permitiram a expansão dos negócios de maneira generalizada na indústria e no

que, em definitivo, traduz em ganho econômico. Os efeitos dessa baixa não influenciaram somente a indústria, mas também a agricultura, graças à possibilidade de especializações regionais e através da redução dos custos do adubo." Bairoch, 1976, pág. 117, op. cit*., Revolução industrial...*

[45] Segundo Suzigan, 1986, pág. 81, op. cit., *A indústria brasileira...*

[46] Prado Junior, 1953, pág. 209, op. cit., *História econômica do Brasil*

[47] Luz, 1961, pág. 105, op. cit., *A luta pela industrialização...*

comércio. Com a extinção da escravidão - a ignomínia[48] que restava ser destruída, posto que além do Brasil, apenas Cuba preservava a escravidão - milhares de pessoas foram transformadas em assalariadas, o que necessitou de uma maior monetização da economia por meio de aumento do meio circulante[49]. Esse aumento foi realizado graças à concessão de maior liberdade ao sistema bancário para emissão de papel-moeda. Visando maior investimento nas indústrias, foi gerada certa facilidade de empréstimos às sociedades anônimas para que essas consolidassem seu capital e multiplicassem a produção no curto prazo (ao menos era a essa a intenção do ministro da Fazenda, Rui Barbosa). O resultado acabou tendo o efeito contrário do previsto e se transformou em uma corrida especulativa, com chamadas de capitais ao grande público que evidenciavam muitas vezes interesses de pessoas inescrupulosas.

> "O espírito conservador do Império, sua prudência e sua tradicional política monetária continham, porém, os excessos do entusiasmo brasileiro. Proclamada a República, todas as amarras foram rompidas. As emissões sucediam-se vertiginosamente e às sociedades anônimas foi outorgada plena liberdade. Os resultados não se fizeram esperar. Multiplicaram-se as empresas de toda a sorte e uma espécie de loucura financeira apoderou-se do país, particularmente da praça do Rio de Janeiro"[50].

---

[48] Convém citar nota do Correio Paulistano, na data da Abolição, o sentimento de que o fato era inevitável e há muito adiado. "*13 de maio de 1888! Que enormíssimo prestígio não tem esta data! Que influição poderosa não vai ela exercer sobre a marcha da civilização do Brasil, sob o céu do Cruzeiro do Sul, cujo brilho de hoje em diante deve ser mais intenso e luminoso para todos os brasileiros!... Uma verdade, porém, ressalta aos olhos de todo mundo: Para se lavar a legendária mancha do escravismo, não foi necessário que sobre ela corresse uma onda de sangue: bastou-lhe uma onda de luz. Depois da proclamação da Independência do Brasil, esta é a página mais gloriosa que se escreve em nossa história*". Wenceslau de Queiroz, "Post Tenebras", Correio Paulistano (São Paulo, 15 de maio de 1888) *apud* Luz, 1961, pág. 104, op. cit., *A luta pela Industrialização...*

[49] A quantidade de moeda em circulação em 1889 era de 200.000 contos. Três bancos foram autorizados a emitirem moeda sem conversão obrigatória em ouro, desde que essas emissões não ultrapassem o triplo dos depósitos em ouro; eram eles o Banco Nacional do Brasil, o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio. Sem obter o resultado esperado por essa estratégia, o governo decidiu utilizar a emissão lastreada em títulos da dívida pública em janeiro de 1890, buscando também aumentar a procura por esses títulos. Botelho Junior, C.O. A crise cambial do Encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, nº 2, jul/ dez de 2003, pp. 275-294.

[50] Luz, 1961, pág. 105, op. cit., *A luta pela industrialização...*

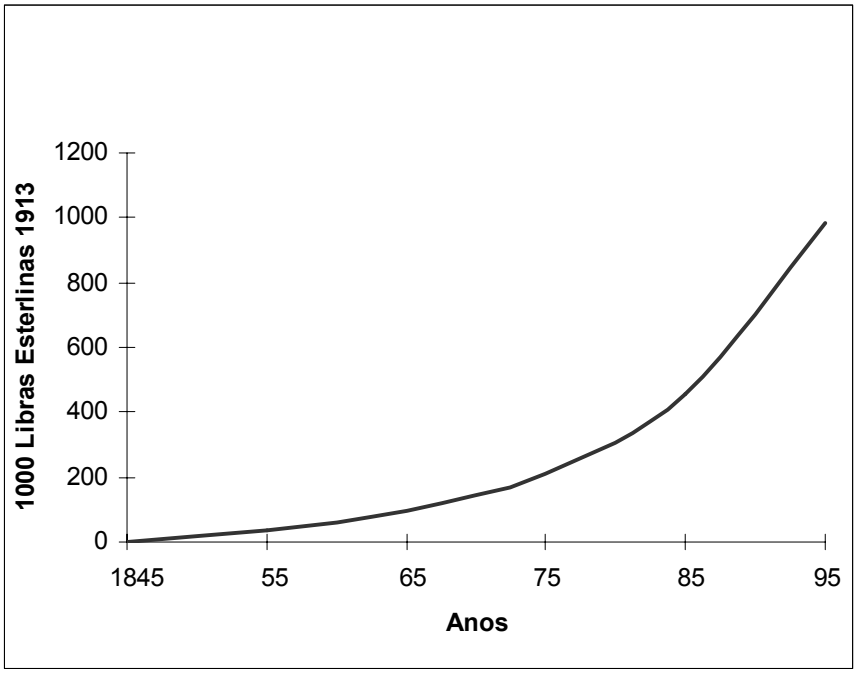
Ao momento econômico compreendido entre a proclamação da República e janeiro de 1891 dá-se o nome de *Encilhamento*[51]. No *Encilhamento*, movidos pelo entusiasmo das facilidades cedidas também pelo governo, muitas empresas realizaram encomendas de maquinário do exterior na ocasião em que o câmbio em relação à Libra Esterlina estava favorável. No ano seguinte, quando houve uma desvalorização cambial na casa de 30% do valor do mil-réis em relação à moeda inglesa, muitas dessas empresas não tinham mais condições de assumir tais compras[52]. Recorrendo ao governo, iniciou-se veemente clamor da sociedade relacionado a tais favores, aos jogos na bolsa, à inflação decorrente da emissão desvairada e sobre a necessidade de uma industrialização forçada e artificial. No olho do ciclone que se tornou o *Encilhamento*, inúmeras empresas paralisaram suas atividades[53], ou sequer saíram do campo do planejamento para o da produção. Assim mesmo, conforme o gráfico 1, observa-se a ampliação no movimento de investimentos na indústria de transformação até 1895, e Stein[54] não tem dúvidas que o *Encilhamento* teve efeitos profundos e irreversíveis no processo de industrialização do Brasil:

> "A inquietação política, social e econômica que marcou a queda do Império e a instalação da Primeira República, no período compreendido entre 1889-1892, obscureceu o significado do efêmero *Encilhamento* e, em particular, da contribuição do Estado para o crescimento industrial. A maior parte dos brasileiros familiarizados com o assunto o associavam exclusivamente à especulação na Bolsa e às demais iniciativas fraudulentas dos especuladores. Tal avaliação do boom e da campanha que dele resultou pela assistência governamental às indústrias carentes de crédito peca pela

[51] O termo *Encilhamento* foi usado por identificar o movimento especulativo com o alinhamento dos cavalos antes de uma corrida, ou seja, no momento de maior ebulição dos apostadores. Não é objetivo do trabalho estudar as diversas interpretações sobre o fenômeno da ciranda financeira no início da República.
[52] Segundo Luz, 1961, pág. 108, op. cit., *A luta pela industrialização...*
[53] Américo Werneck fez em 1892 a pergunta definitiva: "*Como se vê, todas essas crises de bancos, indústria nacional, bolsa e câmbio, entrelaçam-se como os fios de uma meada. Onde está o fio condutor? Qual o meio prático de melhorar o câmbio? É diminuir a importação. Qual o meio de regular essas diminuição? Protegendo a indústria e valorizando os seus títulos. Mas qual é, finalmente, o meio prático de desenvolver a indústria sem golpes no tesouro, descriminando as empresas boas das que se criarão exclusivamente para a jogatina e a fraude*? Werneck, A. O Brasil: seu presente e seu futuro, 1892. *Apud* Carone, E. O pensamento industrial no Brasil, 1880-1945. Rio de Janeiro: Difel, 1977, pág. 29. Grifos meus.
[54] Stein, 1979, pág. 104-105, op. cit., *Origens e evolução da indústria têxtil...*

superficialidade. A despeito da euforia especulativa, as fábricas têxteis sobreviveram, novas fábricas foram fundadas e a indústria de tecidos de algodão assegurou para si um futuro promissor. Ao tornar mais liberais os créditos para a formação de sociedades por ações, ao ampliar o campo de atuação econômica dos bancos e ao intensificar a emissão de papel-moeda, o governo republicano acelerou o processo de formação de capital (...) Além disso, a decisão tomada pelo governo de conceder um empréstimo direto à indústria no momento da crise e de adotar uma política tarifária protecionista abriu importante precedente do qual os industriais saberiam tirar proveito no futuro."

Gráfico 1 - Investimento na Indústria de Transformação no Brasil: 1845-95



Fonte : Adaptado de Suzigan, 1986, pág. 78, op. cit., *A indústria brasileira...*

Já em 1896 esse surto foi interrompido, indicando a primeira recessão do período republicano. Uma grande crise assolou o mercado cafeeiro, diminuindo a receita das exportações provenientes da venda do café e com ela também a renda nacional. A vulnerabilidade da economia nacional em relação aos movimentos de alta de baixa do preço

do café a essa altura se mostrava bastante proporcional às outras atividades, pois o investimento industrial acompanhou essa queda[55], com exceção dos têxteis.

Dean aponta essa interdependência, ressaltando que o café havia sido um vetor importante para o investimento industrial, e que muitas das economias externas conseguidas no intuito de beneficiar as indústrias teriam sido realizadas por fazendeiros de café, citando a energia elétrica e as linhas férreas[56].

Certamente as ferrovias auxiliaram na diminuição dos custos de transporte, que até 1930 eram considerados como um dos gargalos que levaram ao altos preços[57]. Mas, um outro fator que ajudou a alavancagem da indústria nacional nesse surto teriam sido os importadores. Ao contrário do que se pode ser pensado, a relação entre os industriais e os importadores era muito mais estreita do que as variações no câmbio podiam determinar, pois "*o importador, e mais ninguém, possuía todos os requisitos do industrial bem sucedido: acesso ao crédito, conhecimento do mercado e canais para a distribuição do produto acabado*[58]". Não foram raros os casos em que o importador de produtos manufaturados se converteu em industrial. Suas fábricas iam abrangendo cada vez mais uma vasta gama de produtos, progredindo nas fases de expansão do processo industrial.

O decênio anterior à Primeira Guerra Mundial foi marcado por intensa discussão referente a questão da proteção à indústria. As tarifas elevadas do período levam a crer que os favoráveis à proteção via tarifas aduaneiras conseguiram êxito. As tarifas, consideradas "ultraprotecionistas" foram firmadas em 1905[59]. Em 1900 alguns produtos pagavam impostos *ad valorem* na razão de 25% para a maioria dos produtos; em 1922 essa cota

---

[55] Suzigan, 1986, pág. 83, op. cit., *A indústria brasileira...*

[56] Ver Dean, 1971, op. cit., *A industrialização de São Paulo*. O estudo de Dean destaca o movimento linear de capitais e investidores entre a agricultura cafeeira e a indústria.

[57] Leff, N. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991, pág. 210.

[58] Ibidem, pág. 27.

[59] Luz, 1961, pág. 138, op. cit., *A luta pela industrialização...* Para competir com as mercadorias americanas e européias, com a produção restringida a um pequeno mercado consumidor e com técnicas rudimentares em relação aos países extremamente industrializados, as indústrias nacionais produziam mercadorias a preços altos, respaldadas pelo preço ainda maior impetrado às mercadorias importadas. O resultado foi o grande aumento no custo de vida, em especial a partir de 1905, que também pode ser explicado pelo de fato de que 70% da renda do governo nos primeiros 30 anos de República vinha dos impostos diretos aduaneiros. Como os fabricantes tinham que importar máquinas e matérias-primas, todo o custo acabava sendo repassado ao consumidor. Dean, 1971, pág. 94, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*

chegava ao número impressionante de 60%. Essa proteção, após a desilusão do *Encilhamento*, provocou debates acirrados a respeito da existência de uma "indústria artificial", que prejudicava o consumidor final devido aos altos preços em relação às importações, com algumas fábricas apenas montando os produtos, cujas fases anteriores de produção haviam sido realizadas no exterior.

Devido a expansão da lavoura de café e com uma diversa gama de investimentos em capital social básico[60], como estradas de ferro e portos, a indústria brasileira, segundo o censo de 1907, apresentava a seguinte diversificação:

[60] Para Rostow a denominação de capital social fixo ou básico é: "*À parte sua importância quantitativa, os investimentos sociais fixos têm três características que os distinguem do investimento em geral, como é comumente apresentado em modelos macroeconômicos. Primeiramente, os períodos de gestação e de remuneração são em princípio longos. Ao contrário da duplicação da colheita ou da aplicação de fertilizantes químicos dentro de um ou dois anos após ser encetada sua construção, conquanto venha a proporcionar benefícios imensos durante tempo bastante longo. Em segundo lugar, o capital social fixo é geralmente volumoso: a gente ou bem constrói uma estrada de ferro, digamos de Chicago a San Francisco, ou não constrói – uma linha ferroviária incompleta é de uso limitado, malgrado muitas outras formas de investimento – na indústria e na agricultura – possam ser valiosas através de pequenos acréscimos sucessivos. Em terceiro lugar, é de sua própria natureza que os lucros oriundos do capital social fixo retornou muitas vezes à comunidade considerada como um todo – por via de causas indiretas – em vez de diretamente para os homens de empresa que o puseram em movimento*". Rostow, 1974, pág. 42, op. cit., *Etapas do desenvolvimento....*

Tabela 3– Importação e Produção Industrial Brasileira de Alguns Produtos em 1907

Artigos	Valor da Importação	Valor da Produção Nacional	Diferença para mais ou menos na produção nacional
Tecidos de Algodão	67.499:817$	135.025:668$	+ 67.525:851$
Tecidos de lã	12.069:790$	11.375:200$	- 694:590$
Couros e preparados	1.873:237$	15.091:100$	+ 13.214:863$
Aniagem	64:787$	22.389:730$	+ 22.324:943$
Tecidos de Seda	4.593:614$	1.042:320$	- 3.551:294$
Gravatas de Seda	88:328$	2.320:000$	+ 2.231:672$
Mobílias de Madeira	1.352:798$	11.760:000$	+ 10.407:202$
Ladrilhos	1.176:574$	3.309:000$	+ 2.132:426$
Calçado	968.768$	26.726:900$	+ 25.758:361$
Perfumaria	3.472:996$	2.081:752$	- 1.391:244$
Chapéus	1.948:539$	15.384:200$	+ 13.435:661$
Guarda-chuvas	1.146:453$	3.729:000$	+ 2.582:547$
Charutos e cigarros	129:343$	20.318:785$	+ 20.189:442$
Flores artificiais	106:531$	1.337:500$	+1.230:969$
Tintas para escrever e imprimir	309:602$	968:800$	+ 659:198$
Fósforos	4:450$	21.275:000$	+ 21.270:550$
Malas e bolsas	207:650$	2.864:000$	+ 2.656:350$
Luvas	-	468:000$	+ 468:000$
Produtos cerâmicos	2.774:648$	10.363:000$	+ 7.588:352$
Barbante e corda de linho e juta	940:144$	2.382:000$	+ 1.441:856$
ARTIGOS DE ALIMENTAÇÃO			
Açúcar	43:477$	67.257:368$	+ 67.213:891$
Banha	4.650:314$	13.485:000$	+ 8.834:686$
Biscoitos	222:280$	3.282:000$	+ 3.059:720$
Cerveja	333:181$	22.686:290$	+ 22.353:109$
Chocolates e doces	219:713$	7.888:000$	+ 7.668:287$
Vinagre	153:797$	144:000$	- 9:797$
Xarque	17.345:162$	38.769:300$	+ 21.424:138$
Massas	51:102$	3.897:485$	+ 3.846:383$
Sal	1.697:172$	3.126:368$	+ 1.429:196$
Manteiga e queijo	7.751:726$	6.998:749$	- 752:997$
TOTAL	133.195:993$	447.746:515$	+ 344.550:522$

Fonte: IBGE – *Séries Estatísticas Retrospectivas*. RJ, 1986.

A indústria pesada e de bens de capital só começou a fazer parte das estatísticas após a década de 1930. E mesmo assim, a descrição da industrialização nacional mostra

uma vasta diversificação de produtos e seus respectivos superávits em relação às importações que até trinta anos antes não eram sequer considerados, com destaque para indústria têxtil e de calçados. A indústria mecânica não foi computada no censo, o que leva a crer em sua insignificância.

1.4 – O significado da Primeira Guerra Mundial

Na literatura sobre a industrialização brasileira, a questão da importância da Primeira Guerra Mundial ainda é um tema em discussão, principalmente na questão dos avanços na produção. No geral, a opinião mais usual é que houve uma grande substituição de importações[61] e super-utilização da capacidade ociosa, o que pode ter ocasionado o uso de três turnos em muitas fábricas, como ocorreu em outros choques adversos como, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.

Mas existem autores que questionam tal interpretação. Suzigan, por exemplo, não considera essa etapa como um surto de investimento na indústria de transformação, pois analisa que teria ocorrido até certa retração[62]. Warren Dean vai mais longe ao detalhar os efeitos negativos que a guerra exerceu sobre os termos de trocas de mercadorias entre o Brasil e os países industrializados, visto que o país ainda dependia de forma significativa dos insumos e maquinário importado:

> "À proporção que a guerra se tornava mais difundida e total, os "*terms of trade*" continuaram a deteriorar-se e as quantidades de artigos importados continuaram a diminuir. Enquanto os Estados Unidos não entraram na

[61] Ver Fishlow, A. Origins and consequences of import substitution in Brazil. In: Di Marco, *International Economics and Development – Essays in Honor of Raúl Prebisch*. New York: Academic Press, 1972; Baer, W. *Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1966.

[62] "*Durante a Primeira Guerra Mundial o investimento na indústria de transformação foi uma vez mais drasticamente reduzido. Em 1915-1916 as exportações de maquinaria industrial para o Brasil estavam reduzidas a cerca de 12% do nível de 1913 e a cerca de 16% em 1917-1918. As dificuldades para importar máquinas e equipamentos e o forte aumento dos preços de importação durante a guerra certamente explicam a queda no investimento, da mesma forma que as dificuldades para importar matérias-primas e outros insumos explicam a redução do ritmo de crescimento da produção industrial naqueles anos*." Suzigan, 1986, pp. 84-85, op. cit., *A indústria brasileira...*

> guerra, o comércio ultramarino do Brasil pouco sofreu. Os Estados Unidos compravam a maior parte das exportações brasileiras e forneciam muitos artigos manufaturados anteriormente fornecidos pela Europa. O comércio com os países neutros também aumentou, em parte porque os exportadores alemães estavam organizando frentes na Suécia e na Dinamarca. O ano de 1917 assinalou o início da verdadeira crise[63]. Em março, os ingleses suspenderam todas as importações de café por falta de recursos de embarque e começaram a restringir a quantidade de espaço de carga que as exportações brasileiras poderiam ocupar em seus cargueiros, com receio de que algumas mercadorias pudessem chegar às potências centrais. A entrada dos Estados Unidos na guerra reduziu acentuadamente as possibilidades comerciais do Brasil. Finalmente, o Brasil revogou sua neutralidade em junho e declarou guerra em outubro."[64]

Fishlow, por outro lado, considera a Primeira Guerra Mundial como sendo "*a second surge of import substitution*"[65], com inegável influência positiva sobre a produção, apesar da interrupção nas importações das máquinas e equipamentos[66]. Suas estimativas apresentam aumentos na produção de algodão na casa de 57% entre 1914 e 1918[67], com o consumo sendo suprido em 85% por mercadorias fabricadas internamente e grandes lucros causados pela inflação de guerra que puderam ser utilizados como socorro à depreciação e à formação líquida de capital, no imediato pós guerra[68].

A principal conclusão de Fishlow é de que a guerra permitiu a utilização da capacidade industrial e ao processo de industrialização "*a step further*"[69].

---

[63] Grifos meus.
[64] Dean, 1971, páginas 98 e 99, op. cit., *A industrialização de São Paulo*...
[65] Fishlow, 1972, pág. 320, op. cit., *Origins and consequences*...
[66] Sobre os efeitos negativos da interrupção de importações de bens de capital para acumulação de capital em países em desenvolvimento, ver Nurkse, 1957, op. cit., *Problemas de formação de capital*...
[67] Fishlow, 1972, pág. 320, op. cit., *Origins and consequences*… Fishlow teme que a cifra de 24,7 das importações como parte da oferta de mercadorias, número este apresentado pelo Censo Industrial, esteja superestimado.
[68] Segundo ele: "...*critics in focusing upon the investment during the war, ignore the role of the increased profits in financing subsequent capital formation as well as the stimulus afforded by demand to the purchase of new equipment. The large imports of more modern machinery in the early 1920s, and the initiation in Brazil local manufacture of cement and steel, date from this postwar period.*" Ibidem, pág. 321.
[69] Idem.

> "In summary, then Brazilian industry had achieved by 1919 substantial autonomy in its production of consumer goods. Foodstuffs were protected by the tariff of distance that militated against transport of processed products and dependent largely on primary inputs from domestic agriculture. Textiles had achieved national domination through a phased process of import substitution and income growth, and while requiring protection to complete, showed signs of possible vitality".

Segundo Werner Baer, a urbanização dos grandes centros teve um papel preponderante no crescimento da industrialização brasileira na Primeira Guerra. As fazendas estariam trabalhando muito aquém do pleno emprego dos fatores de produção, pela interrupção das exportações que a guerra provocou. Uma grande massa de sertanejos e imigrantes acompanhou a ampliação das ferrovias e usinas elétricas que os capitais estrangeiros proporcionaram antes do conflito, fornecendo aos industriais um exército industrial amplo e barato. Esse fato, somado ao corte de suprimentos da Europa e à inflação, teria expandido as empresas industriais. Para Baer, "*criaram-se, durante a guerra, 5936 estabelecimentos industriais e o valor da produção industrial cresceu 212% entre 1914 e 1919.*"[70]. 212%, mesmo em se tratando de números nominais, parece ser uma cifra exagerada. Se a capacidade instalada estivesse trabalhando em 40%, por exemplo, para que se triplicasse a produção seriam necessários, além de pôr todo o estoque de capital em funcionamento em três turnos, uma gigantesca formação de capital[71]. Tal afirmação é considerada como muito pouco provável, visto que houve importante corte nas importações de maquinários e a economia brasileira ainda não produzia bens de capitais nessa época.

---

[70] Baer, W. *Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966, pág. 12.

[71] É a opinião de Villela, A e Suzigan, W, 1973, pág. 146, op. cit., *Política do governo e crescimento...* "*... é pouco claro que possa ter havido um surto de industrialização, não obstante a drástica queda nas importações de bens de capital para indústria, que eram basicamente a única fonte de suprimento de maquinaria industrial, no consumo aparente de aço e cimento (também suprido através de importações), assim como grandes reduções nas importações de combustíveis (também fonte básica, pois o suprimento de carvão nacional tinha importância mínima) e de matérias-primas.*"

Cabe então, para melhor esclarecer discussão, apresentar a estimativa da produção industrial na economia.

Tabela 4 - Brasil: valor das exportações, das importações de equipamento industrial e índice da produção industrial, 1912-1920 (1912=100)

Ano	Exportações	Importação de Equipamento Industrial	Produção Industrial	Formação Bruta de Capital Fixo[72]
1912	100,0	100,0	100,0	100
1913	87,7	106,1	100,0	115,7
1914	62,7	43,0	90,4	45,9
1915	72,3	12,5	102,2	24,9
1916	75,6	13,9	114,4	28,6
1917	84,4	18,1	124,5	21,8
1918	81,9	15,8	123,1	14,7
1919	157,3	29,5	137,6	40,6
1920	110,3	47,2	147,2	46,8

Fonte: Adaptado de IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

Segundo a série constante na Tabela 3, o início da guerra reduziu fortemente as importações de equipamentos, o que também é demonstrado na formação de capital. A tese de que a capacidade instalada foi sobrecarregada, com base nos dados acima, deve ser verdadeira, posto que o produto industrial cresceu nos cinco anos de guerra a uma taxa média de 4%. Em relação a 1919, a majoração se comparado à produção de 1912 foi de 37,6%. Mesmo considerando qualquer tipo de margem de erro, entre 1914 e 1918 fica difícil comprovar que a produção industrial brasileira tenha crescido mais que 50%.

Em 1920, após o conflito, o governo produziu outro mapa da produção industrial brasileira. Segundo o referido levantamento, a situação do setor industrial brasileiro era a seguinte:

[72] Adaptado de Morandi, L. *Estimativa do estoque de capital fixo , Brasil – 1950/2000*. Rio de Janeiro: IPEA/ Dimac, 2003. No Brasil não se desconta dos investimentos o fator depreciação, portanto, a Formação de Capital Fixo é a taxa bruta sem depreciação. Não existem estimativas confiáveis a respeito do estoque de capital brasileiro na Primeira República.

Tabela 5– Resultados gerais do Censo Industrial, segundo os grupos industriais - 1920

Grupos de Indústrias	Estabelecimentos	Capital Empregado	Força Motriz	Operários	Valor da Produção
Indústrias têxteis	1.211	706.415	140.117	112.195	825.401
Indústrias de couro, de pele e similares	424	40.371	6.140	4.605	63.229
Indústrias de Madeiras	1.207	97.277	30.645	12.161	114.039
Metalurgia	509	67.157	8.421	14.147	103.646
Cerâmica	1.590	50.222	9.211	18.883	71.694
Produtos Químicos e produtos análogos	950	151.040	19.290	15.350	237.315
Indústrias de alimentação	3.969	521.606	71.737	51.871	1.200.119
Indústrias do vestuário e toucador	1.988	101.680	7.409	28.248	246.202
Indústrias do mobiliário	548	19.889	5.560	7.994	40.059
Indústrias da edificação	311	12.694	2.937	3.600	25.515
Construção de aparelhos transportadores	533	25.242	4.109	5.118	49.469
Produção e transmissão de forças físicas	29	15.873	4.518	479	4.056
Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústrias de luxo .	47	5.689	330	861	8.445
TOTAL	13.336	1.815.156	310.424	275.512	2.989.176

Fonte: Adaptado de IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Valor do capital empregado e valor da produção em contos de réis. Força motriz em HP.

Os maiores destaques são as indústrias têxtil, alimentação e do vestuário. Passam a fazer parte das estatísticas de maneira mais acentuada as indústrias madeireira, a química e a metalúrgica, diferentemente do Censo de 1907.

1.5 – Investimentos industriais na década de 1920 e a concentração paulista

Terminada a guerra a indústria brasileira estava com maquinário obsoleto e depreciado. Muitas encomendas de maquinário foram feitas para serem atendidas nos Estados Unidos e, após o início da recuperação européia, pela Inglaterra. Essas encomendas foram realizadas com base nos lucros alcançados durante o conflito mundial. A década de

1920 foi marcada por um grande surto de investimentos na indústria, tanto na de transformação na como alimentícia[73].

Villela-Suzigan[74] afirmam que isso foi de extrema importância no deslanchar industrial dos anos de 1930, dada a Grande Depressão. Os anos vinte também são considerados como o apogeu da economia de exportação cafeeira. O ano de 1928 foi, excetuando 1919, o ano em que as exportações brasileiras mais se valorizaram. Esse fato pode ser considerado singular se forem tomadas as opiniões em relação a década de vinte como um período de surto industrial, posto que a renda do café estava atrelada à renda nacional como principal expoente.

Tabela 6 - Brasil – Importações segundo os tipos de bens, 1901-1929 – em % do total

	Média	dos	Períodos
	1901-1910	1911-1920	1920-1929
Bens de Consumo	35,2	27,0	20,8
Duráveis	5,8	7,0	10,2
Não Duráveis	29,4	19,8	10,6
Combustíveis e Lubrificantes	8,2	12,5	11,5
Matérias-Primas	47,1	50,4	53,7
Bens de Capital	8,8	10,1	14,0
Para a Indústria	2,2	3,1	3,9
Bens Não Classificados	0,7	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Villela e Suzigan, 1973, pág. 170, op. cit., *Política do governo...*

O que pode corroborar com a sugestão de um incremento no investimento, segundo a Tabela 5 é o aumento das importações de bens de capital e matérias-primas, nos quais o valor agregado é maior. A participação dos bens de consumo nas importações diminuiu progressivamente desde o começo do século, o que indica aumento na quantidade substituída para o grupo. Iniciaram-se investimentos na indústria de base e em materiais mais complexos: foram construídas cinco usinas siderúrgicas e uma fábrica de cimento

[73] Suzigan, 1986, pág. 84 e 85, op. cit., *A indústria brasileira...*

[74] Villela, A, e Suzigan, W, 1973, pág. 87, op. cit., *Política do governo e crescimento...* Além da nova capacidade instalada nos anos que procederam a guerra, os autores caracterizam o período 1920-1929 como um período de surto industrial significativo.

entre 1924 e 1926[75]. Também teve início a produção de máquinas agrícolas e industriais simples, além da implantação das primeiras fábricas de química, de produtos farmacêuticos e aparelhos elétricos.

A idéia de surto industrial significativo na década de 1920 é incerta para alguns autores. Baer afirma que "*muitas das indústrias instaladas durante a guerra sofreram sério retrocesso*"[76]. Cita como um dos motivos a qualidade inferior e o preço dos bens produzidos no país em relação aos americanos e europeus, em franca recuperação após terminada a guerra. Dean também faz observações a esse respeito, sobre imitações, adulterações de rótulos dos produtos ou falsificações grosseiras, mas confirma certo exagero em relatos do tipo devido "*a incapacidade de se criar uma ideologia capitalista*"[77]. Fishlow também acredita na possibilidade de um retrocesso na produção:

> "A década dos anos 20 não foi muito positiva quanto à propagação da industrialização limitada que o Brasil havia atingido em 1919. A produção têxtil continuou a se expandir apenas até 1922-1923, com o restante do período marcado por crescente participação estrangeira no mercado interno. Em 1928, o ano do pico das importações, a participação das importações tinha voltado ao nível anterior ao da I Guerra Mundial, e provocou agitação para uma maior proteção tarifária, obtida no ano seguinte (...) A complicada situação da indústria era ainda mais difícil por causa dos grandes investimentos realizados para expandir e modernizar a capacidade, após a guerra. Embora os custos tenham sido provavelmente reduzidos, o baixo nível de proteção evitava a realização dos lucros esperados. A indústria, em geral, refletia esta mesma situação."[78]

Foi durante a década de 1920 que a concentração industrial no Estado de São Paulo começa a se tornar significativa. O deslocamento do centro industrial do então Distrito

---

[75] Segundo Suzigan, 1986, pág. 87, op. cit., *A indústria brasileira...*
[76] Baer, 1966, pág 14, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*
[77] Dean, 1971, pág. 136, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*
[78] Fishlow, 1972, pág. 326, op. cit., *Origins and consequences*… Tradução minha.

Federal para essa região se deu a partir de 1905[79]. A indústria paulista crescera, entre 1907 e 1919, cerca de 8,5 vezes, enquanto o montante nacional teria crescido 3,5 vezes. Durante esse período a participação de São Paulo na divisão nacional passou de 15,9% para 31,5%[80].

> "Inicialmente, cabe lembrar que a economia cafeeira de São Paulo foi a que representou o maior dinamismo no contexto nacional. Resolvendo pioneiramente sérios problemas de infra-estrutura, como o de transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização, estava, ao mesmo tempo, criando um acúmulo de economias externas que beneficiaram a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção."[81]

Dean, como Wilson Cano e Villela e Suzigan afirmam que a industrialização de São Paulo foi diretamente gerada pela renda do café[82], rebatendo Baer e Fishlow sobre a teoria dos choques adversos da Primeira Guerra.

> "Conquanto o papel das exportações de café na estimulação da indústria seja geralmente reconhecido pelos que analisam o desenvolvimento inicial de São Paulo, costuma-se afirmar, por estranho que pareça, que o desenvolvimento da indústria não decorreu do crescimento do comércio do café, mas do seu gradativo colapso. Presume-se que a procura criada pelo café teria sido totalmente satisfeita por meio de importações se o café não se tivesse tornado cada vez menos capaz de pagá-las. Sumariando as hipóteses de vários historiadores econômicos brasileiros, Werner Baer sustenta que os surtos industriais registrados nas primeiras décadas do século XX foram causados principalmente por choques recebidos do

[79] Segundo Cano, W. Alguns aspectos da concentração industrial. In: Versiani, F. *Formação econômica do Brasil*. SP: Saraiva, 1977, pág. 91.
[80] Ibidem, pág. 92.
[81] Idem. Grifos meus.
[82] Villela, A, Suzigan, W, 1973, pág. 171, op. cit. *Política do governo...* Cano, W. 1977, pág. 93, op. cit., *Alguns aspectos da concentração...*

exterior. Os choques, explica ele, seriam guerras ou crises comerciais, que interrompiam fisicamente os suprimentos estrangeiros ou reduziam a qualidade disponível de divisas para a compra de mercadorias alienígenas."[83]

Além das condições citadas, a industrialização em São Paulo encontrou um mercado de trabalho com abundante mão-de-obra. Talvez isso explique o salário médio baixo[84], e a alta empregabilidade de mulheres e crianças. A taxa de crescimento da indústria paulista nos primeiros vinte anos do século XX teria sido de 8%[85], e de 1921 a 1940. Dean conclui que o investimento foi maior que o crescimento da produção, em cerca de 60 a 70% do ritmo anterior.

Tabela 7 - Concentração da Produção Industrial no Brasil: 1907-1939

Regiões	Concentração (%)		
	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara (sic)*	30,2	20,8	17,0
Rio de Janeiro	7,6	7,4	5,0
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
Demais	28,4	23,6	16,3
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cano, 1977, pág. 115, op. cit., *Alguns aspectos da concentração....*
* Cf. texto original, mas é referente ao então Distrito Federal.

Durante as décadas de 1920 e 1930 alguns fatores propiciaram o vigoroso crescimento da indústria paulista. Dean cita uma hidroelétrica construída em Cubatão, com geradores que produziam cerca de 200.000 HP[86]. Uma porção de fábricas produzia ferro-

[83] Dean, 1971, pág. 94 e 95, op. ct., *A industrialização de São Paulo...*
[84] Wilson Cano informa que os salários em São Paulo eram inclusive menores do que no resto do Brasil, na casa de 6% em média. Cano, W. 1977, pág. 92, op. cit., *Alguns aspectos da concentração...*
[85] Dean, 1971, pág. 115, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*
[86] Ibidem, pág. 120.

gusa e cimento, e houve diversificação em máquinas para o ramo têxtil, materiais elétricos e até motores. Grande quantidade de capital estrangeiro foi investida na região, com destaque ao investimento americano, crescendo em parcelas consideráveis se comparado ao capital originário da Inglaterra.

Dean usa o argumento de que a década de 1920 foi forte em investimento, e não tanto em produção. O destaque de São Paulo no cenário nacional se deu por suas maiores taxas de crescimento em relação aos demais estados, porque a produção industrial na década teve médias menores que nos primeiros vinte anos do século[87]. Os vintes anos seguintes assistiram ao aproveitamento da capacidade realizada e a índices que comprovam não a um novo surto industrial, mas um tipo específico de industrialização, distinto dos padrões conhecidos em países desenvolvidos, embora sólido, firme e irreversível quanto a sua extensão.

1.6 – Da Grande Depressão às vésperas da Segunda Guerra Mundial

O dia 24 de outubro de 1929 ficou conhecido como "quinta feira negra". Foi o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York, quando 70 milhões de títulos foram despejados no mercado acionário, sem encontrar contrapartida financeira para sua aquisição. Em poucos dias todos os setores da economia americana, tomados pela mais completa desconfiança, pararam suas atividades. Com a crise instalada, o setor das famílias diminuiu a demanda por bens supérfluos e as empresas reduziram drasticamente investimentos e produção, fazendo despencar a renda nacional. Em três anos 15 milhões de pessoas perderam seus empregos, 85 mil empresas faliram e mais de 5 mil bancos encerraram suas atividades[88].

A catástrofe econômica e social atingiu praticamente todo o mundo[89]. O resumo que se segue é essencial para esclarecer seus efeitos sobre a economia brasileira e o posterior processo de industrialização do país. Os Estados Unidos da América eram o principal

[87] Ibidem, pág. 137.
[88] Bairoch, 1976, op. cit., *Revolução Industrial e subdesenvolvimento...*
[89] Excluindo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por não integrar de modo relevante ao sistema de divisão internacional do trabalho.

comprador do café brasileiro; deflagrada a crise, no plano para a recuperação da demanda agregada americana o café brasileiro não era prioridade para o cidadão médio. Os gastos com o consumo foram diminuídos e o Brasil tivera uma superprodução dessa cultura na década de 1920, ocasionada pelo Programa de Valorização do Café[90]. Com a crise o preço do café em 1933 ficou reduzido a um terço do valor de 1928, e a previsão para as safras dos anos seguintes dava conta que a produção cafeeira tenderia a abarrotar ainda mais os já repletos armazéns. Economicamente, a diminuição do valor da receita de exportações brasileiras seguiu o caminho de uma larga e inelástica oferta em oposição a uma contração de demanda.

Tabela 8: Brasil – preço de importação de café nos Estados Unidos, 1925-1940 (valor em centavos de US$ por libra-peso)

Ano	Preço	Ano	Preço
1925	22,3	1933	7,9
1926	21,6	1934	8,8
1927	18,5	1935	7,6
1928	21,3	1936	7,7
1929	20,4	1937	8,9
1930	13,1	1938	6,9
1931	10,1	1939	6,9
1932	9,1	1940	6,2

Fonte: Gremaud, 1997, pág. 121, op. cit., *Formação econômica...*

A retração da receita das exportações brasileiras provenientes não só do café, como de outros gêneros primários, dificultava a obtenção de artigos importados que eram essenciais à economia, cujos valores agregados caíam em proporção menor que os primeiros. Sendo o setor cafeeiro ainda o centro da economia, era natural que o governo

[90] O Programa de Valorização do Café começou, na realidade, com o chamado Convênio de Taubaté, em 1906. Esse convênio foi formado pelos Presidentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando a superprodução cafeeira dos anos antecedentes. As principais medidas a serem tomadas pelo Governo Federal, com base no acordo, foram: compra do excedente da safra de café pelo governo, obtenção de empréstimo externo para gerar recursos para compra do excedente, cobrança de imposto em ouro pelo café exportado para saldo da dívida externa referente à compra do excedente, proibição de novas plantações de café nos estados participantes do Convênio de Taubaté e a criação da Caixa de Conversão (órgão emissor de moeda) para evitar a valorização da moeda. O Programa de Valorização do Café durou até 1929. Gremaud, A, Saes, F.A.M de e Toneto Junior, R. *Formação econômica do Brasi*l. São Paulo: Atlas, 1997, pp. 48-49.

lançasse mão de medidas para manter o fluxo de renda do setor. A síntese de Furtado a respeito é pertinente. Segundo ele, as alternativas quanto a crise eram[91]:

> "a) Que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?
> b) Caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?
> c) Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre que recairia a carga, caso fosse colhido o café?"

O café foi colhido, estocado e uma grande parte destruída, porque o governo não teve outra alternativa senão a de comprar o excedente dos cafeicultores[92]. Para financiar a hecatombe econômica, taxou-se o café que era exportado. Era necessário abrandar o efeito da crise sobre a renda nacional. Quanto às condições da política monetária e cambial, "*deflagrada a crise no último trimestre de 1929, não foram necessários mais que alguns meses para que todas as reservas metálicas acumuladas à custa de empréstimos externos fossem tragadas pelos capitais em fuga do país*".[93] Entre 1930 e 1931 o mil-réis foi desvalorizado em 55%[94] e todos os pagamentos da dívida externa foram suspensos.

Não há o objetivo de analisar com minúcias a crise do café. O que é necessário elucidar são os efeitos dessa crise sobre a industrialização incipiente e a política econômica adotada pelo governo, que teve como principal objetivo abrandar a crise do café, mas que paralelamente contribuiu para o processo de industrialização. Ao desvalorizar a moeda nacional para viabilizar a manutenção do café no mercado internacional, o preço dos artigos

---

[91] Furtado, C. *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982, pág. 186.
[92] Testemunhas da época, que viviam ema localidade no estado do Paraná, contam que o café era jogado ao mar, em rios e também era queimado em grande quantidade. O preço do café havia chegado a níveis tão insignificantes, que os sacos utilizados como recipientes tinham o preço maior que o conteúdo, tendo algumas cooperativas e iniciativas públicas fornecido o material para os pequenos fazendeiros de café da região. Rosália Vasquez Dellamura, depoimento colhido em 10/02/2008.
[93] Furtado, 1982, pág. 185, op. cit., *Formação econômica do Brasil...*
[94] Abreu. M. P. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: Abreu. M. P. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, pág. 74.

importados foi majorado[95]. Levando em conta os investimentos realizados na década anterior e a capacidade ociosa, o corte do abastecimento externo abriu possibilidade para que as fábricas nacionais suprissem a demanda existente. Iniciou-se aí o chamado "*deslocamento do centro dinâmico*"[96] da economia, ou seja, o surgimento do mercado interno como gerador de recursos. O setor exportador de gêneros primários, em principal o cafeeiro, ainda manteve a sua importância na geração de divisas, embora esta diminuísse ano após ano. O resultado disso no caso brasileiro, foi o surgimento de um processo de substituição de importações feito em decorrência do estrangulamento externo.

> "É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado; criando os fundos necessários, dentro da própria Indústria para sua expansão subseqüente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que sé apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamente atingidos pela crise industrial."[97]

[95] Incluindo máquinas e equipamentos.
[96] Furtado, 1982, pág. 195, op. cit, *Formação econômica do Brasil...* "As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação". Ibidem, pág. 198.
[97] Ibidem, pág. 198 e 199. Grifos meus.

A produção industrial caiu cerca de 9% nos dois primeiros anos da Depressão[98], mas com a assimilação do primeiro impacto e o direcionamento da produção, já em 1933 as indústrias haviam se recuperado, para crescer em uma média de 10% ao ano até 1939[99]. Essa produção industrial dobrou em uma década, o que nas condições de crise mundial foi um efeito notável, visto que os níveis da economia americana só vieram a se igualar a 1929 em 1937. Também deve ser dado destaque à proibição para importação de máquinas e equipamentos de alguns ramos industriais, que vigorou de 1931 a 1937, e que atingiu as industriais as indústrias têxtil, de chapéus e de calçados[100].

Segue abaixo uma parcial do Censo Industrial de 1940:

Tabela 9: Brasil – Índices anuais de produção industrial, segundo os setores das indústrias de transformação: 1929 – 1939 (1939 = 100)

Setores	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Têxtil	33,9	32,6	40,9	42,3	47,3	53,3	63,8	75,4	81,5	86,0	100,0
Chapéus	107,6	57,6	57,6	52,2	64,1	68,5	79,4	98,9	107,6	95,7	100,0
Calçados	80,1	58,7	60,3	52,8	55,5	60,3	76,6	91,3	98,2	85,6	100,0
Couros	42,2	48,2	47,0	43,4	53,0	55,4	63,9	63,9	66,3	60,2	100,0
Fumo	78,8	71,1	73,3	71,5	74,2	113,2	85,0	100,8	119,3	123,8	100,0
Bebidas	81,8	68,2	59,4	61,2	63,6	65,4	75,6	85,1	87,0	86,3	100,0
Química	60,3	42,6	42,2	49,4	48,5	54,8	64,8	92,0	93,3	103,6	100,0
Papel	29,5	21,4	27,7	25,0	39,3	50,9	67,9	76,8	92,0	95,5	100,0
Mobiliário	28,0	20,5	23,4	23,4	24,3	29,9	31,8	78,5	90,7	103,7	100,0
Alimentos	74,0	80,0	74,5	73,6	83,9	88,7	92,9	96,2	91,6	96,7	100,0
Cimentos	13,8	12,5	23,9	21,4	32,4	46,4	52,4	69,5	81,8	88,5	100,0
Siderúrgico	26,0	22,6	18,9	27,1	40,4	47,5	50,2	60,0	67,0	81,6	100,0
Pneus	-	1,0	2,0	5,0	8,0	11,0	17,0	42,0	55,0	65,0	100,0
Gráfica	81,0	75,0	50,0	54,0	67,0	77,0	88,0	98,0	115,0	92,0	100,0
Total	53,6	49,8	50,5	51,2	57,3	63,8	71,4	84,1	88,3	91,1	100,0

Fonte: Adaptado de IBGE, 1990, pág. 384, op. cit., *Estatísticas históricas do Brasil...*

[98] Para Dean a crise de 1929 quase paralisou as fábricas de São Paulo. Pág. 194, op. cit., *A industrialização de São Paulo.*

[99] Segundo Abreu, 1990, pág. 82, op. cit., *Crise, crescimento...* ; Suzigan chega como resultado 10% de média entre 1933–1936 e a 6% entre 1937-1939. Suzigan, 1986, pág. 64, op. cit., *A indústria brasileira...*

[100] Essas indústrias eram consideradas em estado de superprodução. Ibidem.

Observa-se que em quase todos os itens o salto quantitativo significativo se deu a partir de 1933. O ramo de maior importância continuou a ser o de bens de consumo não-duráveis, que englobava alimentos, além do têxtil. Foi extenso o movimento de substituição de importações[101]. A partir desse Censo percebe-se o movimento ascendente dos bens intermediários (cimento, siderurgia, química). O encarecimento dos bens de capital[102] fez com que esse tipo de bem tivesse sua produção interna iniciada em maior escala, mesmo com as máquinas de segunda linha e sucateadas da Europa ainda conseguindo adentrar em território brasileiro.

> "Com efeito, a produção de bens de capital no Brasil (se a medirmos pela de ferro e aço e cimento) pouco sofreu com a crise, recomeçando a crescer já em 1931. Em 1932, ano mais baixo da depressão no Brasil, aquela produção já havia aumentado em 60 por cento com respeito a 1929. No mesmo período, as importações de bens de capital se haviam reduzido a pouco mais da quinta parte. É de enorme significação o fato de que em 1935 as inversões líquidas (medidas a preços constantes) tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam alcançado 50 por cento do nível deste último ano. O nível da renda nacional havia sido recuperado, não obstante esse corte pela metade nas importações de bens de capital."[103]

O movimento de crescimento forte na industrialização pode ser verificado pelos números da indústria de transformação ou de alimentos, no setor energético e no de bens

---

[101] Segundo Villela, A e Suzigan, W, 1973, pág. 215, op. cit. *Política do governo...* e Furtado, 1982, pág. 202 e 203, op. cit., *Formação econômica do Brasil...*

[102] A indústria têxtil, em particular, operou em três turnos. Sua produção foi 54% maior que do ano de 1927, embora com o mesmo número de equipamentos desse ano. Ibidem, pág. 213.

[103] Furtado, 1982, pág. 199, op. cit., *Formação econômica do Brasil...* Furtado dá a entender que antes da Depressão o Brasil já possuía uma indústria de bens de capital com certo vulto, o que pode ser discutido. Fishlow conclui que "*as indústrias que cresceram mais rapidamente durante a Grande Depressão foram dos setores de bens intermediários e de capital. Os setores metalúrgico, de minerais não-metálicos e de papel cresceram muito mais rapidamente do que a indústria no geral. Os bens de consumo, excetuando os duráveis, já tinham praticamente completado o processo de substituição* (também discutível)". Fishlow, 1972, pág. 330 e 331, op. cit., *Origins and consequences*… Tradução minha.

intermediários, assim como na formação bruta de capital fixo como índice significativo das contas nacionais.

Tabela 10: Brasil – Produção de energia elétrica, carvão, ferro, aço e participação da formação de capital em proporção do Produto Interno Bruto – 1929-1939

Ano	Potência Instalada de Energia (MW)	Produção Carvão Mineral (1000 t)	Produção de Ferro (1000 t)	Produção de Aço em lingotes (1000 t)	FBKF como % do PIB
1929	760	373	33	26	12,16
1930	779	385	35	20	9,67
1931	799	494	28	23	7,57
1932	805	543	28	34	7,18
1933	817	646	46	53	8,79
1934	828	731	58	61	10,62
1935	850	840	64	64	13,09
1936	925	862	78	73	13,36
1937	947	863	98	76	14,21
1938	1162	907	122	92	15,04
1939	1176	1047	160	114	14,38

Fonte: Adaptado de Villela-Suzigan, 1973, op. cit., *Política do governo...*

Como nota final sobre os impactos da Grande Depressão na industrialização brasileira dos anos de 1930 é possível concluir que 75% dos estabelecimentos industriais em 1940 haviam sido criados após 1930, de um número total de 49.418[104]. Foi uma década em que no Brasil se intensificou a produção em maior escala na indústria pesada (ferro-gusa e lingotes de aço) e em que houve a produção interna 85% do cimento consumido[105]. Já foi visto que tais indústrias praticamente inexistiam nos trinta ou quarenta anos anteriores. Furtado e Fishlow, citados anteriormente, acentuam a crescente produção de bens de capital, um ramo da indústria que, devido ao tamanho do mercado dos países subdesenvolvidos, é o que mais representa dificuldade e desvantagens[106].

Entrementes, o arranque industrial pode ser considerado inequívoco se observados os dados de todas as grandezas produzidas, seguindo as análises setoriais, a própria

[104] De acordo com IBGE, 1990, pág 386, op. cit., *Estatísticas históricas...*
[105] Villela, A, Suzigan, W, 1973, pág. 216, op. cit. *Política do governo...*
[106] Para uma análise detalhada a respeito do assunto, ver Nurkse, 1957, op. cit., *Problemas de formação de capital...*

produção de energia, de bens de consumo e de intermediários, principalmente se observados também os três censos apresentados. Uma última nota, e esta é de Fishlow, sobre a utilização do capital. Para ele, "*there is no doubt that the industrialization was labor intensive*"[107]. A produtividade do capital ao longo das décadas de 1920 e 1930 teria sofrido um aumento de 1,1% apenas. Isso implica em dizer que esse processo de industrialização foi escasso em capital e extremamente absorvedor de contingentes de trabalhadores com salários baixos, os quais não acompanharam os aumentos dos lucros[108].

1.7 – Segunda Guerra Mundial, nacionalismo, grandes projetos e substituição de importações

As primeiras tentativas de planejamento econômico no Brasil se iniciaram alguns anos antes da Segunda Guerra Mundial[109]. Um marco para tal foi a instauração do Estado Novo, em 1937. O Estado ditatorial permitiu a Getúlio Vargas "*providências draconianas*"[110] em relação à crise econômica que, exceto quanto ao crescimento industrial, atingia os outros setores da economia. Houve fuga de capitais estrangeiros; o café apresentava redução em seu preço ano após ano e isso tinha o efeito da diminuição das divisas que eram necessárias para a compra das importações fundamentais. Muitas dessas importações, como outras de importância não essencial, haviam disparado um ano antes, em 1936, influenciadas por uma boa safra de café e preços relativamente rendosos.

A ditadura permitiu a Vargas a tomada de várias medidas: imediatamente o governo suspendeu o pagamento da dívida externa[111] e segurou a saída de divisas, taxando todas as operações de câmbio. Com essas medidas o Estado passou a controlar a entrada de importações, traçando uma escala de prioridades, na qual os bens de consumo foram

---

[107] Fishlow, 1972, pág. 336, op. cit., *Origins and consequences…*
[108] Ibidem, pp. 338 e 339.
[109] Ianni, 1979, pág. 43, op. cit., *Estado e planejamento econômico...* "*Ao menos, foi nessa época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica "mais racional" de organização de informações, análise de problemas, tomadas de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras.*" Foram criados no governo Vargas: Conselho Federal do Comércio Exterior, Conselho Nacional do Petróleo, Companhia Siderúrgica Nacional, Coordenação da Mobilização Econômica, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.
[110] Dean, 1971, pág. 222, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*
[111] Idem.

evitados. Apenas a entrada de maquinário foi favorecida, para que a partir desses bens de capital pudessem ser fabricados todos os outros bens. A substituição de importações foi na realidade uma mudança na pauta de importações.

O Estado organizou e geriu inúmeros empreendimentos grandiosos entre 1937 e 1945, sendo o mais importante a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Antes da guerra Vargas havia declarado sua preocupação em conduzir a criação de uma indústria básica no país. Considerara a preocupação dos militares com a segurança nacional e o imenso gargalo das divisas gastas com o ferro e o aço. A falta de uma indústria de base fazia com que o Brasil exportasse minério para depois importar os trilhos e lingotes produzidos no exterior com esse mesmo minério. Além disso, havia também o problema com a empresa inglesa *Itabira Iron Ore Company*[112], que conseguira um contrato de exclusividade para a exploração das jazidas de minério de Minas Gerais, o que incomodava bastante alguns membros da burguesia industrial, como também os militares.

> "Por um lado, a companhia inglesa Itabira Iron Ore Company monopolizava as melhores jazidas do País e detinha o privilégio de exclusividade no percurso ferroviário de Minas Gerais (onde se localizavam as jazidas) ao Porto de Vitória, para o escoamento do minério. Isto é, a empresa funcionava nos moldes típicos de enclave, ao provocar a exportação sistemática do excedente econômico produzido por essa mineração. Em conseqüência, não provocava reflexos dinâmicos na economia do Brasil[113]."

---

[112] Sobre a Itabira, era essa a opinião do vice-presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Guilherme Guinle: "*Não será conveniente aos interesses nacionais a exploração e comércio de minérios por particulares estrangeiros ou empresas pertencentes a estrangeiros, e possuidores das Minas, no regime atual de exploração; a nossa siderurgia, indústria básica para a nação, deverá ser estabelecida num grande centro de consumo e de distribuição de seus produtos. Aos demais, o contrato da Itabira agrava as condições acima apreciadas no que se refere à exportação do minério e do estabelecimento da siderurgia, por isso que a concessão da via férrea lhe é data, pela cláusula XXXVIII, do contrato, em caráter, praticamente perpétuo. Nessas condições, desconhecendo a formação do capital da concessionária, poderíamos com fundamento supor que nela intervenham capitais de súditos de países em que toda a finança e economia são controladas pelo Estado e que, assim essa entidade viesse eventualmente, substituir-se na posse desse contrato. E mesmo que fosse outra nação estrangeira, assim mesmo seria inaceitável*." Carone, 1977, pág. 137 e 138, op. cit., *O pensamento industrial no Brasil...*

[113] Ianni, 1979, pág. 29 e 30, op. cit., *Estado e planejamento econômico...*

As dificuldades na instalação de uma siderúrgica do porte imaginado por Vargas eram grandes. O local não poderia desagradar aos industriais paulistas pela distância (principalmente se fosse em Minas Gerais) e os industriais e militares não viam com bons olhos o controle de uma indústria gigantesca e vital em mãos de estrangeiros. O primeiro problema foi resolvido escolhendo a região de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, por estar localizada entre os dois grandes mercados consumidores do país (Rio e São Paulo); no segundo o desenlace foi mais dramático. Vargas teve que negociar com os interesses dos americanos - *United States Steel Corporation* - e alemães – *Krupp*[114]- para tentar conseguir fontes de financiamento. Após quase acertar um acordo com os americanos, estes desistiram do negócio por temer uma possível instabilidade no regime ditatorial de Vargas[115]. Em função dessas dificuldades, Getúlio lançou mão da alternativa restante: a construção da usina foi praticamente bancada pelo próprio Estado[116].

A usina foi criada em 1941, mas entrou em atividade em 1946. Durante a guerra muitos outros grandes projetos saíram do papel, visando a auto-suficiência do país na indústria básica e de combustíveis. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi a vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção de soda e barrilha, e da Fábrica Nacional de Motores. Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com o objetivo de abastecer de energia elétrica o Nordeste do país.

Os efeitos da eclosão da Segunda Guerra Mundial no Brasil foram diferenciados em relação aos choques externos anteriores. Dessa vez o café brasileiro foi amparado pelo Acordo Interamericano do Café, de 1940, organizado pelos norte-americanos, que regia as regras para a importação americana do café entre os países sul-americanos principalmente,

---

[114] Ibidem, pág. 31.
[115] Dean, 1971, pág. 232, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*
[116] "*A Companhia Siderúrgica Nacional (...) constituiu-se sob a forma de uma sociedade anônima, com o capital inicial de 500 milhões de cruzeiros, totalmente brasileiro, distribuído por ações ordinárias e ações preferenciais – sendo as ordinárias subscritas pelo Tesouro Nacional e por mais 22 000 brasileiros, e as preferenciais por alguns Institutos de Pensões e Aposentadorias e pelas Caixas Econômicas Federais do Rio e de São Paulo. O Import and Export Bank, de Washington, concedeu também à Companhia um crédito de 45 milhões de dólares, para a aquisição de máquinas e equipamento nos Estados Unidos*." Ianni, 1979, pág. 32, op. cit., *Estado e planejamento econômico...*

em mais uma tentativa dos Estados Unidos de trazer esses países para o seu lado no conflito e os afastar do regime de Hitler. O preço do café aumentou e ajudou, juntamente com o corte de importações, resultado de saldos comerciais expressivos, com intensa geração de divisas[117]. Embora tenha sentido o impacto do colapso inicial nas relações de trocas entre 1939 e 1942, crescendo em média apenas 1,6% ao ano, o produto industrial brasileiro até o fim da guerra aumentou sua grandeza em média de quase 10% ao ano, comparado aos números da década de 1930[118]. O destaque foi a indústria de metalurgia e os materiais elétricos.

Tabela 11: Brasil – Taxas Anuais de crescimento da produção industrial, 1939-1945

	1939-1945 (%)
Indústrias Extrativas	3,7
Indústrias de Transformação	5,2
Minerais não-metálicos	14,1
Metalúrgica	9,1
Material de Transporte	-11,0
Papel	4,1
Borracha	30,0
Couros e peles	-2,5
Óleos e graxas vegetais	6,7
Têxtil	6,2
Calçados	7,8
Produtos alimentares	0,9
Bebidas e fumo	7,6
Editorial e gráfica	2,3
Construção Civil	4,8
Energia Elétrica	7,4
Total	5,4

Fonte: Villela-Suzigan, 1973, pág. 223, op. cit. *Política do governo...*

A redução das importações não se refletiu nos números de crescimento porque as indústrias trabalharam, como na Primeira Guerra Mundial e na década de 1930, com o

[117] Gremaud, 1997, pág. 128, op. cit., *Formação econômica...*
[118] Abreu, 1990, pág. 94, op. cit., *Crise, crescimento...*

aproveitamento máximo da capacidade instalada. O Estado, com a criação de vários órgãos de incentivo, esteve mais presente no auxílio à produção.

> "Aos industriais que se mostravam dispostos a tentar aliviar a escassez de importações produzindo sucedâneos, asseguraram-se empréstimos, subsídios, incentivos fiscais, embargo de importações concorrentes, garantias de preços no atacado e contratos com o governo. Tais favores deram excelentes resultados em alguns casos. Oficinas metalúrgicas e de conserto de automóveis, com a assistência de uma turma de engenheiros empregados pelo Estado, fabricaram, em meados de 1943, quinze mil unidades de gasogênio, o qual, ligado a automóveis, produzia um combustível utilizável em motores, provenientes da combustão do carvão vegetal. A indústria foi também significativamente ajudada pelo incentivo oficial às matérias-primas agrícolas. Em São Paulo, a produção de açúcar, algodão, óleos vegetais, lã e carne aumentou enormemente durante a guerra. Outros Estados forneciam carvão mineral, borracha e substitutos de juta. Ao mesmo tempo, o investimento no café e nas mercadorias essenciais era desencorajado pelo controle dos preços e pelas cotas de exportação."[119]

O crescimento robusto do Produto Industrial no Brasil veio acompanhado de um fato até então inédito: o país iniciou um ciclo de exportação de alguns artigos manufaturados para alguns países da América do Sul e Central, além da África do Sul[120]. Países como Argentina e Uruguai também sofriam com a escassez de artigos manufaturados. Para os locais citados foram exportados tecidos de algodão, lãs, fios de algodão e rayon, óleos vegetais e carnes enlatadas[121].

Data da época da guerra a colaboração para o planejamento econômico e industrial pela Missão Cooke. Contando com a participação de técnicos dos Estados Unidos e custeada pelos governos dos dois países, a missão permaneceu no Brasil entre 1942 e 1943. Com o objetivo de verificar os possíveis esforços que o Brasil poderia empreender na

---

[119] Dean, 1971, pág. 236, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*
[120] Segundo Baer, 1966, pág 38, op. cit., i*ndustrialização e o desenvolvimento...*
[121] Dean, 1971, pág. 237.

conflagração mundial, a missão analisou os aspectos regionais, operacionais e os gargalos para a industrialização. Chegou à conclusão que o peso da industrialização deveria ser focado na região Sul do país, deixando a dinâmica dessa industrialização para os particulares; o Estado deveria arcar com a resolução dos problemas de transporte, combustível e sistema de investimento que pudesse atrair o capital estrangeiro. O papel dessa missão foi mais o de "*esclarecer os problemas de desenvolvimento (especialmente o da industrialização) do que conduzir, de imediato, a um planejamento econômico em grande escala*"[122].

Terminada a guerra, o Brasil superara a debilidade de seus surtos industriais anteriores, que de forma geral decorriam da dependência do setor externo e da ausência de planejamento, programação e vontade política. O país produzia uma vasta gama de bens duráveis e iniciara a tentativa de auto-suficiência da indústria básica e de bens intermediários. Somado a esses fundamentos havia o fato de que o país acumulara grande saldo de divisas com a Segunda Guerra Mundial, que chegava a 730 milhões de dólares[123]. Politicamente, também haviam ocorrido mudanças: Vargas caíra alguns meses depois do fim da guerra[124] por oposição interna, externa e do próprio exército. Em seu lugar entrou em cena o governo liberal do General Gaspar Dutra, que foi até 1950.

Apesar da existência das reservas, economicamente, um dos problemas fundamentais relativos à balança comercial brasileira estava no fato de o Brasil obter seus superávits comerciais com a área de moeda inconversível, enquanto acumulava déficits cada vez mais crescentes com os Estados Unidos. Em suma, o Brasil, até 1948 estava acumulando saldos em moedas fracas, isto é, sem poder de comando imediato sobre recursos reais. Essa situação comercial estava relacionada aos países europeus beligerantes derrotados, ou em grande parte, de nações que se envolveram no conflito e acabaram devastadas. Com a chegada de Dutra ao poder ocorreu o fim das restrições às importações e dos controles cambiais. Assim as reservas em moedas conversíveis

---

[122] Baer, 1966, pág. 28.

[123] Antes do conflito essa cifra era de 71 milhões de dólares, embora só uma parcela deste total fosse conversível. Gremaud, 1997, pág. 129, op. cit., *Formação econômica...*

[124] Dean exagera ao afirmar que "*com a queda de Vargas caíram também os industriais*". Dean, 1971, pág. 248, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*A tabela 11 mostra que de 1946 a 1954 o Produto Industrial brasileiro cresceu em média 10%

brasileiras reduziram-se rapidamente, chegando a apenas US$ 33 milhões no final de 1947, o que iniciou alguns atrasos em pagamentos ao exterior[125]. Dessa forma, vários fornecedores suspenderam suas remessas para o Brasil e diferentes indústrias tiveram o seu ritmo de produção ameaçado pela falta de matérias-primas importadas. Surgiu a retomada dos primeiros controles seletivos sobre as importações.

Os controles cambiais e de importações do pós-guerra começaram a ser estabelecidos em julho de 1947[126], com a instituição do regime de controle de câmbio por cooperação, segundo o qual os bancos autorizados a operar em câmbio eram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas compras de câmbio livre, à taxa de compra. Com as vantagens ao governo, o Banco do Brasil deveria fornecer câmbio de acordo com uma escala de prioridades que visavam o favorecimento da importação de produtos essenciais, em especial bens de capital e equipamentos, como fora feito por Getúlio Vargas anos antes.

Esse sistema de licenciamento funcionou de forma benéfica: as importações das áreas de moeda forte, em geral provenientes dos Estados Unidos, declinaram em um terço, melhorando a relação de intercâmbio para o lado brasileiro. O sistema de controle das importações, instituído em meados de 1947 com o intuito de fazer frente ao desequilíbrio externo, procurando racionalizar e dar melhor uso às reservas disponíveis, terminou por ter grande importância para o crescimento da indústria brasileira, estimulando o processo substitutivo[127].

Foi mantida a taxa de câmbio sobrevalorizada a Cr$ 18,5/US$ (dezoito cruzeiros e cinqüenta centavos o dólar) visando a defesa das exportações brasileiras, em especial a do café, com o intuito de minimizar o impacto do produto colombiano, que aos poucos começava a dominar a maior parcela do mercado consumidor mundial[128]. Serviu como um

---

[125] Os superávits comerciais brasileiros, em milhões de dólares foram os seguintes: 1939: 87,6; 1940: 56,3; 1941: 127,6; 1942: 208,2; 1943: 205,4; 1944: 230,7; 1945: 277,7; 1946: 371,5 e em 1947: 11,3, e fica evidente o efeito da liberação da entrada das importações cujo quantum cresceu em 40% e o valor em dólares em 80%. Baer, 1966, pág 41, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*

[126] Bielschowsky, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988, pág. 55.

[127] Abreu, 1990, pág. 114, op. cit., *Crise, crescimento...*

[128] Mantega, G. *Economia política brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pág. 132. Mantega concorda que a liquidação mundial dos preços do café foi estratégia americana, cuja economia iniciava o ano de 1949 em plena recessão. Como barreira ao produto brasileiro, considerado caro, a população era incentivada a

plano para evitar a derrubada dos preços internacionais do café, produzindo grãos de melhor qualidade. As restrições na pauta de importações procuravam, novamente, liberar a entrada de bens de capital, máquinas e equipamentos e barrar os bens de consumo. Assim, a implantação interna desse tipo de industria substitutiva era estimulada. Essa foi a fase da implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável[129].

Além dessa estratégia voltada ao comércio exterior, o governo orientou uma segunda linha de planejamento em favor da industrialização substitutiva, concretizada por uma política maciça de investimentos. Objetivando estancar um de seus principais pontos de estrangulamento, o de combustível e lubrificantes, foi inaugurada a Petrobrás, considerada um investimento pioneiro no setor de combustíveis na América Latina. É necessário observar que boa parte dos investimentos em substituição de importações foi realizada através da política de crédito do Banco do Brasil. O crédito real à indústria cresceu 38%, 19%, 28% e 5% nos anos de 1947, 1948, 1949 e 1950, respectivamente. Mais tarde e até na implantação do Plano de Metas, os investimentos em infra-estrutura, além da captação e reorientação de outros investimentos de base estiveram nas mãos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE[130].

Em 1950 Vargas voltou ao poder com grande apoio popular na eleição presidencial. Talvez receoso pelos acontecimentos de 1945, o presidente se aproximou dos Estados Unidos para constituir, em 1951, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de expandir a infra-estrutura básica, destacando os setores de energia, transportes e

---

consumir o produto em menor quantidade ou então adotar o uso de marcas provenientes da Colômbia e das Antilhas, de qualidade inferior.

[129] Tavares, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, pág. 64.

[130] Tal situação foi objeto de crítica quanto aos métodos de distribuição do crédito através das instituições ligadas ao governo. Autores como Furtado admitem a existência de benefícios cedidos a grandes grupos internacionais, traduzidos em enormes montantes financeiros que, devido a inflação, acabavam contabilizados como "doações de capital". A maioria desses grandes grupos internacionais situavam-se desde o início do século XX na região Sudeste do país, o que polarizou a distribuição geográfica em áreas delimitadas. É o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro. Furtado, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pág. 1972, pág. 142.

agricultura[131]. A crise internacional da Coréia afrouxou as importações, mas para Vargas, (que prometera um plano qüinqüenal) um dos objetivos mais importantes era o monopólio[132] estatal da extração e refinação do petróleo. Isso ocorreu em 1953, com a criação da Petrobrás, com o capital estatal.

Tabela 12 - Brasil: Produto Industrial, FBKF e Saldo da Balança Comercial – 1946-1954

Ano	Produto Industrial (Var. %)	FBKF (% PIB)[133]	Balança Comercial (US$ milhões)
1946	18,5	13,3	391,0
1947	3,3	14,9	130,0
1948	12,3	12,7	278,0
1949	11,0	13,0	153,0
1950	12,7	12,8	425,0
1951	5,3	15,4	68,0
1952	5,6	14,8	-286,0
1953	9,3	15,1	424,0
1954	9,3	15,8	148,0

Fonte: Abreu, 1990, pp. 403 e 408, op. cit., *Crise, crescimento...*

O Produto Industrial cresceu entre 1946 e 1954 em média anual de quase 10%, chegando ao pico, em 1950, de 12,7%, descontando o ano de 1946 com o encerramento da guerra, com os expressivos 18,5%. A liberação das importações de 1946 e 1947 fez com que o crescimento industrial diminuísse bastante; o mesmo ocorreu com a eclosão da Guerra da Coréia, em 1952. Esse conflito ocasionou uma grande antecipação de importações. Houve na indústria, principalmente de bens intermediários, o temor de um novo grande conflito de proporções mundiais com efeitos recessivos e encarecimento dos equipamentos importados. Esse fato aliou-se ao crescimento paulatino da pauta dos importados, que ganhou impulso no imediato pós-guerra. O resultado observado traduziu-se

[131] Essa comissão foi extinta em 1953 quando Eisenhower assumiu a presidência dos Estados Unidos. Os técnicos brasileiros envolvidos com o projeto, entre eles Roberto Campos, foram transferidos para o recém criado BNDE.

[132] O artigo 146 da Constituição Brasileira então vigente permitia à União monopolizar qualquer indústria ou atividade.

[133] Os dados de Abreu para a FBKF divergem da estatística divulgada pelo IBGE em www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ .

num maior acúmulo de atrasos dos pagamentos comerciais, o que veio a agravar o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

No intuito de retificar essa situação, em outubro do ano de 1953 o governo de Getúlio Vargas lançou uma reforma cambial em que o controle direto das importações foi substituído por um sistema de leilão de divisas, no qual se classificavam as importações em cinco categorias, de acordo com o grau de essencialidade e observando a produção interna. Trata-se da famosa Instrução nº 70, da SUMOC[134]. As categorias elencadas eram as seguintes:

Tabela 13: Categorias e mercadorias dos leilões baseados na Instrução 70 da SUMOC

Categoria I
alguns produtos alimentícios
material médico
plantas medicinais
Remédios
produtos farmacêuticos
produtos químicos (ligados à indústria farmacêutica)
petróleo em bruto, carvão
Querosene
Óleo refinado
gasolina para avião
equipamento para prospecção do petróleo e outros minerais
Fertilizantes
máquinas agrícolas
arame farpado
equipamento para hidrelétricas
equipamento para aviação
Categoria II
produtos químicos
Minerais
metais (ferro, cobre, aço, etc.)
Gasolina
borracha sintética
máquinas vinculadas à utilização do carvão
material elétrico
peças ferroviárias de reposição

[134] Superintendência da Moeda e do Crédito. Instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério da Fazenda, incumbida de fiscalizar o sistema bancário nacional, traçar a política cambial do país e assessorar o governo nas questões econômicas. Foi extinta em 1964, com a fundação do Banco Central do Brasil.

	peças para equipamentos na construção rodoviárias
	material médico
Categoria III	
	Couros
	Metais (outros itens não inclusos em II)
	Lã
	outros produtos químicos
	aparelhos de comunicação
	Ferramentas
	material elétrico de uso industrial
	maquinaria para a indústria têxtil e diversas outras áreas do
	setor industrial
	Veículos
	Locomotivas
	Chassis
	papel (artigos não isentos)
	aviões, navios, barcos
	autopeças
	motores e geradores
Categoria IV	
	Frutas
	produtos alimentícios (castanhas, nozes, etc.)
	outros produtos químicos
	Maquinaria e artefatos ligados às industrias de bebidas e
	Cigarros
Categoria V	
	produtos não incluídos nas categorias anteriores

Fonte: Doellinger, C., Cavalcanti, L.C., Castelo Branco, F. *Política e estrutura das importações brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, pág. 26.

Ao preferir, após a Segunda Guerra Mundial, selecionar as importações em detrimento de uma possível desvalorização de sua moeda frente ao dólar, o Brasil evitou, com o uso dessa segunda alternativa, que os lucros conseguidos pelos exportadores de café fossem invertidos no setor agrícola. Os preços de máquinas e equipamentos estrangeiros importados ficaram praticamente constantes, enquanto o custo de vida subia a números muito mais expressivos, o que fez com que as inversões na indústria se tornassem muito mais atrativas[135] e que a industrialização crescesse a altas taxas. O problema dessa estratégia é que foi adiada, por esse e outros motivos, a instalação de uma indústria de bens

[135] Segundo Furtado, 1982, pág. 223, op. cit., *Formação econômica do Brasil...*

de capital e equipamentos competitiva e que pudesse abastecer o mercado interno. Essa deveria ser a última e mais importante fase da industrialização com base no processo substitutivo[136], na qual o motor para a indústria seria seu mercado interior, ausente da propensão à crise provocada por choques externos.

[136] Tavares, 1972, pág. 115, op. cit., *Da substituição de importações...*

CAPÍTULO 2 – A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL[137]

2.1 – Os Desenvolvimentistas

Para entender os debates sobre a questão da industrialização no Brasil, é necessário rever a conceitualização das duas principais escolas de pensamento econômico do país para que se possa fazer um contraponto delas em relação a teoria rostowiana, posteriormente.

A escola desenvolvimentista tem como principal característica a identificação do processo de desenvolvimento econômico pelo caminho da industrialização. A taxa de crescimento econômico e o aumento da renda *per capita* seriam conseqüências desse fenômeno. É contra o liberalismo econômico clássico e entende que as livres forças do mercado não são capazes de provocar mudanças estruturais em uma economia atrasada como a brasileira. Daí a necessidade de planejamento econômico e de proteção para as indústrias nacionais ser a pedra fundamental para que o crescimento quantitativo e qualitativo possa ocorrer em maior velocidade. Os autores dessa escola possuem características diferentes e militavam de formas diversas, cada um em sua área de atuação. A semelhança inegável entre eles é a proposta de fomento a industrialização que tendesse a transformar o Brasil em um país não dependente da produção agrária e no qual as duas atividades se complementassem. Neste item estão descritos alguns de seus principais autores, para depois ser feito um balanço das principais idéias da escola desenvolvimentista.

2.1.1 – O Barão de Mauá

Alguns autores e personalidades tiveram características desenvolvimentistas desde meados do século XIX. Cronologicamente, no Império, até fins do decênio de 1870, a

[137] A análise tem como objetivo apresentar as duas principais correntes de pensamento econômico do Brasil que prevaleceram, entre 1850 e 1954, quanto a industrialização como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico. Tem também o intuito de observar as causas que levaram o Brasil à condição de país subdesenvolvido, e porque a industrialização não serviu, como nos países desenvolvidos, para levar o país melhorar as condições do nível de vida de seus habitantes.

figura do Barão de Mauá[138] foi a mais expressiva personagem como um industrial e homem empreendedor com influências políticas. Mauá foi grande empresário e industrialista, e além de tantos investimentos foi um dos primeiros a inverter no capital social básico. Apesar da parca ou quase nenhuma discussão a respeito de crescimento econômico ou ampliação qualitativa na economia na época do Império, o pensamento expresso por ele era o do desenvolvimento, do empreendimento e da inovação tipicamente schumpeteriana. Daí sua classificação nessa corrente.

A contribuição de Mauá tende a ter valor especial a contar pelos dissabores que os empreendedores da época do Império que não investiam no comércio ou na agricultura enfrentavam em decorrência da inexistente política econômica, das constantes mudanças de tarifas comerciais e, no caso específico dele, com a concorrência do capital internacional. Segue os seus principais pensamentos sobre o industrialismo e as obras que o fizeram figura tão ativa na vida econômica imperial.

Estava com vinte e sete anos quando realizou sua primeira viagem à Inglaterra e ficou impressionado[139] ao presenciar numa grande fundição na cidade de Bristol, sua rotina mecânica, sua engenharia e o trabalho dos funcionários. Confidencia em sua autobiografia[140]:

> "Era precisamente o que eu, na mente, contemplava como uma das necessidades primárias para ver aparecer a indústria propriamente dita no meu país. Era já então, como é hoje ainda, minha opinião que o Brasil precisava de alguma indústria, dessas que podem medrar sem grandes auxílios, para que o mecanismo da sua vida econômica possa funcionar com vantagem; e a indústria que manipula ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce dessa inspiração."

---

[138] Nasceu Irineu Evangelista de Souza, no município de Arroio Grande, Rio Grande do Sul em 28 de dezembro de 1813. Suas obras são incontáveis e sua contribuição para o então precário capitalismo brasileiro do Império é uma das mais importantes. Para análise de industrialização e desenvolvimento econômico os empreendimentos a ressaltar são: a indústria e estaleiro de Ponta da Areia, na cidade de Niterói, as linhas férreas e a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro. Faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1889, cf,. Faria, A. *Mauá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

[139] Segundo Lima, 1976, pág. 18, op. cit., *3 industrialistas....*

[140] Mauá, Irineu Evangelista de Souza. *Autobiografia: exposição aos credores a ao público* seguida *de O meio circulante no Brasil.* Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, pág. 19.

Voltou ao Brasil com intenso entusiasmo no tocante do movimento industrial. Em 1846 adquiriu o estabelecimento industrial Ponta da Areia, no Rio; estaleiro e fundição, a "*mãe de todas as outras indústrias*", como o próprio declara[141]. Nos primeiros onze anos o estaleiro construiu cerca de 72 navios, entre a vapor e à vela. Na Guerra do Paraguai cerca de um terço dos navios brasileiros foram construídos no estaleiro da Ponta da Areia e essa produção foi essencial para o sucesso da guerra em favor do Brasil[142]. A fábrica foi destruída por um incêndio misterioso e pelas desventuras das tarifas alfandegárias que vieram a substituir a Alves Branco. Entretanto, o complexo industrial da Ponta da Areia foi um dos mais significativos, senão o mais importante do Império.

Mauá foi um homem obstinado pela modernização. Aplicou muitas vezes sozinho em obras de capital social básico, cujo retorno é longo num investimento muitas vezes indivisível, dadas as condições da formação de capital em países pobres. Como exemplifica o episódio da iluminação repentina de algumas ruas da capital do Império, em 1854:

> "Na noite de 25 de março de 1854 várias ruas e praças do Rio de Janeiro apareceram feericamente iluminadas, conforme os jornais da época, com lampiões de gás substituindo os velhos lampiões de azeite, que vinham dos tempos coloniais. E aquilo era obra exclusiva de Mauá, realizada com capital próprio. E não encontrou um só homem que quisesse associar-se ao empreendimento."[143]

Depois da *Rio de Janeiro Gaz Company Ltda*, formou a *Companhia de Bondes Jardim Botânico* e a *Brazilian Submarine Telegraph Company*. Ainda no setor industrial

---

[141] Faria, 1933, pág. 127, op. cit., *Mauá.* No relatório de um inspetor da Província do Rio de Janeiro que fizera o seguinte inquérito a respeito das atividades da Ponta da Areia em 1853: "*atualmente consta ele de 10 oficinas a saber: fundição de ferro, de bronze, mecânica, ferraria, serralheiro, caldeireiros de ferro, construção naval, modeladores, aparelhos, velame e galvanismo que por ora não funciona. Fundiram-se no ano passado grandes cilindros e balanceiras para duas maquinas a vapor, uma prensa hidráulica de grande força, galgas muito volumosas para a fábrica de pólvora, assim como alguns engenhos para açúcar, moendas, caldeiras e seiscentos tubos mensalmente para o encanamento da cidade do Rio de Janeiro...*". Ibidem, pág. 128.

[142] Ibidem, pág. 124.

[143] Lima, 1976, pág. 21, op. cit., *3 industrialistas....*

fundou a *Companhia dos Cortumes*, dando início ao progresso na indústria de couros; explorou os aluviões de Minas Gerais para fundar a *Montes Áureos Brazilian Gold Mining Comp*, para a indústria do ouro[144]. Contudo, a maior lembrança quando se toca no nome do Barão de Mauá ainda é certamente seu empreendimento nas estradas de ferro.

Data de abril de 1854 a primeira estrada de ferro da história do Brasil, que ligava a praia da Estrela à Serra de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. A obra de Mauá foi construída em vinte meses, e percorria os primeiros quinze quilômetros de trilhos no Brasil em vinte e três minutos[145].

Transcrevo abaixo o trecho de seu discurso na inauguração da estrada, repleto de idealismo e expectativas de uma posteridade na qual o lugar do escoamento da produção pelas vias das estadas de ferro estaria garantido.

> "Esta estrada de ferro, que se abre hoje ao trânsito público, é apenas o primeiro passo de um pensamento grandioso. Esta estrada, Senhor, não deve parar, e se puder contar com a proteção de Vossa Majestade, seguramente não parará mais senão quando tiver assentada a mais espaçosa das suas estações na margem esquerda do Rio das Velhas! Ali se aglomerará, para ser transportada ao grande mercado da Corte, a enorme massa de produção com que devem concorrer para a riqueza pública os terrenos banhados por essa imensa artéria fluvial, o rio São Francisco e seus inúmeros tributários. É então, Senhor, que a majestosa baía, cujas águas beijam com respeito as praias da capital do Império verá surgir no seu vasto e abrigado ancoradouro navios sem conta. É então, Senhor, que o Rio de Janeiro será um centro de comércio, indústria, riqueza, civilização e força, que nada tenha a invejar a ponto algum do mundo."[146]

Esse discurso resume o ideário de Mauá quanto ao progresso. Após a inauguração da estrada pioneira, cujo nome da primeira locomotiva, *Baronesa*, foi uma homenagem à

---

[144] Faria, 1933, pág. 136, op. cit., *Mauá*
[145] Ibidem,pág. 158.
[146] Discurso de inauguração da Estrada de Ferro de Petrópolis em 30 de abril de 1854. Apud Lima, 1976, pág. 23-24, op. cit., *3 industrialistas....*

esposa, ele inaugurou outras quatro grandes ferrovias: a de Recife a São Francisco, a Santos-Jundiaí, a Estrada de Ferro D. Pedro II e a Bahia-São Francisco[147].

Todas as idealizações e obras de Mauá compõem uma lista extensa, repleta de dramas, política e acontecimentos obscuros[148]. Aqui sua figura entra com o objetivo específico de enumerar suas principais idéias sobre como realizar o desenvolvimento econômico do país.

Na segunda metade do século XIX, praticamente as únicas teorias econômicas advinham dos postulados clássicos, neoclássicos e do socialismo científico de Marx. Essas teorias estavam diretamente relacionadas às problemáticas econômicas dos países da Europa Ocidental[149]. Os países insuficientemente desenvolvidos, como no caso brasileiro, situavam-se no comércio internacional como fornecedores de gêneros primários e minerais aos países avançados, num caso típico de colonialismo. Havia ausência de teorias de desenvolvimento econômico no que tange aos países coloniais. Algum relampejo desse tipo de trabalho só viria a surgir no final dos anos de 1940 como o advento da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. A teoria econômica no Brasil era pobre no tempo de Mauá; a mentalidade do livre-cambismo perpetuada principalmente pela Inglaterra transformava qualquer atividade industrial e de desenvolvimento em esforços arriscados e dificultosos. Apesar do movimento pioneiro do Barão de Mauá, suas idéias econômicas estão situadas em um campo restrito, até elementar, dadas as condições em que vivia.

O primeiro conceito que destaco é o relativo ao Estado: apesar de industrialista e perseguidor do desenvolvimento, Mauá argumentava que este deveria regulamentar a atividade econômica de maneira simples, deixando à sociedade toda a dinâmica do

---

[147] Essas obras tinham um grau de dificuldade considerável, já que não foram erguidas através da maquinaria moderna inglesa, mas sim com o auxílio de carroças movidas por animais de carga, picaretas, pás e enxadas. Os casos de morte eram constantes nas obras de perfuração.

[148] Como foi no caso do incêndio misterioso da fábrica Ponta da Areia e no reconhecimento de Londres, pelo Supremo Tribunal de Justiça brasileiro em 1877, como foro para o julgamento de sua ação contra a São Paulo Railway, empresa da qual Mauá era credor de soma vultosa. Os ingleses, como esperado, consideraram a dívida como prescrita. Mauá, 1943, op. cit., *Autobiografia...*

[149] Inclusive, no filme *Mauá – O Imperador e o Rei*, observa-se claramente o patrão inglês de Irineu lhe entregando alguns livros, entre eles *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

capitalismo. Nesse quesito não deve ser confundido com um liberal[150], mas sim ser visto como um híbrido, pois sentiu na pele o que acontecia com o câmbio livre e não podia desprender-se do regime de proteção alfandegária.

> "Clama-se que no Brasil tudo se espera do governo e que a iniciativa individual não existe! E como não há de ser assim se tudo quanto se refere à ação do capital, desde que este se aglomera para qualquer fim de utilidade pública ou particular, em que a liberdade das convenções, devia ser o princípio regulador, esbarra-se logo de frente com péssimas leis preventivas, e quando estas não bastam, a intervenção indébita do governo aparece na qualidade de tutor? E o que diremos do crédito, essa alavanca magna da civilização, que tem a missão de desempenhar 95% das transações em que assenta a vida econômica das sociedades modernas?"[151]

O Estado para Mauá é burocrático e lento, o que resume o seu "liberalismo". É compreensível o pensamento de um empresário capitalista querer deste mesmo Estado apenas a proteção e o crédito e nada mais que estorve sua iniciativa privada. O crédito barato, especialmente, era tido pelo Barão como condição *sine qua non* para o interesse da produção. Foi acusado de emissionista pelos seus inimigos e carregou essa alcunha, "*porque aprovou as emissões de 120.000 contos para cinco anos de guerra no Paraguai e de 60.000 contos para três anos de seca em que morreram de fome duzentos mil brasileiros*"[152].

> "No Brasil, não consta que Mauá, que tudo fez, que tudo quis fazer, que tudo requereu, tivesse jamais pedido emissão para banco seu ou empresa

---

[150] "*E, na verdade, cumpre estar prevenido contra certas idéias apregoadas com dogmática severidade por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinam certos fenômenos são diversas, e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns daria em resultado ficarem seriamente comprometidos em outros, si o bom-senso nacional não repelisse o presente grego, que os chamados mestre da ciência lhe querem impor.*" Mauá, 1943, pág. 182, op. cit., *Autobiografia...*

[151] Ibidem, pág. 219.

[152] Faria, 1933, pág. 259, op. cit., *Mauá*

sua. Pediu garantias de juros, pediu apólices, pediu letras hipotecárias, debêntures, crédito do Estado; nunca papel."[153]

O Barão havia percebido desde a Ponta da Areia que um dos maiores empecilhos para quem desejava produzir no Império era o setor de transporte. Pouco se poderia realizar para interligar todas as províncias se não existisse um sistema de estradas que se comunicassem para o escoamento da produção. Daí sua obstinação pelas ferrovias e pela expansão dos caminhos brasileiros; pela malha ferroviária pelas vias de navegação fluviais, visto que em algumas regiões, principalmente no Norte do país, era o que melhor se identificava com esse tipo de transporte, no qual Mauá também realizou inversões[154].

O último ponto, não menos importante do desenvolvimentismo de Mauá, era o referente à mão-de-obra. Nenhum país rico da Europa utilizava a escravidão como forma de obtenção de mão-de-obra. Era, pois, a escravatura incompatível com o desenvolvimento econômico e social. O escravo não era um consumidor. Reconhecia ele que a abolição era uma questão de tempo e que para remediar a falta de braços seria necessária a importação de imigrantes[155]. Algumas obras se referem a Mauá como abolicionista, mas existem referências de que a Ponta da Areia utilizou amplamente do expediente escravo[156].

2.1.2 – Roberto Simonsen

Roberto Cochrane Simonsen[157] tinha em mente que o Brasil só sairia da situação de país agrário se começasse a investir de forma maciça no setor industrial[158]. Foi engenheiro, empresário, historiador e economista, destacando-se como uma das mais ilustres figuras do industrialismo e desenvolvimentismo brasileiro. Semelhante a Mauá, era um capitalista, empresário ativo e parte interessada na ampliação do um processo de industrialização

---

[153] Ibidem, pág. 253.
[154] Como foi a Companhia de Navegação do Amazonas.
[155] Mauá, 1943, pág. 218, op. cit., *Autobiografia...*
[156] Afirmação de Carlos Gabriel Guimarães. *Revista Tema Livre*. Ano VI, ed. 11. Niterói, Rio de Janeiro, 25/04/2006. Maiores detalhes desta tese estão contidos em sua pesquisa: *Bancos, Economia e Poder no segundo reinado: a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia*. Doutorado em História, USP, 1997.
[157] Roberto Simonsen nasceu no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1889, e faleceu na mesma cidade em 25 de maio de 1948. Foi o primeiro economista a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e na data de aniversário de sua morte foi escolhido para ser o dia da Indústria. Suas duas principais obras literárias são *História econômica do Brasil (1500 – 1820)* e *Evolução industrial do Brasil*.
[158] Simonsen, 1973, pág. 288, op. cit., *Evolução Industrial no Brasil....*

brasileiro. Idealizou, criou e dirigiu inúmeras entidades do ramo empresarial, como a Confederação Industrial do Brasil (mais tarde Confederação Nacional da Indústria), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Associação Comercial de São Paulo, Sesi e Senai.

O pensamento de Simonsen no campo econômico era mais complexo que o de Mauá, quer por seu envolvimento com o que ocorria na expansão americana, quer por sua formação e pela propagação das idéias econômicas no século vinte. Ele não chegou a participar de grandes debates sobre do processo de industrialização que o Brasil realizou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quanto a questão da substituição de importações, e, tampouco teve contato com os economistas desenvolvimentistas da CEPAL, no caso de Prebisch, Furtado e o *mainstream* do desenvolvimentismo. Suas idéias básicas - e que das quais não abria mão – eram que a economia brasileira deveria adotar forte protecionismo e boa dose de planejamento, mecanismos clássicos de um processo de industrialização tardio e vulnerável em sua essência, exatamente, o cerne das idéias dos desenvolvimentistas das décadas posteriores. Sua preocupação com a auto-suficiência brasileira em relação aos produtos industrializados pode ser lida em:

> "O dilema que se apresenta, inexorável, aos nossos olhos, é o seguinte: ou produziremos, dentro de nossas fronteiras, 80% do que carecemos para elevar o padrão de vida médio do país, reservando o poder aquisitivo externo, oriundo de nossas exportações, para a aquisição de artigos necessários ao nosso aparelhamento defensivo econômico, e de produtos de indústrias especializadas, ou estaremos condenados a um crescente estado de pobreza, nos aniquilando em esforços inúteis e em recíprocas e vãs incompreensões"[159]

Simonsen pretendia que as receitas de exportações fossem mantidas e que o coeficiente de importação[160] de 20% fosse composto de máquinas e equipamentos que o país ainda não produzia, o que deveria dar impulso à produção destinada ao consumo

[159] Simonsen, 1973, pág. 71-72, op. cit., *Evolução industrial no Brasil...*
[160] Valor das importações em relação ao Produto Interno Bruto.

interno. Apenas mais tarde, com mais maturidade, é que a estrutura industrial brasileira ficaria pronta para produzir bens de capital.

A produção brasileira era composta em sua maioria por produtos primários destinados à exportação, e a manutenção dessa estrutura arcaica levou os grandes latifundiários a ter uma ferrenha oposição às idéias de Roberto Simonsen. As principais críticas afirmavam que a indústria brasileira era "artificial", pois importava boa parte da matéria-prima; que a indústria não contribuía para o enriquecimento do Brasil; que as tarifas protecionistas encareciam a vida da população; que o trabalho agrícola seria prejudicado pelo êxodo rural e que poucas pessoas obteriam um monopólio de produção em detrimento do resto da população[161].

Entretanto, ele observou de perto o grande impulso deslanchado pela economia dos Estados Unidos, a qual derrama elogios em vários parágrafos e considerava ser ela o modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo Brasil. Uma indústria forte não significava tirar braços da agricultura ou torná-la atividade secundária no cenário econômico, mas uma diversificação da produção que pudesse diminuir as condições de subemprego e aumentar a renda nacional[162]. Dessa maneira Simonsen pretende

> "uma agricultura organizada, pois compreendia que o enriquecimento do nosso homem do campo é fator essencial para o fortalecimento do mercado interno, com que devemos contar para a colocação de nossas manufaturas"[163].

Nos Estados Unidos o grande impulso industrial só ocorreu por causa da Revolução Agrícola, situação essa repetida em inúmeros países que se industrializaram depois da Inglaterra. Não poderia o Brasil ser parte de uma situação *sui generis*.

---

[161] Ibidem, pág. 56.
[162] Sobre esse assunto, escreveu: "*Nem se pretenda alegar que a defesa do nosso parque industrial diminui a possibilidade de maior colocação de nossos produtos agrícolas, nos mercados estrangeiros. São de tal monta as nossas necessidades de artigos industriais para bens de reprodução, que a nossa produção agrícola teria que se multiplicar muitas vezes para criar, no exterior, o poder aquisitivo de que necessitamos para tais compras*". Ibidem, pág. 144.
[163] Lima, 1976, pág. 163, op. cit., *3 industrialistas brasileiros...*

> "No Brasil, criou-se uma infeliz mentalidade de um suposto antagonismo entre os interesses da lavoura e os da indústria. Essa mentalidade vem sendo alimentada, de um lado, pelos interesses das indústrias estrangeiras que visam, numa preocupação imediatista, conquistar os nossos mercados internos[164], e de outro lado, pela ignorância de muitos elementos nacionais que não se apercebem das inevitáveis ações e reações, existentes entre todas as atividades dentro de um mesmo país, com suas fundas e recíprocas repercussões sociais."[165]

Reitera suas idéias em uma carta ao Presidente da República do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, enviada pela Federação das Indústrias de São Paulo, na qual ele revezava a presidência com Paulo Álvaro Assumpto, em 1937. Vargas havia percebido e endossado, após a instauração do Estado Novo, a opinião de Simonsen e dos outros industriais que o valor das exportações brasileiras decaía com o tempo. Se o valor desses produtos sofria retrocesso, por outro lado era alto o potencial do mercado consumidor brasileiro (em 1939 o consumo médio do brasileiro chegava a cifra de 6 £ anuais, contra 150 do americano médio[166]) com uma população que ultrapassava 40 milhões de pessoas[167.] Esse mercado interno poderia ser explorado desde que o Estado privilegiasse a classe industrial, pois "*em toda parte as indústrias são consideradas padrão de adiantamento de um povo*"[168]. A continuidade do padrão agrário-exportador com seu baixo valor agregado em detrimento das constantes necessidades de importação brasileiras apresentava um balanço de pagamentos onerado, com perspectivas de piora devido à baixa elasticidade-renda da demanda dos países suficientemente desenvolvidos. Esta é a tese sobre a deterioração dos termos de troca, que Prebisch e Singer[169] estudaram profundamente anos mais tarde, e que Simonsen observara no caso do Brasil anos antes.

---

[164] Grifos meus.
[165] Federação das Indústrias de São Paulo, 19 de maio de 1937 *apud* Edgard Carone, 1977, pág. 332, op. cit., *O pensamento industrial no Brasil...*
[166] Simonsen, 1973, pág. 71, op. cit., *Evolução industrial no Brasil...*
[167] Baer, 1966, pág 247, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*
[168] Simonsen, 1973, pág. 54, op. cit., *Evolução industrial no Brasil...*
[169] Sobre o assunto, consultar: Prebisch, R. The e*conomic development of Latin America and its principal problems*. Nova Iorque, Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos, 1962; Singer, H. The

> "Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados "produtos coloniais", promove-se, de fato, a troca de produtos fracamente remunerados, por outro altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado. Por um ilusório sentimento de vaidade patriótica ou por um rígido conceito de soberania, rejubilamo-nos com a celebração de acordos com países muito mais ricos do que o nosso, quando neles obtemos cláusulas de reciprocidade que parecem, sob o ponto de vista jurídico, rigorosamente eqüitativas. Em verdade, porém, tais tratados de comércio deveriam ser completados por entendimentos, em que o país que coloca, em troca de produtos "primários", artigos densamente remunerados, se obrigasse a uma cooperação compensadora, de ordem técnica e econômica, ao exportador de produtos 'primários'."[170]

Na polêmica sobre a "indústria artificial", Simonsen buscou argumentos citando como exemplo a Inglaterra, cuja pauta de matérias-primas alcançava uma importação próxima da casa dos 65%, mas cujo aparelhamento industrial e a existência de combustível levavam este país a uma posição de vanguarda, também conseguida pelo abastecimento de suas colônias. Achava absurda a idéia de que o Brasil era pobre na sorte de matéria-prima; ao contrário, as condições brasileiras seriam "*especiais para um grandioso desenvolvimento econômico*[171]".

Esse desenvolvimento econômico deveria dispor de duas ferramentas da maior importância: o protecionismo (intervencionismo) e o planejamento. Sobre os dois itens travou em 1944-45 um intenso debate com Eugênio Gudin, representante mais expressivo da escola liberal brasileira. "... *não se pode* – citava – *e não se deve deixar os povos à*

---

distribution of gains between investing and borrowing countries. *American Economic Review*, 473-485, maio de 1950.

[170] Conferência realizada no Auditório dos Serviços Hollerith, Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 1943. Apud Lima, 1976, pág. 166, op. cit., *3 industrialistas brasileiros...*

[171] Ibidem, pág. 57.

mercê dos iníquos resultados de uma tal lei[172]." Era uma crítica direta aos teóricos neoliberais e à noção da mão-invisível.

Eugênio Gudin havia sido nomeado relator do processo de estudos sobre planificação enviados à Comissão de Planejamento Econômico do governo pelo Conselho Nacional de Política Econômica. Esse processo fora redigido por Simonsen, que era, portanto, parte interessada. Simonsen considerou as críticas ao seu relatório contundentes ao extremo, evocando até um possível ressentimento guardado desde a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, ou que houvesse em Gudin "*um certo azedume contra os diretores das indústrias nacionais*"[173]. O pensamento de Gudin será estudado no item referente à Escola Liberal, mas a importância deste "combate" histórico deve ser salientada, pois ocorreu entre o maior representante da classe industrial contra o defensor-mor da ideologia dos interesses agrário-exportadores do Brasil.

Gudin redigiu sua análise sobre as propostas do Conselho Nacional de Política Industrial sob o título de "Rumos de Política Econômica"[174]. Simonsen analisa o parecer da seguinte forma:

> "Nele o Relator, mostrando-se filiado ao liberalismo econômico, não se cingiu a uma mera crítica doutrinária, combatendo o projeto por negar a necessidade do intervencionismo no campo econômico para incrementar o progresso do país ou por acreditar – não obstante toda a experiência do passado – que a simples iniciativa privada, dentro de um processo natural de evolução, seria suficiente para a solução de todos os problemas econômicos e sociais que nos afligem. Não, S.s. vai além, fazendo um articulado apaixonado contra os trabalhos elaborados pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, agride insolitamente o modesto autor do primeiro parecer e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, referindo-se acerbamente aos estudos do Conselho[175]"

---

[172] Robert Simonsen apud Bielschowsky, 1988, pág. 88 op. cit., *Pensamento econômico brasileiro...*
[173] Simonsen, R. *O planejamento da economia brasileira: Réplica ao sr. Eugênio Gudin, na Comissão de Planejamento Econômico*. São Paulo: s.n., 1945, pág. 19.
[174] Gudin, E. *Rumos de política econômica*. Rio de Janeiro: s.n., 1945.
[175] Simonsen, 1945, pág. 18 op. cit., *O Planejamento da Economia....*

A discussão chegou ao ponto de Simonsen dizer que Gudin levara "*o seu liberalismo a ponto de transcrever vários trechos de seu parecer em desacordo com o original...*"[176], o que é uma acusação grave. E, ainda, segundo o industrial, o adversário mostrava-se na contra-mão do processo de industrialização, por dizer que "*precisamos é de aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar*[177]".

Sempre foi partidário das políticas protecionista e de planejamento. Em 1930, em plena Grande Depressão, a indústria brasileira clamava por proteção, como se percebe no caso da indústria de tecidos:

> "A Europa e os Estados Unidos da América, a braços com a conhecida superprodução de produtos manufaturados, promoveram "dumpings[178]" contra nós sendo de mencionar-se que o "dumping" dos tecidos tomou vulto desmarcado. Em benefício dos "dumpers" havia as taxas insuficientes da nossa Tarifa Aduaneira, organizada há bons 30 anos, quando os artigos tributados tinham menos da metade do valor seu valor atual[179]."

Desagradava-lhe a tese de que as tarifas comerciais no Brasil eram por demais protecionistas. Para ele, se existiam tarifas altas, estas não eram em benefício dos industriais e sim do Tesouro. As tarifas não deveriam onerar matérias-primas nem máquinas importadas, mas sim a gama de produtos manufaturados, com o propósito de fazer com que estes passassem a ser produzidos internamente, em um processo claro de substituição de importações.

---

[176] Ibidem, pág. 19
[177] Gudin apud Simonsen, 1945, pág. 22, *O planejamento da economia...*
[178] "*Prática comercial que consiste em vender produtos a preços inferiores aos custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e/ ou ganhar maiores fatias de mercado*". Sandroni, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999, pág. 187.
[179] Federação das Indústrias de São Paulo, 19 de maio de 1937. A*pud* Carone, 1977, pág. 323, op. cit., *O pensamento industrial no Brasil...*

Reforçando sua tese no campo do planejamento, o autor acredita que a renda nacional deveria ser quadruplicada dentro do menor prazo possível com amplo apoio estatal e que só assim a população brasileira passaria a gozar de um padrão razoável de vida. O planejamento, além disso, eliminaria os pontos de estrangulamento do campo industrial e acabaria com as limitações do capital nacional privado. Essa foi uma das principais teses na última fase de seu pensamento, entre a Segunda Guerra e 1948.

À frente do Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em São Paulo, em dezembro de 1944, Roberto Simonsen apresenta suas principais constatações no que diz respeito ao planejamento. O congresso tinha como enfoque principal o estabelecimento de sugestões dos industriais para os problemas econômicos do pós-guerra. Seu principal discurso se deu em 08.12.1944, concluindo[180]:

> "a) – que é baixo o nível de vida do brasileiro e pouco elevada a renda nacional;
>
> b) – que o nosso aparelhamento econômico e, sobretudo, o nosso equipamento industrial é, em grande parte, insuficiente e antiquado;
>
> c) – que a planificação representa uma técnica econômica de melhoria da produção;
>
> d) – que, no povo brasileiro, já está solidificado o conceito de democracia e liberdade[181];
>
> e) – que é possível planificar a economia de um país dentro de um regime democrático, garantindo a primazia da iniciativa particular[182];

---

[180] Simonsen, 1973, pág. 103-104, op. cit., *O planejamento da economia....*

[181] Grifos meus. Durante o Estado Novo Vargas extinguiu todos os partidos políticos e submeteu a seu comando todas as oligarquias estaduais em regime ditatorial. Simonsen (apesar de ter sido "deputado classista" na Assembléia Constituinte de 1934) busca potencializar a cena macroeconômica e os interesses da classe industrial. Segundo Dean, 1971, pág. 209, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*, Simonsen havia sido exilado após a Revolução de 1932, só voltando quando Vargas permitiu o regresso e consentiu que todos os chefes da Revolução reassumissem seus papéis na política. A respeito do golpe de 1937, o apoio declarado de Simonsen se deu com a justificativa das "*bases insustentáveis da economia*" e com as "*providências de caráter inadiável necessárias ao progresso do país*", Simonsen apud Rosa Maria Vieira, *O pensamento industrialista de Robert Simonsen*. Mestrado em História, USP, 1987, pág. 50.

[182] Sandroni, 1999, pág 462, op. cit., *Novíssimo Dicionário...* classifica planificação como sendo "*método de planejamento central, usado nos países socialistas, em que a maior parte ou totalidade das decisões de natureza econômica são tomadas por um órgão estatal...* Pressupõe a elaboração de planos rigorosos e com objetivos precisos para todos os setores econômicos..." Já na opinião de Barbosa, uma economia planificada

> f) – que, no caso brasileiro, a planificação traduzirá, ainda, a recuperação do tempo perdido;
> g) – que é um dos principais objetivos da planificação assegurar a maior e mais eficiente utilização da mão-de-obra e dos recursos naturais;
> h) – que a planificação econômica nacional deve abranger o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, bem como o dos sociais e econômicos, de ordem geral..."

Os efeitos decorrentes do planejamento da economia, para Simonsen, iam além do campo econômico. Este gozaria das conseqüências, como afirma:

> "...que a planificação preveja a tonificação necessária ao aparelhamento de ensino, ao sistema de pesquisas tecnológicas, à formação profissional, à imigração selecionada, à solução dos problemas de transportes, à vulgarização do uso da energia motriz e ao grande incremento das atividades agrícolas e comerciais..."[183]

Mas sabia que a indústria do país não chegaria tão facilmente a um grau satisfatório de produção e substituição dos importados sem que se construísse uma indústria de base potente, que desempenhasse o papel de força motriz dessa pujança, e se abandonasse o pensamento de liberalismo econômico que imperava na economia e na política. Dizia: "... *desenvolvimento industrial de um país depende, sobretudo, da instalação de indústrias de base, constituídas, principalmente pela metalurgia de primeira fusão e pela grande indústria química*[184]".

O golpe de Estado de novembro de 1937 não desagradou aos industriais, pois em seus pronunciamentos anteriores, Vargas demonstrara antes inclinações à intervenção

---

nada mais é do que "*uma economia preparada para guerra cujas matrizes não são desmontadas*" . Wilson do Nascimento Barbosa, anotação de aula 8 em 02 de maio de 2006, disciplina "*Problemas na Expansão da Sociedade Industrial*", no Programa de pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo). Para Simonsen era notória a necessidade do uso desse tipo de instrumento em economias como a do Brasil na já citada "recuperação do tempo perdido".

[183] Simonsen, 1973, pág. 300, op. cit., *O planejamento da economia....*

[184] Ibidem pág. 107.

estatal e projetos para construção de uma grande siderúrgica. O controle das importações através de escalas de prioridades, medida exigida por Simonsen por ocasião do Conselho de Comércio Exterior em 1937[185], foi adotado. Deu-se importância aos equipamentos de transporte e máquinas em detrimento dos bens de consumo. Além dessa medida, muitos empréstimos foram feitos à indústria, para expansão e proteção. Por esses benefícios Simonsen fizera numerosos apelos.

Com relação à siderurgia, na época da construção de Volta Redonda, ele mesmo organizou uma excursão composta de mais de uma centena de representantes das indústrias paulistas. Outra vez era parte interessada, dado que os subprodutos do coque seriam disponibilizados em favor da indústria química paulista e todo aço laminado substituiria o importado com enorme vantagem em preço[186].

Durante a Segunda Guerra Mundial o governo concedeu privilégios aos industriais que desejassem substituir produtos importados, tais como empréstimos, subsídios, incentivos fiscais e defesa contra as importações diretamente concorrentes, além de maquinário cedido pelos Estados Unidos. Com tantos incentivos não havia motivos para que os industriais contestassem o regime ditatorial, já que em nenhum outro período haviam gozado de tanto apoio. Antes de terminada a guerra, Simonsen e os outros industriais paulistas esboçavam planos para os tempos de paz. Dean retrata que Vargas "*parecia disposto a prosseguir na parceria*"[187], ainda que os temores a respeito de um novo boom de importados preocupasse aos produtores nacionais.

Era primordial no ponto de vista de Simonsen que as reservas acumuladas durante o conflito fossem aplicadas na industrialização, apontando inclusive para uma possível entrada de capitais americanos para infra-estrutura. Ainda que não fosse seu membro, ele freqüentou e debateu idéias com os chefes da Missão Cooke. Analisando os pareceres dessa comissão, redigiu um relatório em 1944 destinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como cita Dean[188]:

---

[185] Dean, 1971, pág 228, op. cit., *A industrialização de São Paulo...* No que se refere à conjuntura industrial paulista desde seu estado embrionário, a obra de Dean é fundamental.
[186] Ibidem, pág. 235.
[187] Ibidem, pág. 244
[188] Ibidem, pág. 246.

> "...desta feita, porém, não se limitou a pedir a contenção das importações. Adotou as premissas do relatório Cooke, segundo as quais as entradas dirigidas de capital eram necessárias nos setores dos transportes, da energia, dos metais básicos e das substâncias químicas. Aceitou explicitamente a necessidade da planificação como função do governo a fim de levar a cabo tais investimentos. Afigurava-lhe que os Estados Unidos estariam dispostos a conceder um empréstimo a longo prazo para cobrir a metade dos custos de um plano industrial. Aparentemente, queria que o governo brasileiro emprestasse esses fundos, por seu turno, a industriais brasileiros particulares..."

Com o fim do Estado Novo e a derrubada de Vargas em 1945, o presidente Dutra deu novos rumos à economia brasileira, que terminara a guerra em posição favorável, com grande saldo de divisas devido ao controle das importações e elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. A Conferência de Bretton Woods[189] visava a abertura dos mercados internacionais e a volta ao liberalismo do comércio mundial, tudo o que Simonsen sempre combatera. O Plano Marshall, programa de recuperação européia financiado pelos EUA, era visto por ele com bastante ceticismo, dado o fato que os países da América Latina deveriam suprir a recuperação européia com o abastecimento de produtos primários, o que traria um retrocesso no processo econômico desses países, e provocaria diminuição ainda maior de sua produtividade.

Suas idéias sobre planejamento industrial foram duramente atacadas no retorno do liberalismo econômico, principalmente por Eugênio Gudin. Um de seus últimos atos de foi a tentativa de eleição para o Senado em 1947, em uma aliança formada pelos industriais e perdida. Faleceu no ano seguinte, deixando numerosas contribuições para o crescimento da indústria e da economia.

Como deputado, figura influente nos bastidores ou como principal interessado na multiplicação do capital empregado na indústria, lutou sempre pelo produto brasileiro em

[189] Da Conferência de Bretton Woods, realizada nos EUA em julho de 1944 resultou na criação do Fundo Monetário Internacional – FMI - e no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

detrimento das importações, na multiplicação da renda e melhoria do padrão de vida, pois era um capitalista burguês acima de tudo, e como tal visava sempre o enorme mercado consumidor do Brasil para si e para os da sua classe. Com as teses a respeito da industrialização, protecionismo, planejamento e desenvolvimento econômico via aumento da renda *per capita*, apesar de uma possível ausência de teorias econômicas refinadas[190], convém ligar o nome de Simonsen ao início do desenvolvimentismo brasileiro propriamente dito, com ações e reivindicações que foram ouvidas e utilizadas pelo governo no campo da política econômica. Muito embora não tenha usado os termos convencionais, como "economias externas", "pontos de estrangulamento ou de germinação", "capital social" ou "indivisibilidade de investimentos", da teoria do desenvolvimento econômico que se difundiram a partir dos anos de 1950, com Nurkse, Roberto Campos, Rosenstein-Rodan, Myrdal, Gudin entre outros, a obra de Simonsen é de extrema relevância.

2.1.3 – Roberto Campos

Roberto Campos[191] tinha por hábito analisar as coisas de "maneira aristotélica". Foi pensador e técnico nos órgãos em que operou e sua obra provoca muito interesse por conta das mutações em suas idéias. Participou ativamente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU - de 1950 a 1953, e da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE - onde trabalhou de 1954 a 1958, tornando-se inclusive seu presidente.

Sobre sua teorização, é necessário dividi-la em dois momentos. O primeiro vai de 1945, com o fim de seu mestrado em Columbia, a passagem pela Conferência de Bretton Woods, pelo GATT, pela CMBEU e pelo BNDE, e pode ser acompanhado pelos artigos nos periódicos *Digesto Econômico* e *Revista Brasileira de Economia*, além do livro *Economia, Planejamento e Nacionalismo*, de 1963, nos quais sua linha de pensamento

---

[190] "*Tinha, na verdade, muito pouca familiaridade com a teoria econômica e usava um raciocínio analítico pouco definido em economia, a ponto de, por vezes, usar conceitos econômicos básicos de forma equivocada*." Bielschowsky, 1988, pág. 87 op. cit., *Pensamento Econômico Brasileiro...*

[191] Nasceu Roberto de Oliveira Campos em 17 de abril 1917, na cidade de Cuiabá e faleceu em 09 de outubro de 2001, no Rio de Janeiro. Era economista graduado na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Além dos diversos cargos que assumiu em comissões e órgãos do governo, também foi embaixador e autor de mais de 20 livros. Ocupava a cadeira 21 da Academia Brasileira de Letras.

apresenta-se como desenvolvimentista, mesmo com apoio do capital internacional[192], a favor da industrialização e de intenso planejamento. O segundo momento de sua atuação se iniciou com a tomada do poder pelos Militares em 1964, após o Golpe Militar, quando se tornou Ministro do Planejamento, apresentando tendências liberais que o acompanharam até o fim da vida.

O primeiro momento de sua obra é o de uma leitura refinada do desenvolvimentismo. Como Simonsen, apoiou deliberadamente a planificação econômica, acreditando que nos países desenvolvidos era um fenômeno parcial, com vistas a atender a manutenção do pleno emprego, e que, de outro extremo, o planejamento em economias insuficientemente desenvolvidas[193] deve "*contingenciar recursos escassos entre objetivos concorrentes e escalonar sua utilização eficiente no tempo e no espaço*."[194]. Para ele, os estudiosos contrários à planificação estavam perdendo espaço no campo teórico.

> "Mesmo no campo do desenvolvimento econômico, no qual a experiência soviética provou a possibilidade de um apressamento no ritmo de evolução através da planificação, há ainda economistas fortemente apegados ao liberalismo econômico tradicional. Citam eles o fato de que as experiências mais espetaculares do desenvolvimento econômico dos séculos XIX e XX, a saber, as revolução industrial da Inglaterra, o desenvolvimento agrícola e industrial dos Estados Unidos e a expansão industrial mais recente do Canadá, foram, em linhas gerais, executados num clima econômico imune de intervenções planificadoras. Como quer que seja, é indiscutível que o grupo antiplanificador se torna rapidamente uma minoria na atribulada fraternidade dos economistas."[195]

---

[192] Inclusive em setores básicos da economia, como a mineração e a energia. Bielschowsky, 1988, pág 105, op. cit., *Pensamento econômico...*"*No início dos anos 50, sua defesa de industrialização com apoio do Estado e de planejamento colocava-o em franca confrontação teórica com a essência da ortodoxia liberal e o identificava com a nata da heterodoxia teórica do subdesenvolvimento, isto é, com autores como Prebisch, Nurkse, Singer, Lewis e outros*." Idem.
[193] Campos tinha preferência por tal termo.
[194] Campos. R. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1963, pág. 14
[195] Ibidem, pág. 12-13.

Os problemas nos países pobres, com baixa produtividade e pequena formação de capital tornavam indispensável o planejamento. Sofriam com uma iniciativa privada débil, em que a distribuição de renda desigual deixava a diligência econômica restrita a um grupo seleto e pequeno. O processo de industrialização tende a se estender com pouca dinâmica e velocidade bastante reduzida, a ponto de não se conseguir avanços toleráveis. A isso denomina "*debilidade da iniciativa privada*". Como há pouca densidade de capital e o nível de poupança é baixo, fica destinada ao Estado a captação dos recursos; este por ser uma máquina extensa e burocrática deve ser disciplinado para a aplicação dos recursos existentes, o que de outra maneira seria muito mais dificultoso. Nesses países o planejamento deve partir de um levantamento sucinto dos recursos à disposição, antes mesmo de conhecidas as necessidades. Esse levantamento consiste na apuração dos recursos a serem somados com os valores relativos à tributação, empréstimos, poupança voluntária e a redução das despesas governamentais que não estão relacionadas ao desenvolvimento econômico.

> "Em sua forma mais rudimentar, o planejamento dos países subdesenvolvidos não socialistas não abrange mais do que as despesas públicas, através de orçamentos de investimento cobrindo um determinado número de anos. No Brasil os chamados "Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" e o "Plano de Obras e Equipamentos" decretados para os períodos 1939-1943 e 1944-1948 (abandonado este último em 1946) se filiam a esse tipo de planejamento. Uma segunda etapa de planejamento compreende também planos de produção por indústrias específicas ou para grupos de indústrias, escalonadas conforme a prioridade. Esses planos contêm geralmente estimativas dos materiais, equipamentos, mão-de-obra e recursos financeiros necessários para a consecução das metas de produção, tanto no setor público como no setor privado; especificam outrossim, geralmente, as medidas governamentais, destacando os recursos requeridos pelo plano ou necessários para induzir o setor privado a fornecê-los. O Plano Qüinqüenal Argentino, denominado "Plan de Gobierno", assim como o plano de Bombaim, na Índia, se filiam a

> essa categoria. O terceiro estágio de planejamento, mais dificilmente atingível nos países subdesenvolvidos, por exigir uma perfeita visão do conjunto econômico e avançada base estatística consiste no levantamento do orçamento geral dos recursos da nação, subdivididos em orçamentos específicos para a indústria, agricultura, as despesas governamentais, comércio exterior, etc., e abrangendo tanto o setor público como o privado. Como exemplo desse tipo de planejamento cabe citar o "First Memorandum on the Central Economic Plan 1946 e and National Budget" da Holanda, e "The Norwegian National Budget for 1947", da Noruega."[196]

Campos diz que, "c*omo as necessidades sempre excedem os recursos, a conseqüência natural é a fixação de uma escala de prioridade, que rejeita certos projetos em benefício de outros*"[197]. A continuação desse raciocínio é o apoio ao planejamento setorial em detrimento ao integral, pois essa opção facilita sua execução. Um planejamento em todas as frentes exige, para o autor, um enorme esforço para solução prévia de alguns problemas "*tais como o da coordenação entre iniciativas públicas e privadas, o da informação estatística sobre a renda nacional e seus elementos componentes, evolução de preços, etc. – problemas cuja solução não é fácil nem rápida"*[198]. O planejamento em menores frentes tende a reduzir a intervenção do governo devido à ineficiência de alguns de seus órgãos. Situadas as indústrias e os setores a serem providos das inversões (necessidades que variam de país para país), os países insuficientemente desenvolvidos que já atingiram certo nível de desenvolvimento em algumas áreas e possuem serviços de capital social básico, como portos e ferrovias, além de usinas hidrelétricas[199], poderiam direcionar para essas áreas maior número de investimentos.

---

[196]. Campos, abril de 1952, pág 20, op. cit., *Planejamento do desenvolvimento...*

[197] Campos, R. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos - conclusão. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio de 1952, pág. 20. As duas últimas etapas do planejamento citadas por Roberto Campos foram utilizadas com certo êxito pelo próprio no plano intelectual e na prática do Plano de Metas.

[198] Campos, 1963, pág. 28, op. cit., *Economia, planejamento e nacionalismo...*

[199] Como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados do Sul do país.

> "A probabilidade é de que os investimentos ali feitos seriam mais baratos e imediatamente produtivos. Nessas condições, um volume dado de investimentos poderia presumivelmente resultar num aumento mais rápido da renda nacional do que se os investimentos fossem feitos em áreas mais primitivas; gerar-se-iam assim recursos maiores que poderiam, em estágios subseqüentes, ser aplicados para ataque em larga escala ao problema do desenvolvimento econômico global. É preciso não esquecer que, a fim de o desenvolvimento econômico se tornar cumulativo e automático, são necessários investimentos maciços, os quais dificilmente ocorrerão se os recursos disponíveis tiverem que ser dispensados por todas as regiões de um país subdesenvolvido."[200]

Além do investimento em áreas selecionadas, ele observa também a problemática do tempo. Inversões em curto prazo são as que traduzem benefícios imediatos, preferível pelos países subdesenvolvidos por serem mais baratas, "*cujos frutos possam ser colhidos prontamente e que gerem recursos para ulterior acumulação*"[201]. Os resultados tangíveis com rapidez são ferramentas usadas pelo governo perante a sociedade[202]. Já os serviços de capital social básico, como transportes, energia e outros tópicos relacionados às melhorias das condições da população, a exemplo da área da saúde[203], são investimentos de longo prazo de gestação e execução. O erro comum de planejamento, segundo sua análise, está no fato que os países pobres costumam aguardar a manifestação do lado da procura desses investimentos. Esclarecendo, a industrialização desordenada dessas nações, iniciando o processo pelas indústrias de bens de consumo substitutivas chegam às suas limitações no ponto em que a capacidade ociosa é preenchida e são necessárias inversões de capital básico e indústrias básicas para que a capacidade produtiva seja aumentada, com conseqüente importação de bens de capitais. Para ele "*essa noção constitui um dos círculos*

---

[200] Campos, maio de 1952, págs 23 e 24, op. cit., *Planejamento do desenvolvimento...*
[201] Ibidem, págs 21 e 22.
[202] "*Em muitos casos, é difícil para o planejador evitar a tentação de economizar investimentos básicos em benefício de investimentos cujos resultados diretos sejam tangíveis. Isso pode, entretanto, retardar o ritmo do desenvolvimento econômico.*" Ibidem, pág. 21.
[203] Campos usa o termo *social overhead* para os investimentos em educação, saúde, assistência social, etc, e *economic overhead* para os demais.

viciosos do desenvolvimento econômico, pois toda a dinâmica do desenvolvimento econômico consiste em antecipar-se à procura antes de simplesmente satisfazê-la"[204].

Os países insuficientemente desenvolvidos tendem a superestimar seu capital real, físico, em relação ao que é incorpóreo e intangível. O desenvolvimento econômico é para o autor, composto por tecnologia, experiência administrativa e lastro cultural, o que tende a ser menosprezado freqüentemente pelos países pobres, que carecem de educação e pesquisa. Investindo em equipamento com alta densidade de capital e extrema eliminação de mão-de-obra, ocorrem os problemas de falta de técnicos e da utilização de bens de capital caros, o que mina o aumento de produtividade; o uso de maquinário mais barato e menos poupador de mão-de-obra, pode ser uma alternativa para a utilização do excedente de mão-de-obra. Segundo sua análise, era claro, para a situação brasileira, que a industrialização fosse o caminho para o escoamento dessa mão-de-obra e condição medular para o desenvolvimento econômico.

> "No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará a necessidade de uma absorção mais rápida de mão-de-obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis."[205]

Ele não tinha preconceitos em relação ao capital estrangeiro na industrialização. Ao contrário, apoiava a internacionalização de capitais, porque as multinacionais eram mais eficientes para gerir setores em que o uso do capital era mais intensivo, como no caso da energia elétrica e transportes, dois pontos de estrangulamento. Apesar de muito elogiar a Petrobrás, insistia na quebra do monopólio estatal do petróleo[206].

---

[204] Ibidem, pág. 22.
[205] Campos, abril de 1952, págs 63, op. cit., *Planejamento do desenvolvimento...*
[206] Bielschowsky, 1988, pág. 123, op. cit., *Pensamento econômico...*

Roberto Campos fez de forma acurada a revisão dos pontos de estrangulamento da economia brasileira, causados pelo crescimento industrial desordenado e a falta de previsão no campo da infra-estrutura, que deve ser planejada antes da superestrutura. Assim, "*um desenvolvimento econômico equilibrado exige uma certa proporcionalidade entre os chamados serviços de infra-estrutura (transportes e energia) e as atividades de superestrutura (agricultura e indústrias de transformação)*"[207].

> "Normalmente, os serviços de infra-estrutura atuam como pontos de germinação e devem preceder o desenvolvimento da superestrutura. Ora, no Brasil, o que se verificou foi um retardamento, em período recente, dos setores básicos, criando-se os conhecidos "pontos de estrangulamento". Houve, por exemplo, um crescimento não só inadequado mas desequilibrado do sistema de transportes: investimento inadequado ou mesmo desinvestimento líquido, no setor ferroviário e na navegação costeira, contrastando com um comportamento mais dinâmico dos setores rodoviário e aeroviário"[208].

No que concerne aos padrões de consumo relativos à produção da indústria de transformação, tanto o Brasil quanto a quase totalidade de países subdesenvolvidos passariam pelo chamado *demonstration effect*, ou efeito de demonstração[209]. Esses países não apresentavam modos puritanos de consumo como os encontrados na Inglaterra, quando da Revolução Industrial ou pelo Japão em sua arrancada, o que resulta na baixa propensão a poupar e conseqüentemente a investir. Os hábitos de consumo eram relativos aos padrões de consumo dos países desenvolvidos, devido em parte pelos meios de comunicação como o rádio, o cinema e a televisão.

> "No caso brasileiro, o contágio de padrões alienígenas de consumo é extremamente agudo nas classes produtoras, mas a elas não se confina, pois

[207] Campos, 1963, pág. 74, op. cit., *Economia*, *planejamento e nacionalismo.....*
[208] Ibidem, pág. 74.
[209] A teoria dos efeitos de demonstração está explicitada em Nurkse, 1957, cap. III, op. cit., *Problemas de formação de capital...*

> que através do rádio, cinema e televisão, se traslada esse apetite insopitável às próprias massas trabalhadoras, que passam a reclamar padrões mais altos de consumo, em detrimento da poupança. Trata-se, claramente, de um conflito entre o conforto a curto prazo e o conforto a longo prazo. Pois o processo de transplantação de hábitos de consumo de países desenvolvidos para as regiões subdesenvolvidas, se é conducente, a curto prazo, ao maior conforto de certas áreas ou grupos das regiões subdesenvolvidas, atrasa muito, a longo prazo, o processo de formação de capital e, portanto, a possibilidade de se adquirirem esses mesmo benefícios sociais em escala maior e com maior justiça distributiva, vale dizer, mais igualitariamente distribuídos entre o complexo populacional."[210]

Para regular os hábitos de consumo para o nível em que a propensão a poupar seja otimizada a ponto de obter inversões satisfatórias, a única alternativa era a intervenção planificadora do governo.

Outro assunto em que se alinhava com os desenvolvimentistas é referente à deterioração das relações de troca entre países desenvolvidos e os insuficientemente desenvolvidos. Acompanha a tese Prebisch-Singer, que revela a tendência declinante das relações de troca de uma série de países, incluindo o Brasil, desde 1870 até a Segunda Guerra Mundial, causada principalmente pela produção dos artigos primários, sujeita "*à violentas flutuações cíclicas*"[211]. Nesse sentido, o principal instrumental disponível para a regulação dos termos de intercâmbio não estava do lado da produção primária, posto que elasticidade-renda da demanda dos produtos primários é praticamente imutável temporalmente. A resolução para o problema está na diminuição da dependência da renda gerada pela produção primária, ou seja, o fortalecimento da oferta interna de produtos primários, restringindo as importações e substituindo-as, de acordo com o desenvolvimento da produção interna de certas matérias-primas (enxofre, cobre, petróleo) e semimanufaturas (cimento, papel, celulose, álcalis). O processo de industrialização cresce assim de forma

[210] Campos, 1963, pág. 93, op. cit., *Economia, planejamento e nacionalismo....*
[211] Ibidem, pág. 42.

horizontal, não apenas no que se refere aos bens de consumo, sanando também o estrangulamento referente às matérias-primas.

Na análise do desenvolvimentismo de Roberto Campos, vale registrar suas últimas considerações a respeito do desenvolvimento econômico. Via a melhoria da produtividade como "*a essência mesma do desenvolvimento econômico*"[212], desenvolvimento este que deve ser acompanhado de uma alta renda *per capita* e parcela menor da população voltada às atividades primárias. Diante de tal afirmação, engloba o Brasil como subdesenvolvido, mas não culturalmente, pois se refere à dura realidade dos baixos padrões de vida da população. A solução para o incremento da renda *per capita* se realizaria através do aumento da taxa de formação de capital, adoção de métodos tecnológicos mais produtivos e aumento da produtividade do capital existente. Assim sendo, estava o Brasil em condições melhores que países que se desenvolveram em outras épocas. Em 1950, Campos estima a razão capital-produto brasileira na casa de 1,4, chegando em 1952 a 2,9. Isso quer dizer que para cada unidade de produto fabricada deveriam ser utilizadas 2,9 unidades de capital. As taxas dos Estados Unidos em fases de crescimento industrial similares às vividas pelo Brasil vão de 3,37 a no máximo 4,46, o que convém dizer que a produção americana exigiu muito mais capital que a do Brasil[213].

> "Nunca é demasiado enfatizar que o desenvolvimento econômico é, essencialmente, um processo cumulativo, uma espécie de reação em cadeia. Um investimento numa indústria básica, como por exemplo, a indústria pesada de aço, provoca investimentos colaterais nas indústrias químicas à base de alcatrão e coque, nas indústrias de cimento à base de escória, nas indústrias mecânicas etc,. Para que benefícios do processo cumulativo sejam plenamente utilizados é preciso, entretanto, uma determinada velocidade de desenvolvimento e, em particular, que o crescimento da renda exceda o ritmo do crescimento da população por uma margem suficiente para apressar a acumulação de capital. Dada a escassez de recursos internos característicos dos países subdesenvolvidos, de um lado, e

[212] Campos, abril de 1952, págs 21, op. cit., *Planejamento do desenvolvimento...*
[213] Campos, 1963, pág. 167, op. cit., *Economia*, *planejamento e nacionalismo...*

> o parco volume da migração internacional de capitais, de outro, o desenvolvimento econômico espontâneo tende a ser, em nossos dias, demasiado lento."[214]

O aumento da renda *per capita*, ocasionado pelo aumento do estoque de capital, o efeito multiplicador dos investimentos e a maior produtividade do estoque de capital existente, no caso brasileiro, não eram fenômenos espontâneos, ou seja, funcionando de acordo com as leis de mercado do *laissez-faire*. Campos, em sua faceta desenvolvimentista conclui que a iniciativa privada brasileira, débil e não poupadora, só poderia colher os frutos do desenvolvimento econômico se fosse direcionada apenas e tão somente pelo Estado.

2.1.4 – Celso Furtado

A proposta de Celso Furtado[215] foi uma tentativa de sinalizar estratégias de ação que combatessem a desfiguração do desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvimento. O primeiro passo foi reconhecer a situação vivida em países como o Brasil como uma "*situação histórica particular*"[216], que não fora enfrentada pelos países de padrão econômicos e sociais superiores. É a partir desse ponto que são formuladas as suas premissas e que se inicia sua análise desenvolvimentista.

Sua visão é a de que os países subdesenvolvidos são resultantes de uma terceira linha de desenvolvimento. Antes dela, o condicionamento do desenvolvimento econômico havia se iniciado na Europa Ocidental, através da primeira onda causada pela Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra. A segunda onda de desenvolvimento havia se deslocado "*para além de suas fronteiras de mão-de-obra, capital e técnica*"[217] em lugares

---

[214] Campos, abril de 1952, págs 18, op. cit., *Planejamento do desenvolvimento...*

[215] Nasceu Celso Monteiro Furtado em 26 de julho de 1920, na Paraíba. Durante a Segunda Guerra, integrou a Força Expedicionária Brasileira, tendo lutado na Itália. Estudou Direito na Universidade do Brasil e doutorou-se em Economia na Sorbonne. Durante oito anos foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL. Em 1959 publica o livro "*Formação Econômica do Brasil*", a obra de um economista brasileiro mais traduzida em todo o mundo. Faleceu em 20 de outubro de 2004.

[216] Furtado, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, pág. 212.

[217] Ibidem, pág. 160.

com características parecidas com a Europa. Foi o caso dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Com as técnicas e costumes europeus, esses países conseguiram aumentos significativos de produtividade e níveis de vida compatíveis com os dos patrícios europeus.

Na terceira linha de desenvolvimento econômico, a economia industrial européia tentara a absorção das terras que são ditas como subdesenvolvidas. Para ele, essas localidades seriam de natureza pré-capitalista, mas que com o advento da colonização e o intercâmbio comercial para abastecimento das estruturas industriais européias haviam desenvolvido subestruturas em seu interior, capazes de gerar maiores rendas com o comércio e com um tipo de industrialização ulterior, que a grosso modo viveria do benefício da exportação de produtos primários e de algum consumo interno cuja produção não exigisse dinamismos tecnológicos. Essa estrutura mais desenvolvida e o arcaísmo pseudo-capitalista que prevalecia no restante de um mesmo país viviam juntos, em um sistema dual[218]. Tal dualidade era a base do subdesenvolvimento econômico, sendo este autônomo e *sui generis* em relação a qualquer outra fase da historiografia econômica. Algumas dessas economias possuem, segundo ao autor, padrões bastante complexos[219].

> "O núcleo industrial, criado com base na expansão da procura global, inicia-se a partir de indústrias ligeiras, produtoras de artigos de consumo geral, como tecidos e alimentos elaborados. Passam a coexistir, então, três setores, dentro da economia: no primeiro, predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; no segundo estão as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, as que se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral. Depara-se-nos, portanto, um tipo de estrutura econômica subdesenvolvida bem mais complexo que o da simples coexistência de empresas estrangeiras com remanescentes de um sistema pré-capitalista."[220]

---

[218] A tese da dualidade foi descrita por Prebisch e foi difundida pelos autores da CEPAL. Foi por meio de Celso Furtado que os primeiros artigos de Prebisch foram publicados no Brasil, através das revistas da Fundação Getúlio Vargas.
[219] Ibidem, pág. 161.
[220] Ibidem, pág. 165.

Utilizando os termos do autor, existe um departamento desenvolvido e um departamento atrasado da mesma economia. O departamento desenvolvido, ligado ao comércio internacional e com alguma indústria seria o responsável pelo crescimento econômico; o departamento atrasado manteria o subdesenvolvimento. De acordo com ele, o departamento desenvolvido não absorve o excedente populacional gerado pelo setor atrasado, o que significa que qualquer aumento da renda *per capita* não é traduzido em desenvolvimento econômico. O que faz com que a massa populacional não seja incorporada ao setor capitalista desenvolvido da economia é a escassez do capital[221]. A escassez do capital é a essência do desemprego disfarçado que atinge esse tipo de economia.

Esclarecidos os aspectos que formam a economia dual, cabe um maior aprofundamento sobre o departamento desenvolvido. Esse departamento, que gere praticamente todo o fluxo de renda do país atrasado, segundo Furtado, foi orientado até certo momento pela teoria das vantagens comparativas, que prega a especialização e maximização dos recursos que cada país possui de forma abundante através do comércio internacional, foi ponto pacífico do postulado clássico e neoclássico, e no caso brasileiro perdurou até pelo menos 1914. É a partir da Primeira Guerra Mundial que a "*economia do tipo colonial*"[222] inicia sua mudança, que culmina com o despencar dos preços do café, em 1929.

> "A perda do poder de compra no mercado internacional dos produtos primários, com relação aos produtos manufaturados, parece ser uma característica específica do desenvolvimento econômico. Relaciona-se com a estrutura mesma do sistema de divisão internacional do trabalho, o qual tende a concentrar a capacidade de poupança nos centros de maior potencial econômico. A perda do poder de compra da unidade exportada em termos de unidade importada, foi contrabalançada em grande parte pelo

[221] Ibidem, pág. 171.
[222] Furtado, C. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 1, março de 1950, pág. 8.

> aumento do volume físico exportado. Enquanto esse aumento – considerada a piora na relação de trocas – foi superior a crescimento da população, é evidente que o esquema da divisão internacional do trabalho possibilitou, ou pelo menos não impediu, o crescimento da economia brasileira."[223]

É a chamada tese da deterioração dos termos de troca, difundida pelo pensamento da CEPAL, principalmente por Prebisch, e no Brasil por Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

Como reconhecido antes por Campos, Furtado também conclui que não pode haver desenvolvimento econômico se o pilar da economia brasileira se restringir à exportação de produtos primários, cujo preço e demanda sempre decaem através do tempo. Mas Furtado não é discriminatório quanto ao comércio exterior, desde que feito com reciprocidade. Esse comércio pode também render a um país em condições sociais e econômicas sofríveis algum intercâmbio tecnológico, desde que as importações se baseiem em bens de capital e melhores técnicas de produção, ao invés de bens de consumo que supram a camada populacional detentora dos lucros do comércio exterior. Dessa maneira, "*a expansão do comércio exterior não é causa suficiente do desenvolvimento, mas pode ser uma condição necessária para que o mesmo se efetive*"[224].

Sobre a demanda das classes abastadas, sua opinião acompanha a de Roberto Campos. Elas, nos setores dinâmicos da economia, tendem a adquirir padrões de consumo semelhantes ao das economias desenvolvidas, o que leva a uma sangria dos lucros que foram conseguidos por poucas alternativas de geração e movimentação de renda, que em sua maioria persistiram no Brasil até meados da década de 1940. É o caso da produção de café: nas *plantations* destinadas à produção para exportação desse produto, os lucros recebidos pela remuneração dos fatores de produção nem sempre foram invertidos em outros setores da economia, como a indústria. Corroídos através de gastos com produtos de primeira linha europeus, supérfluos, tal monta consumia a poupança nacional[225] e o que se

---

[223] Ibidem, pág. 6 e 7.
[224] Furtado, 1967, pág. 186, op. cit., *Teoria e política do desenvolvimento....*
[225] Furtado, 1950, pág. 12, op cit., *Características gerais...*

vê é um circulo econômico nefasto: sendo baixa a produtividade, baixos salários; sendo baixos os salários, menor ainda é o mercado interno da economia nacional; o mercado interno com pequenas proporções torna o investimento industrial uma atividade de alto risco também por suas indivisibilidades. A partir do momento em que o preço dos produtos primários é devastado pela Grande Depressão, é o investimento no café que conterá o maior grau de risco, sendo o ciclo inicial quebrado[226].

As debilidades econômicas dos países subdesenvolvidos não agem de maneira isolada: o subdesenvolvimento é de ordem estrutural, conforme a tese principal da CEPAL, a do Estruturalismo.

O estruturalismo surge como base intelectual e ideológica no legado pré-existente de Roberto Simonsen, "*ganhando muitos adeptos no Brasil, à medida que ia se consolidando os seus enunciados e respaldando-os em análises empíricas sobre a América Latina*"[227]. Tenta demonstrar por evidências empíricas e por certos postulados, a inevitabilidade da falência do modelo agrário-exportador, o que direciona o raciocínio de inspiração econômica para nova teoria do desenvolvimento econômico.

> "Ensaiava-se, assim, uma nova abordagem da dinâmica do sistema centro-periferia, sob a ótica dos interesses da periferia, que, ao mesmo tempo, continha um plano de ação, ainda em estado embrionário, para superar o desenvolvimento. Em que pese o caráter precário e a insegurança das novas preposições, estava dado o primeiro passo em direção a uma teoria do subdesenvolvimento. Coube a Furtado amadurecer essa teoria, dar-lhe consistência e encontrar uma feição mais acabada. Tratava-se de uma teoria pragmática, diretamente voltada para a ação e umbelicalmente vinculada ao momento histórico por que passava o Brasil e os principais países da América Latina no pós-guerra. Se o objetivo era implementar o desenvolvimento por meio da industrialização, cabia, no plano teórico,

[226] Para Furtado existem apenas e tão somente duas fases da industrialização dos países subdesenvolvidos. A primeira é induzida pelo crescimento das exportações primárias e a segunda é induzida pelo corte da produção dos produtos industriais do centro. Apenas em casos bastante especiais, como nos países socialistas, é que a segunda fase se organiza de maneira determinada pelo Estado.

[227] Mantega, G. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 9, nº 4, outubro-dezembro , 1989, pág. 32

> explicar as raízes da industrialização brasileira e descobrir os meios de impulsioná-la."[228]

Essas raízes têm sua origem no aumento do fluxo de renda que ocorreu, sob a ótica de Furtado, no departamento desenvolvido da economia brasileira. Dada a expansão das atividades do comércio primário, a demanda por produtos manufaturados aumenta[229]. Em um primeiro momento a demanda de bens duráveis de elaboração mais rústica, ou seja, que requer menor dotação de capital e técnicas menos apuradas, chega a ter uma parte não tão significativa suprida. O maior aumento de dotação de capital e maximização dos fatores de produção conjuntamente, com uma industrialização propriamente dita, só ocorre com o choque externo. Para Furtado, o âmago da questão a respeito da necessidade ou não de um processo de industrialização está contido nessa melhor produtividade e no uso de técnicas de produção. Fica clara a sua oposição a teoria das vantagens comparativas e a doutrina liberal. Para ele, a industrialização é indispensável para o incremento do produto, para o desafogo em relação ao desemprego disfarçado nas lavouras e para o aumento da renda. Industrialização e desenvolvimento econômico são duas engrenagens juntas, dependentes; "*longe de ser uma escolha, ela é a única via de desenvolvimento deixada aos países que antes se haviam beneficiado de exportações crescentes de produtos primários.*"[230]

Há uma passagem em um dos textos que chama atenção para as metas de investimento no setor secundário para que uma economia subdesenvolvida possa decolar. A cifra reconhecida por ele é de 18% do produto bruto:

> "Para que o setor industrial possa desempenhar, por si mesmo, o papel de elemento propulsor do desenvolvimento, deverá estar ele estruturado de tal forma que a utilização de sua capacidade produtiva tenha como contra-partida necessária a realização de um nível adequado de investimentos no conjunto da economia. Vimos anteriormente que com o desenvolvimento a participação do setor industrial no produto aumenta, ocorrendo igual

[228] Idem.
[229] Furtado, 1967, pág. 187, op. cit., *Teoria e política do desenvolvimento....*
[230] Ibidem, pág. 211.

> fenômeno com a participação da produção de bens de capital e industrial, Assim, a um nível de 600 dólares *per capita*, a produção industrial representa 35% do produto e a produção de bens de capital 35% da produção industrial. Desta forma, a produção de bens de capital contribui com algo mais que doze por cento para o produto bruto. Tendo em conta que os bens de capital, inclusive estruturas, representam cerca de dois terços dos investimentos brutos, admitindo que exportações e importações de bens de capital se equilibram, infere-se que um país que haja alcançado esse grau de diversificação estrutural estará em condições de manter uma taxa de investimento bruto da ordem de 18%. Visto o problema de outro ângulo: para que esse país possa utilizar plenamente sua capacidade produtiva, sua taxa de investimento deverá alcançar 18%."[231]

Furtado parece, de início, usar a mesma lógica da Teoria do Grande Impulso. É necessário que o avião esteja em uma velocidade aceitável para que possa sair do chão, por isso uma cadeia de investimentos em várias áreas pode acarretar em resultados muito maiores, mais rápidos e permanentes do que inversões isoladas. Também parece ter superestimado a média da renda *per capita* da América Latina para a década de 1950 em seus cálculos. Assim mesmo, 35% de produção industrial, sendo o mesmo percentual dessa produção para bens de capital parece ser bastante razoável, embora inversões na casa de 18% do produto bruto pareçam mais raras[232]. Nessa disposição, o Estado deveria centralizar as decisões em prol da expansão da capacidade produtiva. Em tais casos seria inútil se apegar às decisões de equilíbrio monetário fixadas pelo liberalismo econômico, pois essas decisões se direcionam às economias com alto nível de renda e pleno emprego do fator trabalho. Para essas economias a política econômica propõe a manutenção do pleno emprego, enquanto o problema do subdesenvolvimento exige criar estoque de capital,

[231] Ibidem, pág. 196 e 197.

[232] Por convenção, os agregados brasileiros são calculados de maneira bruta, ou seja, sem a retirada da depreciação. Pela identidade macroeconômica, Renda Nacional Bruta = Produto Nacional Bruto = Despesa Nacional Bruta. Rostow calcula que para um país entre em seu período de arranco econômico o investimento global deveria saltar de 5% para 10% da Renda Nacional, praticamente metade do que foi calculado pelo brasileiro.

conseguir economias externas e realizar investimento divisíveis, a ponto de transformar a capacidade produtiva em uma máquina que amplie a renda nacional e transforme sua divisão de modo mais igualitário.

Para a assimilação de um projeto de tal monta existem diversos problemas. Até por estar na mesma linha ideológica de Nurkse, Furtado concorda no que se refere a dimensão dos mercados de países sem desenvolvimento pleno. Um mercado de proporções pequenas não assimila técnicas modernas, o que resulta no problema das indivisibilidades. Reconhecida a questão, a industrialização passa a ser vista não só como o crescimento da industria *per se*, mas também como a significativa expansão de todos os outros setores da economia para que a procura global se satisfaça de acordo com a expansão da renda nacional. Quando se toma o caso do Brasil, percebe que, ao se aprofundar na segunda fase de industrialização, o processo se inicia desequilibrado devido a urgência dos choques externos e mergulha em um crescimento sem grande planejamento prévio.

> "A ausência de uma política diretora do processo de industrialização teve, no caso brasileiro, conseqüências negativas que merecem referência particular. Assim, como não se preparou a infra-estrutura que requeria a transição de uma economia exportadora de produtos primários para outra de base industrial, agravaram-se as disparidades entre as diversas regiões do País. Na falta de uma infra-estrutura que facilitasse a mobilidade da mão-de-obra e a circulação de bens, a economia permaneceu compartimentada regionalmente. Desta forma, a industrialização fez-se concentrando geograficamente não somente os benefícios do aumento de produtividade que ela engedrava, mas também os lucros monetários criados pela elevação do produtos industriais, cujas importações eram obstaculizadas."[233]

[233] Furtado, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pág. 97.

Somado ao problema da infra-estrutura e da concentração industrial[234], uma das conseqüências a que Furtado mais chama atenção no que tange o processo de substituição de importações é o problema da inflação. Essa inflação tem algumas justificativas, como a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, causada pela pequena diversificação da produção primária para o mercado interno, além da infra-estrutura despreparada[235]. A inexistência de mão-de-obra educada para as atividades industriais, além do aumento dos encargos financeiros ocasionados pela alta do preço das máquinas e equipamentos também pressiona os preços para cima[236]. O aumento paulatino dos preços é conseqüência de causas estruturais e não simplesmente do desequilíbrio entre oferta e demanda, muito embora o processo de industrialização pressione a demanda pelos bens manufaturados devido ao incremento da renda.

No processo substitutivo ocorre a diminuição das importações de bens de consumo e aumento de importações de bens intermediários e de capital. Em termos monetários, os valores dos importados não decaem drasticamente, posto que as importações constituem a mola-mestra na formação de capital necessária para a expansão do processo produtivo. A arrancada para um desenvolvimento equilibrado e com evolução se dá na absorção das técnicas adiantadas e na futura produção com economia de escala desses mesmos equipamentos e bens de capital produzidos nos países adiantados. É nessa etapa que uma

---

[234] Sobre este tópico há muitos detalhes na obra de Cano, 1977, op. cit., *Alguns aspectos da concentração industrial...*

[235] Furtado, C. A *Economia latino-americana – formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pág. 139 e 140.

[236] O encarecimento dos bens de capital é prejudicial à economia, a partir do ponto em que as inovações anulem o efeito da poupança de capital. "*Voltemos agora ao caso geral em que o processo de industrialização substitutiva provoca, em sua fase mais avançada, elevação relativa nos preços dos equipamentos e maior concentração de renda. O encarecimento relativo dos equipamentos tem efeitos inversos ao das inovações tecnológicas tendentes a poupar capital: exige maior investimento por unidade de produto, mantidos sem alterações os demais insumos, Assim, da mesma forma que as inovações tecnológicas poupadoras de capital, em condições de salários estáveis, tendem a elevar a taxa de lucro, o contrário ocorre quando se elevam os preços relativos dos equipamentos. Evidentemente, tal tendência pode ser anulada por uma elevação no nível geral de preços que permita uma redistribuição compensatória da renda. Entretanto, como se supõe que a taxa de salário real é constante, o declínio da relação produto-capital teria que traduzir-se em contração na taxa de lucros, com efeitos negativos na poupança da redução da taxa de crescimento. A tendência ao declínio na taxa de poupança poderia, contudo, ser anulada por aqueles fatores que estão atuando simultaneamente no sentido de aumentar a concentração de renda*". Furtado, 1966, pág. 83, op. cit., *Subdesenvolvimento e estagnação...*

economia subdesenvolvida apresenta inadequações no que tange seu tamanho de mercado e sua classe capitalista[237].

Contando com as dificuldades de uma economia subdesenvolvida, como a brasileira, Furtado é abertamente favorável à utilização do Estado como promotor do desenvolvimento[238]. Novamente se orienta pela complexidade estrutural das economias cuja estoque e formação de capital é pobre. Apenas o Estado pode ser o indutor do equilíbrio necessário, em setores chaves, para o deslanchar desenvolvimentista. Dessa maneira ficariam evitáveis os desequilíbrios regionais e os processos inflacionários ocasionados pelos gargalos de setores chaves, além de proporcionar à iniciativa privada plenas condições para inversão segura e concorrência de mercado. Para a aceleração do desenvolvimento econômico, há medidas a serem tomadas pelas lideranças governamentais:

> "Admitindo-se que um dos objetivos estratégicos seja levar acima de certo nível a taxa de crescimento do produto social em determinado período de tempo e assegurar que os frutos do desenvolvimento beneficiem a grande massa da população, reduzindo progressivamente as desigualdades de níveis de vida dentro da sociedade, o propósito de modificação da estrutura econômica social poderá ser estabelecido em termos precisos, partindo do diagnóstico da situação presente. Em realidade, trata-se de estabelecer objetivos de tipo operacional, a serem alcançados por meio de modificações no marco jurídico e de ação administrativa. Esses objetivos podem ser do tipo seguinte:
>
> a) Elevação da taxa de inversão.
> b) Reorientação dessas inversões,
> c) Intensificação na utilização da capacidade produtiva existente,
> d) Modificação na composição das importações,
> e) Aumento ou diminuição do coeficiente de importações,

[237] Furtado, 1976, pág. 138 e 139, op. cit., *A Economia Latino-Americana....*
[238] Bielschowsky, 1988, pág. 134, op. cit., *Pensamento Econômico Brasileiro...*

f) Aumento relativo, no produto social da participação do setor público,

g) Aumento do consumo coletivo em detrimento do privado,

h) Aumento relativo de gastos em formação de pessoal especializado e no levantamento de recursos naturais,

i) Redução do subemprego da mão-de-obra, mediante utilização mais intensiva do capital disponível."[239]

Esse "receituário" de Celso Furtado tende a sintetizar boa parte da visão desenvolvimentista brasileira. Os dois primeiros itens são de importância crucial no que tange o desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização. É necessário o aumento vigoroso nas inversões, ao passo que as mesmas devem ocorrer de maneira delineada pelo Estado, ou insuflada por este, em setores chaves a serem explorados pela iniciativa privada. É um resumo da teoria de planificação, vista em Simonsen e em Roberto Campos[240]. O terceiro item, maior utilização do estoque de capital existente, depende da reorganização da cadeia produtiva da economia, o que decorre de causas estruturais que envolvem inúmeros medidas. O quarto e quinto itens são aplicados à maneira de dispor as importações; o protecionismo de Celso Furtado e de quase todos os desenvolvimentistas estudados até agora não permite que importações de supérfluos explorem a poupança do país em detrimento de sua capacidade para a produção de bens de consumo. As importações devem suprir a economia em seus gargalos e nas máquinas e equipamentos que o país não dispõem, cujas indivisibilidades ainda não foram solucionadas.

No sexto ponto fica evidente o favorecimento da entrada do aparelho estatal na economia. Apenas Roberto Campos tem a opinião de que o Estado deveria intervir diretamente (até na produção) nos setores em que a iniciativa privada não despertava interesse[241]. Esse é o mesmo caso do investimento estrangeiro, mais aberto apenas no caso de Simonsen, e fechado para Furtado, pois esse último é a favor do controle de capitais estrangeiros, aliás, com distância a setores chaves da economia, como o de petróleo. Nos

[239] Furtado, 1966, pág. 120 e 121, op. cit., *Subdesenvolvimento e Estagnação...*
[240] Campos é o único a favor, como visto, do planejamento parcial, enquanto Simonsen e Celso Furtado preferem amplo planejamento em todas as frentes.
[241] Bielschowsky, 1988, pág. 243, op. cit., *Pensamento Econômico Brasileiro...*

três últimos itens há praticamente concordância entre todos os autores, pois desde Mauá existe um consenso entre os desenvolvimentistas de que só uma melhora considerável no padrão de vida do povo brasileiro pode fazer os níveis de consumo coletivo se aproximar dos padrões de países desenvolvidos. Tanto Campos como Furtado reconhecem como erro esse consumo de maneira vertical antes que a oferta alcance o patamar devido, no que concerne ainda à importação de supérfluos pelas classes mais abastadas.

Os dois últimos pontos tornam-se significativos a partir de Simonsen[242], mas Campos também é enfático sobre a necessidade da mão-de-obra treinada como pré-condição para saltos na economia. Sobre a questão do emprego, reconhecem ser este, no geral, subemprego disfarçado (no caso do campo) ou insuficiente no setor secundário. Apenas o crescimento da produtividade, em conjunto com as inversões e mudanças estruturais na economia, faz o nível de emprego criar suficiência.

Acima foram descritos os principais postulados da escola desenvolvimentista no Brasil. As mudanças preconizadas por eles eram o caminho para o país alcançar maturidade econômica e desenvolvimento através de ampla industrialização. Os dois últimos autores citados , Roberto Campos e Celso Furtado, tiveram a vantagem de tecer suas análises após quase três décadas do lançamento no Brasil do processo de industrialização propriamente dito[243]. Para eles, para o país se livrar da condição de subdesenvolvimento muitas arestas deveriam ser aparadas, embora um caminho rápido e desequilibrado já tivesse sido iniciado. Quanto ao Barão de Mauá e a Simonsen, suas obras surgem em momentos em que pouco significava a indústria no produto nacional e seus caminhos foram muito mais árduos.

2.2 – Os Liberais

A escola de pensamento liberal é considerada uma posição à direita dos desenvolvimentistas. Ela dominou quase que totalmente a política econômica imperial, exceto no momento da Tarifa Alves Branco. O Império era favorável ao comércio internacional como gerador da renda nacional. O sistema de monopólio para a concessão de

[242] Vide o número de instituições criadas, entre as quais o SENAI - Serviço Nacional de Apoio a Indústria.
[243] Ao inserir a Grande Depressão como marco.

autorização para a formação de companhias de serviços, indústria e infra-estrutura estrangulava a iniciativa individual, pois a concessão dependia de relações políticas e pessoais.

No período da República, após o momento do Encilhamento, o liberalismo econômico ainda continuou sendo uma corrente de pensamento dominante.

Liberais foram as personalidades que creditavam às forças naturais do mercado todo o andamento da economia. Eram contra a intervenção estatal no jogo econômico, sendo este útil apenas em situações extremas ou estratégicas em que a iniciativa privada não lograsse. Da mesma forma eram contra um processo de industrialização impulsionado e vertical, de proteção alfandegária extrema, que inflacionasse a cesta de bens à disposição da população. Essa indústria era chamada de artificial.

Para este trabalho foram selecionados alguns dos nomes de maior importância e influência, quer no governo como na intelectualidade, como Joaquim Murtinho, Octávio Bulhões e Eugênio Gudin. Joaquim Murtinho foi Ministro da Fazenda no governo do presidente Campos Sales e em sua pasta usou política econômica ortodoxa e austera para apagar os focos restantes do *Encilhamento*. Por sua carreira, foi um dos mais drásticos liberais da história brasileira, embora sem contribuição acadêmica. Posteriormente, tanto Bulhões quanto Gudin tentaram transportar a temática da divisão internacional do trabalho para os moldes da economia brasileira, utilizando os postulados clássicos e neoclássicos em suas justificativas. Gudin, patrono dos economistas e um dos responsáveis pelo início dessa ciência no Brasil teve uma contenda com Roberto Simonsen, industrialista convicto, a respeito de planejamento econômico Ele é quem melhor representa o liberalismo econômico no Brasil. Bulhões teve longa carreira na vida pública, na qual ajudou a criar órgãos como a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), preliminar do Banco Central do Brasil.

2.2.1 – Joaquim Murtinho

Joaquim Duarte Murtinho[244] foi importante defensor do liberalismo econômico, desde a Proclamação da República até a sua morte, em 1911. Era totalmente contrário à industrialização induzida como caminho para o desenvolvimento econômico brasileiro. Em seu entender, desenvolver indústrias e aumentar a produtividade da economia eram etapas que deveriam ocorrer de modo natural, sem intervenção governamental e sem o abandono da lavoura. Uma de suas frases mais marcantes, que traduz de modo sucinto as suas idéias em relação à industrialização, segue abaixo:

> "Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal do progresso industrial desse grande país."[245]

A sua análise de inferioridade racial é vista por alguns autores[246] como uma espécie de darwinismo econômico e social, no qual apenas as grandes economias sobreviveriam. Segundo essa classificação, o Brasil não teria lugar na história como uma grande potência industrial, sendo o seu caminho definido pela especialização na produção dos gêneros agrícolas. Industrializar significaria retirar braços da lavoura em prol do enriquecimento de poucas pessoas e do sacrifício inflacionário que desembocava em proteção ao setor industrial.

A trajetória política de Joaquim Murtinho e sua influência no cenário político do Brasil na Primeira República é complexa: foi médico particular do presidente Deodoro da

---

[244] Joaquim Duarte Murtinho nasceu em Cuiabá em 07 de dezembro de 1848 e, faleceu em 19 de novembro de 1911. Doutorou-se em Medicina, tendo se destacado na área homeopática. Usou do poder político da família em Cuiabá e no Mato Grosso para construir a sua vida pública, sendo senador três vezes, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1897 e Ministro da Fazenda, em 1898.

[245] Murtinho, J. *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Villela Luz. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, pág. 148.

[246] Luz, N.V. Joaquim Murtinho e o Darwinismo Econômico. In: Murtinho, 1980, op. cit., *Idéias Econômicas*… Nessa obra também se encontra a seguinte passagem, de Murtinho, na página 275: "*ela é a lei por excelência do progresso, e no dia em que uma sociedade não imperasse no comércio, nas indústrias, na agricultura e em outras atividades humanas, todas as classes sociais ficariam constituídas por indivíduos inferiores e a sociedade entraria em degenerescência*"

Fonseca e seu principal conselheiro nos assuntos sobre ao Mato Grosso[247]. Foi a partir desse período que o "murtinhismo" floresceu. A nomenclatura teria nascido devido a uma série de favorecimentos envolvendo o nome da família Murtinho.

Os Murtinho conseguiram concessões para construção e uso por 60 anos de uma estrada de ferro que ligava todo o estado, seguindo até a fronteira com a Bolívia; tiveram também sociedade na criação do Banco Rio e Matto Grosso, contando com apoio estatal e favores do governo e grande parte da Companhia Matte Laranjeira (que adquiriu o monopólio do mate na Província do Mato Grosso, contra a legislação da época). Por fim,

> "encerrando a era dos bons negócios e concessões, no término do governo do general Deodoro da Fonseca, João Cândido Murtinho logrou, dessa vez sem garantia de juros, o privilégio da construção, uso e gozo por sessenta anos, da via férrea entre a estação do Comércio, da Estrada de Ferro Rio das Flores, até a estação de São Francisco Xavier, com um ramal para a estação de Sapopemba da Estrada de Ferro Central do Brasil, com garantia dos direitos de desapropriação de terrenos de domínio particular, de isenção de taxas de importação e de monopólio de uma faixa de dez quilômetros de cada margem da estrada."[248]

Murtinho não se envolveu com empreendimentos industriais, ao que se sabe. Assim mesmo foi Ministro da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas por mais de um ano. Era partidário da advocacia administrativa, ou seja, da quebra dos protocolos e regras internas a fim de proporcionar favores e redução de caminhos nos assuntos públicos, em detrimento da administração pública e a favor de delitos funcionais. Nunca escondeu seu poder e sempre o utilizou quando ocorreu a necessidade. Foi um dos homens fortes do governo Campos Sales e sua política econômica foi centrada no atendimento dos interesses dos

---

[247] Faria, F.A. *Um aparte senador? Uma nova leitura de Joaquim Murtinho*. Doutorado em História, USP, 1992, pág. 212. Essa obra traz uma investigação profunda da vida e obra do personagem.

[248] Ibidem, pág. 227. "*Quase não discursava ou apresentava projetos e pareceres e, quando fazia, era em causa própria ou representando interesses de grandes grupos econômicos. Sua estratégia política privilegiava doutrinar e formar opinião daqueles que detinham o poder e o controle sobre a economia do mundo real e estes, por sua vez, reagiam pressionando os parlamentares. A imagem acabada de antisenador mal encobria a maneira dura de fazer política*". Ibidem, pág. 231 e 232.

banqueiros internacionais após o acordo de consolidação da dívida externa brasileira em 1898, o chamado *funding-loan*[249].

Sua gestão como Ministro da Fazenda, a partir de 1898, foi de cunho ortodoxo e contracionista. Tinha o objetivo de debelar a inflação e para isso diminuiu a oferta de moeda e as despesas do governo. Para ele, a grande emissão de papel-moeda não conversível durante o *Encilhamento* causara um foco inflacionário resistente, que só podia ser tratado de maneira drástica.

O conceito mais marcante na análise de Murtinho quanto à industrialização era de que indústria brasileira era uma indústria do tipo artificial. Essa indústria importava a maioria de matérias-primas do exterior e reservava para as fábricas brasileiras o trabalho mínimo da montagem. Quando o problema das matérias-primas não ocorria, o que havia de errado em muitos outros segmentos industriais estava na proteção erguida pelo governo para que os produtos nacionais pudessem ser comercializados de forma a competir com produtos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Essa proteção tornava os produtos brasileiros, de produtividade menor e maiores custos, muito mais caros. O mecanismo induzia à majoração dos preços ao consumidor, atingindo todas as camadas da população, e, portanto, apenas alguns poucos industriais realizavam lucros muito altos. Além disso, os produtos manufaturados brasileiros consumiam a renda da população agrícola e retiravam os braços das colheitas para o êxodo rural, agravando as condições urbanas e trabalhando em fábricas sem condição de higiene e segurança.

Seu liberalismo econômico aliava-se ao de Campos Sales, para o qual "*são princípios econômicos tratarmos de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições do que nós*". Além da questão monetária, o governo foi acusado de favorecer a indústria da Inglaterra e sofreu grande oposição. A única medida que foi tomada em prol das indústrias brasileiras foi a tarifação das importações em 10% em uma quota-ouro, que deveria ser recolhida de acordo com a paridade de 1846 em relação ao mil-réis. Essa quota passou depois a 15% e a 25%, sendo conhecida como tarifa Murtinho. Tal

[249] Gremaud, A.P. *A política econômica na passagem do século XIX para o XX: controvérsias em torno da questão monetária. Boletim Informativo*, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, set. de 2003.

medida se fez para sanear os cofres públicos e não foi pensada no intuito de proteger as indústrias do país[250].

Sobre o papel do Estado na economia, recusava toda proposta que não fosse para obtenção ou concessão de favores. Atuou apenas no campo monetário. Apesar de não ter profundidade na ciência econômica, advogava os preceitos liberais de forma ferrenha.

> "Destarte, era vedado ao poder público a participação em qualquer atividade que não fosse a manutenção da ordem e da segurança contra ameaças internas e externas. Sua força não era proveniente do mercado e, deste modo, não possuía a agilidade e flexibilidade dos agentes sociais testados continuamente nos embates das forças antagônicas da oferta e da demanda e, portanto, sua ação na esfera econômica, tanto como produtor direto quanto órgão regulamentador, não era reconhecida como legítima pelo liberal de Santa Teresa."[251]

Joaquim Murtinho travou diversas polêmicas com os defensores do protecionismo industrial, entre eles Américo Werneck, João Luís Alves e Alcindo Guanabara. Mas, o que chama a atenção em Murtinho é o fato de assumir a inferioridade do povo brasileiro e de sua classe capitalista. Ele não somente exalta a vocação agrária brasileira, como interpreta essa predestinação de maneira racial. Mesmo na República, Murtinho nutria os sentimentos retrógrados do Império, utilizando o liberalismo econômico e o darwinismo como pano de fundo, e pouco contribuindo para mudanças no desenvolvimento econômico e social do país.

Sua análise tem lugar aqui como um termômetro das medidas e do cenário político-econômico que envolveu um dos períodos de importância na história do Brasil. Além de sua aversão a qualquer projeto industrial, apenas trabalhou para os interesses dos grandes grupos ou para diminuir a oferta de moeda, o expediente mínimo da política econômica.

2.2.2 – Octávio Bulhões

[250] Luz, 1961, pág. 184, op. cit., *A luta pela Industrialização...*
[251] Faria, 1992, pág. 231, op. cit., *Um aparte Senador?...*

Octávio Gouvêa de Bulhões atuou tanto no campo acadêmico como nas decisões do Estado. Funcionário do Ministério da Fazenda, idealizou e pôs em prática o funcionamento da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) em 1945. Quando Ministro da Fazenda, entre 1964 e 1967, transformou esse órgão no Banco Central do Brasil. Exerceu a cátedra como professor de Economia e foi um dos pioneiros, como Gudin, nos primeiros cursos de Economia no Brasil.

Como liberal convicto, fica clara a sua admiração pelo trabalho de Adam Smith[252], que cita em muitos exemplos, principalmente nos que se referem à formação dos preços e o consumo. Não era totalmente avesso à indústria. Em sua análise sobre a economia brasileira reconhece a irreversibilidade do processo de industrialização, tendo feito inúmeras propostas a respeito da organização do sistema. Ele tinha preferência, da mesma maneira que Campos, pelo aumento da produtividade e sabia do potencial agrícola brasileiro ao insistir na diversificação da produção, pois "*a produção única de um bem econômico é mais vulnerável às variações cíclicas e às modificações estruturais*[253]".

Um primeiro ponto de importância sobre a sua postura é a sua negativa em aceitar a tese Prebisch-Singer sobre a deterioração dos termos de troca, uma das principais teses dos desenvolvimentistas da CEPAL. Mesmo Roberto Campos acompanhava à idéia de que os preços dos produtos primários tendem diminuir de maneira mais rápida que o preço dos produtos industrializados vindos das grandes potências industriais; logo, a forma mais eficaz dos países exportadores de produtos primários romperem esse círculo seria se industrializando. Essa não era a opinião de Bulhões, que firmemente se apegou ao contexto de produtividade[254]. Em um trecho de sua crítica direta a Singer, diz:

---

[252] Formado em Direito, seguiu carreira no campo econômico após contato com as obras dos economistas clássicos. Fez parte da delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods, em 1944, e teve a oportunidade de se sentar ao lado de Keynes, com quem trocou idéias sobre um projeto. Essa foi considerada por ele como sua mais importante experiência profissional. Nasceu em 7 de janeiro de 1906 no Rio de Janeiro, falecendo em 13 de outubro de 1990, na mesma cidade.

[253] Bulhões, O. G. *Economia e política econômica*. Rio de Janeiro: Agir, 1960, pág. 114

[254] "*Pode-se, perfeitamente, considerar o objetivo da Economia como sendo o aumento de consumo mediante o acréscimo da produtividade. O acréscimo de produtividade do trabalho seria, assim, o meio de atingir ao objetivo do aumento do consumo*". Bulhões, O. G. A intervenção do Estado na economia. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 115, jun. de 1954, pág. 8. Ainda sobre a produtividade: "*A escassez, numa economia que progride, é um desafio. A escassez é o incentivo à produção abundante. O prolongamento da escassez é a negação do desenvolvimento econômico*". Bulhões, 1960, pág. 85, op. cit., *Economia e política Econômica*...

> "Afirmar, porém, a priori, que o país lucraria mais se tivesse montado certo número de indústrias em vez de produzir chá ou cacau, é, na verdade, esquecer o princípio do custo alternativo. Se em tais regiões são altamente produtivas as produções de chá e de cacau, obviamente a aplicação alternativa dos fatores em outras produções só seria econômica quando a expansão da produção de chá ou de cacau acusasse um decréscimo de produtividade"[255]

Ainda nesse tema, demonstra preocupação com uma possível rivalidade existente entre indústria e agricultura[256], o que fazia questão de minimizar. Seu princípio sempre foi o da produtividade, no qual as facilidades estariam com maior alcance na diversificação da agricultura para a promoção de exportações.

Sobre indústria, reagia contra a criação de monopólios erguidos com o apoio e a proteção do Estado. Daí ser contrário aos projetos de grande monta na industrialização, mas não se esquivava quando havia alguma oportunidade satisfatória no setor secundário, de discuti-la. Um exemplo é o raciocínio sobre economias externas, conceito repudiado por Eugênio Gudin, outro liberal. Defende que os ganhos das economias externas em setores de infra-estrutura[257], com destaque ao investimento estatal onde o capital nacional e estrangeiro não se sentisse atraído. As economias externas trariam os preços a patamares mais acessíveis ao consumo, dada a queda nos custos.

---

[255] Bulhões, 1954, pág. 19, op. cit., *A intervenção do Estado...*

[256] Sobre esse tópico, ver: "*Observa-se bem que nessa ordem de raciocínio não prevalece a idéia de contrapor-se a produtividade da indústria à produtividade da agricultura. Não prevalece também o argumento de comparar-se a produtividade da produção protegida no território nacional com a produtividade dessa mesma indústria no estrangeiro e muito menos fazer vingar a idéia, muitas vezes falsa, de corrigir-se o balanço de pagamentos com a substituição do produto nacional em lugar do importado. A idéia da produtividade que a indústria protegida possa oferecer à economia do país, em compensação ao custo social que envolve a sua instalação. Se esse custo for muito elevado por deficiência de técnica, por excesso de protecionismo, por força de privilégios desmedidos, então, obviamente, as vantagens que puderem defluir da irradiação serão insuficientes para superar o acúmulo de custos sociais. Se, entretanto, as tarifas forem lançadas dentro de faixas razoáveis, se as empresas projetarem com prudência e se prontificarem a produzir de maneira eficiente, fugindo à formação de lucros pela manutenção de interesses constituídos, é quase certo que num país como o Brasil os lucros sociais em pouco tempo sobrepujarão os custos sociais. É preciso, porém, que se mantenha sempre vigilante o sistema fiscal de modo a impedir a formação de lucros monopolísticos de caráter pecuniário*." Bulhões, O.G. Mercado e planificação. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, ano 12, n. 2, junho de 1958, págs. 57 e 58.

[257] Era enfaticamente a favor de investimentos em energia atômica.

> "Os investimentos de infra-estrutura são os que oferecem economias externas em maior profusão. Qualquer país que tenha atingido certo grau de desenvolvimento, principalmente aquele que se acha fortemente desenvolvido, apresenta ampla rede de empreendimentos de infra-estrutura, que propiciam notórias economias externas à produção urbana ou rural. Todo investimento, bem planejado, favorável ao consumo, é necessariamente um empreendimento cujo lucro social supera o lucro atribuível aos investidores, ou seja, o lucro particular. No caso dos serviços públicos (investimentos de infra-estrutura) além do lucro social, auferido pelos consumidores finais, há a "economia externa", auferida pelas empresas, que conseguem reduzir seu custo de produção. A melhoria da produção em geral se verifica quando há um aumento de eficiência do suprimento de energia, dos transportes, das comunicações, do ensino e da assistência técnica."[258]

Tendo os países subdesenvolvidos ausência dessas economias, as inversões realizadas pelos empresários, tanto no setor primário quanto da indústria, devem ser maiores para a obtenção de certo nível de produtividade mínima. As economias externas para Bulhões deveriam consistir em investimentos em energia, portos, estradas de ferro e, em principalmente, em ensino especializado[259].

Sua concepção sobre industrialização não se resume na simples negação. Como no caso do planejamento, nas discussões acadêmicas das décadas de 1940 e 1950, Bulhões temia a crescente estatização dos meios de produção. Sendo esse um rumo contrário à sua ideologia, esboçou em um dos trechos de seu livro a preferência para as indústrias leves em detrimento das pesadas em um possível planejamento em larga escala. Era contra o modelo

---

[258] Bulhões, 1960, pág. 44, op. cit., *Economia e política econômica...*

[259] Não usa rodeios em dizer que "*quando estas surgem, o problema do desenvolvimento está resolvido*". Ibidem, pág. 45. É difícil compreender como isso ocorreria não fosse com a mão do Estado, em um país nas condições do Brasil entre as décadas de 1940 e 1950. Esse é um ponto curioso na análise liberal, principalmente quanto a Bulhões, pois o próprio reconhece que "*apenas o Estado poderia ter construído Volta Redonda*". Bulhões, O. G. Algumas considerações sobre as indústrias básicas. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 131, set/out de 1956, pág. 59.

soviético de planejamento, dizendo que "*se a melhoria da indústria leve for desprezada na planificação industrial, não se dará um acréscimo de produtividade nesse setor*", e que "*poucos países no mundo poderiam levar a efeito um programa dessa ordem de prioridade*"[260]. Dando absoluta importância ao comércio internacional, advogava que se forçado o processo industrial, esse deveria ser voltado à produção que conseguisse penetrar em outros países, ou seja, uma industrialização de bens de consumo.

Durante sua ascendência na escola liberal, mostrou-se a favor da entrada de capital estrangeiro no país. Em sua ótica e concordando com Nurkse[261], "*o primeiro indício que nos ocorre mencionar para a caracterização de um país subdesenvolvido é o da escassez de capital*"[262]. O valor arrecadado com as exportações brasileiras de poucos produtos primários, de produtividade aquém do satisfatório, era insuficiente para a cobertura da demanda ocasionada pelo processo industrial vertical[263], e a falta de capital se restringia principalmente o setor de infra-estrutura. Ao seu ver, o capital estrangeiro traz o conhecimento técnico, que é uma variável considerável em investimentos de capital complexos e deveria ser empregado preferencialmente nos setores de infra-estrutura.

> "Chegamos, assim, à conclusão de que a escassez de capital num país em desenvolvimento significa falta de "economias externas[264]", notadamente as de infra-estrutura. Essa falta é que desestimula a realização de vários investimentos, a despeito das perspectivas favoráveis do consumo ou, então, determina a realização de empreendimentos com sobrecargas financeiras, que só podem ser levados a efeito pelo Estado."[265]

---

[260] Bulhões, 1960, pág. 79, op. cit., *Estado e economia política...*
[261] Ele aprecia o pensamento de Nurkse e principalmente o de Rosenstein-Rodan, no que se refere à *Teoria do Big Push*, ou *Grande Impulso*, embora preferisse investimentos sucessivos em um possível planejamento, assemelhando-se a Roberto Campos. Essa é uma diferença de Bulhões com Eugênio Gudin. Gudin foi um dos primeiros a atacar a teoria de Rodan, fazendo críticas em relação a planejamento global e investimentos em larga escala simultâneos. Bulhões era mais suscetível ao diálogo, embora se conservasse no *mainstream* do pensamento liberal econômico, mas acatando a inevitabilidade da conjuntura econômica.
[262] Bulhões, 1956, pág. 47, op. cit., *Algumas considerações...*
[263] Bulhões, O.G. *À margem de um relatório: Texto das Conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink*). Rio de Janeiro: Financeiras, 1950, pág. 21.
[264] Grifos meus.
[265] Ibidem, pág. 49.

Para uma entrada maciça de capital estrangeiro, o Brasil deveria exercer rígido controle sobre a sua política monetária e fiscal, para que as remessas de lucro[266] não causassem prejuízo à economia do país. Mesmo assim o preço dessa saída de capital era inferior aos benefícios para estrutura produtiva brasileira.

> "Costuma-se desconfiar do capital estrangeiro, sob o fundamento de tirar mais do país do que traz do exterior. Esse saldo negativo, entre a soma de lucros que quase sai e do capital que entra, não tem a menor importância, se, indiretamente, o empreendimento proporciona outras vantagens que ficam incorporadas ao território nacional. Uma dessas vantagens é a difusão da técnica e dos métodos administrativos de trabalho. Mas, se não houver no território nacional mercado de trabalhadores especializados e de técnicos, a participação do trabalho nacional em empreendimentos estrangeiros será muito lenta e, portanto, insignificante a difusão da técnica estrangeira nos meios nacionais."[267]

Outro foco de divergências sobre o capital estrangeiro era em relação ao setor de extração de petróleo. Bulhões sempre foi contra o monopólio da Petrobrás, embora admita[268] que o governo tenha que acompanhar de perto "*os problemas concernentes à pesquisa e produção desse combustível. O governo não terá conhecimento perfeito do mercado de petróleo se não lidar de perto com o assunto*". Cuidado especial teria que ser mantido em tal assunto, pelo sentimento agudo de nacionalismo que desperta a questão da extração de petróleo.

Quanto aos parâmetros de desenvolvimento econômico, Bulhões ressalva a idéia sobre o cuidado da relação capital-produto. Não ousava opinar sobre qual deveria ou não ser a razão ideal para a agricultura ou indústria, porém, na falta de um método melhor de

---

[266] "*Alega-se, com freqüência, que o inconveniente da entrada do capital reside na saída dos lucros, em quantia muito superior à vantagem que o capital traz à economia do país. O argumento pode ser válido para os investimentos de caráter especulativo; não procede em relação aos capitais que se destinam aos investimentos de infra-estrutura, ou melhor, aos serviços públicos*". Bulhões, 1960, pág. 125, op. cit., *Estado e economia política...*

[267] Bulhões, 1956, pág. 51, op. cit., *Algumas considerações...*

[268] Idem.

variáveis para medição, verificava a razão entre os estoques de capital e a produção com zelo por não confiar em variáveis desse tipo no longo prazo, distanciando-se Campos e Celso Furtado. Ele não era partidário de planos econômicos de desenvolvimento; sua análise da economia brasileira estava centrada nos mecanismos de estabilização da moeda[269], daí a classificação irônica, às vezes depreciativa, por parte de seus críticos, de *monetarista*. Os investimentos em que era a favor estavam concentrados na área de infra-estrutura, sendo energia, educação e transportes. Não apregoava a intensidade ou o valor da renda que um ou outro investimento em específico poderia lograr, pois "*a intensidade do aumento da renda social não depende tanto deste ou daquele investimento, por melhor escolhido que seja, e sim da realização de vários investimentos, que se complementam*[270]". Tais investimentos, com ganhos de economias externas, além de exercer efeito sobre a produtividade tanto das empresas como no campo, desembocariam em uma melhor repartição da renda, pois essa é a essência do desenvolvimento econômico[271].

O último ponto de discussão é no caso da intervenção estatal na economia. De início torna-se mais prático ter conhecimento no papel pelo qual acha o autor o ideal para a utilidade do Estado na economia:

> "A atuação do Estado por meio da intervenção indireta[272] no domínio econômico tem sido muito pouco explorada. Entretanto, para eliminar os lucros de monopólio, defender a remuneração do trabalho, incentivar a acumulação de recursos, acelerar os investimento, desestimular o consumo de artigos supérfluos, favorecer as exportações, proteger a produção marginal contra a concorrência estrangeira, o estado dispõe de instrumentos fiscais de grande eficiência, cujo emprego tem a vantagem de alcançar os objetivos

[269] Para a tranqüilidade dos investimentos de base e no serviço público. Ibidem, pág. 50.
[270] Bulhões, 1960, pág. 117, op. cit., *Estado e economia política...*
[271] "*Não é por meio do prejulgamento das empresas e muito menos pela distribuição caótica da renda nacional que poderemos melhorar o bem-estar da nossa sociedade. A melhoria de distribuição há de caminhar paralelamente com a melhoria de produtividade. Do mesmo modo, em correspondência a cada acréscimo de produtividade, devemos nos empenhar no exame da distribuição de seus resultados, ou seja, dos lucros*". Bulhões, O. G. Os meios e os fins na presente conjuntura econômica. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 119, outubro de 1954, pág. 119.
[272] Grifos meus.

> colimados, ao mesmo tempo que mantém em equilíbrio os preços de mercado, garantia de uma economia descentralizada."[273]

Bulhões desde o início afirma que a atuação do Estado deve ser restrita de maneira indireta[274], para insuflar as exportações e conter sistemas de monopólio. Indiretamente entende-se que o Estado deve apenas atuar no mercado como produtor quando for débil o estímulo à iniciativa privada, um mecanismo que deve ser evitado. Sobre a proteção referente à concorrência estrangeira, esta deve ter estímulos como o aumento da produtividade e não com barreiras alfandegárias, de modo a não prejudicar o consumidor final. Era essa a principal preocupação de Bulhões quanto à industrialização. Acreditava que seguir o caminho da promoção agrícola, realizar inversões mais rentáveis em caminhos que o país conhecia muito bem era mais seguro do que enveredar em um tipo de industrialização forçada e cara, da qual o transcurso do tempo podia se encarregar na formação e maturação. Em suma, a indústria deve concorrer em um mercado competitivo e fazer merecer sua posição de maneira produtiva, sem subsídios em detrimento dos custos sociais.

> "Indústrias atraem indústrias. O uso da energia e dos transportes se intensifica, permitindo a utilização mais eficiente das unidades construídas e incentivando a instalação de novas, que irão atender a outras tantas empresas. A técnica se aprimora, o trabalho se qualifica. Tudo isso tende a superar, de muito, o custo inicial que se impôs aos consumidores. Mas, por falta de concorrência, há possibilidade de indústrias protegidas não se mostrarem à altura do sacrifício imposto à coletividade ou, não obstante operarem com eficiência, se mostrarem incapazes de atender a todo o

---

[273] Bulhões, 1960, pág. 84, op. cit., *Economia e política econômica...*

[274] "*A restrição à entrada de produtos estrangeiros por meio de barreiras alfandegárias tem o propósito de fazer escasso o produto no mercado, até determinado nível de preço. Dentro desse limite, a produção nacional dispõe do mercado. É fácil compreender que, nesta hipótese, a intervenção do Estado com finalidade imediata afasta-se dos objetivos anteriores. Sua intervenção aqui, de maneira imediata, é de aumentar o custo social com o objetivo claro de alcançar mais tarde um lucro social. O custo social corresponde ao encarecimento do produto, pois a mercadoria importada poderia ser oferecida ao consumidor por preço menor, ao menos dentro de certos limites das possibilidades do balanço de pagamentos*". Bulhões, 1958, pág. 56 e 57, op. cit, *Mercado e planificação...*

> mercado (...) Proteger produtores sem considerar a melhoria dos consumidores, é medida profundamente anti-econômica, porque favorece indivíduos em detrimento da coletividade."[275]

Era avesso às afirmações de Myrdal, nas conferências proferidas no Cairo, sobre a ausência de arrojo do Estado nos países subdesenvolvidos. Segundo Myrdal, em quase todos os países desenvolvidos, no início da industrialização, o Estado não interferia a favor do processo. Para Bulhões, "*o interessante das idéias de Myrdal é que elas encerram verdades, manifestadas de maneira gritantemente falsas*" – afirma, para completar que "*todos nós sabemos que o Estado, nos países subdesenvolvidos, intervém consideravelmente no domínio econômico e precipuamente na formação dos preços de mercado*"[276].

Em um de seus textos, datado de 1954, diz ser indiferente se os meios de produção ficarem na mão do Estado ou de particulares, já que o socialismo é justificável quando a iniciativa privada não tem competência. Mas se justifica a afirmar "*não ser esse o caso do Brasil"*[277]. Na prática, o papel do Estado para Bulhões se atém à disciplina da moeda e ao zelo quanto às manobras monopolísticas. Feito isso, o Estado "*certamente está em condições de assegurar um mercado economicamente expressivo*[278]".

Há outras observações de Bulhões quanto ao desenvolvimento econômico. Apesar do ceticismo quanto à produtividade das indústrias no Brasil, era enfaticamente a favor do ensino técnico. Dizia ter o Brasil ausência de políticas nesse campo, o que justifica a entrada de capitais estrangeiros para agilizar esse trâmite. Deveria a educação ser o arcabouço para o desenvolvimento econômico. Critica também a discrepância na evolução da estrutura econômica brasileira em diferentes regiões do país, devido à ausência de integração econômica[279]. Sobre tal ponto, endossava a idéia de economias externas, para dinamizar o crescimento da estrutura econômica e aumentar a produtividade. Apesar dos

---

[275] Bulhões, 1960, pág. 131, op. cit., *Economia e política econômica...*
[276] Ibidem, pág. 111 e 112. No mesmo trecho, cita: "*são esses prejulgamentos que impedem a realização de um esforço sistemático no sentido de adotar-se, em nosso país, resoluta política favorável a especializações, nos setores da produção primária e secundária*".
[277] Bulhões, 1954, pág. 14, op. cit., *A intervenção do Estado...*
[278] Bulhões, 1960, pág. 113, op. cit., *Economia e política econômica...*
[279] Ibidem, pág. 106.

olhares críticos em relação à industrialização, nunca escreveu que a natureza do Brasil era a de ser um país agrário. Tinha confiança nas livres forças do mercado, além de interesse na estabilização monetária.

2.2.3 – Eugênio Gudin

Eugênio Gudin[280] foi o autor de maior influência na escola liberal econômica brasileira. Como Bulhões, seu trabalho foi além das esferas acadêmicas e exerceu diversos cargos no governo. Foi delegado na Conferência de Bretton Woods, diretor do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Após o suicídio de Vargas assumiu a pasta do Ministério da Fazenda no governo Café Filho. Na história do pensamento econômico brasileiro, talvez divida com Celso Furtado um significado maior.

A análise de Gudin a respeito do desenvolvimento econômico que ocorre no Brasil e em outros países subdesenvolvidos se baseia em circunstâncias inerentes à industrialização. Por seu raciocínio, uma série de fatores contribuiu para que os países pobres, em especial o Brasil, não alcançassem o desenvolvimento econômico: o clima, a quantidade e disposição de combustíveis e minerais, além do tamanho territorial e do crescimento demográfico. Segue abaixo o raciocínio:

> "Se a civilização ocidental se desenvolveu invariavelmente fora da zona tropical, se o clima constituiu sempre um fator capital do metabolismo orgânico do homem, com repercussão direta no desenvolvimento econômico, se a grande agricultura é sinônimo de planície, se o obstáculo das cordilheiras erigidas pela Natureza sempre dificultou a conquista da terra pelo homem enquanto que os rios facilmente navegáveis a facilitaram, se os países que dispuseram de carvão de boa qualidade e de petróleo fácil encontraram nesses elementos físicos precioso elemento de prosperidade,

[280] Eugênio Gudin nasceu no Rio de Janeiro em 23 de julho de 1886, e faleceu na mesma cidade, com cem anos completos, em 24 de outubro de 1986.

não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da Natureza e do relevo do solo."[281]

A grande densidade demográfica constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico brasileiro, posto que seu maior problema era o de "*fazer crescer a renda mais depressa do que a população*"[282]. Gudin destaca que o acréscimo populacional absorveria a provisão de capital destinada ao investimento intensivo, ou seja, à formação de capital. Partindo dessa posição, não entende o ressentimento demonstrado por economistas dos países subdesenvolvidos quanto à prosperidade dos países ricos, "*como se o nosso subdesenvolvimento fosse, em boa parte, culpa deles e das teorias econômicas que eles forjaram pro domo sua*"[283]. Além disso, considera que gozam hoje os países pobres de vantagens[284] que outrora os países desenvolvidos não tiveram no início de sua formação. Os frutos do progresso técnico, como a energia elétrica e as estradas de ferro, facilitam o trabalho dos contemporâneos, sem falar no alcance dos capitais estrangeiros, outra característica especial que os países pioneiros no desenvolvimento econômico não puderam usar. Portanto, a questão de ultrapassar o abismo da falta de recursos e pobreza extrema dos países subdesenvolvidos era uma tarefa difícil, porém, de melhor possibilidade se comparada às etapas ocorridas anteriormente. Sugere que a impaciência e o ressentimento tenham crescido devido ao acesso as grandes comunicações do mundo moderno, como o avião, o rádio e o cinema, e que era justificável pelo comportamento natural do ser humano.

Explicitadas as condições que Gudin acredita ter determinado o subdesenvolvimento, o seu raciocínio em relação à industrialização envolve vários

---

[281] Gudin, E. O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, set. de 1952, pág. 50. No mesmo texto, a despeito da dificuldade exigida pelo tamanho do país, relata Gudin: "*Além das condições de clima e de solo, há a considerar, o que se poderia chamar de "momento de inércia", no sentido do maior esforço necessário para pôr em movimento um país de grande extensão do que um pequeno país. "Ceteris paribus", o esforço para atingir um certo grau de desenvolvimento econômico em países das dimensões do Brasil ou da Austrália é muito maior do que no caso de pequenos países como o Uruguai ou a Bélgica. Já ouvi citar uma regra, exagerada nas quantidades mas verdadeira no princípio, de que a eficiência da ação administrativa é inversamente proporcional ao quadrado da distância"*. Ibidem, pág. 51

[282] Idem.

[283] Ibidem, pág. 54.

[284] Gudin, E. Capitais estrangeiros no Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio-jun de 1957, pág. 46.

conceitos inter-relacionados, como a intervenção do Estado na economia, a produtividade, os capitais estrangeiros e as outras doutrinas econômicas.

Sobre a industrialização nos países pobres, ele entende que era o caminho inverso para o desenvolvimento, em especial no caso brasileiro, pois:

> "O progresso consiste em melhorar a produtividade agrícola, de modo a obter uma produção acrescida com menor utilização de mão-de-obra, liberando fatores de produção que se tornam disponíveis para a indústria ou para os serviços chamados terciários."[285]

Nesse raciocínio, promover a industrialização independente da melhoria da produtividade agrícola era prejudicar a última devido à migração do campo para os centros industriais. Como os métodos de produção no setor secundário eram mais facilmente transplantáveis nos grandes centros do na agricultura, pois nela se diferencia o clima e o solo, a produção primária era mais sensível quanto a aumentos de produtividade. "*Aqui* – cita – *tratamos de indústrias pesadas, de fabricação de automóveis e de aviões, sem entretanto tratar de produzir para comer e para exportar, nem de investir para formar gente capaz*"[286].

> "Em que tem consistindo nossa política de industrialização? Em tudo fabricar, a qualquer preço, contanto que não se importe (...) Se o regime industrial não fosse o do lucro fácil e da improdutividade, coberto de um lado pelas restrições rigorosas da importação e de outro pela demanda inflacionária, então o ônus imposto ao público consumidor viria a ser

---

[285] Gudin, E. Orientação e programação do desenvolvimento econômico. *Digesto Econômico*, São Paulo, mar-abril, 1957, pág. 15. E vale citar: "*Para a maioria dos países subdesenvolvidos, porém, o progresso econômico depende, como muito bem assinala Prebisch, primeiro, da melhoria da produtividade na agricultura, necessária para liberar fatores de produção sem diminuição, quiçá com aumento, do volume dessa produção; segundo, da formação de capital necessário não só para atender ao item anterior como para realizar a industrialização progressiva, capaz de absorver aqueles fatores de produção liberados. Isso não quer dizer que a industrialização represente a solução mágica do problema dos países subdesenvolvidos, independente da consideração do aumento da renda real*". Gudin, 1952, pág. 65, op. cit., *O caso das nações subdesenvolvidas...*

[286] Gudin, 1957, pág. 17, op, cit., *Orientação e programação...*

> compensado ao fim de 10 anos, digamos, pela criação de uma indústria eficiente, capaz de suprir o mercado nacional a preço igual ao importado e mesmo exportar."[287]

O preço alto, sem competição, não aumenta a renda real, segundo o autor. Os lucros eram obtidos sem melhoria da produtividade, em detrimento da maioria da população, e gastos em consumo supérfluo, ao invés de serem invertidos no aumento da formação de capital. Suas críticas são contundentes:

> "Isto não quer dizer que eu seja contrário à industrialização e favorável a um Brasil essencialmente agrícola. Eu sou contrário ao crescimento industrial desacompanhado do crescimento paralelo da produtividade agrícola, ou antes à custa de grave e inflacionário desequilíbrio horizontal. Eu sou contrário é a essa indústria preguiçosa, que amassa fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade muito baixa. Meio século após termos entrado no caminho da industrialização, não exportamos regularmente um só produto industrial. Porque só se exporta o que se produz bem[288]. A indústria foi criada no Brasil com os recursos hauridos da agricultura do café e, ao fim de meio século, o seu melhoramento e a sua expansão continuam pendurados às cambiais do café."[289]

Chega a dizer que não tinha dúvidas que investimentos em uma espécie de café fino, especial para exportação, "*seria infinitamente mais proveitoso e mais prudente para o país, do que os investimentos em indústrias pesadas e manufaturas várias que por aí se vão*".[290]

Como Bulhões, a questão da baixa produtividade, quer na indústria, quer na agricultura, é um dos pilares de seu exame. O que explica seus ataques em relação à

---

[287] Idem.
[288] Grifos meus.
[289] Ibidem, pág. 18 e 19.
[290] Ibidem, pág. 21.

proteção à indústria, pois, sendo baixa a produtividade, menor ainda a competitividade e maior a necessidade de proteção quanto à concorrência estrangeira. Tinha plena consciência de que tal problema era mais uma deficiência técnica do que econômica[291]. O alto padrão de vida, segundo suas palavras, viria não dos baixos custos de produção, mas sim da alta produtividade da mão-de-obra. A especialização da mão-de-obra é um dos pontos que Gudin ressalta na maioria de seus textos sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Para ele, os efeitos da omissão em relação ao investimento em capital humano "*não são diretamente aparentes, nem gigantes a curto prazo*"[292]; tem consciência que para alcançar o padrão de vida de um país desenvolvido não há outro caminho a não ser o do investimento em capital humano. E não adianta aumentar o estoque de capital com séries de investimentos sem auxílio à educação, pois isso, segundo o autor, isso pouco incrementaria a Renda Nacional. O fator capital era apenas um dos elementos chave do desenvolvimento econômico, *pari passu* com o *know-how*, a técnica. Sustenta que o maior "ponto de estrangulamento" no caso brasileiro, é a Educação.

> "Falar em miséria é falar em padrão de vida e é falar em produtividade. Os três grandes crancos de nossa produtividade são; 1) a falta de prioridade para os investimentos na Educação, isto é, na formação, em número suficiente, dos fatores humanos de produção de todas as gradações, desde o operário habilitado até ao sábio; 2) a falta de efetiva assistência científica e técnica à agricultura, para multiplicar sua produtividade "*per capita*" e liberar fatores de produção para a indústria e para os misteres terciários; 3) a carência de verdadeiros técnicos para a Indústria, desde as ferrovias, a energia elétrica e as indústrias básicas até as indústrias de transformação. Essa grave deficiência se conjuga, no caso da Indústria, com uma dose de protecionismo que anestesia a produtividade e possibilita a existência de

[291] Gudin, E. Produtividade. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, set. de 1954.
[292] Gudin, E. O investimento humano. *Digesto Econômico*. São Paulo, jul-agosto de 1962, pág. 93. No mesmo texto: "*Quando é que vamos acordar para essas realidades? Quando é que vamos compreender que nosso progresso técnico e nosso destino como país só dependem dos valores humanos que aparamos?"* Ibidem, pág. 94.

> marginais, cujos altos custos de produção marcam o nível dos preços para o consumidor."[293]

Outro ponto em que Gudin dá importância é em relação à intervenção do Estado na economia. Sua crítica é muito mais vigorosa que a de Bulhões, desde a disputa com Roberto Simonsen na década de 1940 sobre o planejamento, já tratada anteriormente. Como visto sobre as indústrias, na competência das tarefas do Estado Gudin abomina qualquer exemplo de proteção ou subsídio. As aptidões do Estado no campo econômico são:

> "Sem invadir a seara da iniciativa e atividades privadas, imensa é a tarefa do Estado na Economia Moderna. Ela consiste em criar o clima favorável ao progresso econômico. Consiste numa política monetária que evite a inflação com seu vasto séqüito de malefícios; consiste numa política de crédito inteligentemente conduzida; consiste numa política cambial que evite distorções na importação como na exportação; consiste no estímulo aos chamados investimentos de base, a fim de evitar que o edifício econômico peque pelos alicerces; consiste em velar pela provisão das chamadas "economias externas"[294]; consiste em evitar desequilíbrios entre a economia da Indústria e da Agricultura; consiste, talvez mais do que tudo, no problema da Educação, isto é da formação de gente para todos os misteres de uma sociedade civilizada, inclusive para o desenvolvimento econômico."[295]

O Estado não deve trabalhar em detrimento da iniciativa privada, e esse é o seu ponto central. Nas fases de prosperidade, deve *facilitar, estimular e premiar*[296]. Na depressão, deve impulsionar a atividade econômica com programas de obras públicas[297], sem jamais ditar o que se deve ou não produzir, e, além disso, não produzir. Por isso Gudin

---

[293] Gudin, E. A geração da arrancada. *Digesto Econômico*. São Paulo, jan-fev de 1957, pág, 14.
[294] Embora fosse cético em relação a esse conceito.
[295] Gudin, E. Estatização da nossa economia. *Digesto Econômico*. São Paulo, nov-dez de 1957, pág. 34.
[296] Gudin, E. Planejamento econômico. *Digesto Econômico*. São Paulo, abril de 1951, pág. 35.
[297] Integralmente no sentido keynesiano. "*Mas o Estado não deve comerciar, porque a economia privada dispõe para isso de uma grande superioridade de elementos"*. Idem.

é contrário às empresas de economia mista, com capital do Estado e de particulares. Segundo seu entendimento essas empresas afugentam o capital estrangeiro e tem estruturas burocráticas determinando as decisões políticas[298]. Também no caso do Brasil, Gudin pode "*decididamente afirmar que o espírito de empreendimento e de iniciativa privada nunca lhe faltou"*[299].

O significado de planejamento do Estado é aquele em que este deve se ater às suas próprias atividades básicas e destinadas à comunidade, além dos investimentos públicos que a economia do país necessita. O que o governo dos países subdesenvolvidos deviam fazer não é programar, mas "*não perturbar ou impedir o desenvolvimento comprazendo-se em malefícios tais como guerra econômica, demagogia, inflação, hostilidade, parente ou disfarçada, para com o capital estrangeiro".* Fazendo o Estado a sua função, o desenvolvimento econômico se dará de maneira automática e natural; do contrário, estaria condenado[300].

> "Mas "planejamento" tem nos dias que ocorrem – e aí é que está a história – UMA AMPLA CONOTAÇÃO POLÍTICA (sic). Porque planejar só faz sentido para quem vai executar ou pelo menos comandar a execução. De sorte que quando o Estado planeja, ele assume, direta ou indiretamente, a responsabilidade da execução. E como responsabilidade não vai sem a correspondente autoridade, o Estado é obrigado a intervir. Aí está como o planejamento se converte, nas mãos dos úteis mais ou menos inocentes, num instrumento auxiliar da estatização da economia. Repare-se como vem desse setor o clamor contra a falta de compreensão do papel do

[298] A exceção era Companhia Siderúrgica Nacional. Gudin, 1957, pág. 35, op. cit., *Estatização da nossa economia...* Contra a burocracia e denúncias de corrupção que fazem parte de uma máquina estatal, afirma: *"A única solução é a do Estado voltar-se para as suas imensas responsabilidades, dedicar todas as suas energias, esforços e patriotismo ao exercício de sua grande missão de governo de um Estado moderno, inclusive ao de facilitar a tarefa da iniciativa privada, como o "animus progrediendi", que felizmente nunca nos faltou para promover o desenvolvimento econômico do país"*. Ibidem, pág. 36.

[299] Gudin, E. Comentários sobre "A programação global como política de desenvolvimento econômico", Mayobre, J.A., In Ellis: *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, pág. 62.

[300] Ibidem, pág. 64..

Estado na vida econômica e contra o atraso da administração pública como instrumento de ação no plano econômico."[301]

Gudin sempre sentia a tendência à socialização dos meios de produção como uma ameaça latente e possível, com início na ditadura de Getúlio Vargas, "*sem que o país fosse ouvido ou consultado*[302]". Contudo, em um regime dessa envergadura havia a necessidade de um nível de educação política e cívica muito maior que a existente no Brasil, e que "*no Brasil o sistema de iniciativa privada é um imperativo categórico do desenvolvimento econômico*[303]". Sua preocupação era que o Estado havia tomado para si muitos setores que em outros países capitalistas estavam nas mãos da iniciativa privada, como estradas de ferro, navegação, portos, siderurgia, minérios de ferro, petróleo e fábricas de motores. Isso não havia sido feito em decorrência de um plano político, mas por falha da administração pública.

Em outro texto dispara sua ira ao dizer que *"planejamento é geralmente recomendado por acadêmicos e teóricos. Uns são pessoas com disposições moralistas, que se insurgem contra a irregularidade e as surpresas da Economia Liberal",* para afirmar que também há os que "*tiram satisfação do sentimento de que estão controlando as vidas de outras pessoas, para o benefício de suas próprias vítimas."*[304]

Sobre o capital estrangeiro, Gudin concorda com sua utilização nos setores de bens de consumo, mas, ao contrário de Bulhões, também em setores estratégicos da economia em que o Estado detinha a primazia, como no petróleo e na siderurgia, além das ferrovias, navegação e outros combustíveis. O que atrapalhava a relação do Estado com o capital estrangeiro eram os seus aspectos emocionais, "*não só patrióticos como nacionalistas e não só nacionalistas como jacobinos*"[305]. Esse problema se infiltra na política do país e tem a ver com a opinião pública, sendo de solução difícil já que os efeitos do capital para

---

[301] Gudin, E. Planejamento para socialização. *Digesto Econômico*. São Paulo, maio-junho de 1962, pág. 38. Os maiúsculos são de autoria de Gudin no original.
[302] Ibidem, pág. 31.
[303] Gudin, E. Participação dos empregados nos lucros das empresas. *Digesto Econômico*. São Paulo, nov-dez de 1955, pág. 47. *"Eu seria provavelmente socialista na Suécia, na Dinamarca, na Suíça, talvez na Inglaterra, mas nunca no Brasil"*. Ibidem, pág. 46
[304] Gudin, 1951, pág. 40, op. cit., *Planejamento econômico...*
[305] Gudin, 1957, pág. 46, op. cit., *Capitais estrangeiros...*

investimentos de longa maturação não se observam no curto prazo. Para Gudin é preferível o investimento em estradas de ferro, hidroelétricas ou, como dizia, em uma segunda Volta Redonda, do que em indústrias de bens de consumo. Nos setores de base o efeito multiplicador na Renda Nacional era muito maior não só apenas em termos de consumo, mas também em investimentos derivados, ou seja, surgidos em resposta ao investimento original. Do contrário, diz ele,

> "se assim agirmos estupidamente, afastando os investimentos que mais nos convinham, escancaramos nossas portas a qualquer indústria de transformação que venha se instalar no país (para não perder o seu mercado de exportação), dando-lhe vantagens e proteção aduaneira que lhe permite auferir lucros consideráveis, em detrimento do padrão de vida do país."[306]

Para o autor a poupança existente nos países subdesenvolvidos é por muitas vezes insuficientes, e por si só não havia a capacidade de caracterizá-la como a mola-propulsora do desenvolvimento. "*Um fluxo de capital internacional seria necessário para evitar que o capital seja o fator limitativo do desenvolvimento*"[307]. Além da compensação do capital estrangeiro para a poupança, ele também se mostra favorável à poupança compulsória (imposto) e à austeridade para o consumo. Esse excedente poderia ser utilizado em interesse público e mesmo para empréstimos à indústria particulares produtivas.

Sobre as teorias de desenvolvimento econômico em vigência na época, se mostra reticente e bastante cético[308]. Nas várias conferências sobre o tema em que esteve presente,

---

[306] Ibidem, pág. 49. E lembra o exemplo da Venezuela, que na época iniciava a exploração de petróleo: "*Prefere-se ficar amarrado à miséria de um país que gasta 20% de suas importações na aquisição de petróleo, do que permitir a colaboração de capital estrangeiro, que, aqui ao nosso lado, na Venezuela, tem feito a prosperidade do país*". Ibidem, pág. 48.

[307] Gudin, E. Comércio internacional num mundo em desenvolvimento. *Digesto Econômico*. São Paulo, mar-abril de 1962, pág. 19.

[308] "*A despeito disso, o desenvolvimento econômico é um tema que se presta facilmente a especulação, ativada pelo estímulo do patriótico desejo de se promover o progresso do país. Nada é mais tentador para o economista de um país subdesenvolvido do que apresentar quadros de previsão do produto nacional, da renda per capita, e da formação de capital, para mostrar aos seus patrícios as possibilidades de construir, em pouco tempo, um grande país. Receitas para um grande impulso (big push), para uma decolagem ou para um plano qüinqüenal, mesmo em países não totalitários, são freqüentemente de grande atrativo para as classes governamentais, ansiosas de prestígio e de glória*". Gudin, 1961, pág. 62, op. cit., Comentários sobre a programação...

relutava muito em discutir, a ponto de por vezes demonstrar falta de cortesia, como ele mesmo assume em uma passagem, quando debateu contra um funcionário do alto escalão soviético que defendia o socialismo e criticava o consumismo do modelo capitalista. Pouco reconhecia além do sistema de vantagens comparativas.

> "As "teorias" do desenvolvimento econômico são, como sabemos, múltiplas e variadas[309]. É o "desenvolvimento balanceado" de Rosenstein-Rodan e Nurkse, é o do "imbalanciado" de Hirschman; é o "take-off" de Rostow; são as fórmulas de Harrod-Domar; é o critério da produtividade marginal social (S.P.M.) de Kahn; é o de Galenson & Leinbenstein de maximização, não da renda nacional, mas da poupança através da taxa de lucros, etc. O que se pode dizer da maioria dessas teorias é que há nelas muita imaginação, mas pouca teoria. Ao passo que a teoria do Comércio Internacional aí está há século e meio com seus postulados fundamentais ainda de pé."[310]

Um exemplo é o seu desprezo em relação ao famoso modelo de Harrod-Domar, "*sem dúvida muito interessante e muito elegante (como também o são outros modelos dinâmicos) mas que ninguém deve tomar muito a sério*"[311]. Tal modelo é uma tentativa de concretizar a teoria keynesiana de determinação da renda, partindo do princípio que um determinado nível de poupança, combinado com certa relação capital-produto, produz um determinado nível de investimento e renda. É dessa linha de raciocínio que parte o conceito do Grande Impulso (Big Push), que tomou corpo nos anos de 1950, definido por Roseinstein-Rodan, apoiado por Ragnar Nurkse, e no Brasil por Celso Furtado. Recapitulando, o conceito do Grande Impulso sugere a instalação de várias indústrias de modo simultâneo para que, de acordo com a Lei de Say, estas criem suas respectivas procuras e eliminem o problema das indivisibilidades, causado pelo tamanho reduzido do

[309] Gudin, 1962, págs 22 e 23, op. cit., *Comércio internacional...*
[310] Grifos meus.
[311] Gudin, 1957, pág. 25, op, cit., *Orientação e programação...*

mercado interno. Esse postulado determina uma série de razões capital-produto, o que Gudin vê como arbitrárias e pouco plausíveis para cada tipo de indústria.

> "Voltado à economia nacional, como prever a relação capital-produto que prevalecerá sem se saber o provável grau de inflação? Será de cerca de 10 para 1, como quando a indústria de construção está em plena prosperidade, sustentada por crédito bancário e estimulada pela velocidade de circulação, ou será apenas de 3 para 1 ou de 4 para 1, como ocorre quando as indústrias de transformação predominam e inexiste inflação? Como prever a imprevisível produção de petróleo, as modificações no sistema cambial ou se o governo se prepara para decretar um novo e desastroso aumento do salário mínimo ou dos vencimentos dos funcionários públicos? Considerando-se todos esse fatores e incertezas, parece despropositado pretender demarcar estimativas quantitativas da procura, da oferta, da poupança ou do investimento."[312]

Monetarista convicto, preocupa-se com os surtos inflacionários e a inevitabilidade da mão do Estado[313] em um processo de cunho gigantesco. Não reconhece o conceito de indivisibilidades, a não ser para países extremamente paupérrimos. Também não lhe agrada a idéia de sacrifícios para as tão almejadas "economias externas". Em seu entender os investimentos em capital social básico devem ser realizados passo a passo com o desenvolvimento, com exageros voltados única e simplesmente para a educação, considerada por ele como o principal gargalo da economia brasileira. Tudo o que não fosse feito com prudência despertava sempre seu medo atávico da inflação.

Além das polêmicas com Simonsen, Nurkse e Rodan, teve também controvérsias com a CEPAL. Apesar de respeitar e entidade, nunca se omitiu sobre os possíveis

---

[312] Gudin, 1961, págs 63 e 64, op. cit., *Comentários sobre a programação...*

[313] "*...o modelo do grande impulso não pode evitar uma preferência para com a ação governamental. É difícil de ser concebido como uma ação conjunta e simultânea de um grupo de homens de empresa. E, nos países que somente alcançaram um grau muito precário de educação privada tem-se mostrado muito prejudicial". Gudin, E. Comentários sobre "A Teoria do comércio internacional e a política de desenvolvimento*". Nurkse, R, In Ellis: *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, pág. 311. Na página 310, conclui: "*Devo acrescentar que não sou a favor do conceito do Grande Impulso*".

equívocos acadêmicos e de elaboração dos seus membros. Sobre Prebisch, "*velho amigo e eminente colega*"[314], dizia estar sempre no mais perfeito acordo quando este operava, lecionava e doutrinava na Argentina, mas que considerava sua ação na CEPAL pouco acertada. Via a assistência da CEPAL como sendo muito mais proveitosa se o organismo se dedicasse ao aperfeiçoamento das estatísticas econômicas e sociais e à solução da produtividade e da educação, ao invés de fazer previsões, estimativas e na determinação do ritmo que cada país deve se desenvolver, com conceitos de planejamento e proteção[315]. Sobre a tese Prebisch-Singer, faz profundas ressalvas. Uma delas é o fato dos países primários terem reduzido número de produtos de importação e serem poucos os produtos que possuem grandes vantagens comparativas. Também a grande produção e pouca produtividade fazem com que os preços caiam e conseqüentemente suas receitas despenquem.

Vale a pena frisar que Gudin foi contra a fixação do salário mínimo e na participação de lucros para os empregados. Dizia não haver nada para dividir, a não ser a miséria[316], dado que a renda *per capita* brasileira em 1955 era equivalente a 7% do valor dos Estados Unidos, e, além disso, no Brasil a tendência era que o patrão repassasse o ônus. A sua inclinação para o planejamento e projetos de industrialização era muito menor que a de Bulhões. Sua tese principal era de que o Brasil não podia limitar suas exportações de produtos primários, visto que tais produtos eram uma dádiva que deveria ser aproveitada através das mais modernas técnicas de produção. Talvez por ter tanta fé no aproveitamento da capacidade agrícola brasileira, ele não aceita a relação que os desenvolvimentistas creditam à industrialização com prosperidade e de agricultura com pobreza. Outro ponto de importância está na concepção do deslanchar econômico e social baseado na educação. Um país que não segue tais preceitos "*é um país donde dificilmente se poderá erradicar a miséria.*"[317]

---

[314] Gudin, 1957, pág. 23, op, cit., *Orientação e programação...*
[315] Gudin, 1952, pág. 49, op. cit., *O caso das nações subdesenvolvidas...*
[316] Gudin, 1955, pág. 51, op. cit., *Participação dos empregados...*
[317] Gudin, E. Fatores e Sistemas de Desenvolvimento Econômico. *Digesto Econômico*. São Paulo, nov-dez de 1962, pág 35.

CAPÍTULO 3 – O MODELO ROSTOWIANO – O ARRANCO E AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Apresento a análise rostowiana sobre o desenvolvimento econômico, teoria que gerou grande polêmica durante as décadas de 1950 e 1960, e que como o próprio subtítulo indica, é tida como "*um manifesto não comunista*"[318].

O propósito da apresentação da teoria de Rostow não é retomar a polêmica em relação as idéias de Marx[319]. O intuito de se estudar as etapas rostowianas é o de explicar a concepção do desenvolvimento econômico como uma teoria dinâmica, através de etapas subseqüentes até que as sociedades pudessem usufruir do pleno desenvolvimento econômico. O uso da teoria rostowiana apresenta preceitos a serem observados para o caso de nações insuficientemente desenvolvidas, de modo que elas possam ultrapassar determinadas etapas até que alcancem o desenvolvimento econômico satisfatório. O período em que as sociedades deslancham economicamente é chamado de *take-off*, ou arranco, ou ainda decolagem, entendido como o ponto crítico no desenvolvimento de uma economia, no qual as amarras que a mantinham reprimida se soltam de modo a impulsionar o crescimento, em busca da modernização[320].

Neste trabalho apresento como aparece o Brasil nas etapas, priorizo a economia e a sociedade brasileira nos estágios propostos por Rostow e demonstro seus postulados como um contraponto ao debate entre os liberais e desenvolvimentistas brasileiros.

Aqui apenas delineio as etapas do desenvolvimento econômico. Sua aplicação para o caso brasileiro, assim como suas eventuais críticas, serão vistas nos capítulos subseqüentes.

---

[318] Os principais artigos de Rostow sobre as etapas do desenvolvimento estão copilados em seu principal livro, *Etapas do Desenvolvimento Econômico.*

[319] Rostow reserva o último capítulo do livro para realizar uma comparação entre as suas etapas do desenvolvimento e sistema marxista.

[320] Daí o termo "Teoria da Modernização", como comumente é denominada a obra de Rostow e seus seguidores.

Rostow[321] afirma que as etapas do desenvolvimento econômico não são uma forma exata de encarar a seqüência da História Moderna[322], como justificativa contra as críticas que recebeu sobre a rigidez de seus estágios em relação a alguns países em particular, no que tange aos dados macroeconômicos e da sociedade. Tem ele interesse em certos "*fatores particulares da realidade*"[323] que se mostram com constância através dos últimos três séculos, indicando que as etapas possuem lógica e continuidade, enraizadas em uma teoria dinâmica de produção. Segundo ele, o estudo se propõe a dar respostas para as seguintes problemáticas:

> "Quais os impulsos que levaram as tradicionais sociedades agrícolas a iniciar o processo de sua modernização? Quando e como o desenvolvimento regular se tornou um traço inerente a cada sociedade? Que forças impulsionaram a marcha do desenvolvimento automático e determinaram sua configuração? Que traços sociais e políticos comuns do processo de desenvolvimento podem ser percebidos em cada etapa? Em que direções a originalidade de cada sociedade expressou em cada etapa? Que forças determinaram as relações entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas; e qual a relação, se é que houve, da seriação relativa do desenvolvimento com a interrupção de guerras? E, por fim, para onde nos estão levando os juros compostos? Estarão levando-nos para o comunismo; para os opulentos subúrbios, elegantemente refinados com o capital social básico; para a destruição; para a lua, ou para onde?"[324]

São cinco as etapas de desenvolvimento econômico que ele atribui a todas as sociedades: sociedade tradicional; precondições para o arranco; arranco propriamente dito, marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

---

[321] Walt Whitman Rostow nasceu em 7 de outubro de 1916 na cidade de Nova Iorque, filho de um judeu russo e uma americana. Graduou-se em História Econômica na Universidade de Yale em 1936. Conseguiu o título de PhD na mesma universidade em 1940. Trabalhou nas Nações Unidas entre 1947 e 1949, na Comissão Econômica para a Europa. Lecionou em Columbia, Oxford, Cambridge e no Instituto Tecnológico de Massachusetts, (M.I.T.). Faleceu em 13 de fevereiro de 2003 em Austin, Texas.
[322] Rostow, 1974, pág. 13, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*
[323] Ibidem, pág. 14.
[324] Idem.

3.1 – A Sociedade Tradicional

A sociedade tradicional é razoavelmente estável, com economia agrícola e com métodos fixos de produção, na qual se produz pouco mais do que o necessário para evitar a depreciação dos meios de produção[325]. Rostow usa o termo "*pré-newtonianas*", com referência a Newton como divisor de águas na Ciência. Nessa etapa, a produtividade pode alcançar níveis maiores através de grandes colheitas ou de melhorias com o uso da irrigação. Porém, as limitações em relação à ciência fariam com que um teto máximo fosse alcançado. O vetor da economia é a agricultura, onde mais de 75% da população está empregada e todo o controle político está nas mãos dos proprietários de terra. Há grande importância dos clãs, famílias e castas, como nas aldeias chinesas e na Índia, na civilização do Oriente Médio, no Mediterrâneo e na Europa Medieval.

3.2 – As Precondições para o Arranco

Tendo início a transição, a próxima fase é denominada de precondições para o arranco. O primeiro caso ocorre na Europa Ocidental no início do século XVIII, mais precisamente na Inglaterra, devido à sua geografia, natureza e potencial comercial.

> "Dissemina-se a idéia de que não só é possível o progresso econômico, mas também que ele é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos. A educação, pelo menos para alguns, amplia-se e modifica-se a fim de atender às necessidades da moderna atividade econômica. Aparecem novos tipos de homens de empresa – na economia privada, no governo ou em ambos – dispostos a

[325] Rostow, W. W. The take-off into self-sustained srowth. *The Economic Journal*, n. 261, mar. de 1956, pág. 27.

> mobilizar economias ou a correr riscos visando ao lucro ou à modernização."[326]

Nessa etapa há surgimento dos primeiros bancos, os investimentos em transportes e matérias-primas. De acordo com Rostow, cresce o comércio interno e externo. Apesar de estar em ritmo lento devido as fortes tradições da sociedade, iniciam-se também as primeiras empresas industriais. Todas as transformações acontecem ao lado da formação de um Estado forte, em oposição aos senhores agrários, que antes detinham o domínio completo sobre a sociedade.

As precondições para o arranco ocorrem em dois casos distintos. No primeiro, considerado mais abrangente, são muitas as modificações estruturais capazes de liberar uma economia das amarras do tradicionalismo. O autor coloca nessa categoria a maior parte da Europa, a Ásia, o Oriente Médio, a África, a América Latina e, logicamente, a Inglaterra. É a Inglaterra o principal exemplo de mudanças e o primeiro exemplo de arranco propriamente dito. No segundo caso há um pequeno grupo de nações, entre elas os Estados Unidos, a Nova Zelândia, o Canadá e a Austrália, cuja relação com a Inglaterra foi, segundo o autor, de "despojo"[327]. Nesses países, o relacionamento com a Inglaterra teve uma dinâmica especial, que leva, devido também aos seus meios físicos, a uma transição mais acelerada para o desenvolvimento. Para essas nações, "a *criação das precondições para o arranco foi, em grande parte, uma questão de construir o capital social básico – estradas de ferro, portos e rodovia – e de encontrar um arranjo econômico em que a conversão da agricultura para o comércio e a indústria*"[328] pudesse vingar. Além dos já citados, a região da Escandinávia também se enquadra nessa segunda divisão.

O problema dessa divisão em uma primeira leitura – e o próprio autor adverte - é que existem alguns países de proporções continentais em que diferentes regiões se enquadram em casos diferentes. Como exemplo, há o caso da região sul dos Estados Unidos e de Quebec, no Canadá, locais nos quais o peso da agricultura foi muito importante para que a sociedade tradicional se mantivesse forte por mais tempo.

---

[326] Rostow, 1974, pág. 19, op. cit., *As Etapas do desenvolvimento...*
[327] Ibidem, pág. 30.
[328] Ibidem, pág. 32.

Nas precondições para o arranco surgem as primeiras preocupações sobre o controle da natalidade, assim como uma nova abordagem quanto ao comércio e o ambiente internacional. O fluxo de renda deve orientar-se de maneira diferente, dos grandes latifundiários para pessoas que possam inverter capital em estradas, escola e fábricas, deixando de lado o consumo supérfluo e dogmas religiosos. É perceptível no autor sua tendência protestante[329], que posteriormente toma conta de outros parágrafos, como no que se refere a maior valorização à capacidade individual em detrimento de clãs, castas ou classes.

> "E, acima de tudo, deve ser difundido o conceito de que o homem não precisa olhar seu meio físico como fator praticamente dado pela Natureza e pela providência[330], porém como um mundo ordenado que, se racionalmente compreendido, pode ser manejado de sorte a dar lugar a mudanças produtivas e, pelo menos em uma dimensão, progresso."[331]

Essa mudança é iniciada de maneira intrincada, surgindo por motivos vários e em mãos de pessoas capazes no campo econômico e administrativo. Em meio a desejos de maior poder social, de maior prestígio, orgulho nacional ou ambição política[332], alguns indivíduos ficam dispostos a emprestar seu dinheiro tendo em conta o grande risco nas empresas inovadoras e modernas, ao invés da aplicação usual em imóveis, bolsa de valores ou comércio estrangeiro. O aumento da inversão necessária para que o desenvolvimento econômico seja uma situação normal e capaz de fazer com que a população colha seus frutos, exige uma enorme mudança na sociedade e nas técnicas de produção então existentes.

---

[329] Como em: *Todos concordarão em que uma nova elite – uma nova liderança – deve aparecer e que a ela deve ser dada liberdade para começar a construir uma sociedade industrial moderna, e, embora a ética protestante não represente absolutamente o único conjunto de valores adequado à modernização, é indispensável que os membros de tal elite encarem a modernização como tarefa possível, atendendo a determinado fim que ela julgue ser eticamente bom ou de qualquer outra forma vantajoso*". Ibidem, pág. 41.
[330] Grifos meus.
[331] Ibidem, pág. 34.
[332] Rostow, 1956, pág. 28, op. cit., *The take-off into self-sustained growth...*

Em uma economia basicamente agrária, o início gradativo do crescimento depende de dois pilares: a maior produtividade na agricultura e nas indústrias extrativas e o aumento no capital social básico[333].

Para agricultura o significado é de maior produção. Isso se deve ao provável êxodo rural decorrente do surgimento das indústrias e é indispensável para acompanhar um possível crescimento populacional. Rostow cita como exemplo a maioria dos países que participaram da Revolução Industrial, além da Rússia e do Japão. Além disso, o excedente exportável é passível de aumento da renda. "*Ela tem que proporcionar mais alimentos, mais mercados e uma ampliada disponibilidade de recursos financeiros para o setor moderno*"[334]. Além da agricultura, o papel da produção de artigos como lã, algodão ou seda, assim como as indústrias extrativas, proporciona o início do arranco de muitas economias, como no caso da Suécia com a madeira, a Malásia em relação a borracha, o petróleo no Oriente Médio, Austrália e Alasca.

Tais medidas estão inter-relacionadas com o aumento do capital social básico. Como já visto nas correntes de pensamento brasileiras, tal investimento requer vultosas somas, alem de grandes períodos de gestão e possíveis indivisibilidades. Diz o autor que "*o que importa é que não basta indústria par industrializar*"[335]. Grande fração da Renda Nacional tem que ser investida no setor dos transportes e infra-estrutura; como são investimentos caros e demorados, de maiores riscos, sugere que esse trabalho seja feito pelo governo. Os Estados Unidos tiveram essas experiências em larga escala, contando com o financiamento através de prefeituras, governos estaduais e subsídios federais[336].

Destaca o surgimento de uma nova elite, que ascende sobre os antigos aristocratas, a fim de preparar a sociedade para um mundo de funções especializadas. As mudanças "*sociológicas e psicológicas*[337]", em sua análise, compõem a espinha dorsal das precondições para o arranco. Em muitos arrancos o nacionalismo teve importância ao dar

---

[333] A definição rostowiana para capital social básico já foi vista no primeiro capítulo, item 1.3.
[334] Rostow, 1974, pág. 39, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*
[335] Ibidem, pág. 36.
[336] Verifica-se a primeira grande diferença em sua teoria com o pensamento liberal brasileiro, segundo o qual o Estado não deveria participar de investimentos desse tipo. No que se refere a esse item, o autor está bem mais próximo dos desenvolvimentistas.
[337] Ibidem, pág. 42.

ímpeto às mudanças econômicas, quer nos processos de reparações de antigas rivalidades, quer na tomada do poder nacional contra as classes aristocráticas agrícolas.

3.3 – O Arranco ou Decolagem

Passadas as precondições, dá-se o arranco propriamente dito, ou como diz Rostow quando se refere à realização do desenvolvimento regular, "*um grande manancial na vida das sociedades modernas*[338]". É o momento que toda a resistência em relação ao desenvolvimento é podada, tornando-se situação normal. Na grande maioria de casos, o fator imputado à tecnologia teve importância primordial, assim como o poder político de mudança. A agricultura, cada vez mais mecanizada, muda a vida e a disposição dos fazendeiros na participação econômica e insufla a decolagem. As indústrias reinvestem em capital uma soma cada vez maior de seus lucros, pois o crescimento produtivo acelerado requer a cobertura de uma depreciação maior de acordo com essa produtividade. Em dez ou vinte anos as mudanças na estrutura econômica são claramente perceptíveis, com o aproveitamento dos recursos naturais e novas técnicas de produção.

> "Essa visão do arranco é, pois, um retorno a um modo bem antigo de encarar o desenvolvimento econômico. O arranco é definido como uma revolução industrial, ligada diretamente a modificações radicais nos métodos de produção e exercendo efeitos decisivos num período de tempo relativamente curto."[339]

São três as condições principais para se determinar o arranco, de acordo com Rostow[340]. Primeiramente o investimento na cadeia produtiva deve saltar de 5% da Renda Nacional ou Produto Nacional Líquido[341] para 10%; segundo, deve haver o

---

[338] Ibidem, pág. 20.
[339] Ibidem, pág. 77.
[340] Rostow, 1956, pág. 32, op. cit., *The take-off into self-sustained growth...*
[341] No caso brasileiro é usada a figura do Produto Interno Bruto, com a proporção de investimentos sendo contabilizada sem a depreciação, ou seja, formação bruta de capital fixo. Essa primeira condição dada por Rostow é válida desde que a razão capital-produto seja baixa. O próprio Rostow cita tais conceitos como

desenvolvimento de um ou mais setores de manufatura básica, no qual o nível de crescimento deve se elevar; e, por último, a explosão das economias externas provenientes dos novos investimentos deve ser aproveitada pela nova ordem política social e institucional.

Abaixo, para efeito de elucidação, segue a data aproximada do arranco em alguns países:

Tabela 14: Datas aproximadas de Arrancos para alguns países

PAÍS	ARRANCO
Grã-Bretanha:	1783-1802
França:	1830-1860
Bélgica:	1833-1860
Estados Unidos:	1843-1860
Alemanha:	1850-1873
Suécia:	1868-1890
Japão:	1878-1900
Rússia:	1890-1914
Canadá:	1896-1914
Argentina:	1935-
Turquia:	1937-
Índia:	1952-
China:	1952-

Fonte: Rostow, 1974, pág. 54, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*[342]

A Grã-Bretanha havia conseguido a primazia em sua decolagem, pois contava com mais recursos naturais, uma maior esquadra e, além disso, com menos problemas sociais,

medidas grosseiras, e embora por ausência de outras variáveis seja melhor aperfeiçoá-las do que abandoná-las. Para se chegar as estimativas, Rostow baseou-se num crescimento demográfico de 1 a 1,5% ao ano, numa razão capital-produto de 3,5 e 5,25% no Produto Nacional Líquido para que seja mantido o PNL *per capita*. Um incremento de 2% ao ano no produto deveria se realizar então com um investimento de 10,5 a 12,5% do PNL. Rostow, 1974, pp. 53 a 58, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

[342] Sobre a da periodização do arranco: *"Esta definição visa antes a caracterizar a fase inicial, em que se firma a industrialização, do que a fase posterior em que esta se torna um fenômeno mais maciço e estaticamente mais impressionante. Na Grã-Bretanha, por exemplo, não há dúvida de que foi entre 1815 e 1850 que a industrialização assumiu sua plena influência. Se o critério escolhido para o arranco se referisse ao período de mais rápido crescimento industrial em geral ou ao em que a indústria em grande escala chegou à maturidade, nossas datas de arranco teriam de ser todas transpostas para mais tarde"*. A metodologia é usada por achar que as transformações decisivas ocorrem na primeira fase, nos primeiros vinte e cinco anos, daí o termo "decolagem". Rostow, 1974, pág. 56 e 57, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

políticos religiosos que a França, Holanda e Bélgica. O mercantilismo britânico nas colônias americanas acabou por retardar o arranco americano, contribuindo para a obtenção de matérias-primas de importância na decolagem da primeira.

Além dos exemplos considerados clássicos, Rostow também acrescenta provas de crescimento sistemático para países contemporâneos. Seus dados, a partir de 1945, incluem basicamente 3 grupos de países[343]:

1 – Nações em condições de pré-arranco, cujas taxas de investimento estão situadas abaixo de 5% do Produto Nacional. Incluem-se aí a Etiópia, o Quênia, a Tailândia, Camboja, Afeganistão e Indonésia, em que são muito baixos os níveis de investimento;

2 – Países que tentam arrancar ou que, provavelmente já iniciaram sua decolagem, nos quais as taxas de investimento situam-se para mais de 5%. São exemplos as nações da América Latina, como Brasil[344], Chile, Colômbia e Venezuela, respectivamente com 14, 11, 14, e 23% de investimento em proporção do Produto Nacional;

3 – Economias nas quais as taxas de investimento ultrapassam largamente os 10%, mas em que as precondições para decolagem não ocorreram totalmente. É o caso, por exemplo, do Congo Belga e da Nigéria.

A decolagem é apresentada em detalhes no processo de mutação econômica das nações que segundo Rostow já haviam transposto a barreira do crescimento para o desenvolvimento econômico e incremento da renda *per capita,* mas também como "receituário" para as economias insuficientemente desenvolvidas, de maneira que elas possam atingir o desenvolvimento regular. O arranco é a própria Revolução Industrial suscitada por alguns setores manufatureiros, capazes de mudar toda a estrutura social e econômica de uma nação. Sendo assim:

> "O que esta argumentação afirma é que o rápido crescimento de um ou mais novos setores industriais é um poderoso e essencial propulsor da transformação econômica. Sua força se origina da multiplicidade de suas

[343] Ibidem, pág. 62 e 63. De acordo com Rostow, os casos da China e da Índia são os mais notáveis em tentativas de arranco. Na época em que escreveu o seu livro, achava muito cedo para analisá-los.

[344] "*Quanto a América Latina, o arranco se realizou em dois casos principais (México e Argentina) e está em marcha em noutros, como, por exemplo, o Brasil e a Venezuela*". Ibidem, pág. 152.

> formas de impacto, quando a sociedade está preparada para reagir positivamente a este. O crescimento desses setores, com novas funções de produção de alta produtividade, por si mesmo tende a elevar o volume da produção *per capita*; coloca a renda nas mãos de homens que não se limitarão a amealhar uma grande percentagem da renda em crescimento, mas que a reinvestirão em atividades altamente produtivas; estabelece uma cadeia de procura efetiva de outros produtos manufaturados; origina a necessidade de áreas urbanas maiores; cujos custos em capital podem ser elevados mas cuja população e organização mercantil auxiliam a dotar a industrialização de impulsão própria; e, afinal, inaugura uma série de efeitos de economias externas que, no fim, ajudam a produzir novos setores líderes quando o impulso inicial dos que lideraram o arranco começar a esmaecer."[345]

Ao comentar as propostas analíticas de Rostow destaco que a medição das grandezas se dá de modo agregado, como no caso da Renda Nacional ou Produto Nacional; isso ocorre também com a utilização da razão capital-produto, onde é perceptível nos textos a não utilização do conceito em termos individuais. A análise individual pormenorizada só é feita a partir dos setores que vão dinamizar a economia. Para ele, não interessa o ponto de vista da oferta ou da procura e sim todo o desencadeamento ocorrido pelo aumento do investimento na economia: o que é o uso do princípio multiplicador keynesiano.

Surge então a primeira questão no que tange a disponibilidade dos recursos para o arranco, problemática muito discutida entre os estudiosos de desenvolvimento econômico e das esferas governamentais. Para o autor a mudança no fluxo de renda (que ele mesmo diz ser um dos âmagos do arranco) e o simples reinvestimento dos lucros obtidos pelos setores em crescimento acelerado explicaram a maioria dos arrancos[346]. O sacrifício do consumo dada a parcimônia em busca do investimento, no primeiro caso, é explicada pelos exemplos de Japão e Rússia. Seria também o uso da terra em mãos produtivas (através de reforma

[345] Ibidem, pág. 78.
[346] Rostow. W.W. *Politics and Stages of Growth*. Cambridge: Cambridge University Press. 1971, pág. 102.

agrária) uma das maneiras de se evitar o consumo supérfluo da classe latifundiária que esteriliza os lucros.

Quando os indivíduos não utilizam seus recursos de forma produtiva, deve o Estado usar sua mão com as ferramentas de confisco e tributação, até trabalhando com um processo inflacionário, o qual segundo Rostow tem benefícios para a economia a julgar pela transferência de recursos da esfera do consumo para os lucros das empresas. Porém, não só o Estado tem papel nessa operação, como também o sistema bancário em formação:

> "A transferência de renda para mãos mais produtivas, é natural, foi auxiliada, através da história, não só pelo governo, por meio de medidas fiscais, mas também por bancos e mercados de capitais. Praticamente sem exceção alguma, os períodos de arranco têm sido assinalados pela ampliação das instituições bancárias que expandiram a oferta de capital de giro e, na maioria dos casos, também por uma expansão no sentido do financiamento e longo prazo, feito por um mercado central de capital, organizado oficialmente."[347]

Outro ponto importante na discussão do desenvolvimento econômico em países insuficientemente desenvolvidos é o do comércio exterior. As exportações geram as divisas necessárias para a importação dos bens de capital e equipamentos durante o arranco. Também serve como financiamento da grande dívida externa que se contrai durante o período. Madeira, seda, cereais e outros gêneros trouxeram as divisas que foram poupadas pela nova classe de capitalistas, mas que por si só não garantiram toda a formação de capital. O papel do capital estrangeiro foi de imensa importância, como nos Estados Unidos, Suécia, Rússia e Canadá[348], principalmente quanto ao capital social básico para os transportes, estradas de ferro e uma gama de serviços públicos. O investimento na indústria é uma pequena parcela se comparado às inversões de infra-estrutura, mas, empregado na expansão da produção de produtos nacionais, faz "*ampliar sua própria capacidade e*

[347] Rostow, 1974, pág. 66, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*
[348] Embora o Japão e a Inglaterra sejam exceção. Ibidem, pág. 67..

incrementar suas necessidades de matérias-primas, produtos semi-manufaturados e componentes manufaturados"[349].

A nova classe capitalista que emerge nas precondições se apercebe cada vez mais de sua influência no novo processo. Em algumas partes da Europa, nas quais as mudanças sociais não foram tão drásticas quanto as econômicas, essa classe consolidou a formação de um sistema bancário e industrial, com créditos à ética protestante. Contudo, o autor adverte que nas nações fora do contexto do ocidente ou noroeste europeu, as mudanças sociais foram muito mais contundentes e árduas, do que simplesmente uma revolução agrícola, como foi no caso das nações com maior êxito na Europa..

> "O que parece imperioso para a emergência dessas elites não é simplesmente um sistema de valores adequado, mas duas outras condições: primeira, a de que a nova elite deva sentir-se impedida de seguir os caminhos convencionais para alcançar prestígio e poder, dentro da sociedade tradicional e menos aquisitiva que ela faz parte; segunda, a sociedade tradicional deve ser suficientemente flexível (ou débil) para permitir a seus membros que busquem o progresso material (ou poder político) como uma via de ascensão oposta ao conformismo."[350]

Retornando ao campo econômico, Rostow faz uma nova divisão da economia em três setores, quando da decolagem. Esses setores têm diferentes utilizações e funcionam em estreita cooperação. São eles: os de desenvolvimento primário, os de desenvolvimento suplementar e, por último, os de desenvolvimento derivado[351]. Os primeiros setores são aqueles em que as possibilidades de produção são as maiores e cujo impulso se alastra para outras áreas da economia, caso das estradas de ferro e dos bens de consumo duráveis. Já os setores suplementares crescem em função dos primários, como o carvão e o ferro devido ao expoente das estradas de ferro. Já os setores de desenvolvimento derivado são uma resposta

[349] Rostow, 1956, pág. 39, op. cit., *The take-off into self-sustained growth...*
[350] Ibidem, pág. 42. Minha tradução. Ainda sobre a transformação da sociedade durante o arranco e seus líderes, cita Rostow que, "*a sociedade, relutantemente ou não, entregou sua cabeça aos seus líderes industriais – que às vezes também eram políticos*". Rostow, 1974, pág. 92, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*
[351] Ibidem, pág. 71.

à ascensão da economia como um todo e é demonstrado em termos agregados, caso da habitação e da agricultura em função do crescimento da economia.

No início do arranco os setores primários são tidos como o de maior impulso à economia, tendo os resultados traduzidos em economias externas e outros efeitos multiplicadores. O desenvolvimento no longo prazo é constituído "*por meio da repetição incessante, segundo diferentes padrões, com diferentes setores mais destacados, ou líderes, da experiência do arranco*"[352]. Os setores primários e a geração dinâmica de capital para depreciação e serviços públicos dão o fôlego necessário à economia para a decolagem. Segundo Rostow, "*somente assim se conserva baixa a razão capital-produto marginal agregada*"[353]. Os casos mais notáveis de setores primários que ascenderam à economia são os das indústrias de algodão (na maioria dos países) e as estradas de ferro. O algodão gerou na Inglaterra, por exemplo, um processo de crescimento autônomo devido ao sistema de fábricas automatizadas. Geralmente é o setor inicial fabril na decolagem. As estradas de ferro tiveram função triplamente notável. Inicialmente diminuiu os custos de transportes, fator imperativo em países de grandes proporções geográficas, aumentando assim a área de comércio. Depois, ajudou no crescimento do setor de exportação, devido ao escoamento para os portos. Por último e de maior importância, iniciou em larga escala a criação de indústrias de carvão, siderurgia e engenharia.

Além desses dois setores, agiram também como grandes instrumentos na decolagem a produção militar, a madeira, laticínios e bens de consumo. Neste último, a produção de bens de consumo interno de maneira a substituir os importados[354] foi o vetor para o arranco[355]. Contudo, para que tais setores impulsionem a economia, mais quatro fatores devem a ser seguidos. Inicialmente a procura do produto gerido pelos setores líderes deve

[352] Ibidem, pág. 72.
[353] Idem. A razão capital-produto marginal mostra o incremento do produto dada a adição de uma unidade de capital., cf. Stonier, A.W, Hague, D.C. *A textbooks of economic theory*. Londres: Longmans, Green and Co. 1964, pág. 573. Rostow, como observado, é partidário de que, nas economias em arranco ou tencionando alcançá-lo, essa razão deve ser a menor possível (um patamar de 3:1 parece razoável em sua análise), ou seja, o aproveitamento máximo do estoque de capital. Uma economia cujo estoque de capital é de $ 3.000.000,00 e produziu $ 1.000.000,00 (portanto, razão capital-produto de 3:1) é mais efetiva, em sua ótica, do que uma economia cujo estoque de capital é de 5.000.000,00 e acabou produzindo os mesmos $ 1.000.000,00, com uma razão capital-produto de 5:1. É necessário lembrar que Rostow adota tais cifras de maneira agregada, não entre setores particulares.
[354] Grifos meus.
[355] Rostow, 1974, pág. 76, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

aumentar (o que parece lógico). Essa meta deve ser atingida através do aumento da renda real do consumidor, com cortes nos gastos supérfluos e gastos com o consumo dos produtos nacionais. Novas funções de produção e aumento da capacidade produtiva devem ser alcançados, sendo importante a capacidade técnica, na qual o índice de reinvestimento do capital deve ser alto e incessante para poder fazer valer o efeito multiplicador.

Rostow termina sua análise a despeito do arranco com preocupações quanto o crescimento demográfico e a ajuda externa para o financiamento das nações subdesenvolvidas contemporâneas. Essa ajuda externa é necessária, posto que a maioria dessas nações está em sérias dificuldades na formação de capital. Tal auxílio, que ele classifica como "*auxílio internacional sob a forma de assistência técnica, empréstimos suaves ou subsídios*[356] *– inclusive grandes quantidades de alimentos e fibras excedentes*"[357], injetada na economia para sanar as necessidades mais básicas, faria com que essa tivesse mais liberdade no que se refere à formação de capital e à solução dos outros três principais entraves da decolagem (capital social fixo, agricultura e setores que atraem moeda estrangeira).

O crescimento populacional demonstrado pelas nações que tentam emergir para o desenvolvimento automático é visto por ele como muito maior que os números apurados nas nações pioneiras. Com tais números, o desafio quanto à produção agrícola e a tecnologia ficam maiores que no passado.

> "Historicamente, os índices de crescimento demográfico durante os decênios do arranco dum modo geral ficaram abaixo de 1,5% ao ano. Na França foi apenas de 0,5%; na Alemanha, Japão e Suécia, cerca de 1%; na

[356] Grifos meus.

[357] Ibidem, pág. 169. Continua: *"... as potencialidades de ajuda externa devem ser organizadas em base mais ampla e, especialmente, mais estável. Diante dos níveis atuais de crescimento demográfico e de formação de capital interno e da ajuda externa, um acréscimo da ordem de uns 4 bilhões de dólares anuais* – ao nível de preços do fim da década de 1950 - *seria necessário como ajuda externa para colocar toda Ásia, Oriente Médio, África e América Latina num crescimento regular, a um aumento anual da renda per capita de, digamos, 1,5%. Em muitas áreas, o processo de precondições ainda não está suficientemente adiantado para permitir que o capital externo seja produtivamente absorvido na escala implícita nesta estimativa global. O que está claro é que o nível atual de assistência externa é bastante inadequado à tarefa de ultrapassar o índice de crescimento demográfico em muitas regiões-chave onde o capital poderia ser absorvido produtivamente*". Ibidem, pág. 171.

> Grã-Bretanha só se elevou até 1,4% nos dois decênios anteriores a 1820. Os Estados Unidos do século XIX (acima de 2,5%) a Rússia anterior a 1914 (acima de 1,5%) são grandes exceções; em ambos os casos, porém, esses índices apareceram em sociedades que estavam se expandindo celeremente a área cultivada. Os índices anuais agregados para as principais regiões subdesenvolvidas do mundo contemporâneo são aproximadamente os seguintes: América Latina, 2,5%; Ásia Meridional, 1,5%; Oriente Médio, 2,3%; Extremo Oriente, 1,8%, África, 1,7%"[358]

É necessário um incremento de 3% na Renda Nacional para superar um aumento populacional de 1%[359]. Esse vertiginoso esforço, dado o desemprego de forma crônica e disfarçada, faz com que a diferença entre o consumo realizado e o consumo possível aumente e os problemas sociais se tornem mais evidentes, ampliando as tensões. Dessa forma, a decolagem nos países subdesenvolvidos é tida por Rostow como mais árdua do que foi nos séculos XVIII, XIX e XX.

3.4 – A Marcha para a Maturidade

Segundo Rostow, poucas nações do mundo haviam ultrapassado o arranco. A etapa seguinte, denominada Marcha para a Maturidade, é a etapa na qual os frutos da ciência e tecnologia se espalham de forma maciça para toda a economia. Haviam atingido essa fase até meados da década de 1950: Grã-Bretanha (1850), França (1910), Estados Unidos (1900), Alemanha (1910), Suécia (1930), Japão (1940), Rússia (1950) e Canadá (1950)[360].

Em termos macroeconômicos, cerca de 20% da Renda Nacional estaria sendo invertida durante essa etapa, de modo a sustentar o crescimento demográfico em larga margem, com a economia substituindo importações e criando a necessidade de outras. O início dessa fase, segundo Rostow, se dá após 60 anos a partir do início da decolagem[361].

---

[358] Ibidem, pág. 168.
[359] Idem. Dada uma razão capital-produto de 3:1.
[360] Ibidem, pág. 12. A Austrália teria saltado a Maturidade e passando diretamente para a fase subseqüente, a "Era do Consumo em Massa".
[361] Ibidem, pág. 22.

> "Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. Pode carecer (como a Suécia e a Suíça contemporâneas, por exemplo) das matérias-primas ou de outros fatores de suprimento necessários para produzir economicamente um determinado tipo de produção; sua dependência, toda via, é antes uma questão de opção econômica ou de prioridade política do que uma carência tecnológica ou institucional."[362]

Nessa etapa ocorre uma modificação nos setores líderes da economia, transferindo a primazia das estradas de ferro, carvão e têxtil para o aço, a eletricidade, a química e os bens de capital complexos. Quanto maiores os recursos da economia e melhor aproveitados, mais gradativa será a sua maturidade. Cita o caso da Inglaterra, que se aproveitou das inovações relativas à indústria do algodão e dos surtos ferroviários para alcançar a primazia na produção de carvão e siderurgia. O aproveitamento da ferrovia também criou grandes complexos industriais nos Estados Unidos, França e Alemanha, dadas as aplicações do aço. Na Suécia, a madeira foi a mola-propulsora do pós-arranco, e no Japão coube esse papel a indústria química e a moderna engenharia. Já a União Soviética, com cifras gigantescas de produção de ferro gusa, aço, ferro e carvão, além do excedente de petróleo e o domínio da energia atômica, foi uma das últimas a atingir a maturidade[363].

Surgem outras modificações na economia e sociedade nessa etapa, além do aparecimento de novos setores industriais. A porcentagem de trabalhadores no campo, que na decolagem estava situada entre 60 e 70%%, cai, segundo ele, para 40% e em

[362] Ibidem, págs. 22 e 23.
[363] W.W. Rostow. *The process of economic growth*. New York: W.W. Norton & Company, 1952, pág. 80.

determinados casos para 20% da mão-de-obra total[364]. Cresce o número de empregados especializados de acordo com a demanda de bens de capital complexos; multiplicam-se as funções escriturárias e o setor terciário da economia agrega maior valor. O investimento cada vez maior em educação faz surgir uma grande máquina burocrática de sociedades anônimas, e a competitividade exacerbada vem acompanhada do desejo de bem-estar e segurança.

De acordo com o autor, a marcha para maturidade é uma época perigosa, e o futuro envolto aos maiores ganhos, engenhocas e aparelhos de consumo traz questões referentes ao futuro do grande complexo industrial. A questão rostowiana nesta etapa está centrada nos benefícios que as maiores rendas poderiam oferecer aos seus cidadãos, como a segurança, o bem-estar ou ócio, ou talvez a afirmação de uma sociedade amadurecida no cenário mundial, como foi o caso dos Estados Unidos ao suplantar a Inglaterra na hegemonia mundial.

3.5 – A Era do Consumo em Massa

A pós-maturidade é chamada de Era do Consumo em Massa. Os primeiros a se aprofundarem foram os americanos, a partir da criação da linha de montagem de Ford, antes da Primeira Guerra Mundial, e literalmente nos anos vinte. A Europa e o Japão começaram a experimentar o consumo em massa no começo dos anos de 1950, e no início dos 60 seria a vez da União Soviética[365].

Dada a nova dinâmica do sistema, os principais setores da economia se voltam à produção de bens de consumo e serviços, em uma nova escala, aproveitando as novas tecnologias e técnicas. A renda *per capita* cresce de maneira a ultrapassar as cifras da etapa anterior e é nessa etapa que a sociedade está pronta para iniciar a busca pelo *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar. Outra característica importante é a maior preocupação com a política e influência externa, principalmente no que se refere ao militarismo, os novos mercados e fronteiras.

---

[364] Rostow, 1974, pág. 93, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*
[365] Ibidem, pág. 24.

O Estado de Bem-Estar[366] se baseia na redistribuição de renda para a confecção de metas relativas ao social. É fundado no sistema de livre-empresa de capital, porém, com profunda participação do Estado na obtenção de benefícios sociais. A maior meta em uma economia de bem-estar está voltada ao campo fiscal como ferramenta de obtenção do pleno emprego. Para Rostow o objetivo dessas decisões, em uma economia como a americana, estaria abrangendo cada vez mais o lazer[367].

Nos Estados Unidos esses dois principais traços se destacaram inicialmente, e por isso o autor se aprofunda mais diretamente no estudo de sua economia e sociedade nos primeiros sessenta anos do século XX. Iniciada com a linha de montagem de Henry Ford, foi nos anos vinte que a economia americana deslanchou para o consumo em massa. A classe média se multiplicou sensivelmente e a classe agrícola diminuiu devido a mecanização das lavouras. Em compensação, houve um crescimento de 44% da população suburbana durante essa década. Além dos subúrbios, em 40 anos a produção de artigos de consumo como o petróleo, o leite e o açúcar cresceu mais de 1.000%. Mais que isso a produção de automóvel multiplicou-se em 180.000% de 1899 a 1937[368].

> "Qual o resultado disso? Os Estados Unidos motorizaram-se. Esta foi verdadeiramente a era do automóvel para as massas. Com o automóvel, os Estados Unidos iniciaram uma vasta migração interna para casas recém-construídas, destinadas a uma só família, nos subúrbios; essas novas casas, então, foram sendo cada vez mais recheadas com refrigeradores, rádios e todos os demais utensílios domésticos de uma sociedade cuja mobilidade social e produtividade haviam quase aniquilado os empregados domésticos. Dentro dessas casas os norte-americanos passaram a consumir alimentos de

[366] Sobre os conceitos e aplicações do Estado de Bem-estar, ver: Myrdal, G. *Beyond the welfare state: economic planning in the welfre states and its international implication*. Londres: Gerald Duckworth, 1960; Pigou, A.C. *La economia del bienestar*. Madrid: Aguillar, 1946. A análise de Myrdal é mais diretamente voltada às sociais-democracias da Escandinávia.

[367] Uma de suas principais indagações na época era numa possível diminuição dos dias úteis de trabalho, como por exemplo, um fim de semana de três dias, dada a pujança que a economia americana havia se direcionado. "*Que nos reserva, então, o futuro? Será que os norte-americanos, tendo erigido esta civilização suburbana e móvel, irão agora parar para arrumá-la um pouco e fruir os benefícios da abundância? Estará prestes a surgir a semana de quatro dias úteis e três de folga? Alguns acham que sim, e é ainda cedo demais para rejeitar dogmaticamente tal opinião*". Rostow, 1974, pág. 104, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

[368] Ibidem, pág. 100.

> qualidade superior, cada vez mais adquiridos em conserva, e, posteriormente, congelados."[369]

Essa década de relativa estabilidade e de saltos nos indicadores da produção foi encerrada pela Grande Depressão. Define ele, como outros autores, que o sistema capitalista atravessa ciclos de depressão, nos quais os principais setores da economia perdem a força em detrimento de outros. Esses outros setores necessitam de tempo para arrancar, o que causa um ciclo de baixa. O que surpreende o autor foi a falência das instituições de crédito, fator determinante na profundidade da crise de 1929. Os setores automotivo e mobiliário, que exigem pleno emprego e, segundo ele, ambiente de confiança para sair de uma crise cíclica, foram os determinantes da gravidade. Foi a Segunda Guerra Mundial o fator que, juntamente com a política de Roosevelt, alavancaram os Estados Unidos ao patamar do pleno emprego dos fatores novamente. O susto da Depressão levou o Estado americano a se enveredar nos caminhos do Estado de Bem-estar, em que os refrigeradores mostravam-se presentes, finda a guerra, em 96% das casas, e, os automóveis em 73%[370]. Os setores de bens de consumo descobriram o ar-condicionado e os refrigeradores, assim como uma grande quantidade de novas máquinas.

Na Europa Ocidental o consumo em massa teve obstáculos maiores que nos Estados Unidos. Apesar de também mergulhar na Grande Depressão, em menor escala, a Europa teve também que passar por duas reconstruções em pouco mais de vinte e cinco anos. Na década de 1920 houve poucos anos de prosperidade, demonstrado pelo retrocesso na produção de automóveis e artigos de consumo[371].

O decênio posterior mostra a escalada do rearmamento e o crescimento do sistema habitacional, de bens de consumo e automotivo[372]. Para Rostow o europeu demorou a assimilar o surgimento das engenhocas e o consumismo desenfreado. Sua população tinha um salário relativamente menor que o do americano médio, além dos recursos naturais

---

[369] Ibidem, pág. 101.
[370] Ibidem, pág. 103.
[371] Em boa parte devido a reconstrução dos países após a Primeira Guerra Mundial.
[372] Clássico exemplo é o da Alemanha nacional-socialista, que em menos de dez anos debelou a hiperinflação, diminuiu o número de desempregados a um patamar de 4% da população economicamente ativa e aumentou seu Produto vertiginosamente.

pesarem no que se refere às grandes rodovias e enormes quantidades de terra disponíveis na América do Norte. Só depois da segunda reconstrução, houve a difusão dos frutos do sistema industrial baseado no consumismo, para, como no Japão, diminuir o hiato em relação aos americanos.

O Japão, destruído após a Segunda Guerra, iniciou seu consumo em massa, de acordo com o autor, na segunda metade dos anos de 1950. Amparado por entrada maciça de capitais norte-americanos, os japoneses aceleraram a produção de bens de consumo e fizeram importantes incrementos nos bens de capital, a ponto de realizar modificações no setor de bens de consumo que propiciaram maior produtividade. A maior produtividade veio a compensar uma renda *per capita* menor que a dos europeus, o que permitiu acumular divisas com a obtenção de novos mercados externos. Tudo graças a investimentos numa variável primordial presente desde o arranco: a educação.

O autor via, em meados do século XX, sérias dificuldades para os outros países ingressarem no consumo em massa, tanto de ordem geográfica como institucional. Sua única exceção sublinhada foi a do caso da União Soviética. Para os países nela incluídos, enumera questionamentos, que são as principais indagações a nortearem o fim de suas etapas do desenvolvimento:

> "Será que o homem cairá em uma estagnação espiritual, não encontrando nenhuma aplicação digna para suas energias, talentos e o instinto para atingir a imortalidade? Seguirá os norte-americanos, reinstaurando a vida árdua pelo aumento da taxa de natalidade? Arranjará o diabo serviço para ociosos? Aprenderão os homens a fazer guerras com a violência apenas suficiente para construir um bom esporte – e apressar a depreciação dos capitais – sem fazer o planeta voar pelos ares? Será que a exploração do espaço exterior oferecerá uma válvula de escape interessante e dispendiosa para recursos e ambições?[373]

[373] Ibidem, pág. 114.

Além desses questionamentos e do "*tédio*"[374], o risco para esses países era uma condição palpável. Primeiro, mais da metade do mundo ainda estava passando pelas precondições do arranco ou pelo arranco; segundo, pela disseminação das armas de destruição em massa. Os povos contemporâneos, dominados por sentimento como a inveja e o desejo de posse, além da maior disseminação das técnicas modernas seriam uma ameaça contra a "*reconciliação global da raça humana*"[375].

Em nosso dias, com a vantagem da perspectiva histórica, é de conhecimento que tudo o que menos aconteceu após o consumo em massa foi o tédio. Muitas das indagações do autor foram comprovadas, poucos anos depois da elaboração de sua teoria. Mesmo que o planeta não tenha voado pelos ares, os homens fizeram guerras muitas vezes apenas para apressar a depreciação do capital, da mesma maneira que encontraram no espaço sideral uma válvula de escape para suas ambições.

O mais interessante é que, passados quase sessenta anos, pouquíssimas economias e sociedades, a julgar pelos parâmetros acima apresentados, tenham relatado provas de desenvolvimento econômico inquestionáveis, que tenham melhorado sensivelmente o padrão de vida, a renda *per capita*, a educação e o bem-estar.

.

[374] Ibidem, pág. 115. "*...a despeito das doçuras dos bens duráveis de consumo dos serviços, e até mesmo das famílias maiores, devemos voltar nossa atenção se quisermos ter uma oportunidade de ver se poderá ser vencida a estagnação espiritual secular – o tédio.*"
[375] Idem.

CAPÍTULO 4 – AS CRÍTICAS AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ROSTOWIANO E O CONTRAPONTO EM RELAÇÃO ÀS ESCOLAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRAS

Este capítulo está organizado em duas partes: a primeira apresenta algumas das criticas à teoria rostowiana e autores que a utilizam. Tais críticas se direcionam principalmente na questão do arranco, a despeito dos métodos utilizados, na obtenção dos dados e em sua agregação ou não. A segunda parte é um resumo direcionado a alguns conceitos vitais da teoria, além do contraponto entre o modelo de Rostow e as teorias desenvolvimentistas e liberais.

4.1 – Ciro Flamarion e Hector Perez Brignoli

Os dois autores latino-americanos – o primeiro brasileiro, o segundo argentino – doutores em História pela Universidade de Paris, atacam a teoria rostowiana na perspectiva do método histórico na tradição marxista, colocando-a no mesmo panorama historiográfico dos autores que usam a temporalidade circular como Spengler e Toynbee. Concluem ser ela "*arbitrária e absurda*", já que um conceito tão fundamental como o da decolagem deve ser estudado de acordo com a teoria adequada. Segundo os autores "*nada se revelou mais perigoso e infrutífero do que a confiança em um único fator, ou num grupo de fatores interpretados de modo mecanicista que os isole do contexto social*"[376].

O estudo de relações tão delicadas como as expostas deve ser quantificado com a maior precisão possível, o que leva a crer no ceticismo dos críticos quanto a segurança dos dados apresentados. Porém, o principal ataque está no uso do método comparativo de maneira inadequada. De acordo com os autores, o método comparativo é definido como uma das principais alternativas quanto "*à impossibilidade de aplicar o método experimental*"[377]. Contudo,

[376] Cardoso, C.F e Brignoli, H. P. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pág. 265.
[377] Ibidem, pág. 411.

> "É certo, no entanto, que outros fatores atuaram em sentido oposto. Entre eles, teve especial importância o impacto no uso inadequado da comparação histórica por autores como Spengler, Toynbee ou Rostow[378], que não vacilaram em apelar para terríveis anacronismos e perderam, de um todo, o respeito devido à especificidade estrutural e histórica das sociedades incluídas em suas comparações."[379]

Para os autores, o rigor na análise das variáveis e o uso dos termos de maneira cuidadosa é a única forma de evitar os equívocos e polêmicas, pois "*só é proveitoso comparar o realmente comparável*"[380].

4.2 - Octávio Gouvêa de Bulhões

A principal crítica de Bulhões às etapas do desenvolvimento está relacionada à imprecisão da definição dos estágios. Alega ele que, muitos dos preceitos demonstrados na fase de precondições para decolagem se repetem no estágio seguinte, o do arranco. Essa confusão, segundo o crítico, aparece quando trata da revolução agrícola e dos investimentos para o principal - ou principais - setor dinâmico. Além disso, a determinação das economias externas está disposta da mesma maneira nos dois períodos. Mesmo reiterando as transformações da sociedade, Bulhões se apega a mais alguns outros pontos de negativa:

> "O panorama esboçado por Rostow não deixa de traduzir a vida econômica de nossos dias. Os traços, porém, ou são confusos ou, quando mais nítidos, encerram visíveis arbitrariedades. A distinção entre a evolução econômica antiga e moderna e a separação entre o estágio de pré-condição de desenvolvimento e o estágio de desenvolvimento é feita com ausência de

---

[378] A posição de Rostow quanto à utilização dos métodos históricos é a seguinte: "*I do not much hold with ardent debate about method. A historian's method is an individual – as private – a matter as a novelist's style. There is good reason for reserve – even reticence – on this subject, except insofar as we seek to share each other's unique professional adventures and to listen occasionally , in a mood of interest tempered with skepticism, to such general reflections as we each would draw from those adventures"*. Rostow, W.W. The interrelation of theory and Economic History. *The Journal of Economic History*, n. 4, dez. de 1957, pág. 509.
[379] Cardoso, 1979, pág. 411, op. cit., *Os Métodos da História...*
[380] Ibidem, pág. 414.

> caracterizações precisas (...) a precedência ou a sucessão no tempo não caracteriza os estágios. Cumpriria assinalar os elementos peculiares de cada estágio anterior sobre o estágio subseqüente, permitindo a previsão da transformação de um em outro. E tal seqüência de fatos não consta, de maneira conveniente, nos trabalhos de Rostow."[381]

Concorda com Rostow no que diz respeito a existência de um setor líder. Para ele, um ramo de elevada produtividade pode "*constituir um centro propulsor de progresso",* além de ser *"capaz de conduzir toda a economia a um desenvolvimento, não anteriormente alcançado*"[382]. A despeito do ambiente social propício à decolagem, ele acha passível de observação, mas de difícil de mensuração dos resultados em um exame econométrico. Assim mesmo considera essa condição como de suma importância para o progresso econômico.

No mesmo texto faz nova menção às forças propulsoras que podem levar à decolagem, mas não abre mão do seu conceito de produtividade, tanto agrícola ou extrativa (no caso da Suécia, também verificado por Rostow) quanto industrial, como reafirma:

> "A condição essencial é que seja uma produção eficiente, capaz de promover recursos para os investimentos. Deve haver um meio de formação de economias (externas) ao mesmo tempo em que deve haver sabedoria na aplicação dessas economias. A produção especializada é a precondição do desenvolvimento[383] e o desenvolvimento é assegurado pela multiplicidade de produções que se seguem à produção especializada."[384]

E ainda cita o caso, no Brasil, do Estado de São Paulo, que teria emergido em termos rostowianos devido ao enorme fluxo de renda da economia cafeeira, tendo sido esse o setor de vanguarda nas precondições para o arranco.

---

[381] Bulhões, O. Algumas considerações sobre as fases do desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, setembro de 1960, pág. 6.
[382] Ibidem, pág. 7.
[383] Grifos meus.
[384] Ibidem, pág. 8.

4.3 - Roberto Campos

Roberto Campos foi amigo pessoal de Rostow e a teoria influenciou sua atuação durante a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no período de 1950 a 1953[385]. É perceptível na análise de planejamento de Campos a atenção com o sistema da decolagem, no que se refere aos pontos de estrangulamento a serem corrigidos antes da implantação dos setores chave dinâmicos, o que Campos determina como pontos de germinação. Ele chama de "pontos de estrangulamento" o que aparece na teoria de Rostow como "capital social básico".

Seu respeito pela teoria rostowiana é expresso da seguinte maneira:

> "Eu admirava o nobre escopo da "teoria da arrancada" (take-off), de Rostow, que eu mesmo descrevia como "manifesto anticomunista". Ao invés dos estágios do determinismo marxista, feudalismo, burguesia mercantil, capitalismo industrial e socialismo, teríamos independentemente de sistemas ideológicos, a transmutação da sociedade *tradicional* para a sociedade *transicional*. Nesta se processaria a 'arrancada para o desenvolvimento' passando-se em seguida à sociedade *industrial* madura e à *civilização de auto consumo*."[386]

Contudo, diz que o otimismo era demasiado, e que, para América Latina deveria ser formulada uma "*teoria da recaída*"[387], por que muitos países como a Argentina haviam decolado e depois retrocedido. Seu diagnóstico era que os principais entraves para o arranco estavam no crescimento demográfico[388], nas dificuldades no que se refere à

---

[385] Moraes, R.C. *Planejamento: democracia ou ditadura*. Doutorado em Filosofia, USP, 1987, pág. 88.
[386] Campos, R. *A Lanterna na popa*. RJ: Topbooks, 1994, pág. 551.
[387] Idem.
[388] Roberto Campos era a favor, como Rostow, de um rígido controle demográfico.

acumulação de capital (em seus termos, "*debilidade da iniciativa privada*") e no problema da inflação crônica[389].

No papel do Estado os pontos de concordância também são visíveis, já que Campos era partidário do princípio que, sem investimentos necessários e planejamento, a industrialização tenderia a se estender com pouca dinâmica e velocidade bastante reduzida, longe de se conseguir os avanços significativos. Tal planejamento deve ocorrer no plano setorial, como nos "*setores líderes*" rostowianos.

Sobre o levantamento de recursos do Estado, ambos são enfaticamente favoráveis a tributação e outros artigos confiscatórios. Também coincide a tolerância quanto ao capital estrangeiro, segundo Rostow necessário através até de empréstimos governamentais, e que também para Roberto Campos deveriam ser utilizados no setor de infra-estrutura.

4.4 – Albert Fishlow

Para Fishlow, apesar da teoria ser tão polêmica, Rostow não deve ser levado a mal por suas possíveis ligações ideológicas e diretas com os países centrais, o que foi muito comentado durante as décadas de 1950 e 60. E justifica suas críticas dizendo que a conseqüência da teoria fracassada é um conceito não-operacional[390].

Inicialmente, acredita que existam duas teorias de decolagem, sendo uma em nível setorial, não linear e, outra altamente agregativa, semelhante ao estilo Harrod-Domar, o que por si só já é confuso. Essa última utiliza o crescimento da renda e um conceito de razão capital-produto estável, como os autores citados. Fishlow pensa ser esse um conceito que pode gerar muitas dúvidas quanto à precisão dos dados.

Segundo Fishlow, para Rostow, a decolagem consiste em um crescimento observado na renda *per capita* e com aumento acentuado na poupança, mas os países subdesenvolvidos se ajustam com dificuldades quanto ao consumo supérfluo, e, consequentemente quanto a formação de uma poupança razoável. Em sua ótica, a teoria está centrada no fato de existir setores inter-industriais, que através de impulsos autônomos

[389] Mesmo com a afirmação de Rostow de que a inflação teria sido importante no arranco de vários países. Rostow, 1974, pág. 72, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*
[390] Fishlow, A. Empty economic stages? *The Economic Journal,* n. 297. mar. de 1965, pág. 116.

afetam toda a economia, mas esses impulsos só são sentidos em longo prazo, com formação de capital, e acha difícil acreditar em mudanças tão importantes no crescimento da renda *per capita* e da poupança em apenas uma geração. Então, "*no que se refere aos saltos de porcentagem nos investimentos, as hipóteses de Rostow são de méritos limitados*"[391].

Os dados por Rostow são muito controversos, se ajustando apenas para poucos países. Um dos exemplos citados por Fishlow são as cifras da expansão americana no século XIX, principalmente no *boom* das vias férreas[392]. Outro exemplo das distorções nos dados macroeconômicos pode ser encontrado em muitas nações na virada do século XIX, nas quais o crescimento do investimento em relação ao Produto Nacional Líquido foi de mais de 20%, como na Argentina e no Chile, e mesmo assim o crescimento automático não se processou[393].

> "A visão estreita desnecessária de Rostow é imposta pela lógica de uma teoria de estágios sem força de propulsão exógena. A decolagem deve ser definida não em termos de extensão e natureza interna de transformação, mas sim na realização posterior de se continuar o vôo. Só então, com referência precisa do crescimento subseqüente, possamos estar certos de que a decolagem ocorreu".[394]

Para finalizar as apresentações de Fishlow, cabe dizer que em sua visão o caminho para o arranco pode não ser apenas o da indústria propriamente dita. Ele cita a opinião de Bulhões, que na conferência de Konstanz[395], da qual os dois haviam participado, levantou o caso do café brasileiro e sua importância no crescimento acelerado do Estado de São Paulo. A agricultura também deve acompanhar o salto da expansão industrial, pois "*sem uma taxa*

---

[391] Ibidem, pág. 113. Tradução minha.
[392] Para tanto utiliza dos dados dispostos pelo professor Simon Kuznets em Long term trends in capital formation proportion. *Economic development and cultural change*. Vol. IX, N. 4, Part II, 1961.
[393] Fishlow, 1965, págs 115 e 116, op. cit., *Empty economic stages...*
[394] Ibidem, pág. 116. Tradução minha.
[395] A Conferência de Konstanz foi realizada em 1960 na Alemanha, com estudiosos de desenvolvimento econômico de vários países, incluindo Rostow, Bulhões e Fishlow. O tema escolhido para o debate foi justamente a teoria das fases de desenvolvimento econômico rostowiana. Nas últimas edições de *Etapas do desenvolvimento econômico*, Rostow reserva todo um capítulo apenas para se defender das críticas recebidas nessa conferência.

respeitável de crescimento do produto agrícola, o avanço da renda nacional é quase impossível"[396].

4.5 – Celso Furtado

Celso Furtado possui uma visão particular a respeito de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para ele o subdesenvolvimento é uma condição *sui generis*, pela qual nem todos os países passaram, um fenômeno especial em que estão inseridos a maioria das economias da América Latina, África, e alguns países da Ásia e Europa Ocidental. Em seu conceito de ondas de subdesenvolvimento, essas economias fazem parte de uma terceira onda, surgida após a expansão da Inglaterra e dos países da Europa Ocidental e dos outros estados que se desenvolveram através do contato e colonização inglesa. Nesse sentido sua concepção vai de encontro a classificação dos tipos de arranco exemplificados por Rostow nas precondições para o arranco (item 3.2).

Furtado afirma que interpretar o desenvolvimento econômico por etapas exige a necessidade de que haja um elevado nível de abstração e um grande esforço interpretativo[397]. Nesse caso, lhe agrada mais a teoria marxista, a que "*mais êxito teve no esforço de formulação de uma teoria da evolução histórica fundada na seqüência de fases da organização da atividade econômica*"[398], e, a proposta de Raul Prebisch[399], com a análise centro-periferia.

Sua visão da teoria de Rostow é negativa, e conclui não ter ela mais que "*um alcance descritivo*"[400]: é por demais simples e limitada, a determinar um cenário ótimo de produção e elasticidades da procura, algo bastante complexo em países subdesenvolvidos. Para ele a teoria dinâmica de produção não explica a passagem das formas de produção tradicionais para as formas industriais. Ao contrário de Fishlow, não faz referências depreciativas quanto aos dados utilizados por Rostow; pelo contrário, ainda os utiliza em

---

[396] Fishlow, 1965, pág. 123, op. cit., *Empty economic stages...*
[397] Furtado, 1967, pág. 115, op. cit., *Teoria e política do desenvolvimento...*
[398] Ibidem, pág. 111.
[399] Encontrada em Prebisch, R. *Boletin económico para América Latina*, CEPAL, fevereiro de 1961.
[400] Furtado, 1967, pág. 115, op. cit.,*Teoria e política do desenvolvimento...*

alguns exemplos de cifras macroeconômicas em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Suas maior rejeição é quanto à questão metodológica.

4.6 – Paul Bairoch

Bairoch é um dos poucos autores a se identificar e utilizar o esquema rostowiano, como, por exemplo, em suas conclusões sobre a Revolução Industrial e o fenômeno do subdesenvolvimento. Seu livro traz tópicos como "*O Esquema explicativo do Processo de Arrancada do Desenvolvimento Econômico",* além de *"Obstáculos Econômicos à Decolagem dos Países Subdesenvolvidos*"[401]. Conforme citação, usa o conceito de margens operacionais para a decolagem, similares às usadas por Rostow sobre a Revolução Industrial:

> "Parece ser oportuno precisar aqui o período que estudamos, no qual concerne aos países que conheceram um desenvolvimento industrial: trata-se daquele que precede e segue a decolagem econômica: 40 a 60 anos antes da data mais ou menos convencionalmente atribuída ao começo da revolução industrial e 40 a 60 após essa data."[402]

Para ele, mais que a utilização de novas técnicas, foram as modificações econômicas e sociais as principais forças propulsoras para o arranco. Dentre elas está o salto demográfico acompanhado pelo aumento da disponibilidade agrícola. Como Rostow, acredita ser esse o grande obstáculo a ser transpassado pelos países em desenvolvimento, visto que esses possuem taxas de expansão demográfica maiores que em países que seguiram a decolagem em outras épocas e sua revolução agrícola não ocorreu[403].

---

[401] Bairoch, 1976, op. cit., *Revolução industrial e subdesenvolvimento*.
[402] Ibidem, pág. 18.
[403] Ibidem, pág. 39. Em sua ótica o salto demográfico não foi obstáculo para o desenvolvimento em países como a Inglaterra, Estados Unidos e França. Após a concretização da revolução agrícola, cita três principais conseqüências: a) aumento considerável da demanda por produtos siderúrgicos; b) aumento progressivo da demanda por bens de consumo, principalmente têxteis e c) desencadeamento da primeira revolução demográfica. A siderurgia foi responsável pela escalada das estradas de ferro e a indústria têxtil foi, salvo pouquíssimas exceções, a etapa inicial na produção de bens de consumo. Ibidem, pág. 124.

> "...o fator determinante do impulso inicial da revolução industrial (ou do take-off, se se prefere a terminologia de W.W. Rostow) foi o aumento da produtividade agrícola. Observemos que, por fator determinante do impulso inicial, entendemos o elemento, ou grupo de elementos, que produz modificação suficientemente profunda das condições gerais da economia existente, a ponto de desencadear certo número de mecanismos (econômicos e sociais) conduzindo à arrancada de processo, geralmente cumulativo, de crescimento econômico."[404]

Passada a revolução agrícola e seus efeitos imediatos, Bairoch afirma que, alcançada "*àquela fase do desenvolvimento em que a estrutura tradicional já pertence ao passado, e em que a indústria, já largamente desenvolvida, pode encontrar em si mesma, bem como na técnica que criou, núcleos de indução de novos desenvolvimentos*"[405]. Acompanha as datas usadas por Rostow para o arranco da Inglaterra e Estados Unidos divergindo apenas no período que se refere à França[406].

Como Rostow, atribui ao processo inflacionário grande papel na decolagem. A subida dos preços em um valor mais elevado do que os salários propiciou lucros maiores com sucessivo reinvestimento, opinião de Rostow e também de Roberto Campos no que se refere a alguns casos de países da América Latina[407]. Quanto a esses e os outros países que englobam o grupo que almeja atingir a decolagem, Bairoch afirma que os principais entraves são: a não-difusão dos processos de agricultura no século XIX, como o mais grave; a inflação demográfica; as deficiências na educação, que tendem a arrastar a etapa de precondições para um período mais dilatado. Além desses obstáculos, o fato da produção de bens de consumo leves ser realizada através de bens de capital e equipamento importados colaboram para que o progresso tecnológico seja defasado[408].

---

[404] Ibidem, pág. 95.
[405] Ibidem, pág. 139.
[406] Talvez por ser francês e conhecer a história econômica desse país em mais detalhes que Rostow.
[407] Campos, R. Duas opiniões sobre a inflação na América Latina. In Hirschmann, Albert (org.). *Monetarismo vs Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Lidador Societas, 1967.
[408] "É aí que se encontra uma das respostas à questão que W.W. Rostow se coloca, a saber, por que o crescimento da indústria têxtil levou a um crescimento generalizado nos países ocidentais enquanto isso não

4.7 – Notas sobre as críticas e conceitos básicos da teoria rostowiana

Toda teoria científica[409] é alvo de críticas, mesmo quando comprovada por evidências empíricas. Um dos exemplos mais visíveis é o da obra keynesiana, divisor de águas da economia e macroeconomia contemporânea, que foi capaz de mudar a maneira como os governantes encaravam a administração e a política econômica, e que, mesmo em nossos dias, é alvo de muitos ataques.

A proposta de Rostow das etapas do desenvolvimento econômico não contribuiu em tal alto grau para a história econômica e nem para a história social. As *etapas* foram um estudo sistemático sobre a história econômica de alguns países, na tentativa de não violar, como o próprio Rostow cita, a "*unicidade*"[410] dos casos históricos. Foi elaborada em uma época em que se formulavam as primeiras inquietações dos especialistas sobre o desenvolvimento econômico e social das nações pobres.

Simultaneamente a essa teoria surgiram muitas outras de inúmeros autores, como Rodan, Kuznets, Hirschman, Mydal, e Nurkse, além dos autores da CEPAL: Prebisch e Celso Furtado.

No contexto da época um ponto deve ser considerado: talvez nenhuma dessas outras teorias tenha recebido críticas tão contundentes quanto a de Rostow.

Como verificado na análise por autores, a amplitude dessas críticas é das mais vastas. Elas se centram na questão do método, das cifras em relação aos vários países em questão à generalização do crescimento automático, da agregação dos valores e quanto ao financiamento da decolagem.

---

se deu nos países subdesenvolvidos apesar de um certo desenvolvimento de suas indústrias têxteis. A resposta é simples; tais países equiparam suas tecelagens exclusivamente com máquinas importadas: por isso, um dos efeitos indiretos mais importantes da mecanização do trabalho têxtil não pode produzir seus efeitos". Bairoch, 1976, pág. 219, op. cit., Revolução industrial e subdesenvolvimento...

[409] Sobre os limites da atividade científica e a mutabilidade da teoria científica, ver: Popper, K. R. *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975; Kuhn, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

[410] Rostow, 1974, pág. 201, op. cit., *Etapas do desenvolvimento*...

Cabe verificar a razão de tais críticas, veracidade e consistência, e demonstrar outros pontos de possíveis falhas sem fundamento em sua teoria que, observados durante o estudo, valem ser ressaltados.

Primeiramente, a questão metodológica. A questão do método comparativo foi bastante combatida por Ciro Flamarion Cardoso e Hector Perez Brignoli, os quais dizem ser produtivo comparar apenas o que se é realmente comparável. Mas, fica claro na teoria da decolagem é que a decolagem no sentido lato não é mais nada que uma Revolução Industrial[411]. Daí, o que deve ser objeto de comparação são as indústrias, seus setores e os grandes agregados neles envolvidos. Como admite Rostow, cada história do desenvolvimento nacional é única, embora possam ser feitas generalizações significativas sobre as mesmas. É o que faz Habakkuk, em seu ensaio sobre a ultrapassagem americana sobre a Inglaterra na virada do século XIX para o XX[412], assim como Gerschenkron[413], nos percalços das indústrias atrasadas. E se Celso Furtado, quando diz que o subdesenvolvimento é um fenômeno único pelo qual os países desenvolvidos não passaram, é porque fez alguma comparação relativa à industrialização, à renda nacional ou ao produto nacional, entre essas economias nacionais.

Aparentemente é justificável a posição de Rostow quando diz que o método de um historiador é individual, como o estilo de um novelista[414], posição teórica muito questionada por teóricos da história e da historiografia, especialmente no momento em que escreve sua obra, nos anos cinqüenta. Só no último quartel do século XX, historiadores passaram a trabalhar com questões de estilo e de linguagem, após a "virada lingüística", com a introdução de novas fontes e de novos objetos nos estudos históricos, com a expansão dos estudos culturais e com a valorização da subjetividade individual.

Também são questionáveis as apreciações negativas dos críticos sobre o "*modo mecanicista"* usado nas variáveis econômicas de modo as isolar do contexto social. São inúmeras as passagens em que Rostow cita ser primordial ao arranco as mudanças que

---

[411] Ibidem, pág. 217.
[412] Habakkuk, 1977, op. cit., *Tecnologia americana y britânica...*
[413] Gerschenkron, 1962, op. cit., *Ecnomic backwardness...*
[414] Rostow, 1957, pág. 509, op. cit., *The interrelation of theory…*

concernem o aspecto social das nações, as novas classes capitalistas dominantes e o papel desempenhado pelo governo.

Parece importante a sua preocupação em não violentar a História como processo transcorrido e em realização. Ainda, o autor afirma claramente que as etapas do desenvolvimento econômico não são uma forma exata de encarar a seqüência da História Moderna. São os fatores particulares da realidade as justificativas para a elaboração de sua teoria dinâmica de produção, fatores esses observados durante os últimos três séculos na história ocidental.

Em relação aos dados utilizados na comparação entre os arrancos, a questão se mostra mais delicada. Auferir dados exatos de economias, como reconhece Furtado, exige um grande esforço de abstração pois, há duzentos ou trezentos anos a difusão da contabilidade social era frágil. Em nossos dias, ainda os números referentes às economias em desenvolvimento no período de arranco, como os da América Latina no século XX e da África, são muito raros, quando não existentes. Por exemplo, um dos dados principais para medir a razão capital-produto no Brasil – o estoque de capital – só foi compilado praticamente de 1950 em diante, o que torna extremamente árdua a tarefa de comprovar as teses de Rostow para o Brasil, encerrada a etapa da sociedade tradicional.

Não que esse aspecto seja o *calcanhar-de-aquiles* das *etapas do desenvolvimento econômico*, mas revela certa fragilidade em um bom número de teorias sobre o desenvolvimento. Como essa é uma dificuldade comum em vários estudos, o que interessa apenas é esclarecer algumas incongruências.

Os dados de Rostow podem ser contestados, mas os de Fishlow são igualmente discutíveis. Em seu estudo intitulado *Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil*, bem como nas generalizações retiradas de suas estimativas, é necessário grande esforço de abstração concluir que em 1919 a produção industrial brasileira estava um passo à frente e havia substituído 85% dos bens de consumo[415].

Há uma outra questão, a da credibilidade das fontes: Rostow diz que se baseou nos dados pesquisados por Simon Kuznets[416] em sua obra e os adaptou. Por outro lado, muitos

[415] Ver capítulo 1, item 1.4.
[416] Rostow, 1974, pág. 3, op. cit., *Etapas do Desenvolvimento...*

dados compilados por Rostow aparecem nos exemplos de Celso Furtado e Bairoch. É necessário lembrar a dificuldade em obter dados de economias nacionais em períodos longínquos, ou mesmo em países contemporâneos, sem preocupações em medir grandes agregados estatísticos.

Sobre a agregação dos valores, as críticas de Fishlow são substanciais, especialmente no ponto em que alega haver duas teorias de decolagem. Relembrando suas palavras, são elas uma teoria setorial e outra agregativa, ao estilo Harrod-Domar. Por mais que Rostow se mostre disposto a priorizar os principais setores dinâmicos no arranco, suas conclusões se atêm a dados de renda nacional e *per capita*, além do conceito de razão capital-produto global. Atacado nesse ponto por Kuznets, defende-se na edição ampliada de *Etapas* com a justificativa que sua abordagem desagregada é sólida, embora reconheça ser esse tópico o centro das divergências sobre sua obra[417].

> "Entretanto, reafirmo o que disse antes: Sem a desagregação apropriada, o estudo do crescimento é *Hamet* sem o Príncipe, ou tocar piano e fazer tricô ao mesmo tempo. Não há dúvida de que precisamos dos grandes agregados; e todos devemos muito a Clark, Kuznets, Chenery, e outros que analisaram padrões nesses agregados. Mas como historiador e estudioso do crescimento das nações contemporâneas, ricas e pobres, tenho certeza que temos muito trabalho incompleto pela frente, para relacioná-lo de maneira ordenada aos setores em que ocorre a conexão crítica de tecnologia e produção de modo que a análise do crescimento moderno passa se tornar um campo de complexidade organizada."[418]

Com exceção de dados mais sistemáticos relacionados a setores de alguns países em particular, como Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e Suécia, por exemplo, carece o livro *Etapas* da desagregação necessária nos dados de outros países em termos de arranco realizado ou nele adentrando. Tal visão muito contribuiria para justificar as propostas de

[417] Ibidem, pág. 1 a 6.
[418] Ibidem, pág. 5.

Rostow e comprovar suas teses. Os dados para essas outras economias foram revelados apenas em alguns poucos grandes agregados[419] e são bastante generalizados.

Sobre o conceito de razão capital-produto, Gudin indica não ser provável uma taxa ótima, principalmente em países que possuem inflação significativa[420], visto que seria difícil saber qual a relação ideal para cada determinado tipo de setor. Além dele, muitos outros autores resistem ao uso desse conceito. Entretanto, a CEPAL o usa, mas como seu inverso, isto é, a razão produto-capital, e como visto, os famosos postulados com vertentes keynesianas de Harrod-Domar, além de Rodan.

O que pode ser mais adequado no uso desse conceito é a produtividade e o crescimento da renda, como cita Furtado, que "*resulta tanto de modificações nas técnicas de produção, como do aumento da dotação de capital por pessoa ocupada, e nos dois casos se traduz em elevação da produtividade do fator trabalho*"[421]. Mesmo assim, as dúvidas continuam: um aumento na razão capital-produto se caracteriza no maior uso de estoque de capital para a confecção de uma unidade a mais de produto, logo, a dotação de capital por pessoa tende a ser maior. Entretanto, se não houver aumento de produtividade, a vantagem de produzir o mesmo produto com mais estoque de capital desaparece.

A imprecisão quanto aos requisitos nas fases de precondições e do arranco propriamente dito foi citado por Bulhões. Para ele, os conceitos se repetem nas duas fases, tanto na revolução agrícola quanto nos investimentos para o setor dinâmico. Além disso, alega ser a diferenciação entre as economias antigas e modernas, totalmente arbitrária. Rostow explicita que, na fase de arranco o investimento cresce de 5% da fase de precondições, para 10% ou mais da renda nacional, com a duplicação dos investimentos na cadeia produtiva. Depois, Rostow reitera que na fase de precondições surgem os primeiros bancos e investimentos e transportes, o que reflete no comércio interno e externo. As indústrias, nesse ponto, estão em maneira embrionária. É apenas na decolagem que um ou mais setores fabris passam a ter destaque, principalmente no ramo têxtil, com o reinvestimento dos lucros obtidos, o que dinamiza o fluxo de produção. Nas precondições é

---

[419] Exemplo disso é que, em *Etapas do Desenvolvimento Econômico*, o Brasil é citado em apenas três passagens.
[420] Ver capítulo 2, 2.2.3.
[421] Furtado, 1967, pág. 74, op. cit., *Teoria e política do desenvolvimento...*

o aumento da produtividade agrícola, também a produção de lã, algodão ou seda, junto das indústrias extrativas que propicia o arranco em um tempo posterior. No arranco a agricultura se mecaniza, mas a essa altura a revolução agrícola já deve estar em andamento. O exemplo dado por Bulhões sobre a economia cafeeira de São Paulo é pertinente, mas se encaixa na categoria de uma força propulsora do próprio arranco, amparada pelo comércio exterior, diferente da revolução agrícola explicitada no período de precondições para o arranco.

Nas nações insuficientemente desenvolvidas a busca do arranco está direcionada às fontes de financiamento para o crescimento regular. Esse talvez seja o tópico da teoria rostowiana de maior fragilidade. Seu ponto vista quanto ao financiamento da decolagem determina que a mudança drástica do fluxo de renda, ocasionada pelos investimentos, demais mudanças econômicas e sociais, além do reinvestimento dos lucros dos setores em expansão tendem a explicar a maioria dos arrancos[422]. Aliado a isso, a parcimônia quanto ao consumo seria outro elemento de importância fundamental, como na União Soviética e no Japão.

Contudo, Rostow é ofuscado por fatores de maior complexidade, que são comumente encontrados nos países pobres. Um deles é o tamanho do mercado consumidor, citado por Nurkse como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico[423]. O tamanho do mercado é um sério obstáculo ao dinamismo de uma economia em expansão[424]. A elucidação de Celso Furtado deixa mais nítido o problema, quando informa que em alguns países cerca de 80% da capacidade produtiva é absorvida para atender as condições de subsistência da população[425]. Nessas economias o desequilíbrio ao nível dos fatores de produção faz com que existam situações de início de decolagem com produção industrial

---

[422] "*Entretanto, da modernização econômica decorre um fator técnico econômico que contribui com um elemento de automatismo para o processo de crescimento: a elevação na taxa de investimento. Tal aumento antes e durante o arranco – e mesmo em etapas posteriores – não garante o crescimento ininterrupto; mas os hábitos de poupança dos indivíduos, as políticas de reinvestimentos das firmas, e os padrões de investimento público estabelecidos pelo governo tendem a fazer do crescimento um processo continuado – senão contínuo*." Rostow, 1974, pág. 202, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

[423] Ver Nurkse, 1957, op. cit., *Problemas de formação de capital...*

[424] Apesar de Gudin não concordar com essa hipótese para o caso do Brasil.

[425] Furtado, 1967, pág. 97, op. cit., *Teoria e política do desenvolvimento...*

diversificada, mas que perdure ainda uma "*estrutura ocupacional tipicamente agrícola*"[426]. O tamanho do mercado também transporta para a economia a problemática da indivisibilidade, já que certos setores da indústria, como o de bens de capital, trabalham com certos níveis de produção mínimos. Em um mercado estreito a produção de bens de capital se revela um transtorno devido aos custos de produção e sua possível ociosidade. Nesse sentido, e lembrando a teoria do Grande Impulso de Rodan, cujos princípios possuem grande semelhança aos do arranco, a implementação de um grande número de indústrias de diferentes seguimentos que pudesse superar o problema da invisibilidade - à espera que cada uma delas pudesse representar a demanda da outra – tende a esbarrar no processo inflacionário decorrente desses grandes investimentos.

Rostow acredita que se a coletividade não dispuser os recursos da maneira ótima, o Estado deve entrar no jogo econômico. Suas ações devem ser a tributação pesada (com o que Gudin se mostra de acordo), o investimento direto e a conivência com um processo inflacionário controlado para transferir os recursos do consumo para o lucro das empresas. Mesmo com a cooperação de um sistema bancário forte, capaz de irrigar a economia com créditos para a produção, as condições de mudança para uma economia industrial forte, que sobreviva sem onerar a coletividade devido ao alto preço da proteção contra a concorrência estrangeira, com ausência de gargalos e pontos de estrangulamento, talvez transcenda os limites temporais na duração do arranco.

Sua preocupação quanto à ajuda internacional para a industrialização e desenvolvimento dos países pobres é concreta, mas demonstra certa ingenuidade para os padrões capitalistas da Idade Contemporânea. Mesmo nas maiores crises e ameaças, quando os dois principais pólos do sistema capitalista e socialista espalhavam suas raízes à procura de mais e mais seguidores, em ambos os lados, o sistema de cooperação econômica, principalmente imposto pelos Estados Unidos e demais economias ricas, levaram a dívidas vultuosas e impagáveis aos seus co-irmãos.

4.8 – Principais observações acerca da Decolagem como contraponto as teoria de desenvolvimento econômico brasileiras

[426] Ibidem, pág. 168.

Um dos principais motivos para realizar essa análise foi o de fazer um contraponto entre a teoria rostowiana e as duas principais correntes de pensamento econômico vigentes no Brasil até meados da década de 1950. Neste item apresento alguns dos pontos de discordância e convergência da teoria das etapas de desenvolvimento econômico com os desenvolvimentistas e liberais, como também alguns aspectos singulares sobre os conceitos de decolagem[427].

Em uma observação geral impressionista, a proposta rostowiana da decolagem tende a se identificar em maior grau com os preceitos desenvolvimentistas. Essa identificação se dá em pontos vitais, como na intervenção do Estado na Economia, na disseminação da industrialização e sua proteção, além do planejamento.

O tema da intervenção do Estado foi matéria de grande controvérsia entre os desenvolvimentistas e os liberais. Os últimos advogam que essa ação deve ocorrer em condições extremamente especiais, quando a iniciativa particular não consiga desempenhar o seu papel vital, pois sua atuação primordial deve ser a do controle monetário, os cuidados com a inflação e as imperfeições do mercado. Os desenvolvimentistas por sua vez, acreditam que a influência maciça do Estado pode auxiliar de forma decisiva o crescimento regular, principalmente à base de industrialização. A promoção dessa industrialização tem ferramentas similares ao estilo rostowiano: muros de proteção e substituição de importações de bens de consumo. O inicio do processo de industrialização significativa, segundo os desenvolvimentistas, teria ocorrido pelos choques externos como a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Rostow justifica que a decolagem pode realmente acontecer por essas causas[428], como ocorreu mesmo em vários países.

Por defenderem o livre mercado e suas forças autônomas, os liberais são intransigentes quanto a investimentos e subsídios. Contudo, nas nações contemporâneas o uso de tal expediente é de suma importância na teoria da decolagem. Para Rostow, o sistema bancário, além de irrigar a economia com a expansão de crédito, deve trabalhar na importante frente do setor secundário. A proteção e os subsídios são as armas que o

[427] A contenção do consumo supérfluo é uma das poucas questões em que as três linhas de pensamento entram em concordância.
[428] Rostow, 1974, pág. 76, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

governo dispõe para fazer frente às nações adiantadas tecnicamente, nas quais a produtividade é muito maior.

A produtividade, aliás, é o conceito-chave para os liberais na disputa entre a industrialização e a agricultura. Embora Rostow lembre que alguns arrancos tiveram origem em uma agricultura forte, exportadora e produtiva, e também na extração de derivados da madeira e produtos têxteis, o conceito de produtividade para a escola liberal brasileira se situa firmemente na agricultura. São várias as passagens em que Gudin e Bulhões rejeitam à negação da agricultura como vetor de atraso, ou a indústria como motivo de desenvolvimento. Defendem a idéia que o Brasil deve maximizar de forma inteligente os grandes recursos que a natureza lhe oferece; a industrialização é uma conseqüência, planejada com cuidado e delineada, contra determinados pontos de estrangulamento e sem sacrifícios desnecessários à coletividade. A estrutura para o processo de industrialização deve ser preparada antes em toda a estrutura econômica e social, para sanar antes os inúmeros problemas existentes nos países subdesenvolvidos. Em suma, não era absurdo um país no qual 70% da população estivesse vinculada ao setor primário, desde que esse setor primário fosse produtivo, moderno, mecanizado e pudesse exportar seus excedentes para aumentar a renda nacional. Do aumento da renda nacional derivariam as outras atividades, de maneira espontânea.

Tais idéias são contrárias a noção do arranco. O âmago do arranco, dadas exceções como Suécia e a Dinamarca[429], está na Revolução Industrial. Na concepção rostowiana, só uma grande reviravolta social e econômica teria a capacidade de ocasionar a arrancada para o desenvolvimento econômico e para o desfrute dos benefícios da modernidade. E é um impacto que atua na sociedade para a realocação dos recursos, no Estado forte, no aproveitamento da poupança em detrimento do consumo supérfluo, no surgimento de uma classe capitalista disposta a investir e ganhar. A acepção desse impacto se aproxima bastante com o sentido dos "Choques Adversos".

[429] Que realizaram o arranco com a agricultura e a indústria extrativa largamente produtiva, citados por Rostow e Gudin, que concorda com Viner.

Cito novamente Celso Furtado, para indicar a convergência entre o desenvolvimentismo e o arranco. Não se trata apenas do desenvolvimentismo cepalino, pois também são patentes nesse trecho muitas das recomendações de Roberto Simonsen.

> "Admitindo-se que um dos objetivos estratégicos seja levar acima de certo nível a taxa de crescimento do produto social em determinado período de tempo e assegurar que os frutos do desenvolvimento beneficiem a grande massa da população, reduzindo progressivamente as desigualdades de níveis de vida dentro da sociedade, o propósito de modificação da estrutura econômica social poderá ser estabelecido em termos precisos, partindo do diagnóstico da situação presente. Em realidade, trata-se de estabelecer objetivos de tipo operacional, a serem alcançados por meio de modificações no marco jurídico e de ação administrativa. Esses objetivos podem ser do tipo seguinte:
>
> a) Elevação da taxa de inversão.
> b) Reorientação dessas inversões.
> c) Intensificação na utilização da capacidade produtiva existente.
> d) Modificação na composição das importações,
> e) Aumento ou diminuição do coeficiente de importações,
> f) Aumento relativo, no produto social da participação do setor público.
> g) Aumento do consumo coletivo em detrimento do privado.
> h) Aumento relativo de gastos em formação de pessoal especializado e no levantamento de recursos naturais.
> i) Redução do subemprego da mão-de-obra, mediante utilização mais intensiva do capital disponível."[430]

Segue outra prerrogativa fundamental: o planejamento na decolagem é uma ferramenta de importância incontestável, que para Rostow deve ser realizado de forma minuciosa em toda a economia.

[430] As consonâncias são várias. Grifos meus. Furtado, 1966, pág. 120 e 121, op. cit., *Subdesenvolvimento e estagnação...*

> "Todo técnico em planejamento do desenvolvimento sabe que deve fazer seus planos de investimento em termos de setores, subsetores e até mesmo por instalações particulares de grande porte, e não simplesmente em termos de PNB, níveis de investimento e categorias amplas e ambíguas como agricultura, indústria e serviços. É por isso que os técnicos em planejamento do desenvolvimento em geral acharam *Etapas* uma interpretação teórica adequada."[431]

Ao contrário, a escola liberal entende que os governos dos países insuficientemente desenvolvidos não devem perturbar ou impedir a ordem perfeita do mercado através de demagogias sobre planejamento que na maioria das vezes possuem conotações políticas. Se o Estado planeja, os liberais alegam que certamente ele irá intervir, o que pode transformar sua mão em uma ferramenta de estatização da economia.

Quanto ao planejamento econômico, as divergências entre Rostow e os desenvolvimentistas são apenas quanto ao alcance. Roberto Campos é favorável a um planejamento setorial em detrimento do integral, devido a maior facilidade de execução, que para ser implantado dependeria de um grande esforço de coordenação entre a iniciativa pública e privada. Os investimentos, em ordem de importância, devem ser direcionados às faixas territoriais nas quais já existisse certa estrutura de capital social básico, de maneira a se conseguir economias externas. Simonsen, Celso Furtado e Rostow propõem esforços de uma magnitude bem maior, de modo a abarcar todo o complexo econômico.

Outro aspecto é o referente ao capital estrangeiro. Ele é o principal utensílio na construção do capital social básico, tanto nas precondições do arranco quanto no arranco. As estradas de ferro são exemplo, mas também portos, hidroelétricas, siderurgia, a obtenção de petróleo e outros combustíveis. Esse é um assunto no qual os liberais são enfaticamente concordantes com a teoria da decolagem. Com o capital estrangeiro vem também o conhecimento técnico, e as remessas de lucro para o exterior seriam um preço baixo em troca desse conhecimento e dos lucros em infra-estrutura. Os desenvolvimentistas da

[431] Rostow, 1974, pág. 208 e 209, op. cit., *Etapas do Desenvolvimento...*

CEPAL enxergam o uso do capital estrangeiro com muita reserva e cuidado[432]. Seu nacionalismo é criticado por Gudin.

Até o momento, pelo que estudamos, é conclusivo asseverar que a escola do liberalismo econômico brasileiro rechaça os preceitos da decolagem em um grau quase que total. Gudin, que só aceita a teoria do comércio internacional, e, Bulhões que é cético quanto a decolagem, não julgam a industrialização extensiva uma condição para uma arrancada significativa para o desenvolvimento econômico. Não admitem os outros preceitos, como planejamento, proteção ao produto nacional e investimentos globais.

As obras dos desenvolvimentistas, representados por Roberto Simonsen e Roberto Campos parecem interagir de modo mais significativo com a necessidade e os conceitos da decolagem. Mesmo a CEPAL, representada por Celso Furtado, contempla características sugestivas em relação a inúmeros conceitos-chave, como, por exemplo, o índice de reinvestimento induzido pela expansão acelerada da procura de bens de consumo de fabricação nacional, o que faz com que a parcela crescente da renda, nas mãos dos capitalistas nacionais, ampliasse a capacidade de obtenção de matérias-primas e bens de capital.

Após os estudos teóricos sobre as escolas de pensamento econômico brasileiras – a desenvolvimentista e a liberal, e a apresentação da teoria rostowiana, com sua estrutura, seus detratores e apoiadores, e do balanço entre os três conjuntos de propostas, para esclarecer até que ponto a teoria das etapas de desenvolvimento econômico é pertinente, realizo um exercício empírico - a aplicação do conceitual à história da industrialização brasileira, objeto do próximo capitulo. Como economista de formação, não posso deixar de tentar verificar se a proposta teórica encontra apoio na trajetória histórica.

[432] À exceção de Roberto Simonsen – que acreditava que um relacionamento estreito com os Estados Unidos só traria benefícios para o Brasil – e Roberto Campos. Este último inclusive pleiteava a quebra do monopólio de extração da Petrobras, algo impensável para os economistas da CEPAL.

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO PARA O CASO BRASILEIRO

O objetivo deste capítulo é o de analisar a economia brasileira até 1954 pela ótica rostowiana, determinando suas etapas e indicando uma possível arrancada a partir da Grande Depressão de 1929. Tento identificar os traços do fim da sociedade tradicional, do período do pré-arranco e as características da arrancada propriamente dita. Esta parte do trabalho também tem o intuito de observar algumas das mudanças sociais e políticas que caracterizam a decolagem, assim como o surgimento de uma nova classe capitalista, de acordo com os preceitos das *Etapas do Desenvolvimento Econômico* e as outras obras rostowianas[433].

Para comprovar o possível arranco brasileiro, testo as seguintes hipóteses:

a) Elevação na taxa de investimento entre 10 e 15% da Renda Nacional. Tomando por base a identidade Renda Nacional = Produto Nacional, usarei os dados do Produto Interno Bruto, por ser essa medida comumente usada no Brasil, sem medida de depreciação. O nível de investimento será medido pela divisão da Formação Bruta de Capital Fixo pelo Produto Interno Bruto;

b) Aumento significativo na renda *per capita*;

c) Baixa relação capital produto. Para esse quesito será usada a base de alguns autores como Baer, devido à difícil estimativa do estoque de capital brasileiro por causa das fontes escassas;

d) O surgimento de um ou mais setores industriais de manufatureiros básicos com elevado índice de crescimento;

e) Existência de um poder político dirigido por pessoas que impulsionem a modernização e aproveitamento das economias externas;

[433] Não pretendo fazer uma discussão sistemática sobre a economia nacional desde o período colonial, introduzindo os trabalhos atuais e as discussões contemporâneas. Utilizo apenas os livros clássicos sobre a história econômica do Brasil.

f) Revolução Agrícola iniciada no pré-arranco e em curso no arranco, capaz de alimentar maior contingente populacional e cujo excedente serve de incremento da renda nacional por meio de exportações.

5.1 – A sociedade tradicional e o seu fim

Já foi visto que o ano de 1850 tem sido utilizado como o início de mudanças significativas no Brasil após a proibição do tráfico negreiro. No capítulo 1 tive a preocupação de tentar diagnosticar quais foram os surtos industriais e o que caracteriza um processo de industrialização continuada significativa.

A quantidade de dados econômicos, demográficos e sociais no Brasil é muito escassa até mesmo no século XX. Tento reconstruir o panorama econômico e social da sociedade tradicional brasileira. 1850 é usado também para delinear o fim da sociedade tradicional e início das precondições do arranco, segundo as etapas do desenvolvimento econômico de Rostow.

A sociedade tradicional no Brasil, do descobrimento até o fim do tráfico negreiro, durante sua duração de 350 anos, viveu dos ciclos de produtos primários e extrativos para sua subsistência e exportação. Esses ciclos detiveram pouca contribuição para o desenvolvimento econômico do país, pois os produtos de maior rentabilidade sempre foram destinados a alimentar o comércio europeu. "*Tudo o mais que nela existe, e que é aliás pouca monta, será subsidiado e destinado unicamente para amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial*"[434]. Todo o excedente era enviado para a metrópole. Na economia carente de mão-de-obra e sufocada por grandes potências, a dinâmica do fluxo de renda se deu baseada em períodos de expansão da extração de madeira, do açúcar, da pecuária, da mineração e por último, do café.

[434] Prado Júnior, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1969, pág. 119.

Tabela 15 – Estimativas da população brasileira: 1550-1850

ANOS	POPULAÇÃO
1550	15.000
1576	17.100
1583	57.000
1600	100.000
1660	184.000
1690	242.000
1700	300.000
1766	1.500.000
1770	2.502.000
1775	2.666.000
1776	2.700.000
1780	2.841.000
1785	3.026.000
1790	3.225.000
1795	3.435.000
1798	3.569.000
1800	3.660.000
1805	3.900.000
1808	4.051.000
1810	4.155.000
1815	4.427.000
1817	4.541.000
1819	4.657.000
1820	4.717.000
1823	4.899.000
1825	5.025.000
1827	5.154.000
1830	5.354.000
1834	5.690.000
1835	5.777.000
1840	6.233.000
1845	6.725.000
1850	7.256.000

Fonte: Baseado em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm - Acesso em 16/11/2008.

Como todo o excedente do capital que deveria ser invertido no aparelho produtivo ia para as mãos da metrópole e a solução encontrada para a falta mão-de-obra foi a da escravidão indígena e depois africana, o fluxo de renda na colônia se manteve estacionário, com ausência de mudanças qualitativas no sistema. Esse sistema estava à margem, pelo

menos até o fim da colonização, da acumulação de capital que ocorreu nos países da Europa Ocidental e na América do Norte.

Passando pelo pau-brasil e pela empresa açucareira, até pelo certo retrocesso causado pela mineração[435], a economia brasileira esteve distante dos acontecimentos que levaram os Estados Unidos, similar em tamanho e população, por exemplo, à evolução de técnicas e produtividade antes de sua independência.

Como se observa na tabela 15, o primeiro grande salto demográfico brasileiro ocorre a partir do século XVIII, na fase da mineração do ouro, em que Portugal deteve papel secundário[436]. O apogeu da produção de ouro na colônia teria ocorrido entre 1760 e 1780[437], época em que, além do aumento da população européia, foram realizadas algumas modificações na economia, até o retrocesso, em fins do século XVIII e no primeiro decênio do século XIX. Devido ao tamanho reduzido das minas, muitas pessoas de poucas posses puderam se estabelecer no negócio, além disso a importância do trabalho escravo foi menor[438], o que proporcionou certo trabalho assalariado. Para treinar os aventureiros, técnicas e homens treinados foram trazidos da Europa.

Simonsen, por sua vez, viu com mais entusiasmo o significado do trabalho escravo e dos lucros auferidos por Portugal naquele período, em seu balanço sobre o ciclo da mineração.

> "O ouro do Brasil incrementou o progresso mundial, enriqueceu a Inglaterra e proporcionou um século de fartura à Coroa portuguesa.
> Para Colônia ficou representado no custeio das correntes imigratórias, que ocupavam os sertões brasileiros, na importação de mais algumas centenas

[435] Admitido em Furtado, 1982, pág. 84-86, op. cit., *Formação Econômica...* Simonsen observa: "*Na Austrália, Nova Zelândia e Califórnia, uma vida agrícola e pastoril de elevado rendimento pôde substituir à vida mineradora quando as minas se extinguiram. Em outros locais onde essa feliz transformação não se pôde produzir, como na maioria das colônias hispano-americanas e em certas províncias no Brasil, notavelmente em Minas Gerais, verifica-se um estado de pronunciado mal-estar, de sofrimentos, em substituição à antiga propriedade*". Simonsen, R. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, pág. 377.

[436] Furtado, 1982, pág. 34, op. cit., *Formação econômica...* O ouro brasileiro teria estimulado o desenvolvimento do setor de manufaturas inglesas, cabendo a Portugal apenas "*uma aparência de riqueza*", já que os próprios negros que trabalhavam nas minas vestiam roupas produzidas pelos ingleses. Ibidem, pág. 35.

[437] Simonsen, 2005, pág. 381, op. cit., *História econômica...*

[438] Furtado, 1982, pág. 75, op. cit., *Formação econômica...*

> de milhares de escravos, na construção das primeiras cidades e estradas dos nossos sertões, no desenvolvimento do Rio de Janeiro, na formação de correntes comerciais no interior do país, promovidas e mantidas principalmente pelos paulistas. Na colonização do Sul, na valorização de seu gado, e num renascimento reflexo das zonas do Norte pelo alteamento dos preços de seus produtos nos mercados internacionais."[439]

Mas a mineração por si só não foi capaz de levar a economia brasileira rumo a um crescimento significativo. Simonsen admite ser escasso ou quase nulo o meio circulante no Brasil durante todo o século XVIII e na passagem para o XIX. O numerário propriamente dito circulava na zona costeira comercial; nas zonas mineradoras o pó de ouro era o meio dominante, retrocedendo para a forma mais antiga de transação econômica – o escambo – para os sertões[440]. O meio circulante brasileiro só aumentou após a abertura dos portos e chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Acontecimento que também alimentou o surgimento da circulação fiduciária, a ser resgatada nas Juntas da Fazenda e no Tesouro Real.

O fracasso e atraso da manufatura do Brasil estão atrelados à irrelevância desse fator na Metrópole. De acordo com Furtado, o Tratado de Methuen, assinado por Portugal com a Inglaterra em 1703, foi o fator preponderante[441]. Ele consistia na liberação da entrada dos vinhos portugueses em território inglês em troca do fim do protecionismo luso em relação às manufaturas da Inglaterra.

> "A primeira condição para que o Brasil tivesse algum desenvolvimento manufatureiro, na segunda metade do século XVII, teria de ser o próprio desenvolvimento manufatureiro de Portugal. Ora, cabe ao ouro do Brasil uma boa parte da responsabilidade pelo grande atraso relativo que, no processo de desenvolvimento econômico da Europa, teve Portugal naquele século. Em realidade, se o ouro criou condições favoráveis ao desenvolvimento endógeno da colônia, não é menos verdade que dificultou

[439] Simonsen, 2005, pág. 376, op. cit., *História econômica...*
[440] Ibidem, pág. 519.
[441] Furtado, 1982, pág. 81, op. cit., *Formação econômica...*

> o aproveitamento dessas condições ao entorpecer o desenvolvimento manufatureiro da Metrópole. Houvesse Portugal acumulado alguma técnica manufatureira, e a mesma ter-se-ia transferido para o Brasil, malgrado disposições legislativas em contrário, como ocorreu nos EUA"

Methuen provavelmente selou o destino de Portugal como uma economia voltada ao comércio e importação de vasta gama de mercadorias essenciais. Reconhecendo essa condição e tentando remediá-la, Portugal tentou frear a entrada das manufaturas inglesas em seu território e na colônia brasileira, com o objetivo de substituí-las por produção interna. Em 5 de janeiro de 1785 foi emitido um documento que, se não tem a mesma importância de Metheun para a metrópole, afetou muito sua principal possessão: é o da proibição para a fabricação de todo e qualquer tipo de manufatura no Brasil. Revogada em 1808, a proibição durou 23 anos e teve atuação decisiva no retardamento da industrialização[442]. Esforços nesse sentido foram vistos apenas na segunda metade do século XIX. Data dessa época, além dos primeiros elementos industriais, os primórdios de um sistema bancário e das primeiras inversões em capital social básico. Na conjetura rostowiana, tais fatos são chamados de precondições para o arranco.

5.2 – As precondições

As primeiras indústrias começam a surgir no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Até o imediato pós Grande Depressão, os surtos industriais são ainda hoje matéria de discussão entre seus partidários e os defensores da economia liberal. Porém, os mais de 80 anos tiveram apenas surtos, com produtividade baixa e um cunho protecionista que as caracterizaram como artificiais.

---

[442] Novais, F. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica no fim do século XVIII. In: *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosal & Naify, 2005, pág. 153-155. Isso não quer dizer que a economia brasileira estivesse pronta para iniciar com profundidade um processo de industrialização. A proibição retardou o início do processo. Até aquele momento o Brasil não possuía estrutura e mercado interno, além de estar ausente de conflitos internos entre as classes que pudessem originar mudanças significativas nos meios de produção ou acumulação.

A economia brasileira iniciou a segunda metade do século XIX em uma profunda recessão causada pela baixa dos produtos agrícolas no mercado mundial, com o nível de renda declinando de forma sensível no quartel anterior[443], indicando sua total dependência das circunstâncias internacionais. Baseada em pouquíssimas indústrias e com seu comércio exterior em crise, as condições encontradas na economia brasileira deveriam ser apenas de subsistência para a grande maioria da população. Seu modo de produção baseado numa primitiva acumulação de capital escravista, na qual todo o excedente da produção primária se voltava para o exterior, dava parcas opções aos que pretendiam inverter capitais além da tradicional indústria do açúcar e das *plantations* de culturas variadas.

Dois fatores foram decisivos para a aceleração do fluxo de renda brasileiro na segunda metade do século XIX[444]. Um deles foi a extinção do tráfico internacional de escravos, sob a tutela da Inglaterra em 1850 e o surgimento da economia cafeeira[445].

[443] Furtado, 1982, pág. 108, op. cit., *Formação econômica...*
[444] Além da própria independência do Brasil.
[445] Gremaud, 1997, pág. 27, op. cit., *Formação econômica...*

Tabela 16 – Brasil: Escravos Africanos – Importação por pessoa – 1801-1855[446]

ANOS		Importação
1801	.....	23.100
1805	.....	22.300
1810	.....	30.700
1815	.....	26.900
1820	.....	37.800
1825	.....	33.500
1830	.....	41.000
1835	.....	40.900
1840	.....	29.600
1845	.....	21.800
1850	.....	31.600
1851	.....	5.000
1852	.....	1.100
1853	.....	0
1854	.....	0
1855	.....	0

Fonte: Disponível em: www.ipeadata.gov.br Acessado em 18/11/2008.

O fim do tráfico negreiro significou, por um lado, a piora do gargalo que a economia enfrentava em relação à mão-de-obra. Ligado a esse problema havia o crescimento da lavoura de café, que reclamava braços para a expansão da cultura, visto que demanda do produto aumentava em toda a Europa e Estados Unidos. Os braços surgem com o advento da imigração européia, que impulsionou o trabalho assalariado e dinamizou a estrutura econômica brasileira. A instalação dos colonos nas fazendas possibilitou a disposição de renda monetária e a maior circulação de moeda escritural, além do fortalecimento do mercado consumidor interno.

> "É importante notar que não é apenas o "salário" do colono que forma o mercado interno: ele é somente o ponto de partida, pois os gastos do trabalhador dirigem-se, em grande parte, a pequenos produtores e comerciantes locais que, por seu turno, também despendem grande parte de

[446] Furtado estima que a população escrava no ano de 1850 era de 2 milhões de pessoas, com a mortalidade nos anos posteriores bem superior a natalidade. Furtado, 1982, pág. 109, op, cit., *Formação Econômica...*

sua renda na compra de mercadorias para seu consumo. Estes gastos constituem renda de outros produtores e comerciantes num fluxo que, no plano analítico, é caracterizado pelo conceito de "multiplicador de renda". Ou seja, um dispêndio inicial propaga-se na economia de mercado interno, gerando renda total que é um múltiplo daquele dispêndio inicial (e que é tanto maior quanto for a propensão a consumir ou menor o coeficiente de importações da economia). Em suma, o trabalho assalariado do imigrante europeu na economia cafeeira tem o poder de criar o mercado interno, condição essencial para que a indústria pudesse germinar na economia brasileira."[447]

Tabela 17 – Brasil: População de Imigrantes – 1850 - 1955

ANOS		POPULAÇÃO
1850	.....	2.072
1855	.....	11.798
1860	.....	15.774
1865	.....	6.422
1870	.....	5.158
1875	.....	14.590
1880	.....	30.355
1885	.....	34.724
1890	.....	106.819
1895	.....	164.831
1900	.....	37.807
1905	.....	68.488
1910	.....	86.751
1915	.....	30.333
1920	.....	69.041
1925	.....	82.547
1930	.....	62.710
1935	.....	29.585
1940	.....	18.449
1945	.....	3.230
1950	.....	35.492
1955	.....	55.166

Fonte: disponível em: www.ipeadata.gov.br Acessado em 18/11/2008.

[447] Idem.

A expansão cafeeira possibilitou a difusão de investimentos em capital social. Sua entrada pelo interior do território fez surgir as estradas de ferro para que o produto pudesse ser escoado. Muitos imigrantes e comerciantes ligados ao setor agrícola foram se transformando em importadores de produtos manufaturados e, dado o conhecimento adquirido, acabaram se transformando em proprietários de indústrias básicas, voltadas para o beneficiamento do café e de outros produtos ligados à indústria alimentícia.

No início das chamadas precondições do arranco, contava o Brasil com mais de 50 indústrias[448], 14 bancos, 8 estradas de ferro e inúmeras companhias de navegação a vapor, transporte urbano e gás. O Império utilizara pela primeira vez o expediente protecionista, com o advento da Tarifa Alves Branco[449] de 1844, o que por si só representa certa mudança quanto a ortodoxia econômica liberal dominante até então.

Quinze anos após a marca que caracteriza o início do pré-arranco brasileiro, sob a ótica de Rostow, verifica-se o grande crescimento da indústria têxtil, a mais clássica de todas as indústrias de bens de consumo leve. As boas safras de café, juntamente com a Guerra da Secessão americana e, a Guerra do Paraguai, estabeleceu uma crescente procura de materiais manufaturados, o que levou a possibilidades de utilização maciça da capacidade existente e a mais importações de máquinas estrangeira.

Finda a Guerra do Paraguai, a situação caótica da economia obrigou o governo a tentar um plano para estabilização e deflação. Essa política e a dificuldade encontrada para a obtenção de combustíveis dificultou as atividades industriais, levando a maiores inversões na agricultura, que continuava a ser um investimento mais seguro.

No último quartel do século XIX a abolição da escravatura e a Proclamação da República resultaram em mudanças sociais profundas. Economicamente, foi o início de uma grande expectativa relacionada à decolagem industrial, como comprova o fenômeno do *Encilhamento*. Apesar da especulação financeira e da imediata crise provocada pela

---

[448] Como já visto anteriormente, os números são incertos e diferentes para vários autores. Simonsen foi o único a vislumbrar o valor do estoque de capital brasileiro nessa época, que segundo ele não chegava a 800 mil libras esterlinas.

[449] Embora seja conveniente lembrar que os produtos taxados eram, em sua grande maioria, artigos primários ou voltados à indústria madeireira e extrativa. O ferro e o cobre também foram taxados para a utilização dos fornos rústicos existentes.

bolha de crédito na economia, os dois anos após a Proclamação tiveram investimentos relacionados ao setor industrial maiores do que em todo o século.

Esse surto industrial durou até 1895, e, com a liberdade aos escravos, alguns transformados em assalariados, o meio circulante foi aumentado. Durante essa fase, o governo agiu na economia, emprestando somas às sociedades anônimas. Social e politicamente o país vivia as mudanças e, embora a classe agrária ainda fosse dominante e detivesse a maior participação no fluxo de renda, cada vez mais industriais e importadores ganhavam papel de importância.

Ao que tudo indica, o surto industrial que Rostow reconhece para o Brasil equivalendo para os anos de 1901 a 1912 parece estar correto, de acordo com a análise gerada no capítulo 1. O governo brasileiro passou a usar tarifas ultra-protecionistas, de maneira a utilizar essa ferramenta como tantas outras nações industrializadas utilizaram. Mas Rostow também reconhece que esse surto foi abortado antes da Primeira Guerra Mundial e que não deve ser levado em conta como fator de crescimento sustentado[450]. Para o estudo das precondições o que é válido afirmar é a elevação dos gastos do governo desse ciclo em diante, e dos dados de FBKF disponíveis a partir de 1908 até às vésperas da guerra. Ambos decresceram durante a guerra e, principalmente os gastos do governo parecem iniciar o crescimento novamente apenas no período de arranco. Já a Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do Produto Interno Bruto encontra-se bem acima do que Rostow define ser ideal já para a decolagem. Antes da guerra o investimento chegava a mais de 20%. Decaindo durante os cinco anos dos conflitos, a taxa volta a se estabilizar na média de 10%.

[450] Rostow, 1974, pág. 223, op. cit, *Etapas do desenvolvimento...*

Tabela 18 - Brasil: Despesa Primária do Governo (% PIB) 1900 - 1929[451]

ANO	CONSUMO		SUBSÍDIOS	OUTRAS TRANSF P/CONS	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO			DESPESA
	COMPRA DE BENS E SERVIÇOS	TOTAL			CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTOS	TOTAL	GLOBAL
1900	3,98	6,58	0,08	0,34	0,24	0,08	0,32	12,73
1901	4,08	7,10	0,09	0,39	0,22	0,06	0,28	13,35
1902	3,24	6,60	0,09	0,46	0,31	0,07	0,38	12,80
1903	3,61	6,88	0,09	0,44	0,87	0,16	1,11	13,80
1904	2,90	6,22	0,11	0,44	1,69	0,13	2,44	13,90
1905	3,59	7,08	0,11	0,47	1,14	0,17	1,82	17,31
1906	3,79	6,05	0,06	0,36	0,85	0,58	1,43	12,45
1907	4,42	7,60	0,07	0,41	1,99	0,70	2,69	18,57
1908	4,34	7,78	0,06	0,43	1,83	0,26	2,09	18,99
1909	4,18	7,40	0,04	0,41	1,56	0,09	1,64	18,03
1910	3,78	7,26	0,07	0,40	2,49	0,09	2,58	19,00
1911	4,57	8,00	0,06	0,45	2,49	0,41	2,90	19,22
1912	4,01	7,48	0,06	0,58	2,90	0,55	3,45	19,15
1913	4,16	8,08	0,05	0,75	3,09	0,34	3,44	21,09
1914	4,72	8,23	0,08	0,79	3,06	0,20	3,26	20,33
1915	0,00	5,57	0,07	0,75	2,41	0,16	2,58	15,93
1916	0,00	3,32	0,05	0,56	1,97	0,13	2,11	11,86
1917	0,00	2,67	0,11	0,65	1,90	0,18	2,08	10,69
1918	0,00	2,78	0,04	0,62	2,27	0,13	2,40	11,13
1919	0,00	3,51	0,04	0,68	2,16	0,13	2,29	11,82
1920	0,00	3,65	0,03	0,60	1,99	0,12	2,11	11,02
1921	0,00	5,08	0,03	0,62	2,58	0,15	2,74	14,21
1922	0,00	4,80	0,03	0,58	2,44	0,14	2,58	13,56
1923	0,00	4,28	0,04	0,28	0,15	0,11	0,26	9,96
1924	0,00	4,36	0,06	0,27	0,39	0,02	0,41	10,07
1925	0,00	4,05	0,06	0,24	0,44	0,03	0,47	10,06
1926	0,00	5,04	0,04	0,28	0,64	0,02	0,66	12,92
1927	0,00	4,95	0,05	0,28	0,22	0,08	0,30	12,92
1928	0,00	3,70	0,08	0,23	0,31	0,03	0,34	10,65
1929	0,00	4,42	0,12	0,25	0,33	0,02	0,35	12,67

Fonte: disponível em www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ Acessado em 20/11/2008.

[451] Todas as séries históricas disponíveis no site do IBGE para download são uma compilação de IBGE. *Estatísticas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. rev. e atual. do v.3 de Séries Estatísticas Retrospectivas, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999.

Tabela 19 – Brasil: FBKF como % PIB 1901-1929

Ano	Formação bruta de capital fixo							
	Construção			Máquinas e equipamentos			Outros	Total
	Administração pública [(a)]	Empresas e famílias [(b)]	Total	Administração pública [(a)]	Empresas e famílias [(b)]	Total		
1901	0,22	-	-	0,06	-	-	-	-
1902	0,31	-	-	0,07	-	-	-	-
1903	0,87	-	-	0,16	-	-	-	-
1904	1,69	-	-	0,13	-	-	-	-
1905	1,14	-	-	0,17	-	-	-	-
1906	0,85	-	-	0,58	-	-	-	-
1907	1,99	-	-	0,70	-	-	-	-
1908	1,83	3,23	5,06	0,26	11,52	11,78	-	16,84
1909	1,56	2,86	4,42	0,09	10,35	10,43	-	14,85
1910	2,49	2,55	5,04	0,09	11,09	11,18	-	16,22
1911	2,49	2,64	5,13	0,41	13,08	13,49	-	18,62
1912	2,90	3,61	6,50	0,55	13,45	14,00	-	20,51
1913	3,09	6,56	9,65	0,34	16,89	17,24	-	26,89
1914	3,06	0,60	3,65	0,20	6,85	7,05	-	10,71
1915	2,41	1,64	4,05	0,16	2,20	2,36	-	6,41
1916	1,97	3,82	5,79	0,13	2,56	2,69	-	8,48
1917	1,90	2,25	4,15	0,18	3,53	3,71	-	7,86
1918	2,27	0,43	2,71	0,13	3,40	3,53	-	6,24
1919	2,16	3,55	5,71	0,13	4,93	5,06	-	10,77
1920	1,99	2,23	4,23	0,12	7,11	7,23	-	11,46
1921	2,58	2,21	4,79	0,15	12,37	12,53	-	17,32
1922	2,44	3,89	6,33	0,14	7,52	7,66	-	13,99
1923	0,15	3,36	3,51	0,11	5,01	5,12	-	8,63
1924	0,39	3,57	3,95	0,02	6,06	6,08	-	10,03
1925	0,44	3,22	3,66	0,03	7,14	7,17	-	10,83
1926	0,64	3,79	4,42	0,02	5,71	5,73	-	10,15
1927	0,22	5,64	5,86	0,08	6,45	6,53	-	12,38
1928	0,31	4,63	4,94	0,03	5,29	5,33	-	10,27
1929	0,33	5,20	5,53	0,02	6,61	6,63	-	12,16

Fonte: disponível em www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ Acessado em 20/11/2008.

Tabela 20 – Brasil: PIB *per capita* 1901 – 1929 (R$ de 2006)

ANOS		PIB per capita
1901	.....	1,013457
1902	.....	0,979118
1903	.....	0,967980
1904	.....	0,951918
1905	.....	0,951918
1906	.....	1,030235
1907	.....	1,014618
1908	.....	0,951440
1909	.....	1,017325
1910	.....	1,012343
1911	.....	1,039700
1912	.....	1,079347
1913	.....	1,079643
1914	.....	1,079643
1915	.....	1,013708
1916	.....	0,997996
1917	.....	1,066130
1918	.....	1,021450
1919	.....	1,078967
1920	.....	1,189670
1921	.....	1,190166
1922	.....	1,261171
1923	.....	1,347757
1924	.....	1,345993
1925	.....	1,326634
1926	.....	1,376338
1927	.....	1,504565
1928	.....	1,655622
1929	.....	1,652197

Fonte: disponível em www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ Acessado em 20/11/2008.

O Produto Interno Bruto *per capita* parece ter iniciado o crescimento acelerado apenas a partir do pós-guerra. Foram os anos depois do conflito e até 1929 espetaculares para a economia cafeeira, que coincidiram com maiores investimentos na indústria e com a utilização dos lucros alcançados na guerra. Esse investimento foi de extrema importância para o deslanchar da década de 1930.

Tabela 21: Brasil: Principais Culturas (Toneladas mil) 1900-1954

Período	Açúcar	Arroz	Feijão	Milho	Manteiga	Café	Carne	Cacau
1900		176000	252000	3097000		564000		16700
1901		187000	262000	3840000		678000		17100
1902		198000	273000	3926000		966000		21200
1903		210000	284000	4014000		774000		21700
1904		223000	296000	4104000		666000		23700
1905		236000	308000	4196000		630000		22300
1906		251000	318000	4247000		654000		25700
1907		266000	328000	4298000		1212000		25500
1908	290	283000	339000	4350000		660000	353	32300
1909	450	291000	348000	4335000		774000	366	33300
1910	451	299000	357000	4319000		918000	383	30200
1911	460	311000	365000	4347000		648000	399	35000
1912	393	357000	388000	4469000		780000	524	31900
1913	360	357000	400000	4402000		726000	497	31700
1914	396	379000	411000	4505000		870000	424	40600
1915	402	368000	436000	4514000		810000	427	44200
1916	456	435000	458000	4540000		960000	454	43700
1917	480	480000	462000	5500000	6,4	762000	511	52900
1918	516	525000	480000	4750000	6,6	948000	478	43300
1919	696	555000	505000	4790000	6,6	582000	463	59200
1920	695	831495	725069	4999698	8,6	788488	412	66883
1921	702	693083	561280	5387767	6,9	1026935	329	35485
1922	950	766708	564257	5514154	8,9	856557	426	58891
1923	824	917998	603135	5603007	9,2	857331	433	57400
1924	800	665566	515009	4939634	9	951715	433	67911
1925	816	709120	553679	4480915	9,6	888069	507	59756
1926	904	779382	600235	4368718	10,1	959847	533	72216
1927	850	909730	701432	5097431	12,1	1100883	637	71206
1928	885	1012896	770717	4691387	13,4	1670892	575	73266
1929	1007	966727	776143	5270614	12,7	1576565	541	64126
1930	1144	912701	695314	5026515	13,4	1634145	614	68729
1931	1050	1078458	687112	4749995	8	1301670	602	76738
1932	982	1202351	722224	5769634	13,6	1535745	537	104437
1933	1026	1186104	704562	5608212	16,1	1776600	687	100074
1934	1085	1184748	663960	5292060	16,3	1652538	734	107922
1935	1155	1366770	818010	5932908	21	1135872	863	127166
1936	1171	1213580	826981	5721202	21	1577046	854	126677
1937	940	1231799	828673	5775910	21	1460959	884	118900
1938	955	1529274	854167	5559835	27	1404143	794	141839
1939	1123	1484514	789722	5393553	30	1157031	786	134759
1940	1258	1319973	767314	4875533	34	1002062	766	128016
1941	1280	1687534	874897	5438010	40,8	961552	782	132305
1942	1234	1881255	837672	5276399	36	829879	803	108869
1943	1272	1893834	918672	5210396	32,8	921934	683	178300

1944	1255	2110467	1042520	5574741	39,8	686686	626	116532
1945	1265	2146695	1002446	4846557	43,3	834916	637	119656
1946	1457	2759026	1075955	5721372	50	917318	736	121659
1947	1559	2596374	1046234	5502548	50,3	947489	800	119056
1948		2554334	1132610	5607477		1037465		96910
1949		2720159	1256848	5448879		1068283		133376
1950		3217690	1248138	6023549		1071437		152902
1951		3182080	1237662	6218030		1080189		121199
1952		2931110	1151708	5906916		1125406		113558
1953		3072374	1386600	5984284		1110606		136970
1954		3366838	1544228	6788794		1036987		162947
Variação %	437,5862	1812,976	512,7889	119,2055	685,9375	83,8629	126,6289	875,7305

Baseados nos dados do IPEA em www.ipeadata.gov.br em 21/11/2008. Variação minha.

Tabela 22 – Estimativas da população brasileira: 1850-1955

ANOS		POPULAÇÃO
1855	.....	7.829.000
1860	.....	8.448.000
1865	.....	9.114.000
1870	.....	9.834.000
1875	.....	11.139.400
1880	.....	12.525.450
1885	.....	13.461.260
1890	.....	14.200.000
1895	.....	15.960.000
1900	.....	17.984.000
1905	.....	20.003.000
1910	.....	22.216.000
1915	.....	24.674.000
1920	.....	26.835.000
1925	.....	30.332.000
1930	.....	33.568.000
1935	.....	37.150.000
1940	.....	41.114.000
1945	.....	46.215.000
1950	.....	51.956.000
1955	.....	60.183.000

Fonte: Baer, 1966, pág 368, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*

Quando se observa o papel da agricultura no que Rostow chama de Revolução Agrícola para o arranco, verifica-se que pelas tabelas 21 e 22 e tomando o ano de 1900

como base, a variação da população de 1900 a 1955 foi de quase 235%. Com a série de anos completa da cesta de bens construída na tabela 20, apenas o milho não apresentou variação correspondente, o que induz a conclusão que a produção agrícola foi superior ao crescimento demográfico com larga folga. O aproveitamento dessa produção e sua distribuição de acordo com a população é que é fato contestável[452]. As conclusões tanto dos liberais quanto dos desenvolvimentistas indicam que ela é insatisfatória.

Outro ponto de importância nas precondições se refere ao crescimento da infra-estrutura, o capital social básico. Sobre as estradas de ferro, o tamanho da malha brasileira sai de 15 km em 1855 para mais 32 mil em 1930. Em termos de comparação, a França possuía mais de 60 mil km em 1900; a FBKF alcançou 25% do Produto Nacional americano em 1844, início de seu arranco[453]. Apesar do efeito decisivo que as estradas de ferro detêm nas precondições e no arranco, segundo explanação de Rostow, para o escoamento da produção agrícola, na expansão da população e nos menores custos de transporte, e apesar da malha brasileira ter crescido até os anos de 1930, observa-se estagnação em sua expansão após esse período. Tudo leva a crer que as estradas de ferro não lograram importância contundente na formação de capital brasileira durante o arranco, como nos Estados Unidos. Conseguiu-se muitas economias externas em áreas especiais, como nas proximidades dos portos para exportação de café, embora não tenha sido parecido com o que ocorreu nos outros países que arrancaram e nos Estados Unidos.

[452] O simples cruzamento das tabelas 21 e 22 vem a acrescentar que, mesmo crescendo em porcentagem maior que a população, a produção de culturas nacionais não seria suficiente para alimentar a população brasileira de modo satisfatório durante o período de precondições para o arranco. No ano de 1925, por exemplo, o quociente da produção de carne pela população revela que cada brasileiro comia pouco mais de 45 gramas de carne diárias. Vinte anos depois, em 1945, período já identificado como arranco, essa quantidade caiu para 37,47 gramas diárias.

[453] Rostow, 1974, pág. 256 e 257, op. cit, *Etapas do desenvolvimento...*

Tabela 23 – Brasil: Extensão da rede ferroviária em tráfego - 1850-1955

ANOS	EXTENSÃO DA REDE (KM)
1855	15
1860	223
1865	499
1870	745
1875	1.801
1880	3.398
1885	6.930
1890	9.973
1895	12.967
1900	15.316
1905	16.781
1910	21.326
1915	26.647
1920	28.535
1925	30.732
1930	32.478
1935	33.331
1940	34.252
1945	35.380
1950	36.681
1955	37.902

Disponível em www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ . Acessado em 13/08/2008.

Na energia elétrica o salto foi muito maior e o aproveitamento das águas brasileiras, grande trunfo em relação a muitas nações que arrancaram, parece ter sido aproveitado de forma determinante. Saindo do zero em 1885, em pouco mais de quarenta anos a capacidade instalada era de quase 800 mil kW. A energia elétrica gerada de maneira hidráulica tomou a preferência; ao fim das precondições era quatro vezes maior que as termoelétricas.

Tabela 24: Brasil: Energia Elétrica – Capacidade Instalada - 1885-1955

ANOS	CAPACIDADE INSTALADA (kW)		
	Total	Hidráulica	Térmica
1 885	80	-	80
1 890	750	250	500
1 895	5.834	1991	3.293
1 900	10.376	5283	5.093
1 905	44.936	38.260	6.676
1 910	157.401	124.672	32.729
1 915	309.798	258.692	51.106
1 920	367.018	300.946	66.072
1 925	507.483	416.875	90.608
1 930	778.802	630.050	148.752
1 935	850.129	676.699	173.430
1 940	1.243.877	1.009.346	234.531
1 945	1.341.663	1.079.827	261.806
1 950	1.882.500	1.535.670	346.331
1 955	3.148.489	2.481.171	667.318

Fonte: Baer, 1966, pág 393, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*

A produção brasileira de ferro e aço era insignificante antes de 1929. Até esse período quase a totalidade desses dois itens era de procedência internacional, o que onerava a balança comercial brasileira. Os investimentos em indústrias pesadas só começaram a ser feitos a partir do governo de Getúlio Vargas, durante a decolagem. O cimento apresentou em 1929 a produção de 630 mil toneladas, chegando em 1954 a quase 3 milhões de toneladas[454].

As últimas considerações que dizem respeito às precondições do arranco são de ordem institucional e social. Iniciando em 1850 são vários os acontecimentos que se enquadram nas observações feitas por Rostow. O fim do comércio negreiro, a abolição da escravatura e a Proclamação da República tiveram grande valia no que se refere ao fim das amarras da sociedade tradicional. Apesar de lentamente, surgiram as primeiras indústrias e, ainda que em benefício da classe agrícola, também foram fundados os primeiros bancos, além de investimentos em transporte e capital social básico. Começou a ter existência real a discussão sobre a industrialização perante a sociedade, como forma de buscar a

[454] Ibidem, pág. 395.

modernização da economia, tanto que no período da chamada República Velha se travaram as primeiras batalhas ideológicas entre o *laissez-faire* e os industrialistas. Por se enquadrar no primeiro tipo de economia citada por Rostow (entre àquelas que não usufruíram dos benefícios da influência colonial inglesa, como Austrália, Nova Zelândia, Canadá ou até mesmo a Suécia), o Brasil enfrentou dificuldades bem maiores que esses países, os quais teriam apenas que resolver suas dívidas de capital social básico e que cuja sociedade se habituou mais facilmente ao capitalismo moderno e à acumulação.

Na descrição do arranco será visto que, apesar de não chegar a sua ascensão industrial como as outras grandes nações e com importantes gargalos em sua economia não solucionados no pré-arranco[455], a condição de "choque externo" explicitada como impulso para o arranco[456] ajustou-se melhor ao caso do Brasil. A estrutura econômica e social brasileira no adentrar do arranco apresenta situação *sui generis*, com departamentos do aparelho econômico em plena modernização em contraste com outra enorme parcela dependente do sistema agrícola improdutivo e entregue às intempéries do comércio internacional, além do descompasso entre a industrialização vertical e a infra-estrutura incompleta.

5.3 – O Arranco brasileiro

Uma das primeiras observações a serem feitas sobre o arranco é referente à sua periodização. Rostow deixa claro que são necessários 25 anos para que o arranco de uma economia seja diagnosticado, para se distingui-lo de surtos industriais ocorridos no período de precondições.

> "Esta exigência funcional determinou que o arranco fosse definido de maneira a englobar, digamos, um intervalo de 25 anos. É necessário um período dessa dimensão para demonstrar que uma sociedade é capaz de vencer a crise estrutural que o surgimento inicial do crescimento tende a

[455] É o caso da siderurgia e dos combustíveis.
[456] Rostow, 1974, pág. 53, op. cit., *As Etapas do desenvolvimento...*

trazer e de introduzir o fluxo de tecnologia do qual depende o crescimento sustentado."[457]

Os surtos industriais brasileiros foram muitos e o crescimento regular da industrialização se iniciou na década de 1930, após o desencadeamento da Grande Depressão de 1929. Então, por analogia, pode-se concluir que em 1954 a economia brasileira já estaria em arranco. Traçado o início desse arranco, que Rostow julga ser necessário 25 para a identificação, segue então a tentativa de comprovação empírica de suas teses.

Interessa agora demonstrar as principais mudanças econômicas, sociais e políticas que permitiram o acontecimento desse fenômeno. Essas se deram através de um Estado forte – ditatorial – e de condições externas que tiveram impactos profundos na economia e sociedade brasileira, capazes de alterar as antigas relações do fluxo de renda agrário que compreendia a quase totalidade de sua população. Foi o corte abrupto das receitas de exportação originadas pelo comércio internacional de produtos agrícolas, em especial o café, após a crise internacional que revelou a sua completa fragilidade.

No cenário político, o ano de 1930 marca o fim do Estado Oligárquico[458], e tem início novas organizações burocráticas e a tecnoestrutura estatal toma corpo. O Estado passa a se adaptar às necessidades da economia, a exercer o poder de conduzi-la e a tentar encontrar outras alternativas aos caminhos da dependência da cultura agrícola.

Essa estrutura estatal se compõe de aparelhos administrativos, órgãos especializados tecnicamente e profissionais da máquina administrativa, direcionados a determinados setores e subsetores do aparelho econômico, que assumem importância fundamental. Foram criados inúmeros órgãos e departamentos no governo Getúlio Vargas que se dirigiam ao planejamento da economia. Houve Intercambio de informações com países estrangeiros sobre técnicas e expectativas da economia brasileira, além de criar uma nova legislação para os trabalhadores e canais de diálogo com a classe industrial e comercial[459]. Mais que

[457] Ibidem, pág. 222.
[458] C.f. Ianni, 1979, pág. 16, op. cit., *Estado e planejamento econômico...*
[459] Ver Dean, 1971, op. cit., *A industrialização de São Paulo...*

isso, reconheceu-se a importância do mercado interno brasileiro para o setor de manufaturas.

O papel de Vargas para a arrancada brasileira foi especial. Alguns autores chegam a citar que ele teve tal influência, que no modelo schumpeteriano lhe caberia os moldes de empreendedor[460]. A descontar os exageros, a hipótese que o arranco necessita de um poder político dirigido por pessoas que impulsionem a modernização é verdadeira para o caso brasileiro. Antes de Vargas o Estado era tido como uma "*terra de ninguém*"[461], sem unidade e entregue a disputas estaduais e distritais. Apesar da liquidação das instituições democráticas, ele direcionou, a despeito das disputas de grupos econômicos e políticos, a economia brasileira para saída de um estado estacionário que, segundo suas próprias conclusões[462], não era mais do que um estado semi-colonial.

Vargas teve o mérito em trabalhar e tirar vantagem do jogo de interesses. Um exemplo foi seu papel durante a Segunda Guerra Mundial, ao extrair vantagens econômicas dos aliados, para se posicionar contra o Eixo. Apesar de não conseguir atingir o objetivo que desejava a respeito de Volta Redonda, os momentos que precederam a formalização da usina foram tensos antes que o Brasil entrasse na guerra, com a Alemanha oferecendo vantagens de um lado e os Estados Unidos usando do mesmo procedimento. Após a decisão de construir a usina com capitais nacionais, Getúlio manteve o diálogo com os industriais, principalmente com os paulistas, que realizavam visitas regulares à construção gigantesca. O mesmo caso ocorreu com o setor de papel e celulose, quando o próprio presidente entrou em contato com a família Klabin para a constituição de uma grande indústria, e depois com outros empresários[463].

A outra proposição a ser discutida para a comprovação da decolagem brasileira é a de existência de um ou mais setores industriais com elevado índice de crescimento. Foi visto que desde o último quartel do século XIX a indústria têxtil, considerada por Rostow a mais clássica do arranco, vinha se sobrepujando no que se refere aos bens de consumo.

---

[460] É o caso de Carraro, A e Fonseca, P.C.D. *O desenvolvimento econômico no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, Caxambu, Minas Gerais, 2003.
[461] Campos, F. *O Estado Nacional (Sua Estrutura, seu Conteúdo Ideológico*). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940, pág. 220.
[462] Ver o discurso presidencial no item 1.1.
[463] Sobre os dois episódios ver Dean, 1971, op. cit., *A industrialização de São Paulo...* a partir da pág. 244.

Devido a facilidade de obtenção de bens de capital importados e ao baixo grau de complexidade, outro grande surto desse setor se deu, segundo Fishlow, durante a Primeira Guerra Mundial. Além disso, todo o investimento realizado na década de 1920 através dos grandes lucros do café puderam ser canalizados, devido a Depressão, não só à indústria têxtil, como também em outros departamentos. Os bens de consumo não duráveis iniciaram intensa substituição, assim como a indústria pesada de base (cimento, siderurgia e química), que poucos anos antes detinha importância insignificante no produto industrial.

A indústria brasileira recuperou seus níveis de produção de antes da Depressão entre 1932-1933. Até 1939 o Produto Industrial foi dobrado. Tal crescimento se deu apesar da proibição da importação de bens de capital, vigente entre 1931 e 1937, para conter principalmente a hipertrofia da indústria têxtil. Nesse primeiro estágio o setor dinâmico da indústria é o que se refere aos bens de consumo, tanto durável como não durável.

A instauração do Estado Novo e as medidas exercidas por Vargas, como a suspensão do pagamento da dívida externa, desvalorização da moeda, rígido controle de importações para conter a saída de divisas, permitiram a escolha de atalhos em detrimento da burocracia. A partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial e do funcionamento da Companhia Vale do Rio Doce, de Volta Redonda e da Companhia Nacional de Álcalis (potássio, sódio, lítio, rubídio e césio) os bens de consumo não duráveis e de fácil manufatura não eram mais exclusividade. A estrutura das importações foi modificada, excluíndo bens de consumo para a entrada de bens de capital que o país não produzia[464]. A indústria de base e química, que antes de 1929 não detinham significância, terminada a guerra já participavam das estatísticas do Produto Nacional com uma parcela considerável.

[464] O aproveitamento da capacidade instalada foi máximo durante os períodos de retração do comércio internacional. As máquinas e equipamentos do estoque brasileiro eram sucateados, com mais de trinta anos de vida ou importados de segunda mão dos países europeus.

Tabela 25 - Brasil: Indústria Pesada, Cimento e Calcário – 1929-1954

Ano	Ferro Gusa (t)	Aço (t)	Cimento (1000 t)	Calcáreo (t)
1929	33.707	26.842	631	366.327
1939	160.016	114.095	733	613.861
1949	511.715	615.069	1.715	802.170
1954	1.088.948	1.148.322	2.828	1.110.286

Fonte: Baer, 1966, pág 394, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*

Tabela 26 – Brasil: Estrutura Industrial, 1919, 1939, 1949, 1959 (% da produção)

Categorias Gêneros	1919	1939	1949	1959
Bens de Consumo Não Duráveis	**83,62**	**75,06**	**67,77**	**51,10**
Têxtil	25,20	20,61	18,69	12,54
Vestuário e Calçados	7,70	6,20	4,34	3,41
Alimentos	37,75	36,17	32,02	24,15
Bebidas	4,40	2,24	3,13	2,37
Fumo	3,34	1,53	1,38	1,12
Editoral e Gráfica	-	3,15	2,83	2,28
Couros e Peles	2,35	1,95	1,52	1,08
Farmacêutica	0,76	1,44	1,93	1,95
Perfumaria, Sabões	2,52	1,77	1,73	1,52
Plásticos	-		2,20	0,68
Bens de Consumo Duráveis e/ ou Bens de Capital	**2,54**	**5,62**	**6,97**	**15,46**
Material de Transporte	1,20	2,54	2,31	6,79
Material Elétrico	0,07	0,91	1,60	2,85
Mecânica	-	0,79	1,40	3,98
Mobiliário	1,27	1,38	1,66	1,84
Bens Intermediários	**13,10**	**18,54**	**24,28**	**32,15**
Metalúrgica	3,18	5,41	7,60	10,53
Minerais Não Metálicos	2,55	3,52	4,51	4,52
Química	2,02	4,59	5,18	8,96
Madeira	4,04	2,41	3,39	2,64
Papel e Papelão	1,19	2,11	1,99	2,97
Borracha	0,12	0,50	1,61	2,53
Diversas	**0,74**	**0,80**	**1,43**	**1,29**

Fonte: Gremaud, 1997, pág. 27, op. cit., *Formação econômica...*

Pode-se observar o crescimento paulatino da produção de bens intermediários na tabela 26. Embora a indústria têxtil e de alimentos constitua a maior parcela de toda a

produção, a metalurgia, química e minerais não metálicos apresentam um crescimento importante, reparando um dos gargalos de maior complicação nas economias em arranco.

Verificados os dois setores industriais dinâmicos apontados por Rostow como requisito para arrancada, a constatação é de que foi a partir de 1929 que a industrialização brasileira deixou de se caracterizar como surto. De 1933 a 1954 o crescimento do Produto Industrial brasileiro esteve em uma média de 10%, atingindo 12,7% em 1939 e 18,5 em 1946[465].

A taxa de investimento brasileira para os primeiros 25 anos de arranco teve a média de 12,38%, passando de 15% em vários períodos. O que sustenta a outra tese de Rostow de que a taxa no pré-arranco passa de 5% para 10% do Produto - o investimento brasileiro agregado já havia ultrapassado o teto mínimo previsto nas precondições.

[465] Os dados para o setor dinâmico de bens de consumo já foram decompostos no capítulo 1. Outra preposição rostowiana, a de que os primeiros setores dinâmicos geram outros a partir de seu desaquecimento também parece ser provada para o caso brasileiro. Apesar de não fazer parte da série histórica estudada neste trabalho, a industrialização brasileira nos últimos cinco anos da década de 1950 e início de 1960 se voltou ao setor automobilístico.

Tabela 27 – Brasil: FBKF como percentagem do PIB 1929-1954

Ano	Formação bruta de capital fixo							
	Construção			Máquinas e equipamentos			Outros	Total
	Administração pública [(a)]	Empresas e famílias [(b)]	Total	Administração pública [(a)]	Empresas e famílias [(b)]	Total		
1929	0,33	5,20	5,53	0,02	6,61	6,63	-	12,16
1930	0,40	4,54	4,94	0,03	4,70	4,73	-	9,67
1931	0,29	4,32	4,61	0,00	2,95	2,95	-	7,57
1932	0,65	3,80	4,45	0,00	2,73	2,73	-	7,18
1933	0,94	3,79	4,74	0,04	4,01	4,05	-	8,79
1934	0,22	5,85	6,06	0,03	4,52	4,55	-	10,62
1935	0,27	6,15	6,43	0,01	6,65	6,66	-	13,09
1936	0,51	6,68	7,20	0,01	6,15	6,16	-	13,36
1937	0,08	7,22	7,30	0,01	6,89	6,90	-	14,21
1938	0,41	6,89	7,31	0,02	7,72	7,74	-	15,04
1939	1,28	6,66	7,94	0,59	5,85	6,44	-	14,38
1940	1,21	7,06	8,26	0,69	5,87	6,56	-	14,82
1941	1,17	7,05	8,23	0,65	4,05	4,70	-	12,92
1942	1,48	7,82	9,31	0,76	2,21	2,97	-	12,28
1943	1,29	6,30	7,58	0,50	2,14	2,64	-	10,22
1944	1,07	6,27	7,34	0,28	2,05	2,33	-	9,66
1945	0,72	7,20	7,93	0,51	1,91	2,42	-	10,34
1946	-	-	7,44	-	-	3,49	-	10,93
1947	2,02	6,66	8,68	0,50	5,38	5,88	0,34	14,89
1948	2,94	4,68	7,62	0,43	4,34	4,78	0,34	12,74
1949	2,94	5,33	8,27	1,20	3,23	4,43	0,33	13,03
1950	3,34	4,65	7,99	0,78	3,62	4,40	0,39	12,78
1951	3,10	6,33	9,43	0,37	5,27	5,65	0,37	15,45
1952	2,88	6,41	9,29	0,37	4,78	5,14	0,39	14,82
1953	2,72	7,48	10,19	0,37	4,15	4,51	0,35	15,06
1954	2,77	6,32	9,09	0,34	5,97	6,32	0,36	15,76

Fonte: Disponível em www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ Acesso em 20/11/2008.

Com referência à baixa relação capital-produto, o Brasil carece de fontes para as precondições de arranco, principalmente no que se refere ao estoque de capital. Os números existem apenas a partir de 1945. São eles, segundo alguns autores:

Armando Castelar e Virene Matesco indicam[466]:

1948 = 1,31

1949 = 1,69

1950 = 1,88

[466] Castelar, A. Matesco, V. *Relação Capital-Produto: Estimativas para o Período de 1947/1987*. Textos para discussão interna. INPES, Instituto de Pesquisas, março de 1989

1951 = 3,15

1952 = 2,03

1953 = 3,20

1954 = 2,02. E a média para os sete anos foi de 2,18

Aumara Feu[467] chegou à média de 1,25 para o período de 1945 a 1955.

Werner Baer[468]calcula 2,15 para o período de 1947-52 e 2,48 para 1953-56.

Roberto Campos[469], em 1950, estimou a razão capital-produto brasileira na casa de 1,4, chegando em 1952 a 2,9.

Todas as estimativas são menores que o estipulado por Rostow, com a elevação do investimento de 5% para 10% da parcela do PIB para a FBKF, número que em seus cálculos estava determinado em 3,5. Uma razão capital-produto de 3,5 seria a média para um cenário pessimista, no qual maiores parcelas do PIB deveriam ser investidas[470]. Rostow conclui ser cada vez menor que esse número a taxa ótima para essa relação, o que enquadra o Brasil segundo as estimativas dos autores acima utilizados.

Outro parâmetro para medir o arranco, para Rostow, é a renda *per capita*. A tabela 28 mostra uma variação de 5,6 vezes nesse agregado entre 1900 e 1950.

Tabela 28 – Brasil: Renda Per Capita Real – 1900-1960

ANOS	RENDA PER CAPITAL REAL (R$ de 1999)
1900	500
1910	900
1920	450
1930	1.500
1940	1.000
1950	2.800
1960	3.200

Fonte: Costa, A. Não se ufane tanto. *Carta Capital*, São Paulo, v.10, n. 261, pág. 29, out. 2003

[467] Aumara Feu. *Evolução da razão capital/produto no Brasil e nos países da OCDE*. Seminários DIMAC/IPEA**,** 2001, setembro.
[468] Baer, 1966, pág 112, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*
[469] Campos, abril de 1952, pág. 21, op. cit., *Planejamento do desenvolvimento...*
[470] Rostow, 1974, pág. 53 a 58, op. cit., *Etapas do desenvolvimento...*

Essa majoração abona o requisito de Rostow, embora seja claro que a qualidade de vida e o poder aquisitivo do brasileiro não tenha se multiplicado nesse patamar. O arranco, apesar de se caracterizar por uma Revolução Industrial e dar expoente a esse Produto Industrial, mostra-se no Brasil, a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos, um fenômeno desigual entre o Norte e o Sul do país. Rostow fez menção à economia escravista do Sul dos Estados Unidos, que muito tempo após o início da decolagem ainda permanecia com níveis inferiores ao Norte. No Brasil o fenômeno é inverso: o Sul deteve a primazia da industrialização e teve parcela infinitamente maior que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como demonstra a próxima tabela. A faixa Sul-Sudeste concentra mais de 85% de toda a Renda Nacional brasileira.

Tabela 29: Brasil – Distribuição Regional da Renda Nacional (%)

Região	1947	1949	1957
Norte	2	2	2
Nordeste	11	11	10
Sul-Sudeste	85	85	86
Centro-Oeste	2	2	2

Fonte: Baer, 1966, pág 149, op. cit., *Industrialização e o desenvolvimento...*

As evidências concordam com as observações de Celso Furtado, que a economia brasileira convive ao mesmo tempo com um setor industrial, engendrado nas condições do capitalismo internacional, e outro setor, cujas precondições para decolagem não foram preenchidas e a acumulação de capital é primária[471]. Após os primeiros vinte e cinco anos de arranco a tarefa do Estado seria a de minorar essas diferenças de maneira a tornar o crescimento, como ressalta Rostow, sustentado e regular. Foram vistos os meios de auto-financiamento apresentados por ele em sua teoria e as outras saídas, o que essa análise demonstrou serem insuficientes, como a ajuda externa, por exemplo.

Os dados da historiografia econômica brasileira apresentada comprovam o início da Revolução Industrial e algumas das hipóteses rostowianas. Apesar disso a melhora da

[471] Furtado, 1967, pág. 168, op. cit., *Teoria e Política do desenvolvimento...*

qualidade de vida da população - essência do desenvolvimento econômico – estava longe de ser a ideal no primeiro quartel da decolagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da teoria rostowiana como contraponto às duas principais vertentes do desenvolvimento econômico brasileiro, liberais e desenvolvimentistas, permitiu estudar uma série longa (1500 – 1954) de maneira diferente. Além da divisão em etapas do desenvolvimento econômico, amparada pela macroeconomia e análise da sociedade, as ferramentas de Rostow fizeram com que fossem abstraídos do estudo os surtos industriais e diagnosticado o período da economia brasileira no qual são explicitados os traços de um sistema de industrialização ininterrupta, para o que, segundo o autor estudado, são necessários 25 anos.

Além do diagnóstico do arranco, no Brasil a partir de 1929, a análise do trabalho apresenta o que a teoria de Rostow oferece como modo de superar o estado de subdesenvolvimento apresentado pelos países pobres para que o arranco possa prosseguir e desembocar nas fases posteriores. Seus preceitos foram cruzados com as opiniões de vários estudiosos de desenvolvimento econômico, principalmente o das referidas escolas de pensamento econômico brasileiras, e também com conceituados autores internacionais. As divergências encontradas foram muitas e o grau de rejeição às etapas do desenvolvimento de Rostow mostrou-se alto. Os autores ou não concordaram com seu método histórico, ou com o uso de seus agregados, ou com uma possível confusão no que se refere aos estágios.

Sobre a economia brasileira em especial, o ajustamento encontrado nos estágios foi satisfatório. O fim da sociedade tradicional em resposta aos eventos iniciados em 1850 e todos os fatos dessa data até 1929, com a demonstração das primeiras tentativas de remover os traços dominantes do setor agrário, com o surgimento de uma corrente em prol da industrialização como resposta ao atraso sócio-econômico marcam as precondições para o arranco.

Mesmo que essas precondições não tivessem modificado a estrutura econômica do país e alcançando o crescimento regular, o ano de 1929 e os catastróficos resultados da Grande Depressão para a economia agrário-exportadora induziram o Brasil à sua Revolução Industrial. Essa revolução - decolagem para Rostow - se fez no primeiro

momento à custa do que já existia no obsoleto e sucateado parque industrial brasileiro, mas com um crescimento no Produto Industrial acima de 10% ao ano, com a intervenção de um Estado forte, representado pela figura política de Getúlio Vargas, e a consciência de uma classe industrial de que era possível atuar. Aos poucos o país foi solucionando os grandes empecilhos não resolvidos no pré-arranco, questões como a da energia, da indústria pesada e dos combustíveis. Esses acontecimentos marcaram o fim do Estado Oligárquico agrário e permitiram o crescimento do parque industrial brasileiro baseado em dois setores dinâmicos: os bens de consumo e a indústria pesada.

Sobre as teses propostas por Rostow na caracterização do arranco, as seguintes demonstram comprovação:

1 – *A industrialização baseada em um ou mais setores dinâmicos*. Como já citado no parágrafo anterior os setores foram os de bens de consumo (não-duráveis baseados na alimentação e mais tarde duráveis) e a indústria pesada de bens intermediários;

2 – *A elevação na taxa de investimento entre 10 e 15% da Renda Nacional*. No caso brasileiro o principal agregado utilizado foi o Produto Interno Bruto, sem o conceito de depreciação. A porcentagem do investimento foi medida utilizando a Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB. A taxa de 10% já era encontrada no período de pré-arranco;

3 – *Baixa relação capital-produto*, de preferência menos de 3,5, o que se encaixou no caso do Brasil;

4 - *Poder político dirigido por pessoas que impulsionem a modernização e aproveitamento das economias externas*. No exemplo brasileiro, a figura de Getúlio Vargas foi marcante. Assumiu o governo em plena Depressão, conseguiu controlar a crise cafeeira usando de expedientes "pré-keynesianos", criou órgãos nas diversas áreas da estrutura econômica, de forma a planejar esses segmentos, além de proteger a produção industrial nacional, barrando a importação de bens de consumo para que ocorresse a sua respectiva substituição.

Outras duas teses de bastante complexidade não são possíveis de serem demonstradas e seguem sem comprovação:

1 – *Aumento significativo da renda per capita*. No Brasil de 1900 a 1950 ela aumentou mais de cinco vezes. O que interessa discutir sobre a renda não é o seu aumento, mas a sua distribuição. Apesar o grande crescimento, ela ficou concentrada numa região. Muitos países desenvolvidos possuem regiões nas quais a industrialização foi concentrada (os Estados Unidos com Detroit ou a Itália com a rica região do Norte). A industrialização concentrada não se mostra problemática se as outras regiões possuem atividades econômicas diversas e produtivas, capazes de fazer funcionar o fluxo de renda da economia de maneira igualitária. No caso brasileiro, a industrialização foi altamente concentrada e a renda também se concentrou fortemente em uma região. A preposição de Rostow para um aumento significativo da renda *per capita* não possui sentido prático para a economia brasileira, já que omite uma série de outros fatores sociais cuja complexidade estava longe de ser resolvida nos 25 anos iniciais do arranco;

2 – *Revolução Agrícola iniciada no pré-arranco e em curso no arranco, para alimentar o aumento do contingente populacional urbano; o excedente dessa produção deveria incrementar a renda nacional por meio de exportações*. Foi visto que desde as precondições a produção brasileira primária era insuficiente e de produtividade aquém do que o país poderia ter. Nessa questão vale observar os conceitos de Gudin e Bulhões sobre a produtividade, ao reconhecerem que o papel da agricultura brasileira poderia ser bem maior do que o de alimentar a nova população urbana ou de centralizar os esforços para a exportação de café.

Considerou também que a principal fragilidade na teoria do arranco está contida nas fontes de financiamento para a obtenção desse crescimento regular e para a passagem para as próximas etapas do desenvolvimento econômico, como a marcha para maturidade e a era do consumo em massa. No exemplo brasileiro, industrialização não foi suficiente para a melhoria qualitativa dos padrões de vida. Primeiro, porque ela se concentrou, e depois, esbarrou nas barreiras tecnológicas da produção de bens de capital, o que impossibilitou o surgimento de mais setores dinâmicos. Rostow, além do auto-financiamento, sugere a ajuda externa, tanto em dinheiro como em grãos, assim como a força da ação estatal através da tributação. Foi visto no capítulo 2 que os problemas da economia brasileira são muitos e várias outras sugestões foram dadas, que parecem se ajustar melhor ao caso brasileiro.

Estudiosos como Furtado, Roberto Campos, Gudin e Bulhões devem conhecer muito mais os pormenores da economia e da sociedade brasileira do que Rostow.

Outra negativa se dá ao fato de Rostow analisar em pormenores apenas os países desenvolvidos que já arrancaram. A falta de dados no que se refere aos países insuficientemente desenvolvidos, em sua obra, pode ser vista como uma lacuna.

Como a proposta inicial era o de realizar a confrontação das propostas de Rostow com as dos economistas brasileiros, quer liberais, quer desenvolvimentistas, a conclusão sobre os limites da aplicabilidade de sua teoria é uma contribuição. Os erros da teoria rostowiana, no caso da economia e sociedade brasileira, indicam suas limitações, o que a nosso ver já é uma contribuição à história econômica nacional.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

IBGE – *Séries Estatísticas Retrospectivas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABREU. M. P. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: Abreu. M. P. *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FEU, A. *Evolução da razão capital/produto no Brasil e nos países da OCDE*. Seminários DIMAC/IPEA**,** 2001, setembro.

BAER, W. *Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1966.

BAER, W. *Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BAIROCH, P. *Revolução Industrial e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

BOTELHO JUNIOR, C.O. A crise cambial do Encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, nº 2, julho/ dezembro de 2003.

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle.* Paris: A. Colin, 1967.

BULHÕES, O. G. *Á Margem de Um relatório: Texto das Conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink*). Rio de Janeiro: Financeiras, 1950.

_____. A Intervenção do Estado na Economia. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 115, junho de 1954.

_____. Os meios e os fins na presente conjuntura econômica. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 119, outubro de 1954.

_____. Algumas considerações sobre as indústrias básicas. *Digesto Econômico*, n. 131, set/out de 1956.

_____. Mercado e Planificação. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, ano 12, n. 2, junho de 1958.

_____. *Economia e Política Econômica*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

_____. Algumas considerações sobre as fases do desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, setembro de 1960.

BYÉ, M. O papel do capital no desenvolvimento econômico, in Ellis, H. *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

CAMPOS, F. *O Estado Nacional (sua estrutura, seu conteúdo ideológico*). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

CAMPOS, R. O. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos – introdução. *Digesto Econômico*, São Paulo, abril de 1952.

_____. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos - conclusão. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio de 1952.

_____. *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1963.

_____. Duas opiniões sobre a inflação na América Latina. In Hirschmann, A. (org.). *Monetarismo vs Estruturalismo*. RJ: Lidador Societas, 1967.

_____. *A Lanterna na Popa*. RJ: Topbooks, 1994.

CANO, W. Alguns aspectos da concentração industrial. In: Versiani, F. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1977, pág. 91.

CARDOSO, C.F e BRIGNOLI, H. P. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CARONE, E. O Pensamento Industrial no Brasil, 1880-1945. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARRARO, A, FONSECA, P. C. D. O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, Minas Gerais. 2003.

CASTELAR, A, MATESCO, V. *Relação Capital-Produto: Estimativas para o Período de 1947/1987*. Textos para discussão interna. Rio de Janeiro: INPES, Instituto de Pesquisas, março de 1989.

COSTA, A. Não se ufane tanto. *Carta Capital*, São Paulo: v.10, n. 261, pág. 29, out. 2003.

DANIELI, M.N. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a fábrica de ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765 – 1895*. Campinas. Doutorado em Economia, Unicamp, 2006

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880–1945*). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DOELLINGER, C., CAVALCANTI, L.C., CASTELO BRANCO, F. *Política e Estrutura das Importações Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

ELLIS, H. S. (Org). *Desenvolvimento Econômico para América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FARIA, A. *Mauá*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

FARIA, F.A. *Um aparte senador? Uma nova leitura de Joaquim Murtinho*. Doutorado em História, USP, 1992.

FISHLOW, A. Empty Economic Stages? *The Economic Journal*. N. 297, março de 1965.

_____. Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil. In: Di Marco, *International Economics and Development – Essays in Honor of Raúl Prebisch*. New York: Academic Press, 1972.

FURTADO, C. Características Gerais da Economia Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 1, março de 1950.

_____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pág. 1972.

_____. A *Economia Latino-Americana – Formação Histórica e Problemas Contemporâneos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982, 18ª ed.

GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective: book of essays*. Cambridge: Harvard Univ Press, 1962.

GREMAUD, A, SAES, F. A. M, TONETO JUNIOR, R. *Formação Econômica do Brasi*l. São Paulo: Atlas, 1997.

GREMAUD, A.P. A política Econômica na passagem do século XIX para o XX: controvérsias em torno da questão monetária. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, *Boletim Informativo*, setembro de 2003.

GUDIN, E. *Rumos de Política Econômica*. Rio de Janeiro: s.n., 1945.

_____. Planejamento Econômico. *Digesto Econômico*. São Paulo, abril de 1951.

_____. O Caso das Nações Subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, setembro de 1952.

_____. Produtividade. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, setembro de 1954.

_____. Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas. *Digesto Econômico*. São Paulo, novembro-dezembro de 1955.

_____. A Geração da Arrancada. *Digesto Econômico*. São Paulo, janeiro-fevereiro de 1957.

_____. Orientação e Programação do Desenvolvimento Econômico. *Digesto Econômico*, São Paulo, março-abril, 1957.

_____. Capitais estrangeiros no Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, maio-junho de 1957.

_____. Estatização da nossa Economia. *Digesto Econômico*. São Paulo, novembro-dezembro de 1957.

_____. Comentários sobre "A programação global como política de desenvolvimento econômico". In: Ellis, H. S. *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. Comentários sobre *"A Teoria do Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento*". In: Ellis, H. S. *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. Comércio Internacional num Mundo em Desenvolvimento. *Digesto Econômico*. São Paulo, março-abril de 1962.

_____. Planejamento para Socialização. *Digesto Econômico*. São Paulo, maio-junho de 1962.

_____. O Investimento Humano. *Digesto Econômico*. São Paulo, julho-agosto de 1962.

_____. Fatores e Sistemas de Desenvolvimento Econômico. *Digesto Econômico*. São Paulo, novembro-dezembro, 1962.

GUIMARÃES, C. G. *Bancos, Economia e Poder no segundo reinado: a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia*. Doutorado em História, USP, 1997.

_____. *Revista Tema Livre*. Ano VI, ed. 11. Niterói, Rio de Janeiro, 25/04/2006.

HABAKKUK, H.J. *Tecnologia americana y britanica en el siglo 19: em busca de inventos ahorradores de trabajo*. Madrid: Tecnos, 1977.

HIRSCHMANN, A. O. (Org.). *Monetarismo vs Estruturalismo*. RJ: Lidador Societas, 1967.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUZNETS, S. Long Term trends in Capital Formation Proportion. *Economic Development and Cultural Change*. Vol. IX, N. 4, Part II, 1961.

LEFF, N. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

LIMA, H.F. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LUZ, N.V. *A luta pela industrialização no Brasil, 1808 a 1930*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

_____. Joaquim Murtinho e o Darwinismo Econômico. In: Murtinho, J. *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Villela Luz. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

MANTEGA, G. *Economia Política Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 9, nº 4, outubro-dezembro , 1989.

MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. Rio de Janeiro: Epasa, 1946.

MARTIN, J. M. *Processus d'industrialisation et developpment energetique du Brésil*. Paris: Inst. Hautes Etudes de L'amerique Latine, 1966.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza. *Autobiografia: Exposição aos credores a ao público* seguida *de O meio circulante no Brasil.* Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

MORAES, R.C. *Planejamento: Democracia ou Ditadura*. Doutorado em Filosofia, USP, 1987.

MORANDI, L. *Estimativa do Estoque de Capital Fixo , Brasil – 1950/2000*. Rio de Janeiro: IPEA/ Dimac, 2003.

MURTINHO, J. D. *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Villela Luz. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

MYRDAL, G. Beyond the Welfare State: Economic planning in the Welfare States and its International Implication. Londres: Gerald Duckworth, 1960.

NOVAIS, F. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica no fim do século XVIII. In: *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosal & Naify, 2005.

NURKSE, R. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PIGOU, A.C. *La Economia del Bienestar*. Madrid: Aguillar, 1946.

POPPER, K. R. *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PREBISCH, R. *Boletin Económico para América Latina*, CEPAL, fevereiro de 1961.

_____. The *Economic development of Latin America and its Principal Problems*. Nova Iorque, Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos, 1962.

ROSENSTEIN-RODAN. P. Problems of industrialization in eastern Europe. *Economic Journal*, nº 53. Junho, 1943.

_____. Notas sobre a Teoria do Grande Impulso. In Ellis, *Desenvolvimento Econômico para América Latina*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

ROSTOW, W, W. *The Process of Economic Growth*. New York: W.W. Norton & Company, 1952.

_____. The Take-Off Into Self-Sustained Growth. *The Economic Journal*, n. 261, março de 1956.

_____. The interrelation of Theory and Economic History. *The Journal of Economic History*, n. 4, dezembro de 1957.

_____. The Stages of Economic Growth". *Economic History Review*, agosto de 1959.

_____. *Politics and Stages of Growth*. Cambridge: Cambridge University Press. 1971.

_____. *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não comunista)*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, 5ª edição ampliada.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SIMONSEN, R. C. *O Planejamento da Economia Brasileira: Réplica ao sr. Eugênio Gudin, na Comissão de Planejamento Econômico*. São Paulo: s.n., 1945.

_____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

_____. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SINGER, H. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *American Economic Review*, 473-485, maio de 1950.

STEIN, S.J. *Origens e Evolução da Indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STONIER, A. W, HAGUE, D. C. *A Textbooks of Economic Theory*. Londres: Longmans, Green and Co. 1964.

SUZIGAN, W. A *indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERISIANI, F. *Formação Econômica do Brasil*. SP: Saraiva, 1977, pág. 91.

VIEIRA, R. M. *O Pensamento Industrialista de Robert Simonsen*. Mestrado em História, USP, 1987.

VILLELA, A, SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VINER, J. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

_____. *Comercio internacional y desarrollo econômico*. Madri: Tecnos, 1966.

WERNECK, A. O Brasil: se presente e seu futuro, 1892, *apud* Carone, E. O Pensamento Industrial no Brasil, 1880-1945. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

DEPOIMENTOS, CITAÇÕES DE AULAS E ACESSOS A DADOS DA INTERNET:

DELLAMURA, R. V. Depoimento cedido em 10 de fevereiro de 2008.

BARBOSA, W. N. Aula 8 em 02 de maio de 2006, disciplina "*Problemas na Expansão da Sociedade Industrial*", ministrada para o curso de pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo).

www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm

www.ibge.gov.br/series_estatisticas/

www.ipeadata.gov.br